



Welwitschia mirabilis,
Exemplar de tronco central
seco do Museu Botânico da
Universidade de Coimbra

Joana Patrícia Damasceno Marques de Oliveira

**CIDADES DE AREIA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E IMAGINÁRIO
COLONIAL NO SUL DE ANGOLA**

Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos, orientada pelo Professor Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido, coorientada pelo Professor Doutor Ángel Rodríguez Gallardo e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Maio de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



IIIUC INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
INTERDISCIPLINAR
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Joana Patrícia Damasceno Marques de Oliveira

Cidades de Areia

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
E IMAGINÁRIO COLONIAL NO SUL
DE ANGOLA

Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos, orientada pelo Professor Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido e coorientada pelo Professor Doutor Ángel Rodríguez Gallardo e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra. Maio 2017.

Dedicatória

Ontem éramos crianças e brincávamos ao sabor do vento e da esperança que nos passaste de uma vida equilibrada e feliz! Foste um pai sempre presente: amigo, mestre, professor, médico...

Qualquer lágrima que visses no meu rosto era para ti uma enorme aflição, porque nunca gostaste de me ver chorar.... e arranjavas sempre a solução para o meu mal!

Passaste-nos o testemunho dos teus valores e das tuas paixões e continuaremos o legado, mas nunca conseguiremos alcançar nem um terço da tua sabedoria!

Deixaste um vazio na nossa vida, mas conseguiremos reerguer-nos por ti que nos ensinaste que havia um povo quase mítico de pastores nos Montes Hermínios que se tornaram marinheiros corajosos como no primeiro verso dos Lusíadas, que tantas vezes nos cantavas:

As armas e os barões assinalados que da ocidental praia lusitana

Por mares nunca de antes navegados passaram ainda além da Taprobana

Em perigos e guerras esforçados, mais do que permitia a força humana

E entre gente remota edificaram, novo reino que tanto sublimaram!

Sem ti, nunca teria passado a Taprobana!

Obrigada Pai!

In Memoriam Adriano Sales Matias, que entretanto partiu, mas deixou a sua memória!

Agradecimentos

Esta investigação começou em dois mil e onze, mas sempre esteve dentro de mim. Nunca fui a Angola, mas sempre tive esse fascínio pelo exótico, pelo diferente, pela terra vermelha sobre a qual amigos da família falavam, pela luz e pelo pôr-do-sol. Sem esquecer o filme África Minha, que já vi inúmeras de vezes e choro sempre no fim... Também viajamos em pensamento e, por isso, já fui muitas vezes a África.

Terminado este trabalho, resta-me agradecer a colaboração, a ajuda e o apoio de algumas pessoas. Começo pela minha família que muito ajudaram a ultrapassar dificuldades e me passam a sua energia positiva. Devo também o meu reconhecimento ao Professor Doutor Álvaro Garrido, meu orientador, que me deu alento e força para continuar, apostando na minha ideia pouco ortodoxa de tese. Ao meu coorientador Ángel Gallardo, pelas oportunas sugestões. Aos Professores Doutores António Pedro Pita, Luís Reis Torgal, que carismaticamente, lecionou o primeiro seminário da primeira edição do doutoramento em Estudos Contemporâneos. Outros nomes de professores/ Mestres de sempre, incomparáveis e insubstituíveis, Professor Fernando Catroga, Dr. José Augusto Monteiro e Professora Manuela Ribeiro, cujas lições e amizade não esqueço. À Professora Fátima Neves, pelo seu apoio e ânimo no decorrer deste percurso.

A todos os Mossâmedenses e Porto Alexandrinos e outros angolanos, com quem contactei e com quem muito aprendi, agradeço vivamente a sua amizade e a partilha de memórias. Tenho de salientar o casal simpatia Adriano e Ludovina Sales Matias, que me introduziram neste universo familiar e maravilhoso que persistem em manter! À Elizete Delgado e ao meu tio Fernando Rui, mecânico das Forças Armadas, que andou por Angola e pela Índia portuguesa nos anos sessenta por toda a informação que disponibilizaram, assim como documentos do espólio familiar, partilha também realizada pela família Caetano! É a todos que devo esta recolha e estas memórias!

No que se refere a instituições, devo também uma palavra de agradecimento, amizade e são convívio às excepcionais funcionárias do Ceis20, Marlene Taveira e Ângela Lopes.

Aos amigos de longa data, desde sempre e de sempre, que são um forte apoio, e, nomeadamente, no dia a dia, e essenciais na nossa vida. Agradeço a paciência das amigas e mestras do português Isabel Caetano e Fátima Ferreira, cujo auxílio foi precioso pelas suas leituras e comentários sempre construtivos. Vai ainda uma palavra de gratidão para o designer Alexandre Relvão e Marta Antunes na conceção gráfica e no tratamento de imagens. Por fim, à Catarina Gomes e Luís Araújo, que me ajudaram na construção do inquérito *on-line* e nos gráficos daí resultantes.

A todos os colaboradores e amigos do Colégio Bissaya Barreto, com quem convivo diariamente, agradeço a amizade e camaradagem. Ao Doutor Jorge Felício um agradecimento especial por me ter autorizado e incentivado a progredir na minha formação académica. Agradeço ainda a colaboração da conservadora da Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, Carla Coimbra, as informações e disponibilidade que prestou.

Resumo

A distribuição dos territórios africanos após a Conferência de Berlim criou uma nova realidade que dependeu de vários fatores: a dimensão, os recursos, a política interna, o momento e a oportunidade. Os portugueses tiveram de se adaptar a esta nova realidade, moldando as práticas de administração do território e iniciando a construção de um mundo novo.

O presente trabalho divide-se na construção, fragmentação e permanência de um tempo e lugar, não só de uma ideia que envolveu os portugueses *d'aquém e d'além mar*, mas na própria ideia de humanidade que se foi modificando, ao longo dos séculos. O presente estudo pretende reconstituir a memória desse lugar, do universo colonial, que se foi metamorfoseando e adaptando a regimes políticos, ciclos económicos, mentalidades e culturas. Um anel de tempo que teve o seu início e o seu fim.

Dentro da História, esta, em particular, retrata um microcosmos recriado por marinheiros, pescadores e agricultores no sul de Angola, nomeadamente, no litoral inóspito e desabitado, sintetizando a história de duas comunidades marítimas do sul de Angola: Mossâmedes e Porto Alexandre.

A primeira parte do trabalho é dedicada à construção de uma ideia de Império com início na segunda metade do século XIX e que continua no século XX. A segunda parte deste estudo resume a interpretação dos diversos significados deste mundo, do processo de descolonização e do afastamento, da perda e da dor.

É um trabalho que envolve e reclama conhecimentos da História, da Antropologia, das Ciências da Educação, da Geografia, da Economia, um mundo de conhecimentos que foi difícil de desembaraçar de modo a alcançar a resposta às perguntas fundamentais: Qual o motivo de partida destas comunidades para lugares com características tão inóspitas e difíceis de suportar? Quais os processos de colonização? Qual a persistência destas memórias na identidade destes povos? Que identidades foram, entretanto, reconstruídas?

Abstract

The distribution of African territories after the Berlin Conference created a new reality that depended on several factors: size, resources, internal politics, timing and opportunity. The Portuguese had to adapt to this new reality, shaping the practices of administration of the territory and beginning the construction of a new world.

The present work is divided in the construction, fragmentation and permanence of a time and place, not only of an idea that involved the Portuguese from below and from beyond the sea, but in the very idea of humanity that has been modifying, throughout the Centuries. The present study intends to reconstitute the memory of this place, of the colonial universe, that has been metamorphosing and adapting to political regimes, economic cycles, mentalities and cultures. A ring of time that had its beginning and its end.

Within history, this in particular depicts a microcosm re-created by sailors, fishermen and farmers in southern Angola, namely on the inhospitable and uninhabited coast, summarizing the history of two maritime communities in southern Angola: Mossâmedes and Porto Alexandre.

The first part of the work is dedicated to the construction of an idea of Empire beginning in the second half of the 19th century and continuing in the 20th century. The second part of this study summarizes the interpretation of the various meanings of this world, the process of decolonization and remoteness, loss and pain.

It is a work that involves and demands knowledge of History, Anthropology, Educational Sciences, Geography and Economics, a world of knowledge that has been difficult to unravel in order to reach the answer to the fundamental questions: What is the starting point of these Communities to places with such inhospitable and difficult features? What are the colonization processes? What is the persistence of these memories in the identity of these peoples? What identities have, however, been rebuilt?

Índice

Introdução	12
Estado da Arte	31
Capítulo Primeiro	
O Estado e a construção de Portugal ultramarino nos séculos XIX e XX	42
1.1 A construção do nacionalismo imperial	44
1.2 A Nação marítima	55
1.3 Povoamento e administração	91
Capítulo Segundo	
A Criação da Nação Imperial	131
2.1 Angola, o Eldorado Português	133
2.2 Os homens que foram para Angola	153
2.3 População e organização económica e social	184
2.4 Colónias de pesca e colónias ultramarinas	193
2.5 As cidades do deserto: Mossâmedes e Porto Alexandre	211
Capítulo Terceiro	
Identities pós-coloniais	217
3.1 A memória da História	220
3.2 As guerras coloniais	227
3.3 A descolonização e a emergência das identidades pós-coloniais	254
3.4 Nunca tão perto de possuir uma pátria	268
3.5 A Casa do Mar: evolução das comunidades marítimas	290
3.6 Retrato Identitário	312
Conclusões	327

Fontes e bibliografia	338
Lista de Imagens	365
Lista de Tabelas e Gráficos	369
Anexos	372

Introdução

Introdução

A racionalização crescente alcançada pela modernidade levou a valorizar a novidade. Ao mesmo tempo, o espírito crítico aumentou a necessidade de analisar os vestígios que o homem foi deixando ao longo do tempo. A gradual secularização da cultura, iniciada pelo Renascimento, impulsionou uma nova consciência histórica e, por conseguinte, trouxe um novo modo de comprovar a análise do passado: o método histórico-filológico. O que realmente incentivou o desenvolvimento deste método foi a dúvida cartesiana, que lançou o mote de que só existe o que pode ser provado, pois a dúvida é provisória já que permanece até se tornar consistente, marcando ainda mais a via racionalista do conhecimento.

A nova forma de ver o mundo e o *cosmos* pelos europeus da Época Moderna começa com os Descobrimentos e é cantada pelos autores do Humanismo. A nova representação do “orbe”, associada à recriação do livro *Utopia*, de Tomás Morus, dado à estampa em 1516, que descreve a ilha *Utopia*, um lugar perfeito, através do relato do português Rafael Hitlodeu, marinheiro experiente e culto, transmite o maravilhoso mundo novo descoberto das Américas. Ao longo deste trabalho, iremos voltar a referir esta obra, pois pensamos que há uma relação direta entre esse modelo de sociedade terrestre e a busca incessante dos portugueses pelo mundo, à procura do paraíso perdido, e a repetida tentativa de reedificação conceptual do não-lugar.¹

Maquiavel, na sua *História de Florença*, foi um dos primeiros historiadores humanistas a reatualizar o modelo clássico do relato profano e racionalista. Continuando nesta matriz de pensamento, Jean Bodin defendeu a necessidade de se encontrar uma explicação racional para as ações do homem em sociedade.

¹ Tomás Morus, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2009. Marc Augé utiliza também esta expressão como lugar de passagem. Cf. Marc Augé, *Não-lugares*, 90 Graus Editora, 2005, pág. 169.

Com o Iluminismo, no século XVIII, desenvolveu-se uma necessidade cada vez maior de legitimar as lutas do presente através do passado. Voltaire chega mesmo a defender que a historiografia deveria assentar em factos comprovados, em datas exatas, mas também nos costumes, na cultura, na população, na economia, naquilo que, mais tarde, viria a desembocar na “história total”. Porém, tudo isto tinha de estar subordinado ao que ele designou de “Filosofia da História”, que pôs fim à História como sucessão e repetição de acontecimentos e alterou o seu desígnio como aceleração do futuro. Por outro lado, Auguste Comte definiu o passado como uma sucessão de eventos únicos, individuais e irrepetíveis e a História como uma narrativa, onde os acontecimentos são, ao mesmo tempo, causa e efeito.

Nos finais do século XIX, há uma sucessão de mudanças na ciência, na arte e na literatura que se refletem no modo de fazer a História, que passa a ser encarada como uma realidade contingente e sempre demasiado dependente da ação do Homem. Já no século XX, historiadores como Marc Bloch, Paul Valéry ou Lucien Febvre encarnam estas correntes modernas da História, relacionadas com a afirmação do papel central da variabilidade e da imprevisibilidade da sociedade e do futuro, em contradição com a permanência, que era a característica central dos períodos anteriores. O passado é legitimador do presente, devido à ideia de repetição cíclica dos fenómenos. O futuro passa a ser central e valorizado devido ao desenvolvimento tecnológico que acaba por trazer a crença num futuro brilhante. Esta nova forma de encarar a História teve igualmente repercussões na reprodução do passado que passou a ser reconstruído pela crítica histórica e deixou de ser retido na memória através da tradição oral.

A Revolução Francesa trouxe uma nova filosofia da História, vista como o motor da sociedade e o cidadão como o impulsionador que exigia o fim do absolutismo e, portanto, da predeterminação divina da velha sociedade de ordens.

O historiador alemão Reinhart Koselleck encarava a modernidade como um momento de crise da tradição sociopolítica secular, mas também de inauguração de possibilidades para a reflexão das ciências, nomeadamente da História e da Política.²

No presente, a perspetiva pós-moderna rejeita as filosofias da História por vários motivos. Nomeadamente, por se imporem como normas externas, organizadoras dos acontecimentos e das ações humanas. A História deixou de ser concebida como um processo evolutivo dotado de sentido e, como alternativa, enfatizou-se a fragmentação, o quotidiano e a dimensão mais trivial dos acontecimentos. As mudanças sociais do último século e a contestação feita ao mundo anterior a esses acontecimentos instalaram um sentimento de descontinuidade que levou à morte da pretensão de se domesticar ou programar algo, traduzindo-se num culto do presente. Ora, o problema que se coloca ao investigador é o facto de presente ser sempre passado e o passado ser inexistente, de modo que o historiador possui apenas traços deixados pela memória.³

A História começa quando há interrogações e necessidade de compreender a realidade. Ao mesmo tempo, ajuda a manter viva a memória dos acontecimentos, tornando-a eterna. No fundo, a História ajuda a domesticar o tempo, a trazê-lo de volta ao presente, contribuindo para a construção e representações permanentes do passado.

A reflexão do historiador tem como objetivo procurar respostas sobre determinada época e sobre acontecimentos do passado. Com que finalidade? O propósito da História é entender a humanidade e as suas transformações, os seus anseios, as suas crenças e preocupações. Se olharmos para trás, em retrospectiva, temos a sensação que nos antecederam vagas impiedosas do tempo, que varreram histórias e memórias, que tentamos gravar para que não sejam esquecidas. A lembrança da queda do Império Azteca ou a I Guerra Mundial, por exemplo, afiguram-se como acontecimentos longínquos que geraram muitas histórias, mas

² Reinhart Koselleck, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999, pág. 20.

³ Fernando Catroga, *Os passos do homem no restolho do tempo, Memória e História do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2011, pág. 32.

que se perderam no tempo, a não ser que a raiz que lançaram à terra seja resistente e não morra, prevalecendo assim como a memória de *in illo tempore*.

Segundo a definição de Pierre Nora, a memória coletiva é a recordação, ou o conjunto de recordações, de uma experiência vivida ou mitificada por uma coletividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado. Numa palavra: a memória é infinita e poliônima, enquanto a memória histórica tende a ser unitária e selecionada cientificamente pelo historiador.⁴

Assim, a História ajuda a memória a lutar contra o esquecimento, mas também a erguer civilizações ou a construir heróis, que acompanham a humanidade e que servem de exemplo justificativo de algo, consoante a vontade. Simultaneamente, amplia a profundidade do tempo que nos envolve, pois permite-nos vivenciar outros modos de vida, ajudando a construir uma nova interpretação ou novos símbolos.⁵ A história das colonizações e a memória social dos impérios são, como veremos, bons exemplos destas fenomenologias do tempo.

A História também pode transformar esses símbolos em objetos de mercado, um bem de consumo, à imagem da nossa sociedade. O passado é encarado como algo que pode ser utilizado em benefício das necessidades do presente.

Essa necessidade relaciona-se com a dificuldade em balizar objetivos para os tempos modernos, pois com a modernidade aceitou-se a mortalidade do homem e, com esta premissa, assumiu-se a necessidade de ser feliz, de cumprir os seus objetivos nesta vida e não na outra. Um indivíduo sem passado perde a identidade e uma nação sem História, não existe. Antoine-Auguste Cournot, em 1834, considerou a História como um género épico, no qual as “nações de elite” desempenham, cada uma, o seu papel como representantes de uma ideia.⁶

Estas “nações de elite” estavam localizadas no ocidente e consideravam que tinham por vocação levar o seu modo de estar no mundo a outros povos e outras civilizações. Já para Voltaire, a “Índia era mais antiga e superior à civilização judaica”, visão que Hegel manterá e sublinhará, defendendo que o ocidente personificava a

⁴ Pierre Nora, “Memória Coletiva”, *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990.

⁵ Comemorar, *Cum Memor*, lembrar, *in video*, são atos que criam a necessidade histórica, porque a passagem do tempo leva ao esquecimento, *olvido: In videre* opõe-se a *olvidare*. No fundo, a dicotomia de vida do ser humano e o problema para o qual o historiador tem de encontrar uma solução. O historiador escreve contra o esquecimento, escreve para perpetuar uma ideia, para que ela não morra.

⁶ Fernando Catroga, *Ob. Cit.*, pág. 246.

mudança e a liberdade, enquanto o oriente representava o poder déspota. O próprio sistema solar justificava esta relação, já que no leste estavam a origem e a infância, na Grécia a mocidade e em Roma a virilidade. Cournot indicava os EUA como o local da maturidade.⁷ Esta ideia transporta consigo uma carga racista, aceite como normal nesta época.

Na cultura ocidental atual, o discurso teológico foi perdendo credibilidade, privilegiando a historicidade. O Homem, pela sua ação, pode transformar o mundo, tentando alcançar a perfeição, e é ele que fabrica a História. Porém, o saber histórico não é imediato, porque o historiador vai narrar aquilo que não presenciou, mas aquilo que é mediado pelas fontes. A principal característica da História é ser póstuma aos acontecimentos. Os testemunhos dos intervenientes aparecem para resolver uma determinada controvérsia. São esses testemunhos que vamos utilizar no trabalho que nos propomos realizar. O testemunho é utilizado como o argumento decisivo entre as fontes e a historiografia, a história relida e reinterpretada através dos que a vivenciaram, utilizando as marcas que nos deixaram, o “restolho”⁸ que foi deixado ao longo do tempo.

A História é feita de contradições e de dualidades, que se entrelaçam na reconstrução do passado, processos muito ermos e difíceis de decifrar nos percursos coloniais e nas memórias que deles constroem as sociedades.



O objetivo do presente trabalho é estudar a trajetória de um desses grupos, no contexto histórico da colonização e no contexto pós-história que se seguiu à descolonização: os pescadores, aqueles que podemos incluir na categoria dos mais humildes, juntamente com os camponeses, acabando por realizar o retrato de duas comunidades marítimas além-mar.

Na prática, aproximamo-nos do método prosopográfico, que define um universo de pessoas a ser estudado e coloca um conjunto de questões sobre o seu

⁷ Fernando Catroga, *Os passos do homem no restolho do tempo... cit.*, pág. 214.

⁸ Expressão utilizada por Fernando Catroga no seu livro *Os passos do homem no restolho do tempo, Memória e História do fim da História*, citado acima.

perfil e atuação, incluindo dados sobre o nascimento e morte dos indivíduos, os laços de casamento e parentesco, as origens sociais e posição económica, local de residência, educação, montante das fortunas pessoais ou familiares, ocupação, religião, trajetória política e experiência profissional. Procurámos traçar um retrato da colonização da costa angolana, destacando dois casos paradigmáticos: a fundação de Mossâmedes⁹ e Porto Alexandre.

Importa tentar uma aproximação às seguintes questões: De que modo o colonialismo português moldou o conceito e as práticas do nacionalismo africano? De que modo a experiência colonial ligada às comunidades de Porto Alexandre e Mossâmedes refletem a identidade ou identidade(s) portuguesa(s)? Que tipo de narrativas identitárias veiculam e quais as reminiscências de toda esta história na atualidade.

Os métodos utilizados incluem a análise histórica de fontes e bibliografia, entrevistas semiestruturadas e o esboço de uma biografia coletiva. Assim, parte deste estudo baseia-se na memória, individual e coletiva, cruzada com outro tipo de documentação complementar. Os relatos de memória não narram apenas o passado, mas também criam determinadas perceções identitárias. Contêm e transmitem juízos e valores éticos, assim como objetivos ou finalidades. Ao falar de memória coletiva, referimo-nos a uma síntese dos imaginários mnemónicos de determinados indivíduos que estão ligados pelas mesmas tradições, transmitidas por via oral, visual ou escrita. Porém, esta memória está representada num passado partilhado por aquelas pessoas que alimentam a sua consciência nas mesmas fontes mnemónicas: os mesmos livros, textos, imagens, filmes....¹⁰

Quando nos propomos trabalhar dentro de uma temática tão vasta como a memória e as identidades coloniais e pós-coloniais, devemos ter em consideração alguns pontos, de modo a obter uma leitura o mais objetiva possível desta realidade. Primeiro, importa afastarmo-nos do eurocentrismo que caracteriza a produção documental de determinados períodos e mesmo de certas interpretações de

⁹ Mossâmedes teve várias formas de grafia e, por isso, altera-se ao longo do tempo e da escrita deste texto também, depois para Moçâmedes e hoje denomina-se Namibe. Utilizaremos ao longo do trabalho o topónimo Mossâmedes, a não ser em casos de citações de textos nos quais a grafia seja outra.

¹⁰ Fernando Sanchez Mano, *Las Huellas del Futuro, Historiografía y Cultura Histórica en el siglo XX*, Barcelona Universidad de Barcelona, 2012, pps. 184-187.

vestígios nacionalistas. Segundo, confrontar o tema na sua globalidade, partindo de uma leitura geral para o universo particular. Terceiro, não procurar uma explicação única para esta problemática, mas tecer várias considerações sobre a mesma, formulando diversas hipóteses e integrando os fatores necessários à sua compreensão. Assim, abordamos várias vertentes ao longo do estudo e analisamos as manifestações culturais, o ensino, a arquitetura, a economia e a demografia como concretizações das ideologias das diferentes épocas e como fontes para estabelecer um quadro geral da colonização do litoral de Angola.

Este tema caracteriza-se principalmente pela atenção que suscita em historiadores estrangeiros, o que é enriquecedor em termos de perspetivas e entendimentos sobre os diferentes assuntos, ocupando um espaço assinalável em publicações internacionais e revelando-se, neste aspeto, bastante original em relação a outros temas da história nacional.

Dentro da matéria, contudo, surge a necessidade de desenvolver estudos sobre os “quadros geográficos, institucionais e políticos que constituíam o palco onde se desenrolaram as cenas mais ou menos portuguesas”, como adverte Ângela Barreto Xavier no seu estudo.¹¹ A sua opinião, baseada em Russell-Wood, assinala a grande diversidade linguística e racial dos povos dominados pelos portugueses que eram obviamente maioritários e analisa os modos de identidade assumidos pelos portugueses e por esses povos. Estes, por sua vez, eram também diversos; existia uma hierarquia e detinham várias categorias, acrescidas pela chegada dos portugueses que passaram a distinguir os claros dos escuros, os cristãos dos não cristãos, os nascidos na Europa e os nascidos no Ultramar, os puros e os mestiços, casados ou não casados, etc.

A autora refere ainda a necessidade de intensificar os estudos sobre as experiências dos portugueses enquanto comunidade, grupos e sujeitos, identificando trajetórias individuais para aferir o alcance da diversidade da expansão portuguesa e a sua concretização nos diferentes terrenos onde operou modificações de fundo, incluindo nestes grupos as elites (mais poderosos) e os marginais (mais

¹¹ Ângela Barreto Xavier, *Tendências na historiografia da Expansão portuguesa*, http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_22/22_10_AXavier.pdf (pesquisado a 9 de janeiro de 2015), pág. 147.

humildes). A diversidade, a dispersão e a diferença dos territórios levaram a adotar respetivos modos de exploração colonial.

A nossa história tende a alcançar uma memória crítica através do cruzamento de vários dados obtidos pela documentação material e imaterial, indagando e procurando uma linha de investigação que deve ser exposta e discutida publicamente. A análise histórica necessita de uma ligação afetiva com a vida social, de modo a poder ser usufruída pela própria comunidade.

No século XX foram utilizados os artifícios de reconstrução de realidades paralelas, à boa maneira totalitarista. Tal como no século XVIII se levantavam praças de touros ou palácios efémeros, destinados a comemorar determinado acontecimento, nos séculos XIX e XX utilizou-se a fotografia e o cinema como formas de divulgação de ideias. Exemplificando, entre 1946 e 1974, foram realizados, em Portugal, 26 filmes sobre o império colonial e a colonização de África. No cinema, tal como na literatura, são exaltados os heróis, Mouzinho, Caldas Xavier ou Paiva Couceiro. O filme *O Costa de África*, de 1954, apresenta uma série de tipologias da colonização portuguesa em África, na perspetiva da Metrópole. O “Costa”, protótipo do colono branco, chega a Lisboa depois de dezasseis anos em África e nota as mudanças na cidade: as avenidas novas, o Parque Eduardo VII. Vem com o objetivo de casar, pois não era fácil encontrar noiva europeia em África. É notória através de algumas das falas do “Costa” a diferenciação que existia entre colonos e indígenas, como o facto de chamar “Bijagós” aos criados ou ameaçá-los com chibatadas.¹²

O conceito de imperialismo também tem evoluído ao longo dos séculos, acompanhando as mudanças económicas e políticas. No século XIX, Império significava “o território e súbditos ou vassalos de um imperante. Diz-se propriamente dos Estados sujeitos a um imperador. E da reunião de várias províncias e Estados ou os direitos de que goza o imperante ou soberano. O território com os vassalos do soberano e propriamente dos Imperadores. Império mero ou misto é o poder absoluto do soberano sobre seus vassalos com direito de os punir tirando a honra, a vida e os bens.”¹³

¹² Jorge Seabra, *África Nossa, O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa, 1945-1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pág. 25.

¹³ *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau*, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K), pág. 698.

É a revolução industrial e o advento do liberalismo que mudam esta exposição básica de relações mantidas durante o período que se designa de Antigo Regime europeu. Porém, no caso português, o imperialismo colonial sobrevive aos ventos do liberalismo e ao terramoto republicano, pois este conceito vai-se transmutando ao longo dos tempos e revestindo características que lhe permitem a sobrevivência, auxiliados pelo contexto internacional do século XX, através do empenho dos diferentes regimes em manter o espaço imaculado do Império e marcado pelo contexto internacional, com guerras geoestratégicas e ideológicas muito vincadas que acabam por desembocar na Grande Guerra. É a defesa do Império ultramarino que leva à participação de Portugal neste conflito mundial, à defesa dos seus territórios e das suas zonas fronteiriças.¹⁴

Ao ameaçar o imperialismo português, ameaçava-se a identidade portuguesa e o seu domínio na Europa. Severiano Teixeira defende a entrada de Portugal na guerra como o resultado de um plano extremista e da sobranceria do Partido Democrático, combinando os fatores de ordem interna e externa. Esta última seria expressa no aproveitamento do próprio contexto internacional: «Só uma ameaça externa e uma intervenção militar na guerra em larga escala poderiam justificar o sacrifício de todas as fraturas e fações internas em função do interesse da unidade nacional» Tratava-se da defesa interna e externa da República, conforme o próprio discurso do Partido Democrático. Consolidava-se o regime. Reforçava-se o partido.”¹⁵

Em agosto de 1914, Portugal entra na guerra devido aos ataques alemães em Moçambique desferidos com resposta militar portuguesa. Poucos meses mais tarde o conflito alastra a Angola, através de uma primeira iniciativa britânica, seguida de uma invasão germânica. Estas são as duas primeiras frentes de guerra do país. Mas nem por isso o estatuto de «neutralidade» dos portugueses no conflito foi abandonado. E, no entanto, “Portugal estava em guerra, ainda que numa zona

¹⁴ Sobre este assunto ver Nuno Severiano Teixeira, *O poder e a Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

¹⁵ Nuno Severiano Teixeira, “Portugal e a Guerra”, Lisboa, *Análise Social*, vol. XXXIII (Primavera), 1999, pág. 61.

periférica e não decisiva. Mas a neutralidade irá dar lugar rapidamente à beligerância.”¹⁶

O ataque às colónias vinha, mais uma vez provar que a talassocracia, o apelo e a presença do mar definiam-se como um traço principal da natureza marítima do Império português, onde assentou a identidade portuguesa, levada depois além-mar. Esta afirmação pode parecer um contrassenso se pensarmos que a principal atividade em Portugal sempre foi a agricultura e a vida rural, mas desde logo e, sazonalmente, o mar era aproveitado como fonte de recursos e via de comunicação. Não é por acaso que o mar exerce um poder de atração no povoamento do território, atração essa que se verifica até aos dias de hoje.

O primeiro texto que descreve a Península Ibérica intitula-se sugestivamente “Orla Marítima”¹⁷. Exalta a existência do elemento natural mais relevante: a proximidade marítima e a relação entre os povos da Ibéria com o mar. Esta descrição data do séc. IV e baseia-se em textos ainda mais antigos. De qualquer forma e, apesar das suas imprecisões, é de notar o seu título e aquele que foi escolhido como elemento dominante e de domínio: o mar. Mais contemporâneo, mas igualmente significativo é a expressão do poeta Afonso Duarte: “O meu país é tudo o que o mar não quer.”¹⁸

Depois da informação gerada pela aventura dos Descobrimentos, houve a necessidade de categorizar o conhecimento sobre o mar, avançando na pesquisa e análise do que era recolhido. Muito se perdeu com o terramoto de 1755, mas também muito ficou nos acervos da Universidade de Coimbra ou em Lisboa, onde D. Carlos financiou uma série de estudos oceanográficos entre 1896 e 1907 e, em 1898, inaugurou o Aquário Vasco da Gama, em comemoração do centenário da viagem à Índia, que só abriu em 1910. Data de 1864 a reforma da Escola Naval com

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ Carlos Fabião, *O passado proto-histórico e Romano*, “História de Portugal”, s. I., Círculo de Leitores, 1992, pág. 79.

¹⁸ Afonso Duarte, *Antologia Poética*, Lisboa, Direcção-Geral da Divulgação, 1984.

adaptações curriculares e novas cadeiras como História Marítima Nacional e Estrangeira, entre outras.¹⁹

Nas décadas de cinquenta e de sessenta evoluíram as ideologias ligadas ao poder marítimo como base de sustentação da própria nacionalidade, o que se acentua com o início da guerra colonial. Sem o domínio marítimo “a própria nacionalidade, como entidade geográfica, não poderá subsistir.” A ligação entre as várias partes do Império efetuava-se através do mar e, por isso, a Geografia classifica Portugal como uma nação essencialmente marítima.²⁰ Era, por isto, essencial arquitetar uma força naval capaz de defender as possessões portuguesas no Ultramar, pois em caso de conflito generalizado, à imagem do que acontecera durante a I Guerra Mundial, a defesa dos portos nacionais deveria ser feita por navios nacionais. Este aumento do potencial naval seria também utilizado em tempo de paz, para o estreitamento das relações espirituais entre a metrópole e o ultramar, pela frequente visita de navios de guerra aos portos ultramarinos, assim como a realização de trabalhos hidrográficos, oceanográficos, de balizagem, de estudos de pesca.²¹

Na segunda metade do século XIX, predominavam ainda em África os impérios pouco organizados e indefinidos e o livre comércio, assente em feitorias e pequenas povoações na costa, muitas vezes de escasso povoamento. Sendo assim, era necessário reforçar o poder naval nestes locais, pois era frágil a relação entre a metrópole e as colónias. Este poder naval teve também como função acalmar as rebeliões locais dos próprios oficiais europeus que, muitas vezes, se recusavam a acatar as ordens de Lisboa. O reforço da Marinha no Império é o motor da construção naval nestes anos. A colónia que vai ter mais efetivos é Angola.²²

Aliás, durante séculos a Armada é a única forma de ligação e de comunicação de várias populações, utilizada para fundar feitorias, colonatos ou apoiar ocupações como a do Ambriz. Em maio de 1849, a Marinha foi ainda fulcral na viagem entre o

¹⁹ Avelino de Freitas de Meneses, “O Mar: de espólio do passado a promotor do futuro”, *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, Lisboa, Tinta da China, 2013, pág. 262.

²⁰ Orlando Ribeiro, *et.al.*, *A posição geográfica e o território*, Lisboa, São João da Costa, 1991, pps. 20-30 e Raquel Soeiro de Brito, *Perfil Geográfico*, Lisboa, Estampa, 1994, pps. 40-50.

²¹ Manuel Crespo, *Subsídios para uma Estratégia Naval*, “Anais do Club Militar Naval”, janeiro-março de 1955, pps. 269-272.

²² António José Telo, “Homens, doutrinas e organizações, 1824-1974”, *História da Marinha Portuguesa*, Academia de Marinha, Lisboa, 1999, pág.119.

Brasil e Mossâmedes, pois até aos anos setenta do séc. XIX não havia ligações privadas regulares de vapores para o Império, sendo assegurada pela Armada, tanto no que diz respeito aos passageiros como às mercadorias. Foram também transportados colonos de Buenos Aires, em 1863, para estes novos territórios fundados em Angola. O transporte a vapor só se inicia em 1868-1871 com as embarcações *Índia* e *Quelimane*, adquiridas para efetuar a ligação ao Índico.²³

As últimas décadas do século XIX correspondem a anos de demarcação e consolidação das fronteiras, tanto a norte como no sul de Angola. No norte com a posse do Ambriz,²⁴ em disputas com Inglaterra, e no sul, na definição de fronteiras, em disputas com os alemães.²⁵

A colonização destes territórios era urgente e levou o governo de Lisboa a implementar medidas de povoamento, de modo a assegurar o seu domínio. Com este objetivo cria condições para incrementar novas correntes migratórias, alcançando o controlo das linhas fronteiriças e o surgimento de novas cidades, aproveitando ao mesmo tempo os recursos económicos dessas regiões, nos terrenos agrícolas, mediante a introdução de novas culturas, como o algodão americano, e através do desenvolvimento da pesca no litoral.²⁶



O Império Português, que teve início no Oriente, amadureceu na América e teve o seu *terminus* em África. Incorporando a imagem positivista, podemos referir que o Império nasceu, cresceu, amadureceu e morreu. Esta morte evidente só não entra no esquecimento porque o presente invoca continuamente o passado, para justificar o futuro. A projeção do Império foi acompanhada por uma filosofia diferente, ligada à construção de um mundo moderno, uma outra oportunidade para estabelecer uma nova ordem. Hegel faz mesmo a distinção entre o imperialismo

²³ *Idem*, pág.120.

²⁴ A ocupação do Ambriz ocorreu em 1855 com ataques de forças navais sobre os indígenas, provocados pelos ingleses. Ver António José Telo, *Ob. Cit....*, pág.121.

²⁵ Carlos Roma Machado, "O rio Cunene na fronteira sul de Angola", *Boletim Geral das colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. II - 18, 1926.

²⁶ Esta semente foi transportada pela nau Vasco da Gama em 1858. Ver António José Telo, *Ob. Cit....*, pág. 121.

político e o religioso, pois há uma nítida tentativa de submeter a religião ao controlo político. Segundo esta interpretação, o Estado não deve proibir, mas sim multiplicar o leque de opções dos cidadãos para que eles possam escolher livremente a sua via.

Mas é claro que esta liberdade não se manifestou na construção do Império, cuja base esteve na nova ordem espiritual comandada por uma demanda, uma vontade superior. Esta construção de um novo mundo aconteceu com um propósito, um dever histórico.²⁷ O marinheiro, colono, povoador ou bandeirante, distanciava-se da sua terra, em busca do desconhecido, movido pela fé e em busca da Terra prometida, procurando, em primeiro lugar, melhores condições de vida, mas também a fama e a glória.

A identidade e as identidades que surgiram da expansão são fortes e socialmente disputadas e devem ser consideradas como uma contínua estratificação de ideias, hábitos e crenças. De que modo estas identidades sobrevivem? No som de uma palavra, numa estátua, num bairro, como em Malaca, ou na Praça dos Portugueses em Kuala Lumpur, esta ideia sobrevive enquanto “representação da nação como elemento de construção da realidade”, tal como Anderson a descreveu ao analisar vários tipos de nacionalismo, utilizando a criatividade como forma de interpretação da própria realidade cultural em que se forma o indivíduo.²⁸

O nacionalismo pode ser categorizado em três modalidades: o nacionalismo correspondente a uma ideia emitida pela entidade oficial, o ultranacionalismo traduzido em movimentos extremistas e violentos, e o nacionalismo anticolonialista, que é aquele que surge em oposição ao oficial e onde podemos incluir os nacionalismos coloniais.²⁹

Estas sociedades resultaram em ramificações dos nacionalismos de tipo ocidental ou são exatamente criações inversas? O problema que se apresenta ao tentarmos categorizar o nacionalismo colonial está relacionado com a sua ausência, isto é, não existe nestes territórios essa ideia de nação de tipo ocidental. Este corte é visível através da dificuldade geográfica em delimitar o território colonial, o que

²⁷ Bernard Bourgeois, *Eternité et Historicité selon Hegel*, Société Française de Philosophie, 2008, pps. 50-62.

²⁸ Diogo Ramada Curto, Miguel Bandeira Jerónimo e Nuno Domingos, *Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral)*, “Tempo Social”, Revista de Sociologia da USP, v. 24, nº 2, pps. 33-58. Referente a Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 2005.

²⁹ *Idem*, pps. 33-58.

acaba por ser feito à régua e esquadro num gabinete em Berlim, fora de todo o contexto físico.

Mas esta ideia exportada de nação, que depois germina em África, é levada pelos colonos brancos e, por isso, encontramos uma encenação constante e muitas vezes inconsciente a partir do momento em que chegam às novas terras. Saliente-se a este propósito os mitos fundacionais, sempre acompanhados por heróis, depois narrados às gerações futuras, acompanhados pelo decalque das tradições típicas de cada região de proveniência dos colonos que depois vão ser imitadas pelos indígenas.

O passado histórico ajudava a legitimar e validar o presente, criando um vínculo muito estreito entre identidade e memória, que acabou por se tornar no paradigma contemporâneo substituto da metafísica e do espiritual. É a memória que passa a ser a ferramenta explicativa do indivíduo, da sociedade e da nação, instrumentalizada pelo poder político.

Esta ideia está na base da expansão dos impérios ibéricos, nomeadamente o português. Como se haviam criado as condições para esta mudança? No fundo, a problemática centra-se na resposta à pergunta: Qual o motivo que impulsionou a expansão quatrocentista e quinhentista? Tem-se assistido a uma movimentação de diversas áreas do saber para responder a esta questão que ainda está longe da conclusão.³⁰

Neste sentido, o ato de colonização alargou a área de expansão humana no globo e organizou o ecúmeno. Entre o tempo das primeiras descobertas e o fim da Época Moderna vigora o sistema colonial do mercantilismo, que vai concretizar-se de modo diferente em cada colónia. A relação metrópole-colónia pode ser interpretada através da legislação ultramarina das potências colonizadoras, do movimento comercial existente entre os territórios ou da vinculação político-administrativa. O objetivo principal da fundação de colónias era económico. Como sintetizou Fernando Novais as colónias deviam dar à metrópole um maior mercado para os seus produtos; dar ocupação a um maior número dos seus (da metrópole)

³⁰ O primeiro historiador a colocar esta questão foi Vitorino Magalhães Godinho em publicações como *Dúvidas e problemas acerca de algumas teses da História da Expansão*, publicado em 1943, na Gazeta de Filosofia.

manufatureiros, artesãos e marinheiros; fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa. Era, portanto, a necessidade económica a que prevalecia.³¹

No terreno, a colonização revestia-se mais de exceções e tentativas do que de modelos previamente estabelecidos, pois na realidade tinha de adaptar-se a inúmeras situações. Com o desenvolvimento urbano, o setor mercantil acaba por ser beneficiado, o que contribuiu para agravar as condições de servidão do camponês, assim como para baixar o estatuto do produtor, levando a situações de crise social.

O sistema colonial divide-se, com a descoberta da América, em duas valências: a atividade mercantil e o povoamento. Este surge da necessidade de garantir a posse do território, passando-se do simples comércio de bens, com as sociedades preexistentes, para uma complexificação estrutural de uma nova sociedade. A ocupação, o povoamento e a valorização das novas áreas foram integradas nas rotas de comércio europeu. Porém, estas não eram locais de circulação de produtos, mas sim de fixação de microeconomias periféricas.³²

O mercantilismo colonial foi um instrumento essencial na formação do capitalismo moderno, pois as premissas fundamentais do sistema capitalista foram concretizadas: a acumulação de capitais, a expansão dos mercados e o aumento de produtos manufaturados. Nem todos os casos se revestem dos mesmos mecanismos e podemos apontar dois sistemas de colonização-base do território ultramarino: as colónias de povoamento, termo utilizado por Leroy-Beaulieu, referente à forma de produção que se processa mais em função do próprio consumo interno da colónia e onde predomina a pequena propriedade, e as colónias de exploração com uma economia voltada para o comércio externo, metropolitano e assente em mão-de-obra escrava. Os dois tipos de colónias vão germinar dentro do mesmo processo colonial.³³

A primeira experiência colonizadora de exclusivo metropolitano foi a ilha da Madeira, que contou com o povoamento de indivíduos do continente português e também das ilhas Canárias, implementando um sistema de capitánias para exploração da cana-de-açúcar. Se, num primeiro momento, foi permitida a entrada

³¹ Fernando Novais, *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pps. 10-11.

³² Fernand Braudel, *A dinâmica do capitalismo*, Lisboa, Teorema, 1992, pps. 90-100.

³³ Leroy-Beaulieu, *De la Colonisation chez les peuples modernes*, Paris, Guillaume et C^ª. Libraires, 1874.

de estrangeiros, de modo a aumentar o fluxo monetário, esse fluxo foi depois proibido, garantindo o monopólio. Este ensaio foi depois implementado no Brasil a uma escala muito maior. As lutas entre os diferentes impérios coloniais, como a Inglaterra, Holanda, França ou Espanha, foram recriando as formas de dominação. As políticas de povoamento dos novos territórios eram muitas vezes conseguidas através de um sistema de purga. No caso inglês, eram afastadas as minorias religiosas, e no português, primeiro a separação e, depois, a expulsão dos judeus. Serviam também como colonizadores os bandidos, criminosos, traficantes, entre outros. As metrópoles consentiam e incentivavam este tipo de relações económicas, uma vez que a ascendência inglesa ficou a dever-se a uma intensificação do corso e do contrabando, pois a própria concorrência exigia estes meios.³⁴

Os três grandes impérios coloniais do século XVI tiveram uma ação marcante no povoamento do território. Passada a fase da descoberta, era vital povoar de modo a assegurar o domínio desses territórios. Portugal sustenta esse poder nos grandes domínios agrícolas, em função da produção açucareira. A Espanha parte para uma situação de conquista e saque, dado o grau de civilização cultural dos povos encontrados na América espanhola, estabilizando depois na mineração da prata e do ouro. Na versão inglesa, houve uma percentagem de emigração espontânea dos grupos perseguidos devido às lutas religiosas, como já referimos, que depois resvalou para uma colónia de produção com a cultura do tabaco assente na mão-de-obra escrava.³⁵

A escravatura foi a saída encontrada pelos Estados coloniais europeus para manterem o exclusivo metropolitano. Através da multiplicação das colónias de povoamento o ideal de autarcia podia conduzir rapidamente à autonomia desses territórios, terminando o poderio monopolista da metrópole. Para além disso, a escravatura tornou-se ela própria um bem de consumo que dava lucros gigantescos à metrópole e aos escravocratas.³⁶



³⁴ Fernando Novais, *Ob. Cit.*, pág. 47 e Francisco Bethencourt, *Racismos, das Cruzadas ao século XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2015, ver Introdução.

³⁵ *Idem*, pág. 53.

³⁶ *Idem*, pág. 64.

A investigação que apresentamos toma, como ponto de partida, a intenção de averiguar até que ponto a colonização do sul de Angola foi fruto de uma movimentação populacional dirigida e com objetivos bem demarcados, como a definição de fronteiras, ou uma movimentação ocasional de colonos para ocupação das terras de tipo espontâneo. Qual o impacto destes movimentos de populações em contexto colonial? A que tipo de comunidades deram origem? Que representações de memória social podemos identificar no contexto pós-colonial?

Para procurarmos averiguar um leque de conclusões dividimos o estudo em duas partes fundamentais: uma baseada em pesquisa bibliográfica e em fontes históricas e a outra parte empírica, que se fundamenta numa recolha de experiências e de partilha de histórias de vida, complementadas com informação encontrada em periódicos, meios audiovisuais e trabalho de campo, através de estudos de caso.

O presente estudo encontra-se estruturado em três capítulos: o primeiro dedicado à ideia da continuidade do Império em África, depois da independência do Brasil em 1822, apostando no povoamento e centralidade das colónias africanas. Sintetiza ainda a construção ideológica do Estado Novo e do seu imperialismo, tendo sempre por base a crença na superioridade da civilização europeia.

No presente trabalho, para além da pesquisa bibliográfica foi feito um outro tipo de estudo baseado na história oral, através da realização de entrevistas a Porto Alexandrinos e Mossâmedenses e um inquérito *on-line* que permitiu a construção de uma base de dados, realizada através do *Google Drive*, a partir do qual se retirou informação narrativa-testemunhal usada ao longo do texto, no terceiro capítulo, e se elaboraram os gráficos apresentados nos anexos.

O primeiro capítulo baseia-se na pesquisa documental e tenta balizar esta consolidação espacial colonial. Lendo e interpretando periódicos como os *Cadernos Coloniais*, o *Boletim Geral das Colónias*, *O Instituto de Angola* ou o *Boletim do Huambo*, entre outras, e observando fotografias, gravuras ou reconstituições, procuraremos reedificar o imaginário e o contexto das vivências destas comunidades. O segundo capítulo debruçar-se-á sobre a atividade económica na colónia, centrada na pesca e seus derivados, na construção de infraestruturas,

colonatos e outras formas de ocupação territorial. Além da colonização, procuramos indagar sobre o resultado da influência da metrópole nas novas comunidades além-mar.

O terceiro capítulo centra-se na descolonização e emergência das identidades coloniais, na sua reconstrução de dentro para fora dos territórios e tendo como pano de fundo o contexto internacional. Aqui se inclui um estudo empírico, baseado em inquéritos e entrevistas, que nos trará a visão do outro na construção de uma identidade ou de identidades locais de Mossâmedes e Porto Alexandre, na problematização dos processos de criação de novas pátrias que os colonos empreenderam no Mundo Português e, em especial, no território africano.

Terminamos o trabalho com uma construção iconográfica simbólica, um álbum de memórias, tentando recriar esta realidade através do retrato físico e psicológico destas comunidades, nomeadamente gravuras e fotografias da época.

O capítulo segundo destaca a construção material dessa ideologia, a concretização dessas ideias numa organização dirigida pelo Estado que promove a colonização e o povoamento com a apropriação do território através do planeamento e construção de novas povoações dedicadas à agricultura e à pesca. Neste capítulo abordaremos claramente aspetos políticos, económicos, sociais, demográficos, urbanísticos e culturais. Especificaremos ainda o estudo na fundação das colónias marítimas além-mar, nos casos específicos de Porto Alexandre e Mossâmedes.

O capítulo terceiro desenvolve a questão das identidades, retrata as identidades pós-coloniais e o seu imaginário, pormenorizando também, como contextualização geral, a situação de conflito e tensão provocada pelas guerras coloniais, a questão do retorno e o retrato destas comunidades que sobrevivem numa memória subalterna e paralela à oficial, através das recordações vivas das suas comunidades.

Estado da Arte

Estado da Arte

A historiografia tem vindo a contribuir com inúmeras interpretações e análises críticas que vão descortinando o significado de conceitos como a colonização ou o imperialismo. Narrar a expansão e a colonização portuguesas implica uma série de questões ideológicas que devem ser desconstruídas em prol de um compromisso com o racionalismo moderno, uma gramática difícil de alcançar. Essa dificuldade está primeiro na demarcação no tempo longo da duração do Império Português e na multiplicidade de espaços em que ocorre. Como pode o estudioso enfrentar esta barreira? Em primeiro lugar, percorrendo os numerosos estudos da historiografia publicados em Portugal, recorrendo ao limite cronológico proposto nessas obras de referência e complementando o estudo com as narrativas dos seus contemporâneos.

As visões dos novos povos, os interesses, as formas de comunicação, “a guerra santa” permanente e os principais pontos de fixação dos novos colonos são os pontos tratados por cronistas como Gomes Eanes de Zurara, Gaspar Frutuoso, Duarte Pacheco Pereira, André Álvares d’Almeida, Frei João dos Santos, Padre Francisco Álvares, Miguel de Castanhoso e do Patriarca D. João Bernardez, Tomé Pires, Frei Gaspar da Cruz, Fernão Mendes Pinto, Gabriel Soares de Sousa, cada um com o seu contributo, ajudaram na construção de uma historiografia profícua e variada e que nos ajuda a interpretar o Império Colonial Português.

São os cronistas da expansão, que vivenciaram essa realidade e a relatam nas suas obras, tornando-as incontornáveis para o entendimento dessa época. Obras como *A Crónica dos Feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, *A Crónica de El Rei D. João II*, de Rui de Pina, *a Ásia* de João de Barros, *o Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão, constituem fontes imprescindíveis, mas que devem ser interpretadas e questionadas devido às visões subjetivas que veiculam.³⁷

³⁷ Valentin Alexandre (coord.), *O império africano: séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 2000, pps 100-120.

Em que momento da História de Portugal é que vai ser iniciada essa historiografia? Em 1779, é fundada a Academia das Ciências de Lisboa que vai ter um papel relevante no impulso dos estudos desta temática. Datam, desta época, os estudos de Ribeiro dos Santos ou Sebastião Trigoso, que se destacaram em publicações sobre a temática ultramarina nas *Memórias de Literatura*, que muito apaixonou os ânimos românticos.

Alexandre Herculano manteve-se ausente e afastado desta problemática, uma vez que a sua interpretação de liberalismo assentava numa ideia medievalista do espaço, segundo a qual o modernismo associado à Expansão não era valorizado. É em Oliveira Martins que devemos procurar a génese dos estudos ultramarinos associados à história de Portugal, constituindo-se a base da interpretação colonialista do impulso nacional da historiografia de oitocentos.

No século XIX, na obra *História da Administração Pública em Portugal*, Gama Barros faz uma análise de pendor económico da Expansão, uma vez que foi necessário defender a posição pioneira dos portugueses nos territórios coloniais, devido às pretensões das outras potências europeias, nomeadamente franceses e alemães, levando mesmo à preparação daquela que foi, mais tarde, a primeira partilha dos territórios da era pós-industrial.³⁸

É, de facto, o ano de 1892, no contexto do Ultimato, que despoleta o sentimento nacionalista de defesa das colónias, aumentando as publicações de índole ultramarina. Entre estas, destacam-se os estudos de Pinheiro Chagas, nomeado Presidente da Comissão Organizadora do Centenário da Índia, com títulos como *Os Descobrimentos Portugueses e Colombo* e os contributos do Comandante Henrique Lopes de Mendonça, especialista de arquitetura naval, republicano e autor de *A Portuguesa*, que publica os *Estudos sobre Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*. Desta data são também os estudos do Almirante Brás de Oliveira sobre *Os Navios de Vasco da Gama* ou o *Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*, por Baldaque da Silva. Por esta época, publicam-se também fontes, valorizando os

³⁸ *Oração de Sapiência proferida pelo Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães*, separata da revista *Notas Económicas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, pág. 10.

documentos produzidos por Sousa Viterbo, fruto do seu trabalho na Torre do Tombo.³⁹

Os princípios liberais suscitaram mudanças no panorama político e ideológico que necessitaram de uma fundamentação documentada, para legitimar as novas posições em relação à burguesia mercantilista e aos direitos históricos em África, que começaram a ser contestados pelas outras potências nesse mesmo século. Surgem, assim, estudos como os do Visconde de Santarém, em 1849, que reúnem o conhecimento cartográfico e geográfico no *Atlas Composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiiques depuis de Vle jusq'au VIIe siècle*; em 1841, os livros do Cardeal Saraiva, como o *Índice Cronológico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos Portuguezes nos países ultramarinos desde os princípios do século XV*. Salientam-se ainda, no século XIX, o *Roteiro de Lisboa a Goa de D. João de Castro*, da autoria de Andrade Corvo, ou de Bulhão Pato os *Documentos remetidos da Índia ou livros das Monções*, editado pela Academia das Ciências em 1880. No que diz respeito a periódicos, foi iniciada a publicação do *Archivo Historico Portuguez* com cópias de documentos relativos à história da Expansão.

O primeiro nome que se destaca no século XX é Joaquim Bensaúde, dedicando-se ao estudo e publicação de fontes, nomeadamente no que diz respeito à ciência náutica. Para além deste autor, surgiram também nomes de referência, como Luciano Pereira da Silva e ainda António Barbosa du Bocage. Destacaram-se, também, oficiais da marinha na investigação histórica, como Abel Fontoura da Costa, Quirino da Fonseca ou Gago Coutinho.⁴⁰

Na década de 20 do século XX, aumentam muito os estudos publicados sobre este tema, em acontecimentos como a celebração do centenário da independência do Brasil, com uma obra dirigida por Carlos Malheiro Dias sob o título *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Data de 1919 a publicação do estudo de António Sérgio que problematiza a conquista de Ceuta e as causas dos Descobrimentos seguir-se-ão as obras marcantes de Jaime Cortesão, Duarte Leite, Fontoura da Costa, entre outros.

³⁹ Valentim Alexandre (coord.), *Ob. Cit.*, Ver Introdução.

⁴⁰ Valentim Alexandre (coord.), *Ob. Cit.*, Ver Introdução.

O regime nacionalista e colonialista do Estado Novo vai idealizar os Descobrimentos como um tempo de cruzada, uma demanda religiosa. Todas as publicações vão ser controladas pelos poderes instituídos. Entre os anos 1937 e 1940, Manuel Múrias dirige a obra *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, onde reúne artigos com o intuito de veicular as ideias colonialistas e racistas do Estado. No lado oposto, em 1919, surge a obra de António Sérgio, *A conquista de Ceuta*, que justifica os feitos dos Descobrimentos com motivos de ordem económica e social, uma demanda da burguesia mercantilista. António Sérgio é autor ainda de obras como *Bosquejo da História de Portugal*, datado de 1923, e, em 1956, analisa a História de Portugal no *Prefácio à História Trágico-Marítima*, como um ciclo de episódios brilhantes e escuros, por exemplo, os economistas de Seiscentos eram valorizados em relação à desastrosa exploração do Brasil ou às reformas contraditórias do Marquês de Pombal.⁴¹ Esta linha de pensamento vai ser continuada por outros intelectuais e estudiosos sediados em universidades estrangeiras como Jaime Cortesão, Joaquim Barradas de Carvalho ou Vitorino Magalhães Godinho.

Este tema foi também alvo de estudos por parte de historiadores estrangeiros como Charles Boxer, Frédéric Mauro ou Charles Verlinden e também brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais ou Caio Prado Júnior. Este interesse Ainda hoje perdura por parte dos historiadores estrangeiros. Nomes como Kirti Chaudhuri, Sanjay Subrahmanyam, Stuart Shwarz, Michael Pearson ou Russel-Wood continuam a elaborar estudos sobre o caso português.⁴²

Em Portugal, os discípulos de Vitorino Magalhães Godinho têm feito escola com as publicações de Joaquim Romero Magalhães, João Marinho dos Santos, Francisco Bethencourt, Diogo Ramada Curto ou Luís Filipe Thomaz. Ligados ao Centro de Estudos Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa surgem os nomes de João Paulo Oliveira e Costa, Damião Rodrigues ou Pedro Cardim. Coimbra teve um papel de destaque na historiografia dos Descobrimentos, com as obras dos historiadores Luís Albuquerque e Luís Ferrand de Almeida, que se especializou na

⁴¹ António Sérgio, *História Trágico-Marítima*, Livraria Sá da Costa Editora, 1956.

⁴² Para uma síntese desta bibliografia estrangeira ver *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de leitores, 1998. São cinco volumes coordenados por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri.

história do Brasil. Damião Peres, professor nas Faculdades de Letras e Porto e Coimbra, destacou-se, nos anos quarenta com as obras *História dos Descobrimentos Portugueses* (1943) e *Portugal na História da Civilização* (1946).

No que diz respeito à publicação de fontes é de destacar o papel do Estado Novo e na linha comemorativa das Exposições e Congressos como a *Exposição Histórica da Ocupação do Século XIX*, em 1937, ou a *Exposição do Mundo Português*, em 1940. Deste período, destacam-se a publicação das seguintes obras: *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente*, de António da Silva Rego, publicada em treze volumes, entre 1947 e 1960; a *Monumenta Missionaria Africana*, publicada em quinze volumes, entre 1952 e 1988; a *Monumenta Henricina*, de Manuel Lopes de Almeida, publicada em quinze volumes, e a obra *Portugalia Monumenta Cartográfica*, publicada em 1960.

Entre 1986 e 2002 foi profícua a ação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, cujo auge comemorativo foram os quinhentos anos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e que concebeu inúmeras exposições e incentivou estudos no tema ultramarino, muitos publicados em periódicos como a Revista *Oceanos*.⁴³

Para além destes estudos comemorativos promovidos pela Comissão existem os seguintes títulos de Histórias generalistas subordinadas ao tema da Expansão: a já referida *História da Expansão Portuguesa no mundo*, dirigida por Manuel Múrias e publicado entre 1937 e 1940; a *História dos Descobrimentos Portugueses*, dirigida por Damião Peres, publicada em 1959; a *História dos Descobrimentos*, com organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, publicada em 1959-1962; *História dos Descobrimentos Portugueses*, da autoria de Jaime Cortesão; *O Império Colonial Português 1415-1825*, de Charles Ralph Boxer cuja primeira edição inglesa remonta a 1963, sendo a tradução portuguesa apenas de 1977; *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Oliveira Marques e Joel Serrão,

⁴³ Maria Isabel João abordou a papel da Comissão e respetivas edições em publicações como *A Escola e os Descobrimentos, síntese e balanço das comemorações, 1988-2000*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. A sua tese de doutoramento, *Memória e Império: comemorações em Portugal: 1880-1960*, Universidade Aberta, 1999, incide também sobre estes temas.

publicada entre 1986 e 2006 e as obras dirigidas por Francisco Bethencourt, como a *História da Expansão Portuguesa*, de 1998, em cinco volumes, e a *História da Expansão Marítima Portuguesa*, de 2007, dirigida por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto.

Salientam-se, ao nível dos estudos temáticos, as obras de Valentim Alexandre: *Os Sentidos do Império*, publicado em 1993; *O Império Africano, 1825-1890* que coordenou com Jill Dias, de 1998; e *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império, 1808-1975*, publicado em 2000. São ainda de referir os nomes de João Marinho dos Santos, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha ou Isabel de Castro Henriques em estudos como *Comércio e organização do espaço em Angola (c.1870-c.1950)* da autoria de Isabel Castro Henriques, *África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 - c. 1930)*.

Porém, o historiador português de referência do século XX foi, sem dúvida, Vitorino Magalhães Godinho, pois conseguiu internacionalizar o caso português, não o estudando individualmente, mas comparando-o no contexto da economia-mundo e valorizando todos os domínios, cultural, social, religioso, a partir da análise económica central. Magalhães Godinho reflete, não só a posição de Portugal no mundo, mas também o mundo visto como objeto de pesquisa científica, cultural e mental. Deste modo abriu novos caminhos para o modo de encarar os Descobrimentos como uma fonte de conhecimento sobre a terra e seus limites.⁴⁴

Nas suas primeiras obras, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa e Documentos sobre a Expansão Quatrocentista Portuguesa*, nos anos 40, procurou problematizar os documentos, apresentando-os ao leitor/estudante, aguçando o espírito crítico em relação às fontes, questionando e comparando com outros estudos e outras visões dos acontecimentos, afastados da visão oficial do tempo. Lembre-se que Vitorino Magalhães Godinho foi arredado das universidades portuguesas por duas vezes e a sua obra *Panorama económico dos descobrimentos henriquinos* foi recusada por defender uma visão economicista dos descobrimentos,

⁴⁴ Sobre este assunto ver *DE VITORINI MAGALHÃES GODINHO VITA, SCRIPTIS ET IN ADVERSIS ANIMI FORTITUDINE*, Separata de Estudos e Ensaios, 1988, da autoria de Joaquim Romero Magalhães e *Oração de Sapiência proferida pelo Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães, Cit...*

a raia o marxismo, pelo que foi recusada pelo executivo das Comemorações Henriquinas, em 1961.⁴⁵

A influência do colonialismo no Portugal contemporâneo é o tema transversal tratado por Valentim Alexandre nas últimas décadas. O autor oferece-nos uma reflexão na viragem do Império luso brasileiro para a demanda africana de finais do século XIX. Para além dos estudos já salientados, no referido livro *Velho Brasil, Novas Áfricas - Portugal e o Império, 1808-1975*, o autor dissecas as motivações dos portugueses para efetuarem a modificação da política colonial operada na centúria de oitocentos, assinalando as quimeras e fantasias do povo, mas também a estratégia, argúcia e interesses que estiveram por detrás dessa orientação.⁴⁶

Valentim Alexandre apresenta o retrato do último Império Colonial Português em finais de Oitocentos, centrado no “continente africano, com dois territórios de grande extensão (Angola, com mais de 1 200 000 km², e Moçambique, com 783 000 km²), para além de um terceiro de menores dimensões (a Guiné, com 36 000 km²). Durante a partilha de África, Portugal, resistindo a pressões várias, conseguiu não apenas manter as suas posições iniciais, mas acrescê-las substancialmente, criando um vasto domínio, desproporcionado em relação ao peso político e económico da metrópole no sistema internacional.⁴⁷

Segundo este historiador, duas teses se opõem na historiografia tradicional quanto às motivações da expansão. Para uma delas — que tem a sua melhor expressão no livro de R. J. Hammond, *Portugal and África, 1815-1910. A Study in Un economic Imperialism*, publicado já em 1966 —, o caso português representa o exemplo mais claro de um «imperialismo de prestígio», muito marcado pelas tradições históricas e quase de todo alheio à influência dos interesses económicos.

⁴⁵ Em relação à Bibliografia publicada sobre o tema da Expansão ver a obra *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa 1972-1992*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1993 e Ângela Barreto Xavier, *Tendências na historiografia da Expansão portuguesa*, http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_22/22_10_AXavier.pdf (pesquisado em 9 de janeiro de 2015) e Alfredo Pinheiro Marques, *A Historiografia dos Descobrimientos*, Revista de História das Ideias, vol. 14, 1992, pps. 439-458. Quanto à controvérsia que envolveu Vitorino Magalhães Godinho, ver o prefácio do próprio à edição de *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008.

⁴⁶ Pedro Aires de Oliveira, *A diplomacia do terceiro Império*, “O Império Colonial em Questão”, Edições 70, Lisboa, 2012, pág. 90.

⁴⁷ Valentim Alexandre, *O império português (1825-1890): ideologia e economia*, “Análise Social”, vol. XXXVIII (169), 2004, pps. 959-979.

Outros, pelo contrário, vêem nestes interesses a mola real do expansionismo português oitocentista, que corresponderia a um «novo mercantilismo», caracterizado pela procura de mercados e pela necessidade premente de obtenção de divisas: tal é a tese central do livro de Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975 — A Study in Economic Imperialism* (1985), que ficou como a obra paradigmática desta corrente.⁴⁸

O mais importante, neste momento, não será encontrar um objetivo para a refundação do Império, mas sim de analisar a conjugação específica de elementos de vária natureza que moldaram o projeto colonial português no século XIX e inseri-lo no contexto internacional.⁴⁹

Mil oitocentos e noventa e um é o ano em que Rudyard Kipling escreveu um texto intitulado “The first Saylor” em que discorre sobre a lenda da fundação do imperialismo britânico, como o início, “a lenda da fundação” que tem por base na “realidade fundamental do povo das ilhas britânicas, que cercados pelo mar, necessitam do auxílio dos três elementos – água, vento e sol, e obtêm-no com a invenção do navio. O navio tornou possível a sempre perigosa aliança com os elementos e fez do inglês senhor do mundo.”⁵⁰ Esta afirmação justifica o imperialismo inglês nas próprias ilhas britânicas, glorificando-o e personificando-o como um dominador de povos devido, principalmente, à sua eficácia administrativa.

A expansão europeia foi numa primeira abordagem, uma exploração do mundo que depois se transformou em formas de dominação e controlo, diferentes consoante o povo colonizador e o território colonizado. Esta dominação teve uma primeira fase política e diplomática dentro do próprio espaço europeu e depois, uma segunda, num espaço extraeuropeu, envolvendo depois métodos pouco humanos e

⁴⁸ *Idem, Ibidem.* Valentim Alexandre, *Ob. Cit.*, pps. 959-979.

⁴⁹ Valentim Alexandre propõe a leitura de estudos e investigações como por exemplo, Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1982, 2.a ed., pág. 72; Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império — Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, 1993, pp. 765-792, e Jorge Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial — Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, 1994, pp. 261-375]. Propõe ainda uma leitura sobre o peso dominante dos tráficos oceânicos nas finanças do Estado português a partir do século XVI, cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Finanças e estrutura do Estado*, in “Ensaios”, 960 vol. II, Lisboa, 1978, 2.a ed., pp. 29-74.

⁵⁰ Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006, pág. 274.

mesmo violentos de submissão. É neste momento que toma formas imperiais diferenciadas.⁵¹

Em Portugal, existem hoje vários grupos de trabalho que se dedicam ao tema, numa perspetiva multidisciplinar, aparecendo também o contributo da Sociologia, da Antropologia e mesmo da Geografia ou da Arquitetura, com inúmeros estudos. Ana Vaz Milheiro desenvolveu um conjunto de projetos de investigação sobre estudos que giram à volta da fundação de Gabinetes de Urbanização e Arquitetura Colonial. Francisco Oneto Nunes, Luís Martins e Elsa Peralta destacam-se na área da Antropologia ligada à maritimidade.

Têm também sido alvo de estudos temas como o nacionalismo euro-africano da autoria de Fernando Pimenta, que apresenta o conceito de raça como uma ideia política, que se transforma numa construção baseada em conceitos modelados segundo um pensamento e um objetivo doutrinário. Segundo o autor, o nacionalismo angolano foi estudado pela primeira vez, em 1962 por Thomas Okuma, que identificou duas correntes nacionalistas, uma de feição branca e outra de feição negra. A primeira defendia a criação de um novo Brasil e a segunda um nacionalismo negro, preconizando um país integrante de África. O investigador que depois se dedicou a estes assuntos foi John Marcum, académico norte americano que dividiu as correntes nacionalistas em três: uma mais urbana e intelectual, ligada ao MPLA, e duas de cariz mais rural, ligadas à UPA E UNITA. Deixou de lado o nacionalismo branco, que volta a ser analisado por Mário de Souza Clington, investigador angolano, que adiciona uma via de nacionalismo euro africano. Porém, a perspetiva que vai vingar é exatamente a de René Pelissier, que liga o nacionalismo angolano a uma base social negra e mestiça, dividido em duas correntes: a modernista e a etnonacionalista.⁵²

⁵¹ Andrew Porter, *O Imperialismo europeu (1860-1914)*, Lisboa, edições 70, 2011, pps. 181-184.

⁵² Fernando Pimenta, "Os nacionalismos no Império", *O Império Colonial em Questão*, Edições 70, Lisboa, 2012, pps. 61-63.

Numa visão recente, o livro de Francisco Bethencourt, *Racismos*, traz uma visão sobre o racismo como um fenómeno histórico relacionado com o conceito de hierarquia social monopolizado por regimes políticos e projetos económicos.⁵³

No presente estudo queremos verificar a evolução, o nascimento, amadurecimento e morte destes núcleos populacionais e as marcas que se mantiveram nestas terras até hoje. É um estudo que abarca temporalmente um longo período, mais de cem anos, desde a fundação de Mossâmedes, em 1848, até ao período da descolonização.

A aproximação à memória coletiva do grupo em estudo leva-nos a tentar recriar o imaginário desta comunidade, propondo novas interpretações para as estruturas sócioeconómicas e culturais desse tempo em estudo.

⁵³ Francisco Bethencourt, *Racismos, das Cruzadas ao século XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2015, ver Introdução.

Capítulo Primeiro

O Estado e a construção de Portugal ultramarino nos séculos XIX e XX

Capítulo Primeiro

O Estado e a construção de Portugal ultramarino nos séculos XIX e XX

O “Ultramar” foi uma criação do Estado Novo, um eufemismo utilizado para designar as colónias como parte integrante do território português não europeu. Em pleno salazarismo, depois do Acto Colonial de 1930, que consagrava as colónias como factor de unidade da nação, a revisão constitucional de 1951 declarou o conceito de “províncias ultramarinas”. Porém, esta criação tem uma origem muito mais remota no tempo. A construção deste espaço, ao mesmo tempo concreto e imaginário, legitimou-se num lastro ideológico anterior ao Estado Novo, contudo os significados foram alterados, o que levou ao desenvolvimento do próprio conceito de Estado. No século XIX, o Estado era tido como “Classe de Cidadão, o Estado do Clero, da Nobreza e do Povo; graduação, predicamento civil”⁵⁴, o Estado era o território de um senhor e ainda não era tido como o garante de um povo. É no século XIX que temos de procurar as origens daquilo que mais tarde se chamou o “Estado Ultramarino”. Com o início da Guerra Colonial o paradigma do Império muda.

Neste capítulo, iremos elaborar uma síntese sobre o processo de construção do Portugal ultramarino pelo Estado e suas administrações, através das suas instituições e da sua natureza militar.

Os diferentes impérios que Portugal edificou ao longo do tempo e espaço, necessitaram de métodos de colonização diferentes, que se foram adaptando às gentes e às condições do clima. Muitos destes colonos sofreram o isolamento e o afastamento da sua realidade, muitas vezes, uma realidade também ela caracterizada por grande pobreza e falta das condições básicas de vida. Esta foi a alavanca que os levou a procurar outras paragens.

⁵⁴ *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K), pág. 581.*

1.1

A construção do nacionalismo imperial

1.1.A construção do nacionalismo imperial

As nações são sempre emanções de um passado e quanto mais glorioso ele for, maior facilidade em congregar a comunidade terá. Se pensarmos como Benedict Anderson, que define nação como uma “comunidade política imaginada”, precisaremos de procurar algumas respostas em relação à definição identitária portuguesa.⁵⁵

Podemos considerar um “nacionalismo identitário” o primeiro período da História de Portugal, já que este se reveste de um desejo popular de independência, cuja base está na vontade dos primeiros reis e nas lutas de independência em relação aos mouros.⁵⁶

A segunda fase corresponderá a um nacionalismo oficial, pois traduz-se no advento do Estado Nação liberal. No século XIX, há uma afirmação das identidades europeias através das línguas vernáculas que, aliadas a movimentos nacionalistas endógenos, levam ao crescimento destas ideologias. Dentro dos grandes impérios tradicionais vão surgindo nações diferenciadas pelas línguas, pela expansão da alfabetização e inevitavelmente das ideologias liberais.⁵⁷

É a Alexandre Herculano que devemos a responsabilidade da construção simbólica da Nação. Com o advento do liberalismo, contexto político e ideológico onde cresceu Herculano, surge a necessidade de se refundar a nação, o que se traduziu num apelo de regresso às “origens” materializado na cultura popular e nos monumentos.⁵⁸ É exatamente neste período das revoluções liberais que se consubstancia o nacionalismo português de base moderna, pois apesar de, na prática, possuir já os fundamentos da nacionalidade (fixação de fronteiras, unidade de língua, religião e poder político), só então se acelerou o processo que levou à transformação do Estado de tipo Antigo Regime em Estado-Nação.⁵⁹

Com o objetivo de alcançar o bem-estar coletivo e a unidade da soberania nacional fomentou-se a omnipresença dos símbolos estatais e a burocracia do

⁵⁵ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 2005, pág.33.

⁵⁶ Jorge Custódio e José Manuel Garcia (introdução), *Alexandre Herculano, Opúsculos*, Volumes. I, II e III, Porto, Editorial Presença, 1982.

⁵⁷ Benedict Anderson, *Ob. Cit.*, pág. 123.

⁵⁸ Fernando Catroga, *Alexandre Herculano e o historicismo romântico*, “História da História em Portugal – séculos XIX e XX”, volume I, s.l., Temas e Debates, 1998, pág. 46.

⁵⁹ Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994, pág. 82.

aparelho de estado. As teorias essencialistas e positivistas serviram os intentos centralistas. Contudo, a um Estado impessoal e burocrata, ao romantismo centralista, ao patriotismo de campanário, Alexandre Herculano contrapôs os afetos das “pequenas pátrias”, defendendo os municípios e as paróquias ou freguesias, pois, a “*patrianaturae* seria o húmus primordial que melhor afeiçoaria os sentimentos de pertença à *patriacivitas*”.⁶⁰

Este nacionalismo poderá ser analisado segundo duas vertentes: uma construtivista e outra essencialista. A primeira considera a nação como uma construção e, nesse sentido, valoriza o património edificado e os monumentos de base historicista, erigidos pelo Estado central. A vertente essencialista enaltece o fator étnico e o metafísico, segundo o qual a nação é uma entidade com alma e é algo imemorial e eterno.

O terceiro período corresponde a um nacionalismo imperial, baseado na maritimidade da extensão das rotas comerciais oceânicas e no poder do Império indo-africano.

Este nacionalismo oficial tem por detrás uma orientação filosófica ligada a uma certa ideia de mar e de maritimidade. A base desta orientação fundava-se igualmente na relação que Portugal sempre teve com o mar e na sua presença na própria identidade portuguesa. Podemos até relacionar os momentos de gloriosa ascendência e de desatino decadentista com a influência do mar na conquista ou perda de domínio dos mares. Significativamente, este poder foi reconhecido e valorizado pelas elites políticas e governantes ao longo do tempo.⁶¹

Essa relação com o mar era evidente na forma de recrutar marinheiros entre as comunidades piscatórias. Esquadras importantes só podiam ser recrutadas nas comunidades marítimas devido ao conhecimento empírico dos pescadores de ofício ou de ocasião. A própria fisionomia de Portugal é desenhada a partir do mar, pois o povoamento do território segue de norte para sul, pelo litoral ou pelos vales dos rios.⁶²

⁶⁰ Fernando Catroga, *Geografia dos Afectos Pátrios*, Coimbra, Almedina, 2013, pág. 311.

⁶¹ Avelino de Freitas Meneses, *O Mar: de espólio do passado a promotor do futuro*, “O Mar na história, na estratégia e na ciência”, Lisboa, Tinta da China, 2013, pág. 252.

⁶² Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, vol. IV, Lisboa, Presença, 1983, pág. 119.

Ao revelar “novos mundos ao mundo”, os portugueses descobriram novas culturas, novos sítios, novos rituais muito diferentes dos que conheciam. Aos seus olhos, estes eram locais de excesso e desordem, pois estavam situados para além das fronteiras da moralidade cristã. Navegar além-mar foi um teste à coragem dos homens, era enfrentar os mais variados medos: do mar, povoado de monstros, do ocidente (onde o sol se põe) local do fim e da morte. Os portugueses enfrentaram esses medos por dois motivos principais, a fé e o lucro.⁶³ Destas viagens, obtiveram conhecimento científico, pois a mais importante consequência e o seu maior contributo foi o avanço no entendimento da Geografia e na exatidão náutica.

Os povos peninsulares tornaram-se nos primeiros impérios marítimos europeus devido ao contributo de técnicas de realização de cartas náuticas e do uso de instrumentos de orientação, como a bússola e o astrolábio herdados dos judeus e árabes. Os monarcas portugueses viram na Expansão a oportunidade para se afirmarem em relação a Castela e uma forma de criarem riqueza e poder. D. João II entendeu África como um manancial de riquezas por descobrir e empenhou-se pessoalmente na sua exploração. Os estudiosos estrangeiros continuam a considerar que o império português é um enigma. Como foi possível um povo “pobre e atrasado”, segundo a consideração de alguns autores, construir o primeiro e último império da Europa Ocidental?⁶⁴ A resposta estará efetivamente aí: nessa pobreza que fazia os marinheiros quererem ir mais além ou na ignorância que fazia com que temessem a ira divina, caso não obedecessem a um repto espiritual. O apoio determinante do Papa é transmitido pelas bulas papais que autorizavam o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos pagãos e outros descrentes inimigos de Cristo.⁶⁵

⁶³ José Mattoso, “Antecedentes Medievais da Expansão Portuguesa”, *História da Expansão Portuguesa*, volume 1, Navarra, Círculo de Leitores, 1998, pps. 15-16.

⁶⁴ Questão colocada por J.H. Plumb na introdução da obra de Boxer, Cf. Boxer, C.R., *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1977, pág. 17.

⁶⁵ As três bulas mais importantes foram a *Dum Diversas* de 18 de junho de 1452, a *Romanus Pontifex* de 8 de janeiro de 1455 e a *Inter Caetera* de 13 de março de 1456. Cf. C.R. Boxer, *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1977, pág. 42.

Deste modo, no século XVI o poder estava no domínio dos mares e os portugueses tinham conseguido alcançar um papel preponderante através de séculos de convivência e de troca cultural com os povos mediterrânicos.

Como é que Portugal edificou este imenso império marítimo? Quais os fatores que contribuíram para esta construção histórica de enorme longevidade e de fortíssima impregnação social e cultural? Se observarmos atentamente um mapa de Portugal continental contemporâneo, percebemos que os principais núcleos populacionais se situam na orla marítima. A modernidade trouxe, também, a ideia do mar relacionada com o lazer e o ócio, mas, durante séculos, o mar esteve associado ao “povo de marinheiros”, ao facto de ser um ponto de passagem e de aventura rumo ao desconhecido. A poesia de Miguel Torga indica-nos o caminho da mudança nas suas estrofes: “Mar; Fomos então a ti cheios de amor! E o fingido lameiro, a soluçar; Afogava o arado e o lavrador!”.⁶⁶

A dicotomia agricultura/ pesca esteve sempre presente ao longo da nossa história, assim como o tema terra/ mar ou mesmo o poder fundiário/ maritimidade. Ao compararmos um mapa da costa de Portugal continental do século XIII com um da atualidade, verificamos que há inúmeros portos, marítimos e fluviais, que deixaram de existir. No século XIII, o mar é referido em vários documentos como manancial para as seguintes atividades: pesca, salga e extração de sal. Este último era mesmo um dos principais produtos exportados por Portugal, juntamente com o azeite ou o vinho. É a partir do século XIII que são fundadas as chamadas póvoas marítimas, povoações que recebiam foral para desenvolver atividades ligadas ao mar como a pesca, a extração de sal e a navegação, que vão contribuir para o desenvolvimento de algumas zonas costeiras, como por exemplo a Póvoa de Varzim, fundada por D. Dinis em 1308.⁶⁷

No entender de Charles Boxer, a organização destas urbes costeiras foi mais tarde transportada para o Império Colonial português, tornando-se na forma privilegiada de domínio do território. Nestas povoações, seriam fundadas Câmaras

⁶⁶ Poema “Mar” in Miguel Torga, *Antologia Poética*, 5.a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

⁶⁷ As póvoas marítimas foram estudadas pela primeira vez na obra Alberto Sampaio em vários artigos publicados em revistas como a *Portugália*, depois reunidos em dois volumes *Estudos Históricos e Económicos*, publicado pela livraria Lello & Irmãos, em 1923.

Ultramarinas que tiveram como principal função a ligação entre os súbditos coloniais ao monarca.⁶⁸

Por outro lado, as comunidades marítimas foram sempre muito frágeis. Comparando com a atividade agrícola, apresentavam uma importância muito inferior em termos económicos. Tal deve-se ao facto de o oceano ser agitado e perigoso, de humores imprevisíveis, o que levava as populações a terem outras atividades, paralelas à agricultura, e só em determinadas épocas do ano poderem viver das atividades económicas ligadas ao mar.⁶⁹

Em Portugal é muito antiga a ligação ao mar. A Bolsa dos Mercadores, criada no século XIII, e a Companhia das Naus, no século XIV, são instituições régias criadas com a intenção de promover o comércio marítimo externo, numa ideia de maritimidade que desde sempre esteve ligada ao desenvolvimento do reino.

Com os Descobrimentos, apesar do desenvolvimento da ciência náutica, o ensinamento teórico passava pela transmissão de conhecimentos aos mais novos pelos mais experientes. Só mais tarde, com a aventura do Índico e do Atlântico é que começou a existir a necessidade de instituir um ensino formal que ajudasse os marinheiros a angariar saberes que depois poderiam colocar em prática.

Em 1559, é a Pedro Nunes que se deve a criação da "Aula do Cosmógrafo Mor", cujas lições obedeciam a um programa que constava de um "Regimento" próprio. Porém, a forma empírica nunca iria deixar de ser a mais utilizada e os pilotos apresentavam-se a exame mais com a sua experiência em viagens do que com os conhecimentos de matemática e de astronomia. Foi, no entanto, este projeto que esteve na origem da Escola Naval e que contribuiu para a formação de inúmeros pilotos. A ideia de Pedro Nunes de aprofundar os conhecimentos científicos dos marinheiros só se concretizou no século XVIII, com a criação do posto de Oficial de Marinha, que necessitava de formação específica, que se centrasse na matemática, física, astronomia, geografia e, naturalmente, nas técnicas de navegação. Esta tendência, que se espalhou pela Europa, levou a que Portugal

⁶⁸ Charles Boxer, *Portuguese Society in the tropics; the municipal councils of Goa, Macao, Bahia e Luanda, 1510-1800*, Madison, University of Wisconsin Press, 1965, pág. 39.

⁶⁹ Charles R. Boxer, *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1969, p. 33 e Hermann Lautensach, *A Geografia em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1982.

criasse as primeiras organizações com este fim em 1761, localizadas em Lisboa e Porto, com fontes de financiamento que incluíam as Associações de Comerciantes. A Academia Real da Marinha foi fundada em 1779, em Lisboa e na dependência da Secretaria da Marinha, Instituição de ensino teórico que se destinou a preparar os oficiais da Marinha de Guerra, da Marinha Mercante e os Engenheiros do Exército. Em 1837, foi substituída pelo Colégio dos Nobres, e mais tarde, à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A Academia Real dos Guardas Marinhas, fundada em 1782, recebeu alunos da Academia Real da Marinha, por mérito excepcional escolar ou diretamente por mérito de nobreza. Teve como função formar os oficiais da Marinha Real, instalada no Terreiro do Paço (Sala do Risco) e apadrinhada pela Rainha D. Maria I. Com as invasões francesas, no início do século XIX, os membros da Academia Real dos Guardas-Marinhas embarcaram para o Brasil, juntamente com o Rei, a Corte e o Governo de Portugal. Instalada no Rio de Janeiro, ali funcionou entre 1808 e 1822. Após a declaração de independência do Brasil, a Academia dividiu-se em duas, a Portuguesa e a Brasileira. A Academia Real Brasileira deu origem séculos mais tarde, à Escola Naval do Brasil.⁷⁰

As crises que se viveram em Portugal nos finais do século XIX desencadearam um movimento nacionalista sem par na sua história. Salientam-se todas as movimentações que sucederam ao *Ultimatum* Inglês e desembocaram na implantação da República, nomeadamente manifestações em Lisboa, Porto e Coimbra e a fundação da *Liga Patriótica do Norte* e da *Liga Liberal*. Nos anos que antecederam o *Ultimatum* surgiu um nacionalismo de índole colonial ligado a uma fase de prosperidade devido às remessas dos emigrantes.⁷¹

Foi igualmente no século XIX que o “ritualismo memorial” ganhou notoriedade pública, sendo até muitas vezes apelidado de “século da memória” e também de “século da História”, pois é nesse tempo que é edificada a ideia de Nação. Os Estados-Nação vão procurar a legitimação no seu passado. Os “quadros

⁷⁰ António José Telo, *Homens, doutrinas e organizações, 1824-1974, “História da Marinha Portuguesa”,* Lisboa, Academia de Marinha, 1999.

⁷¹ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975),* Porto, Edições Afrontamento, 2000, pág. 149.

de memória” nascem e ganham forma naquilo que passa e muda, mas também pelo que se aspira a manter.⁷²

Data também desta altura a celebração de centenários de grandes vultos da Pátria. Tal começou com as Comemorações Camonianas em 1880, que Teófilo Braga referia, em 1884, como “necessidades de sentimento, vai ao mesmo tempo substituindo as religiões. A síntese ativa está sendo realizada espontaneamente nas exposições (...); a síntese afetiva, (...) manifesta-se pelos Centenários dos grandes homens ou dos grandes sucessos; a síntese especulativa (...) efetua-se por meio dos Congressos, em que a pátria se alarga na humanidade.”

A contemporaneidade trouxe uma aceleração do tempo, mas também veio com ela uma seletividade maior em relação ao que se deve recordar, enquanto no século XIX existia um “investimento historicista e comemorativo” ligado a uma “conceção acumulativa, evolutiva e continuísta do tempo”. Nos nossos dias, o movimento avassalador da sociedade e o sentimento de descontinuidade levaram ao questionamento do propósito da história e da dimensão linear do tempo que esta transmite.⁷³

O tempo considerado na contemporaneidade é o chamado “tempo real”, aquele que é imediato e que equivale a uma ação sem memória e a um presente perpétuo. Esta crise do presente acaba por trazer consequências ao nível do registo, da construção. O século XIX, pelo contrário, caracterizou-se pela valorização do passado como auxílio para a solidificação do futuro.⁷⁴

Oitocentos assiste ao nascimento do terceiro Império e o século XX ao fim do Império e à edificação de um Portugal órfão de colónias. Porém, foi no século XIX que esteve a origem desta mudança com a independência do Brasil, em 1822, que vai mudar definitivamente o panorama colonial português. Era necessário encontrar um espaço substituto ou um outro império. Esse espaço alternativo foi Angola, que sofre um amplo desenvolvimento com a intensificação da navegação no rio Quanza, por volta de 1886, com o início do ciclo da borracha. Neste ponto é necessário

⁷² Fernando Catroga, *Os passos do homem no restolho do tempo, Memória e História do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2011, pág. 26. Refere-se o autor ao célebre livro de Maurice Halbwachs, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1952, cuja primeira edição data de 1925.

⁷³ Fernando Catroga, *Ob. Cit.*, pág. 28.

⁷⁴ *Idem*, pág. 29.

destacar a ação de Andrade Corvo, então ministro do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros, cuja ação política se centra no investimento em Obras Públicas e nas chamadas “expedições de Obras Públicas, previstas na lei de 12 de abril de 1876, em Angola e Moçambique primeiro, em Cabo Verde e S. Tomé depois.”⁷⁵

A fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, teve grande impacto na sedimentação da ideologia colonial, assim como na organização de viagens de exploração ao interior de África que supostamente ajudariam Portugal a dominar esses territórios. Mas esse domínio ficou sempre aquém do esperado devido às intromissões de países como a França, Bélgica ou mesmo a Grã-Bretanha. Estas interferências contribuíram para alicerçar a propaganda de índole nacionalista e republicana, que cresceu com o *Ultimatum* em 11 de janeiro de 1890.

Não nos podemos esquecer que, a nível internacional, a Europa vivia um contexto de paz armada, ou mesmo de guerra, que condicionou as posições das potências. Os Estados, nomeadamente os coloniais tiveram de se adaptar, de modo a sobreviver nesse ambiente de nacionalismo hostil, muito ligado à disputa dos espaços coloniais.

Por outro lado, o romantismo, movimento artístico-literário, no qual se inseriu a obra de Herculano, cultiva e sedimenta este nacionalismo, muito ligado também à cultura popular, enfatizando, igualmente, o culto pelas origens, numa visão essencialista da identidade nacional. A nação é vista como um ser vivo, uma entidade orgânica. A ciência histórica é também valorizada e entendida como um instrumento para alcançar a verdade. Porém, para Herculano, a cultura não basta, tem de haver vontade política que, no caso português, segundo Herculano, esteve enraizada na vontade popular e nos primeiros reis. A nação foi construída e sedimentada ao longo dos tempos na cultura e nas tradições.

No caso português, o romantismo surge muito ligado ao liberalismo, pois nele estava consubstanciada uma contestação ao absolutismo e uma luta pela defesa das liberdades, o que se adequava perfeitamente a uma ideologia revolucionária. O romantismo caracteriza-se por uma linguagem baseada na

⁷⁵ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*, ...Cit., pág. 150.

imaginação e subjetividade poéticas, onde há uma exaltação da Idade Média e do passado histórico, época dos heróis e dos mitos. Cultiva-se a natureza, a melancolia, a busca da solidão. Herculano filia-se neste movimento.

Estas ideias serão depois difundidas além-mar, nos territórios coloniais, corrente que se fortalecerá no século XX, devido principalmente a três fatores: uma maior mobilidade física das populações com a revolução dos transportes; um aumento da burocratização dos territórios dado o seu rápido desenvolvimento, que levou à necessidade de contratar administrativos bilingues, preferencialmente; por fim, o desenvolvimento da educação do estilo moderno.⁷⁶

Apesar de terem sofrido séculos de “miscigenação mental”⁷⁷, primeiro através da ação das ordens religiosas e depois dos Estados colonialistas, foi exatamente a difusão de informação responsável pela criação de uma elite intelectual nas próprias colónias que passou a ter consciência desse sentimento de identificação. Esta consciência surgia primeiro nas camadas jovens, as primeiras a terem acesso a uma educação de tipo europeu. O feitiço acabava por se virar contra o feiticeiro, pois os sistemas escolares tiveram um papel fundamental no desenvolvimento dos nacionalismos coloniais e nas aspirações de independência. Em Portugal, mais tarde começou a ser evidente o exemplo da “Casa dos Estudantes do Império”, fundada em 1943 por um grupo de universitários oriundos de Angola e que tinha como principal função contribuir para o “triunfo do espírito português”, através da formação colonial da juventude e para a unidade da nação portuguesa e acabou por ser um foco de resistência antislazarista e de formação dos futuros líderes políticos independentistas.⁷⁸

Outra questão axial nestes territórios coloniais relaciona-se com a própria descrição das comunidades imaginadas pelos colonizadores. Estes, quando chegavam a qualquer território, decalcavam a sociedade europeia e ocidental,

⁷⁶ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 2005, pág.159.

⁷⁷ Anderson propõe este conceito para explicar a transformação de nativos indianos em pessoas culturalmente inglesas, “apesar da sua cor ou o seu sangue não serem remediáveis.” Cf. Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 2005, pág.131.

⁷⁸ Fernando Rosas e Brandão de Brito, *Dicionário do Estado Novo*, Tomo I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pps. 130-131.

transformando aquilo que era uma amálgama de etnias em classes sociais hierarquizadas.⁷⁹

Esta realidade estava associada à forma como o Estado Colonial imaginava e construía a sua soberania, através da natureza dos seres humanos que governava, a geografia dos seus territórios e a herança histórica que transportava.⁸⁰

Nos novos territórios, a extensão das propriedades e a ausência de exploração levava a que os colonos os dominassem e construíssem novas hierarquias sociais, uma vez que necessitavam de trabalhadores que ficassem sob a sua alçada.

Historicamente conseguimos relacionar o nacionalismo português com o mar. Seja na administração, na literatura, na música, nas narrativas, nas histórias populares, ele está sempre presente como algo mágico e, ao mesmo tempo, temeroso. Este imaginário é depois transposto para a administração de novos territórios, onde Portugal encontra um mundo novo para o dominar a todos os níveis, nos planos social, cultural, económico e militar, sempre na expectativa de fundar novas pátrias.

⁷⁹ Benedict Anderson, *Ob. Cit.*, pps. 224-226.

⁸⁰ A palavra colónia foi assumindo significados diferentes ao longo da História. Se pensarmos no mundo antigo, o seu propósito era bastante simples. A fundação de colónias na Grécia Antiga teve como objetivo o alargamento territorial quando a população da *pólis* ultrapassava as possibilidades de sobrevivência da comunidade. Estas comunidades gregas cresciam depois de forma independente e sem ligação com a cidade mãe. Por outro lado, Roma fundou colónias submetidas ao seu poder e à sua jurisdição. Estas colónias foram uma forma de manter os territórios conquistados e de satisfazer a procura de terras agrárias, por parte dos homens livres mais pobres do Império. A diferença está desde logo nos vocábulos de cada uma das línguas. Em latim, colónia significa plantação, no grego significa uma separação do domicílio, uma saída do lar, o afastamento de casa. O estabelecimento de territórios coloniais a partir do século XV não teve um fim tão evidente e claro. Os escritos de Marco Polo desde cedo despertaram a curiosidade para os territórios do Oriente e, depois dele, os caminhos do Oriente foram abertos pelos venezianos que passaram a ter o monopólio comercial. A riqueza veneziana foi um chamariz para os povos peninsulares e os portugueses empreenderam a descoberta gradual da costa africana até à viagem de Vasco da Gama em 1498. Colombo, por seu lado, tinha o mesmo objetivo, mas desembarcou na América Central e não vislumbrou nada do mundo descrito por Marco Pólo, embora tentasse fazê-lo, pois tomou esses territórios pelas Índias que passaram depois a ser “ocidentais”, para as distinguir das outras. Cf. Adam Smith, *A riqueza das Nações*, vol. II, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pps. 91-95.

1.2

A Nação Marítima

1.2.A Nação Marítima

A visão dos Descobrimentos como uma missão histórica de Portugal, para privilegiar o mundo com a fé cristã e a civilização europeia recriada pelo Estado Novo, foi depois posta em causa pela historiografia de Vitorino Magalhães Godinho, que entendeu este acontecimento histórico como uma tentativa do controlo de mercados e como fator de globalização da economia.⁸¹

Durante o século XVI, o Oriente foi a joia da Coroa, e, por isso, é significativo enumerar os produtos comercializados pelos portugueses, onde sobressaem, o ouro da Guiné, do Sudeste Africano e da Sumatra; o açúcar da Madeira, de S. Tomé e do Brasil; a pimenta do Malabar e da Indonésia; o macis e a noz-moscada de Banda; o cravo-da-Índia de Ternate, Tidore e de Amboíno; a canela de Ceilão; o ouro, as sedas e a porcelana da China; os cavalos da Pérsia e da Arábia; os têxteis de algodão de Cambaia, entre outros.⁸²

O período pós-*ultimatum*, em 1890, foi de certa forma um momento de definição de objetivos, de fronteiras e de projetos. No que diz respeito a Angola, havia apenas uma linha de penetração a norte do Quanza. No sul, essa presença era ainda mais diluída, centrando-se no litoral. O poder da metrópole estava na capital, apoiada por forças militares, e pouco mais.⁸³

Esta realidade só começa a mudar através da ação do governador Ferreira do Amaral (1882-1886), que destruiu o poder indígena e reforçou o poder colonial em zonas afastadas. O objetivo era atingir a soberania plena nos territórios. Até ao período da Primeira Guerra Mundial, a ocupação de territórios foi dispersa e pontual e, em 1915, sabemos que continuava limitada, através dos testemunhos do próprio Norton de Matos, governador entre 1912 e 1915.

A nomeação de Norton de Matos é marcante na governação de Angola, cujo território foi constantemente disputado pelas principais potências europeias. Norton de Matos levou a cabo um amplo plano de modernização da sociedade para reforçar a soberania de Portugal no território. A presença de Portugal em Angola assentou no envio de famílias da metrópole. Quanto aos investimentos do chamado plano de

⁸¹ Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal - A Emergência de uma Nação*, Lisboa, Colibri.

⁸² C.R. Boxer, *Ob. Cit.*, pág. 73.

⁸³ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*, ...*Cit.*, pág. 155.

fomento, eram garantidos pelas empresas que exploravam as riquezas da colónia, como a Diamang.⁸⁴

Este reforço ficou depois completo com a abertura económica dos mercados coloniais por força da Conferência de Berlim, que obrigava a procurar apoios internacionais, pondo termo a um período marcadamente protecionista e abrindo portas aos ciclos do algodão e da borracha.⁸⁵

É exatamente durante o período da Grande Guerra que acontece um reforço das tropas enviadas pela metrópole, pois a questão colonial foi acalentada pela República através da participação de Portugal na Guerra que acabou por ser vantajosa para Portugal, no que se refere à definição de fronteiras coloniais.⁸⁶ Aliás, o colonialismo foi defendido transversalmente por todas as correntes e ideias políticas. Quer absolutistas, quer os liberais ou mesmo os republicanos consideravam-no uma característica indissociável do “ser português”, cuja missão civilizadora no mundo, desde o século XV, era enaltecida. A este facto esteve sempre associada a rivalidade espacial com a vizinha Espanha, que acabou por projetar Portugal para o Atlântico.

Posteriormente, esta missão civilizadora acabou por ser uma das âncoras do salazarismo que domina a partir da década de trinta do século XX. O aumento do número de colonos de nove mil, no início do século, passam para quatro dezenas de milhar em 1930 e constitui um bom indicador deste desenvolvimento.⁸⁷

Data desse mesmo ano a publicação do *Ato Colonial*. O seu objetivo principal era reforçar a suposta missão histórica de Portugal como potência colonizadora. Acreditava-se que a população branca tinha como missão civilizar os outros povos e que os portugueses, em especial, tinham características inatas para o conseguir, justificando a sua permanência. Para tal, o Estado Novo impulsionou e promoveu uma série de iniciativas, como publicações, exposições e outros eventos, para difundir esta ideologia no povo português. Ao nível administrativo, os Altos-Comissários são substituídos por Governadores, o poder é concentrado no ministro

⁸⁴ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*, ... Cit., pps. 185-

186.

⁸⁵ *Idem*, pág. 159.

⁸⁶ Sobre este assunto ver Nuno Severiano Teixeira, *O poder e a Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

⁸⁷ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975) Cit...*, pág. 186.

das Colónias e a economia passa a ser mais controlada, no que diz respeito ao capital estrangeiro.⁸⁸

Ao contrário do projeto de Norton de Matos, que defendia o desenvolvimento autónomo e descentralizador nestes territórios, o *Ato Colonial* reafirma a subordinação dos interesses das colónias aos da Metrópole e a concentração de poderes em Lisboa, o que vai agradar a vários setores políticos e às instituições mais conservadoras, exasperando as elites brancas, nomeadamente de Angola, cuja economia prosperava. Como resultado, dá-se um aumento da emigração para as colónias, de 44.000 em 1940 para 173.000 em 1960, no caso de Angola, aumentando o peso das comunidades brancas.⁸⁹

Depois da Guerra, Portugal torna-se a potência imperialista europeia sobrevivente à derrocada dos Impérios. A justificação desta persistência está ligada a uma ideia obstinada de apego ao passado e de missão legitimadora, mas também a interesses económicos baseados num certo neo-mercantilismo. A adicionar a estes motivos, junta-se o papel de peão da Inglaterra que Portugal exercia e que desde sempre tinha condicionado os interesses e as posições nacionais. A conclusão a sublinhar é que a manutenção do Império colonial português foi ao encontro dos interesses ingleses em África.⁹⁰

A ideologia colonial assentou desde sempre na ideia do “El Dourado”, mas também na crença da missão civilizadora e de herança patrimonial adquirida heroicamente dos antepassados: pescadores, marinheiros, descobridores ou aventureiros.

Valentim Alexandre toma o pensamento de Norton de Matos e Armindo Monteiro como paradigmas do pensamento colonial entre as duas Guerras Mundiais. Para eles, o negro é um elemento de raças primitivas, na maioria ainda em

⁸⁸ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975) Cit....*, pág. 189.

⁸⁹ José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

⁹⁰ Pedro Aires Oliveira, *A diplomacia do terceiro Império, "O Império Colonial em Questão"*, Edições 70, Lisboa, 2012, pág. 91.

estado selvagem, entregue à miséria, à superstição e à ignorância, cabendo a Portugal civilizá-los.⁹¹

Armindo Monteiro, Ministro das Colónias entre 1931 e 1935, desenvolveu um projeto base de apoio à colonização, cuja exaltação ideológica ficou conhecido por “Mística Imperial”⁹². A ideia colonial de Armindo Monteiro que acabou por ser uma fonte de inspiração para a política imperialista salazarista e acabou por marcar a sua ação orientadora em relação às colónias. O principal problema por ele detetado era a ignorância e a falta de circulação de informação entre a metrópole e as suas colónias. Reconhecido o problema, houve a necessidade de encontrar novas soluções para difundir a ideia de que o território português incluía as colónias e que era essa inclusão que dotava Portugal de grandeza e poder.

Com a finalidade de atingir este objetivo foram utilizados vários meios para difundir esta imagem territorial de Portugal: edições, mapas, inserção do tema nos currículos escolares, exposições, congressos.

⁹¹ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*, cit..., p. 225.

⁹² Em relação à Mística Imperial dedicamos mais atenção a esta temática no Capítulo Segundo deste trabalho, *Criação da Nação Imperial*.

propaganda, sempre baseada na ideia de expandir a civilização e justificando assim os seus objetivos.

Armindo Monteiro não escondeu os seus objetivos quando, ao escrever o preâmbulo da nova revista *O Mundo Português*, em 1934, identifica o público-alvo que quer atingir: “A gente nova, animada por um ideal patriótico”, uma nova geração que irá dar “a visão, o amor e o orgulho do verdadeiro Portugal, aquele que se estende por mais de dois milhões de quilómetros quadrados aos quatro cantos do mundo e que une mais de quinze milhões de habitantes.” Caracteriza depois o colono ideal; seria aquele que não se limita a ser um número, mas sim um veículo, um meio usado para transmitir uma ideia, uma cultura, uma nação. Sensibilizar os mais novos para esta questão era o propósito da política imperialista. Para tal, em 1936 inseriu também no currículo do ensino secundário a disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação. O programa de História contemplava uma acrescida atenção aos temas ligados ao colonialismo. No verão de 1935, tinha sido iniciado um programa de “Cruzeiros nas colónias” para os alunos do mesmo nível de ensino, com a duração de dois meses em África.⁹³

No plano editorial, apareceram novos títulos e revitalizaram-se outros, como os Cadernos Coloniais, uma coleção que teve setenta livros, publicados pelas Edições Cosmos entre os anos de 1920 e 1960, com especial relevância entre os anos de 1935 e 1941. Os temas versados abrangeram as diversas colónias que na altura formavam o Império Português e os grandes obreiros dessa obra colonizadora.

Em 1935, surge uma publicação menos científica intitulada “Pelo Império”, com o objetivo de captar a atenção de um público mais jovem e de despertar a curiosidade para a temática imperial. Tinha como intenção conseguir atrair e instruir os mais jovens para estas temáticas, com uma faceta pedagógica essencial, já que a publicação era gratuita para os jovens estudantes. Por este motivo, revelou-se um êxito editorial e durou até 1961.⁹⁴

Localmente, aparecem também novos títulos como o *Boletim Cultural do Huambo*, publicação periódica dirigida pelo diretor dos Serviços Culturais de Angola,

⁹³ Francisco Bethencourt (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, pps. 24-25.

⁹⁴ *Idem*, pág. 26.

Serafim Dias de Oliveira Molar, e da responsabilidade dos Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa. Iniciou a sua publicação em 1948 e terminou em 1974, tendo sido publicados um total de vinte e nove números. De acordo com o referido na apresentação da Coleção, feita no seu número um:

«O Boletim Cultural do Huambo pretende ser o arauto de todas as manifestações que, no campo das coisas do Espírito, se realizem em Nova Lisboa e no distrito de que ela é capital, e ser ao mesmo tempo também o arquivo de todos os estudos e trabalhos realizados com o seu melhor conhecimento e valorização. Aspira assim abranger em suas páginas tudo o que possa oferecer algum interesse nos anais culturais do vasto distrito do Huambo: história, etnografia, literatura, medicina, colonização, ciências agropecuárias, economia, etc.».

O *Boletim da Agência Geral das Colónias*, criado pelo Diploma Legislativo Colonial nº 43, de 30 de Setembro de 1924, tem como mote:

“O "Boletim da Agência Geral das Colónias", órgão oficial da ação colonial portuguesa, propõe-se fazer a propaganda do nosso património colonial, contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses.”⁹⁵ Começou com um título mais restritivo de «Boletim da Agência Geral das Colónias», que manteve durante dez anos até 1935, altura em que, num sentido mais lato, passou a designar-se «Boletim Geral das Colónias». Em agosto de 1951, no nº 314, o Boletim muda novamente o seu nome para «Boletim Geral do Ultramar», título que se manterá até ao fim da publicação.

As comemorações foram também assinaladas pela edição de livros, revistas e outras publicações científicas e também congressos como o Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, realizado em Lisboa na Escola Superior Colonial. A data escolhida para o início dos trabalhos do congresso, 19 de julho de 1937, assinalava o terceiro centenário da chegada à Cidade de Belém, no Pará, de Pedro Teixeira, a fim de organizar a expedição destinada à descoberta metódica da

⁹⁵ *Boletim Geral das Colónias*, Vol I, número 2, 1924, pág. 230. Vide, Diploma legislativo Colonial, número dezasseis e seus parágrafos do artigo 15º.

bacia do Amazonas, a qual realmente partiu da foz deste rio e foi até Quito, no atual Equador. Esta exploração, levada a efeito em 1637, determinou a extensão para o interior brasileiro, da ocupação portuguesa e por ela ficaram definidos os limites máximos para ocidente da grande nação sul-americana. Juntamente com este Congresso, realizou-se a *Exposição Histórica da Ocupação do séc. XIX*, no Parque Eduardo VII, para explicar os “épicas feitos portugueses nos últimos 100 anos a demonstrar que eles não constituem milagre na história pátria mas, ao contrário, são a lógica continuação de toda a nossa obra ultramarina, houve que patentear um documentário sobre a nossa ação colonizadora desde séculos atrás.”⁹⁶

Para organizar o evento foi constituída a seguinte comissão executiva: Júlio Catola, agente geral das Colónias, Manuel Múrias, diretor do Arquivo Histórico Colonial, e o Capitão Dimas de Aguiar, que desempenhava as funções de secretário-geral. Esta comissão trabalhou sob orientação do almirante Gago Coutinho, do general Teixeira Botelho, dos professores David Lopes e Gastão de Sousa Dias e ainda do padre Serafim Leite.⁹⁷

Esta exposição teve lugar no chamado Palácio da Exposição e era constituída por várias salas, onde eram lembradas as realizações anteriores ao século XIX, com o propósito de dar a conhecer ao público “a razão histórica do esforço nacional dos últimos 100 anos anteriores à Grande Guerra e aos resultados que dele derivam”, existindo um núcleo reservado aos grandes vultos com vários retratos de figuras de campanhas coloniais, numa evocação memorial dos combatentes nas diversas guerras e outra reservada ao Ato Colonial, com reproduções do documento e, no centro, a estátua de Salazar, de “austera expressão, entre as tábuas do Ato Colonial”. O ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, explicou o porquê do título desta Exposição, enaltecendo “o período intenso da ocupação militar que ocorreu na segunda metade de novecentos e constitui o fulcro da exposição”, porém a parte histórica das conquistas foi também contemplada.⁹⁸

⁹⁶ *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 24.

⁹⁷ “A Exposição Histórica da Ocupação no século XIX e o I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo-Lição destes acontecimentos”, *Boletim Geral das Colónias*, vol. XIII - 150, [Número dedicado à Exposição Histórica da Ocupação e I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo], Agência Geral das Colónias, 1937, pág. 313.

⁹⁸ *A Exposição Histórica da Ocupação no século XIX...*, *Ob. Cit.*, pág. 300.

O jornalista que visitou o certame relatava-a como “uma síntese viva, completa, vibrante da nossa obra de descobridores, colonizadores e pacificadores. A epopeia militar do séc. XIX, que servia de tema principal da Exposição, marca o limite entre duas grandes épocas históricas: foi simultaneamente o ponto final que conclui um período de descobrimentos e conquistas e a maiúscula que abre um período novo na vida de um Império. Quem visitasse a Exposição ficaria a compreender que a “ocupação de terras ultramarinas não vale apenas como simples permanência de posse, mas como atividade criadora que chamou aos ritmos da civilização populações retardadas, construiu cidades, arroteou campos, foi geradora de nações e fez tudo isto, pela aplicação de métodos próprios, de princípios e regras de que duplamente fala, através de gerações, a vocação da grei e o génio de uma raça de descobridores e emigrantes, bandeirantes e pombeiros, exploradores, soldados e lavradores, fundadores de indústrias e bons mercadores”. A exposição mostrava tudo isto e incluía também uma sala do *Brasil e do Oriente* e outra da *Divulgação da Fé e do Drama da Ocupação*.⁹⁹

Não foram esquecidos os vultos que marcaram a colonização, nomeadamente no que diz respeito às campanhas militares de Angola e Moçambique e cujas figuras históricas destacadas foram Mousinho, Capelo e Ivens e António Enes. O objetivo geral da exposição era conceber uma “demonstração documental de carácter iconográfico, militar e bibliográfico” que demonstrassem “os trabalhos e ação dos portugueses para assimilação dos indígenas e para a defesa do Ultramar português durante o século XIX até às campanhas da Grande Guerra.”¹⁰⁰

A exposição teve um tal efeito nos visitantes que muitos esperavam que dali nascesse o Museu Nacional da Ocupação Portuguesa. De facto, logo na entrada, encontravam-se as estátuas do Chefe de Estado e Presidente do Ministério, cuja ação na assinatura do diploma orgânico do novo Império era destacada, juntamente com as figuras do Infante D. Henrique e Afonso de Albuquerque, considerados símbolos máximos da epopeia marítima e colonial. Eram assim edificadas mitos fundacionais, personificados nas personagens históricas evidenciadas. A primeira sala era destinada à glorificação dos antigos navegadores e colonizadores com os

⁹⁹ *A Exposição Histórica da Ocupação no século XIX...*, Ob. Cit., pág. 304.

¹⁰⁰ *Idem*, pág. 314.

respetivos brasões de armas das suas famílias e notas biográficas. Esta sala era seguida por uma riquíssima coleção bibliográfica de livros, plantas, mapas, desenhos e fotografias pedidos a diversas bibliotecas e coleções oficiais, municipais e particulares, entre eles um retrato de Camões. A decorarem as paredes viam-se grandes mapas do mundo inteiro que indicavam os pontos em que a atividade portuguesa foi profícua. Vêem-se depois armas antigas, modelos de navios, desenhos, uniformes e bandeiras.¹⁰¹

A primeira parte da Exposição realça a ação dos soldados e colonizadores do século XIX com uma galeria de retratos e respetivas notas biográficas, condecorações alcançadas, representações de combates, mapas, relatórios e livros sobre assuntos coloniais. A este material juntavam-se estatísticas, gráficos e cartas de travessias de África. A ação das missões é destacada na sala seguinte, em forma de templo, com Cristo no topo, e numerosa documentação sobre os missionários. A exposição termina com uma parte reservada à ação portuguesa no Brasil e um mapa com a expansão linguística.¹⁰²

Ao mesmo tempo que decorria a exposição, um documentário sobre o certame, da autoria de António Lopes Ribeiro passava nas principais salas de cinema do Porto e Lisboa e nas províncias ultramarinas.¹⁰³

Este período de intensa propaganda terá o seu auge em 1940 com as Comemorações do Duplo centenário da Independência, durante as quais o Estado Novo se multiplicará em projetos culturais que têm por objetivo glorificar a ação dos portugueses no mundo. O “ano áureo”, ou o “ano de oito séculos”, teve como objetivo, nas palavras de Oliveira Salazar, “afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à Civilização e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis.”¹⁰⁴

Com as Comemorações dos Centenários não se construiu só a Exposição, mas também outras obras públicas como estradas, as gares marítimas da Rocha do Conde de Óbidos e de Alcântara, bairros, o estádio nacional e o aeroporto da

¹⁰¹ A *Exposição Histórica da Ocupação no século XIX...*, Ob. Cit., pág. 336.

¹⁰² *Idem*, pág. 337.

¹⁰³ *Idem*, pág. 180.

¹⁰⁴ *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 6.

Portela. Continuaram estas iniciativas com o chamado “Plano dos Centenários”, que incluiu a construção de escolas e outras infraestruturas.

Às vozes dos mais altos membros do governo, de aplauso pela iniciativa, juntaram-se críticas em relação às artes decorativas e à encenação teatral e irrealista das representações. Fernando de Pamplona, no texto citado em epígrafe, tece várias críticas à exposição no que respeita à sua concretização artística e lamenta o facto de não existir um catálogo onde seja descrita a autoria das obras apresentadas. A este autor juntam-se outros como Adriano de Gusmão ou Borges de Macedo que lamentam o não aproveitamento da oportunidade criativa. A própria afluência à exposição ficou aquém das expectativas, facto que as autoridades justificavam com o alto valor do ingresso de entrada, os poucos transportes existentes para Belém e a falta de divulgação.¹⁰⁵

No discurso proferido pelo Presidente da República, enaltece-se a ideia de Império e dos três Impérios construídos ao longo da História, “O Império brilhante do Oriente, que tem para nós a fascinação dourada de uma empresa que mede a audácia e o brilho de um povo; (...) o Império do Brasil, em que revelámos o sentido que possuíamos da obra civilizadora e que constitui um alto orgulho para nós, pelo grande contributo que o Brasil presta hoje à civilização; e afinal o Império de África, de que nos podemos envaidecer...”¹⁰⁶

Continua o discurso referindo-se aos vultos colonizadores, afirmando que sempre se falará da ação dos portugueses no mar e na colonização e todas as galerias do Mundo recordarão o Infante de Sagres, o Gama, Albuquerque, Cabral, Camões e muitos outros ainda.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Margarida Acciaiuoli, *A Exposição de 1940. Ideias, Críticas e Vivências*, Colóquio Artes, nº 87 (2ª série), 32º ano, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pps. 18-25.

¹⁰⁶ *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 15.

¹⁰⁷ *Boletim Geral das Colónias, Ob. Cit.*, pág. 16.

Imagem 3
Vista Geral da Exposição do mundo Português



“Entre a sombra religiosa dos Jerónimos e a luminosa faixa azul do Tejo, no grandioso pórtico da capital do Império, a Exposição do Mundo Português foi uma cidade maravilha que milhares de portugueses e estrangeiros durante cinco meses leccionadores percorreram e admiraram”, in *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 185.

Durante o ano dos centenários, os festejos concentraram-se em dois ciclos: o ciclo medieval e o ciclo imperial. Neste último, especialmente em Coimbra e no Porto, realizaram-se vários congressos, integrados no *Congresso do Mundo Português*, com o objetivo de estudar toda a “extensão da ingente tarefa ultramarina de Portugal no mundo e, para remate das celebrações de carácter imperial, fez-se no Pavilhão dos Descobrimientos da Exposição do Mundo Português, junto à estátua de Luís de Camões, a “Festa dos Lusíadas” – glorificação do grande poema de Raça, festa para a Mocidade Portuguesa”, festa para os homens de amanhã, para ouvirem lição no dia 10 de junho, numa sessão solene realizada na Academia das Ciências sobre a língua portuguesa.¹⁰⁸

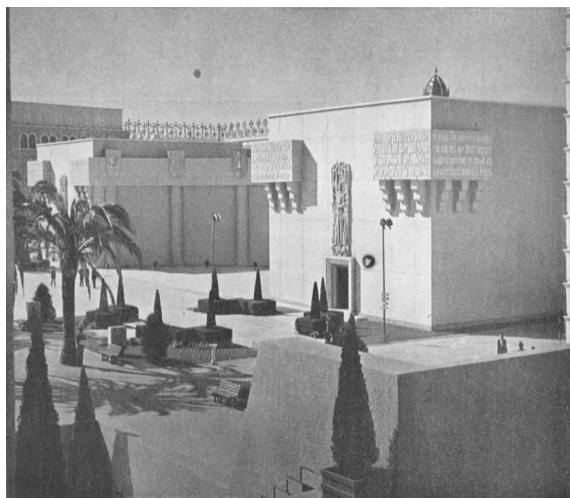
A Exposição do Mundo Português integrava vários monumentos e pavilhões, entre os quais o da Colonização, inaugurado no dia 1 de julho, com pompa e circunstância, da autoria do arquiteto Carlos Ramos, “composto por um só pavimento, com uma fachada em ligeiro semicírculo, impressionava pela elegância das suas linhas sóbrias. Logo à vista saltavam dois relevos do escultor Barata Feyo,

¹⁰⁸ *Boletim Geral das Colónias, Ob. Cit., pág. 17.*

encimando o retângulo das portas de acesso e de saída, um representando a Fé, outro o Império.”¹⁰⁹

Imagem 4

Pavilhão da Colonização



“De linhas nobres e sóbrias, a fachada exterior do Pavilhão da Colonização, da autoria do arquiteto Carlos Chambers Ramos” in *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 191.

Prossegue a descrição, realçando as diferentes salas do pavilhão: primeiro, os *Antecedentes*, com representações alegóricas em quadros referentes ao desenvolvimento desde a Idade Média à centúria de quinhentos e aos feitos dos Descobrimientos, da autoria de Carlos Botelho e Fred Kradolfer. A segunda sala era dedicada à ação de D. João II e ao início do sistema de feitorias que representava o início da *Organização do Estado Colonizador*. Da autoria de Paulo Ferreira e Hans Semke existiam, nesta sala, dois baixos-relevos policromados alusivos à chegada dos portugueses ao Congo.

¹⁰⁹ *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Ob. Cit., pág. 190.

Imagem 5
Sala da Organização do Estado Colonizador



“Na sala da organização do Estado Colonizador, este medalhão representava o rei D. João II, fundador do sistema de feitorias. Ainda nesta sala o baixo relevo que evoca a chegada dos portugueses ao Congo”, in *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 193.

A sala seguinte demonstra a ação exploradora de D. Afonso V, o africano, num painel sob o título *Africa Nostra*, onde é sublinhada a importância dos escravos, especiarias e ouro. Artisticamente, a sala teve a participação de Almada Negreiros, Armando Mesquita e Manuel da Cruz.

Imagem 6
África Nostra

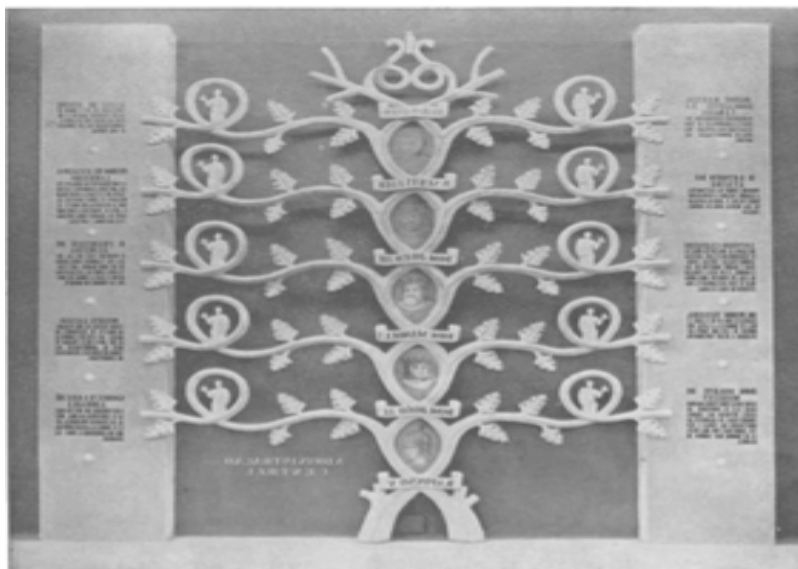


“Na sala África o painel inspirado no motivo África Nostra”, in *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 196.

Depois da sala reservada ao Oriente, o visitante chegava à alegoria da *Política de limites e ocupação*, dividida em duas zonas: uma, anterior aos tratados e demarcações, com imagens de padrões e fortalezas, e outra, posterior, de tratados e conferências, desde Tordesilhas até à Conferência de Berlim. Os artistas que se ocuparam desta sala foram Carlos Botelho e Fred Kradofer (maquetes horizontais), Emérico Nunes (maquete da prisão do Gungunhana), Thomaz de Melo (modelos de uniformes militares), entre outros. As restantes salas foram dedicadas à política administrativa no que diz respeito à ocupação de territórios ultramarinos e sua colonização que, segundo o discurso emitido, não teriam sido possíveis sem a ação governativa“ que lhe deu direção e garantiu continuidade”.¹¹⁰

¹¹⁰ *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Ob. Cit. , pág. 202.

Imagem 7
Política Administrativa



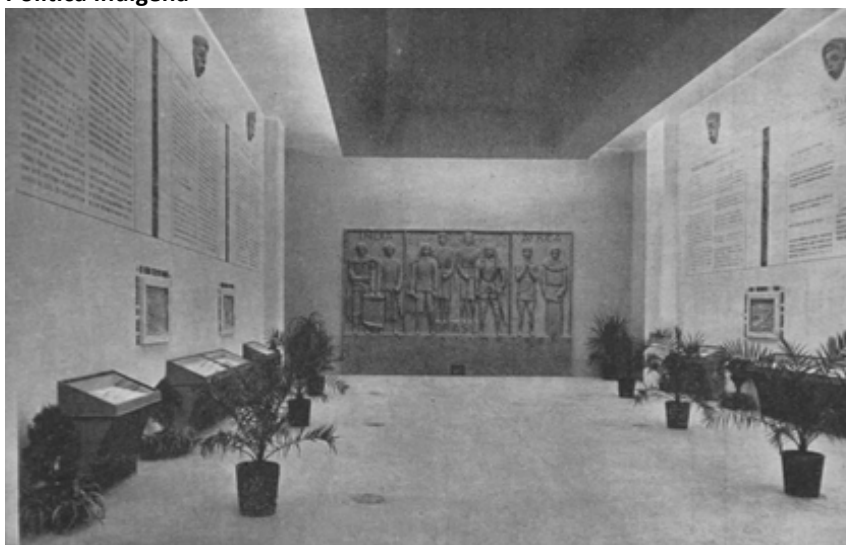
Na primeira secção das salas “Política Administrativa” encontrava-se esta árvore alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até ao século XVII, in *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 203.

À administração seguia-se a *Política Indígena*, onde se concluiu que os portugueses tiveram sempre uma postura muito “humanitária em relação às raças indígenas”, numa visão claramente propagandística e sem qualquer relação com as políticas instituídas no terreno, tal como diversos estudos posteriores vieram a demonstrar.¹¹¹

A décima sala era dedicada à *Fé e ao Império*, com a evocação da catequização dos indígenas e, por fim, o *Panorama Actual da Colonização Portuguesa* com fotomontagens da ação política e administrativa de Portugal no Império, enaltecendo o desenvolvimento dos transportes, vias de comunicação e transmissão, portos e navegação, instrução, assistências, missões, comércio, agricultura.

¹¹¹ Ver Isabel Castro Henriques, *A sociedade colonial em África, Ideologias, Hierarquias, quotidianos, “História da Expansão Portuguesa”*, volume 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999.

Imagem 8
Política Indígena



“Uma vista da sala Política Indígena”, in *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 207.

Imagem 9
Sala do Panorama Actual da Colonização



“Como documentário da actividade ultramarina da Revolução Nacional, a sala do Panorama Actual da Colonização em cujas paredes se liam legendas do Presidente do Conselho, do Ministro das Colónias e do Embaixador Armindo Monteiro”, in *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol. XVII, número 187, 1941, pág. 217.

Paralelamente a este ímpeto cultural e criador, a Europa vivia uma situação catastrófica devido à guerra e à movimentação de refugiados que procuravam

Portugal não só como um local seguro e longe da guerra, mas também como uma porta de saída da Europa.¹¹² Porém, com o final da II Guerra Mundial, a situação altera-se, mudando também a ideologia de base, que passa a defender uma política de assimilação em vez de submissão, dando às colónias uma nova designação: Províncias Ultramarinas.

É também na década de 50 que o luso-tropicalismo ganha muitos adeptos. Segundo esta teoria, os portugueses tinham condições especiais de adaptabilidade aos climas diferentes das colónias, envolvendo-se com as culturas locais e enraizando os princípios culturais dos europeus. Estas ideias, difundidas, primeiro, por Salazar, nas entrevistas à jornalista francesa Christine Garnier, alicerçaram-se, depois, a partir de 1933, na obra de Gilberto Freyre, que consolidou o espírito colonizador dos portugueses, ímpar entre os povos da Europa, assim como a sua tolerância em relação às práticas locais. O sociólogo brasileiro, emigrado nos Estados Unidos, passou a ser a referência do regime, pois na sua principal obra “Casa Grande e Sanzala”, analisava de uma forma idealista a colonização portuguesa: miscigenadora e sem vestígios de racismo. Esta aproximação teve como explicação o facto de o salazarismo necessitar de uma ideologia que legitimasse a prática colonialista.¹¹³

Esta legitimação foi igualmente conseguida através da expansão da fé católica, através das respetivas instituições eclesiásticas e das missões. Em 1940, ano de todas as celebrações, o Papa Pio XII parabolizava Portugal pelo centenário da Independência e Restauração, mas também celebrava a presença dos católicos no Ultramar e apelava à sua continuidade. Nesta mesma data foi celebrado um Acordo Missionário entre a Santa Sé e o Estado Português que acertava os pormenores da Concordata.¹¹⁴ Este acordo enquadrava legalmente as missões em África e concedia grande liberdade de ação à Igreja Católica nos territórios coloniais portugueses, em retorno da ocupação do território e do ensino da língua portuguesa. Um ano depois, este Acordo foi reinterpretado pelo Governo com a publicação do Estatuto

¹¹² Sobre este assunto ver Irene Flunser Pimentel e Cláudia Ninhos, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013.

¹¹³ Francisco Bethencourt (dir.), *História da Expansão Portuguesa, ... Cit.*, pps. 35-39.

¹¹⁴ Sobre este assunto ver Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, 1998 e Paula Borges Santos, *A Segunda Separação, a política religiosa do Estado Novo, 1933-1974 – Estado, Leis, Governação e interesses religiosos*, Lisboa, Almedina, 2016.

Missionário que discriminava a autonomia e o funcionamento da atividade missionária; a atribuição da responsabilidade do ensino dos indígenas; a utilização das línguas e a obrigatoriedade dos prelados das dioceses e circunscrições apresentarem anualmente um relatório sobre a atividade missionária. O ensino tinha como premissas definidoras a língua portuguesa e o enquadramento na Constituição. Os custos com o pessoal deixavam de ser responsabilidade do Estado, passando para a autoridade eclesiástica. A escola revestiu-se de uma forte componente nacionalista que levou a alguns atritos com a igreja católica.¹¹⁵

Numa fase mais ligada à territorialização de África, este acordo modificou o Padroado Português do Oriente e permitiu a criação de novas dioceses, alargando a influência e o enquadramento eclesiástico das populações.

Apesar deste domínio, não desapareceram as correntes protestantes que, depois da Independência, adquiriram grande importância.

No campo cultural, a ideia de diversidade trazida pela Expansão passa a ser um problema e o Estado Novo tenta transformá-la numa demanda pela homogeneidade espiritual. Até 1930 Salazar manteve-se distante em relação à questão colonial. Segundo Yves Léonard, esta distância talvez se explique pela origem rural do ditador, longe da exaltação das conquistas no Ultramar. Para além disso, o facto de, no início, ter aderido ao pensamento católico social-cristão de base reacionária afastavam-no igualmente desta questão, já que esta não era uma prioridade da ação política conduzida por esta via.¹¹⁶

É exatamente nesse ano de 1930, que Salazar é nomeado Ministro das Colónias e parece mudar de atitude. Apesar de manter este cargo apenas durante seis meses, a política colonial que instala terá grandes consequências no futuro. O Ato Colonial é o seu projeto federador para as colónias, marcando uma rutura com o sistema colonial republicano. Com este documento, as tradicionalmente chamadas *Províncias Ultramarinas* passam a ser designadas de *Colónias* do Império Colonial Português. Para além disso, o documento confere um valor constitucional à missão colonizadora inerente à identidade da nação portuguesa. O projeto contém três

¹¹⁵ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, pps. 391-392.

¹¹⁶ Yves Léonard, *O Império Colonial Salazarista*, "História da Expansão Portuguesa", volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pág. 11.

pontos essenciais: maior concentração de poderes; forte reivindicação de ordem nacional; “coordenação e integração” e reforço da ideia de Império. Consequentemente, abre-se uma nova fase da política colonial – fortemente nacionalista, integracionista e centralizadora.¹¹⁷

O *Ato Colonial* é publicado em 1930 – Decreto nº 18.570 de 8 de Julho – e a sua ideia-base é a “função histórica” de Portugal “de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”. Apelando ao historicismo, o colonialismo era encarado como uma missão civilizadora. O *Ato Colonial* veio substituir o título V da Constituição de 1911 e vai depois fazer parte do texto da Constituição de 1933. O texto inclui diretrizes que abrangem temas desde a designação dos territórios que, segundo o artigo 3º passam a denominar-se “colónias” até à delimitação de fronteiras, pois o “Estado não aliena qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal”.

O artigo 10º é consagrado especificamente às povoações marítimas e à sua expansão. As concessões de terrenos não podiam ser feitas a estrangeiros, nem a indivíduos ou sociedades, excetuando o caso de instalações urbanas, industriais ou comerciais. No geral, o texto mostra um reforço do poder central da Metrópole e uma preocupação pela integridade territorial. Quanto à tolerância religiosa, o documento acaba por ser contraditório, pois defende a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, ao mesmo tempo que “exalta as missões como um instrumento de civilização e influência nacional.” O centralismo económico, social e religioso também é visível ao nível da política, uma vez que a figura do Alto Comissário é substituída pelo Governador Geral, cujos poderes ficam submetidos ao Ministro das Colónias.¹¹⁸

A afirmação desta política colonial também foi feita através de símbolos e do recurso ao imaginário: a participação em numerosas manifestações consagradas às colónias, a organização de várias exposições, o registo da imagem e de uma propaganda colonial sempre muito ativa.¹¹⁹ Por exemplo, na Exposição Internacional

¹¹⁷ Yves Léonard, *Ob. Cit.*, pág. 18.

¹¹⁸ Cf. *Diário do Governo*, 1ª série, nº 83 de 11 de Abril de 1933, pps. 650-652.

¹¹⁹ Yves Léonard, *Ob. Cit.*, pps. 24-25.

e Colonial de Paris (1931), Raul Lino concebeu um pavilhão neomanuelino, cuja decoração interior privilegiava cenas da vida africana como a colheita do cacau, juntamente com representações da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e por estátuas de Afonso de Albuquerque ou do Infante.¹²⁰

Esta propaganda era difundida através do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e da Agência Geral das Colónias, que editavam panfletos e revistas, como a *Panorama*, o *Mundo Português* ou *Pelo Império*, assim como através do ensino, nomeadamente no que diz respeito ao programa oficial. Tome-se o exemplo do livro do terceiro ano do ensino primário rural de Angola, onde figuram imagens e textos de doutrina cristã, sobre cuidados de saúde, tarefas domésticas e alusões ao Império, como a seguinte “As aldeias, as vilas e as cidades” onde a personagem principal, António José, vive perto de Lobito, na aldeia de Catumbela, e quis saber qual a maior cidade de Portugal, ao que o professor respondeu que era Lisboa, “é lá que está o Presidente da República, a nossa maior autoridade que manda em todo o Portugal.” Por sua vez, o aluno pergunta: - E também manda em Angola? Resposta: - Pois claro que sim! Tu sabes bem que Angola também é Portugal!”¹²¹

A organização da juventude Mocidade Portuguesa foi também um veículo por excelência destas ideias através da participação em manifestações organizadas sobre o tema colonial. Instituiu-se igualmente o culto dos grandes homens e das grandes figuras militares da colonização.¹²²

Já referida anteriormente, a revista *Pelo Império*, editada a partir de 1935 até 1961, inclui uma série de números dedicados a estes vultos gloriosos das campanhas de África e da colonização portuguesa como Henrique Augusto Dias de Carvalho¹²³, o homem da Lunda, militar, administrador, engenheiro, explorador e escritor, encarregue da missão exploratória até ao Cassai, em 1884, e incluía a fundação de estações comerciais ao longo do percurso, estabelecer tratados com os potentados indígenas e a exploração de toda a zona do sertão.

¹²⁰ Fernando Catroga, *Ritualizações da História*, História da História em Portugal, séculos XIX – XX, volume I, s.l., Temas e Debates, 1998, pág. 262.

¹²¹ *O livro do terceiro ano: ensino primário rural*, Governo Geral de Angola; desenhos de J. F. de Matos Gomes, Edições Lello, 1963, pág. 21.

¹²² Yves Léonard, *Ob. Cit.*, pps. 24-25.

¹²³ Marquez do Lavradio, *Henrique Augusto Dias de Carvalho*, “Pelo Império”, 10, 1935, pág. 27.

Outro número da coleção foi dedicado a Paiva Couceiro¹²⁴, que serviu em Angola, onde comandou o Esquadrão de Cavalaria de Humpata, combateu na campanha do Bié, entre outros feitos narrados no texto.

A Mousinho da Silveira¹²⁵, o *herói de África*, foi também dedicado um número, relatando os feitos heróicos do militar. Em 1886, iniciou a sua carreira colonial na Índia para fiscalizar o caminho-de-ferro de Mormugão e, em 1888, foi nomeado secretário-Geral da Província. Em 1890, foi colocado à frente da província de Moçambique onde havia levantamentos dos indígenas. Foi governador até 1892 e conseguiu submeter Gungunhama, último rei de Gaza. Dessa memória feliz e pacificadora resultaria o filme *Chaimite*, de Jorge Brum do Canto, realizado em 1953.

O Ministério das Colónias desempenhou um papel muito importante na divulgação de documentação relativa a este assunto. Publicava o *Boletim da Agência Geral das Colónias*, o *Anuário do Império Colonial Português*, a *Biblioteca Colonial Portuguesa* e a *Coleção de relatórios e documentos coloniais*. A Sociedade de Geografia de Lisboa, também se empenhava neste trabalho editorial, publicando as “semanas nas colónias”, organizadas todos os anos, e também um *Boletim*.¹²⁶

Quanto a manifestações públicas, foram organizadas exposições, colóquios e conferências: a Exposição Colonial Internacional de Antuérpia, em 1930, (onde Portugal participou com quatro pavilhões); a Conferência Imperial Colonial de Lisboa em 1933; a I Exposição Colonial do Porto, em 1934; o I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colónias, em 1934; a Exposição Histórica da Ocupação em 1937 e a I Conferência Económica do Império Colonial, em 1946. Portugal vai ainda participar na Exposição de Arte Colonial de Nápoles, em 1934, na Grande Feira Internacional em Tripoli, em 1935, entre outras.¹²⁷

Em 1958, Portugal participou ainda na Exposição Internacional e Universal de Bruxelas, com um pavilhão da autoria do arquiteto Jorge Segurado, com 7 200m², no qual o “Ultramar ocupa um piso suplementar que foi construído especialmente para esse efeito e que corresponde a um quarto da área total do pavilhão”. O objetivo era

¹²⁴ José Brandão Pereira de Melo, *Paiva Couceiro*, “Pelo Império”, 117, 1947, 40 pps.

¹²⁵ Amadeu da Cunha, *Mousinho*, “Pelo Império”, 12, 1935, 44 pps.

¹²⁶ Yves Léonard, *Ob. Cit.*, pág. 26.

¹²⁷ Jorge Seabra, *Cinema Império e memória no Estado Novo : o caso Chaimite de Jorge Brum do Canto*, Coimbra, 1993, (tese de Mestrado em História Contemporânea).

“demonstrar o contributo das várias nações, na nossa época, pela valorização da pessoa humana e pela aproximação dos povos entre si”.¹²⁸ O cinema secundou esta imagem da propaganda colonial e, em 1940, estreia o filme “Feitiço do Império”, coproduzido pelo SPN e pela Agência Geral das Colónias. O filme narra a história de um luso descendente, Luís Morais, que habita em Boston e está prestes a casar, mas viaja primeiro até Portugal e suas colónias. A Luís aborrece o fado e o que vai acabar por conquistá-lo é África, levando-o a render-se ao portuguesismo e acabando mesmo por casar com uma portuguesa.¹²⁹

Esta política cultural, ou do “espírito”, como lhe chamou António Ferro, teve como objetivo o enaltecimento do carácter colonizador dos portugueses e da sua vocação miscigenadora. Segundo Sérgio Lira, as exposições temporárias tiveram três temas principais: o Império Colonial e os Descobrimentos, a Cultura e as Artes e a Obra do Estado Novo.¹³⁰ Além de tudo, estas exposições davam visibilidade ao Estado e realçavam o seu papel centralizador, criando uma ligação entre o colonizador e o colonizado. Por este motivo era importante celebrar as mesmas datas, conhecer as mesmas personagens históricas, divulgar datas e nomes que, no fundo, transmitiam a ideia de união.

Estas iniciativas tinham agora um sentido diferente, eram obras de Estado, do Chefe, não de Associações ou outras instituições civis. A celebração destes acontecimentos foi também transferida para o Ultramar. Por exemplo, o caso do feriado da Restauração, que foi transposto para a realidade de Angola. Em 15 de agosto de 1648, Salvador Correia de Sá e Benevides organizou uma armada que libertou Luanda, assim como Benguela e S. Tomé, do jugo holandês. Este feito era celebrado todos os anos nas chamadas “Festas da Restauração”.¹³¹ Esta repetição e celebração constante davam ao acontecimento a solenidade exigida e envolvia toda a comunidade que acabava por se sentir unida neste “acontecimento-espetáculo”. Estas comemorações, desde a sua emergência em 1880 até praticamente aos nossos

¹²⁸ “O Ultramar Português na Exposição Internacional de Bruxelas”, *Boletim Geral do Ultramar* . XXXIII – 388, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII – 388, 1957, p. 190.

¹²⁹ Patrícia Vieira, *O Império como fetiche no Estado Novo: Feitiço do Império e o Sortilégio colonial*, Portuguese Cultural Studies 3, Spring 2010, pág. 136.

¹³⁰ Sérgio Lira, *Exposições Temporárias no Portugal do Estado Novo: alguns exemplos de usos políticos e ideológicos*, Colóquio APOM, 1999 (policopiado), pág. 3.

¹³¹ Paulo Salvador, *Era uma vez Angola*, Quimera Editores, 2004, pps. 27-28.

dias, podem ser descritas por ciclos (...) sobre determinados e transversalmente atravessados pelo mesmo propósito anti decadentista, nacionalista e revivescente (...): o ciclo nacionalista-imperialista e de refundação nacional, o da questão religiosa, o da consagração de regimes, o do engrandecimento e heroicidade militar, e o do enaltecimento da grandeza artístico-científica”.¹³²

Na edificação do Império, os portugueses conseguiram associar ao longo de séculos a predominância naval, o conhecimento na arte de navegação e a construção de conhecimento empírico para a ampliação e consolidação da posição comercial. A partir da experiência científica, elaborou-se uma nova forma de controlar estes territórios, não apenas baseada no aspeto militar, mas também através da construção de laços políticos e económicos e na recolha de espécies naturais, analisados em busca de potencialidades e riquezas a explorar. Era um modelo baseado na construção de conhecimento científico com objetivos económicos e estratégicos.

O perfil do explorador encaixava na lógica imperialista e, deste modo, associava-se ao desenvolvimento científico como meio de justificar o colonialismo. O imaginário dos navios, museus, jardins botânicos, coleções, o avanço da ciência e a expansão territorial e económica evoluíam, relacionando-se e legitimando-se.¹³³

Para além de muitas expedições e viagens científicas, muitas documentadas e com acervos muito importantes nos diversos museus e departamentos da Universidade de Coimbra, na centúria de setecentos realizaram-se as chamadas viagens filosóficas ao Brasil, a África e à Índia. Estas viagens e os seus relatos desmistificaram uma série de ideias sobre esses territórios e contribuíram para a construção identitária desses locais longínquos. Os relatos de viagem eram um género muito apreciado e cooperaram na elaboração de ideias e imagens desse mundo exótico trazido por marinheiros, aventureiros, comerciantes, militares, missionários, colonos e nativos. O século XIX era muito competitivo no género literário de literatura de viagens.

¹³² Fernando Catroga, *Ritualizações da História*, “História da História em Portugal”, séculos XIX – XX, volume I, s.l., Temas e Debates, 1998, pág. 225.

¹³³ Gabriel Passetti, *O Brasil no relato de viagens do comandante Robert Fitzroi do HMS Beagle, 1828-1839*, Manguinhos, volume 21, número 3, julho-setembro de 2014, pág. 917.

Estas viagens, com investimento régio, eram uma forma de unir o conhecimento à aventura, mas também oportunidades exploratórias de recursos naturais e riquezas. Tinham interesses por detrás dessa fachada épica, pois “o explorador é o precursor do colono; e o colono, o humano instrumento empregado nessa fábrica – a maior e a mais difícil das empresas – a de civilizar o mundo.”¹³⁴

Por detrás do empreendimento esteve a figura de Martinho Mello e Castro, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, com a finalidade de “proceder ao reconhecimento e demarcação geográficas, bem como, o levantamento das potencialidades económicas de cada região.”¹³⁵

No século XVIII foram financiadas quatro viagens: no continente americano, a exploração do Brasil foi entregue a Alexandre Rodrigues Ferreira; as viagens em África foram conduzidas por João Feijó; a Cabo Verde, Joaquim José da Silva; a Angola; e a Moçambique, Manuel Galvão da Silva. Este, primeiro, explorou a região de Goa. Aos interesses científicos devemos adicionar os geopolíticos e a marcação de locais de comércio.

Em 1783, iniciou-se a viagem a Angola, liderada por Joaquim José da Silva que começou o seu percurso em Luanda, passando em Cabinda, Benguela, terminando no Cabo Negro. Periodicamente, eram enviadas mensagens, descrições e material para o Reino que vieram acrescentar as coleções dos Museus de História Natural.

Nesse ano, tiveram também início as viagens a Moçambique, Cabo Verde e Brasil, que se revelaram bastante enriquecedoras em termos de avanço científico e geográfico, contribuindo para a constituição de acervos museológicos, mas não no imediato. A história da museologia colonial é algo complexa, mas podemos afirmar que o seu surgimento é posterior.

¹³⁴ Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, *De Angola à Contracosta*, Lisboa, Publicações Europa América, pág. 115.

¹³⁵ Informação retirada dos textos da *Exposição Natureza Exótica. Viagens filosóficas de naturalistas*. Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Exposição integrada na 17ª SEMANA CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA sob o título: UC 725 Anos: Tempo de encontro(s) “Encontros de história natural no século das luzes” / “Encontros do iluminismo”.

Um museu colonial tem como característica principal uma extrema dependência da metrópole.¹³⁶ Para além disso é um reflexo imediato do contacto entre os colonos e os nativos que recolhem os dados identitários caracterizadores da cultura desses mesmos povos. É um museu resultante da cultura colonial inerente à expansão europeia moderna, seja qual for a sua localização.¹³⁷

É nas sessões dos congressos coloniais que é chamada a atenção para a necessidade de criação de um museu colonial. Uns propõem a reconversão do museu da Sociedade de Geografia de Lisboa num museu do Estado, outros a construção de um edifício de raiz.¹³⁸ Ao longo dos congressos e conferências coloniais, foi sempre referida a necessidade premente da criação de um museu colonial português votado à investigação científica. Santos Júnior, Luís Chaves e Afonso do Paço foram alguns dos defensores desta ideia. Luís Chaves, em 1934, proferia o seguinte discurso aquando do *I Congresso Nacional de Antropologia Cultural*, em 1934:

“Ninguém porá em dúvida esta verdade: Portugal tem a obrigação histórica e a necessidade política inadiável de organizar o museu etnográfico do seu Império. (...) Na construção do Nacionalismo inteligente, rota espiritual em que caminhamos, impõe-se o museu do Império Português, como demonstração do quanto fomos, prova de quanto somos e alto farol do que devemos ser.”

Pretendia-se um museu que representasse Portugal e a “obra civilizadora dos portugueses através dos tempos” .¹³⁹

¹³⁶ Lista dos Museus Coloniais (síntese realizada pela autora com base em pesquisas em revistas e outro tipo de publicações): Portugal Continental: Museu da Sociedade de Geografia; Museu Nacional de Etnologia Ultramarina; Portugal dos Pequenitos; Museu Agrícola Colonial; Museu do Instituto de Medicina Tropical; Angola: Museu de Angola; Museu do Dundo; Coleção de Arte Indígena da Missão Católica de Luanda; Moçambique: Museu de Nampula; Museu de História Natural de Lourenço Marques; Museu Provincial Álvaro de Castro em Lourenço Marques; Museu-Palácio de S. Paulo na Ilha de Moçambique; Guiné: Museu da Guiné Portuguesa; Congo: Museu Etnográfico e de arte indígena do Congo Português.

¹³⁷ Nuno Porto, *Ciência, Museus e o Império*, (policopiado), pág. 60.

¹³⁸ No *I Congresso Nacional de Antropologia Cultural*, realizado no Porto, por ocasião da *Exposição Colonial do Porto*, a questão é levantada pelo Tenente Afonso do Paço e por Luís Chaves, este último defensor da criação de um novo museu colonial. Cf. Nuno Porto, *Ob. Cit.*, pág. 77.

¹³⁹ Luiz Chaves, *Museu Etnográfico do Império Português, sua necessidade – um plano de organização*, Porto, Extracto das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, 1934, pág. 3.

O museu idealizado por Luís Chaves aparece dividido nas seguintes secções: Europa, subdividida em Europa Continental (províncias portuguesas) e Europa Insular (Madeira e Açores). A segunda secção era dedicada a África, com uma secção complementar dedicada a Marrocos; a terceira secção dirigia-se à Ásia com os “núcleos de influência” devidamente representados e a quarta secção representaria a Oceânia, com Timor em destaque. Haveria ainda espaço para uma secção complementar da América, salientando a existência de uma “alegoria da Independência do Brasil, como raio que cintilou da atividade espiritual da Nação Portuguesa”.¹⁴⁰ Por fim, figuravam uma secção complementar de folclore e uma outra bibliotecográfica (livros, monografias, mapas, jornais, revistas...).

Luís Chaves sublinha o facto do museu prestar à “ciência histórica e ao estudo dos povos do Império Português o serviço que nos cumpre.”

De facto, há a realçar nestes museus o facto de estarem ligados a escolas ou institutos, o que denota a preocupação de um maior aprofundamento científico para a divulgação junto do público e para um maior conhecimento das colónias. A cobiça das outras potências coloniais em relação aos territórios portugueses fez com que, dentro da teoria da “colonização efetiva”, se evidenciasse o conhecimento científico. Os “outros não poderiam saber mais do que nós”.

Em 1956, durante o Congresso de Etnografia e Folclore realizado em Braga, José Osório de Oliveira, volta ao assunto:

“Exceptuando o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, não possuímos em Portugal, quero dizer: na Metrópole qualquer museu de etnografia africana e ninguém se ofenderá se eu disser que o museu dessa prestigiosa Sociedade não satisfaz as necessidades dos estudiosos da arte negra.”

Porém, ao longo do seu discurso refere que será mais importante fundar museus nos territórios do que na metrópole. Para este autor, era um perigo separar

¹⁴⁰ Luiz Chaves, *Ob. Cit.*, pág. 19.

estes povos da sua própria cultura, pois assim seriam postas em risco as suas formas genuínas de manifestações culturais (escultura, música, dança). Critica o facto dos museus de Luanda e de Lourenço Marques serem de um cariz muito mais histórico do que etnográfico, especialmente dedicados à ação histórica dos portugueses.¹⁴¹

“Desde muito cedo que os inúmeros estudiosos se interessaram pela vida e costumes, aspecto físico e o mundo mental e material, de povos exóticos ou primitivos, distantes no espaço e por vezes no tempo, e totalmente diversos dos europeus.”¹⁴²

O trabalho do museu era conjugado com a pesquisa científica, seguindo uma política de incorporação, conseguida através de expedições de campo e de um trabalho de investigação temática.

Em Angola, a 8 de setembro de 1938 foi inaugurado o Museu de Angola. O museu era composto por secções de história natural, pintura portuguesa, pintura colonial, arte sacra (colonial) e etnografia. Continha também o Arquivo Histórico de Angola. O museu de Angola teve como primeiro conservador o capitão do exército, José Correia Durão Pais e ficou instalado na Fortaleza de S. Miguel.

No Dundo, em 1936, foi organizado um museu pela Companhia de Diamantes de Angola. Era constituído por um jardim zoológico, um jardim botânico e um laboratório de ciência.

Em 1956, nascia o Museu Regional da Huíla. No início, tinha uma forte componente etnográfica que foi depois substituída pela história das campanhas portuguesas no sul de Angola e por uma secção de arte popular portuguesa na metrópole. Este Museu foi criado pelo Governador do Distrito, Peixoto Correia, em Sá da Bandeira. Foi pensado para demonstrar

“num *substractum* de diversíssimas culturas primitivas, indígenas ou arrivadas, se estar realizando um intenso e eficiente povoamento europeu, de tendência

¹⁴¹ José Osório de Oliveira, *Da necessidade dos museus africanos*, volume III, Braga, “Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore”, 1956, pág. 442.

¹⁴² Ernesto Veiga de Oliveira, *Apontamentos de Museologia - Museus Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, pág. 20.

assimiladora.(...) O Museu, criado em várias secções duas entraram logo em franca actividade: uma de etnografia metropolitana, outra de antropologia africana, nos seus diversos domínios-paleontológico, arqueológico, etnográfico. A primeira tem uma função exclusivamente educativa, pois visa constituir-se num centro de irradiação dos mais notáveis aspectos da nossa personalidade lusíada permitindo aos pais inculcar nos filhos, o mesmo sentimento que conservam em relação à terra que os viu nascer.”¹⁴³

A coleção incluiria trajes, coleções de cerâmicas decorativas e utilitárias tradicionais, utensílios caseiros e agrícolas típicos, tecidos domésticos. A segunda secção possuía uma coleção de fósseis em calcário, assim como objetos pré-históricos. Era complementada com uma coleção etnográfica, no sentido “de contribuir pela investigação junto dos povos que ainda hoje desenvolvem culturas das mais primitivas, para o esclarecimento das sucessivas fases pelas quais teria passado a humanidade actual chamada civilizada; e tornar-se num futuro próximo, num centro de estudos africanos(...).”¹⁴⁴

Nos restantes territórios construíram-se também instituições culturais deste género. O Museu da Guiné Portuguesa foi fundado em 1947, com o objetivo de “obter um conjunto de peças que representassem todas as etnias que enquadram a população da província e firmar a posição cultural dos seus povos”¹⁴⁵. O museu seria um ponto de união das etnias e uma mostra para o mundo da “civilização plurirracial portuguesa, afinal o luso-tropicalismo, que só nós, Portugueses, modestamente, podemos apresentar no mundo.”¹⁴⁶

O catálogo de 1962 mostra utensílios das principais etnias da Guiné, estando subdividido em vida material, etnomusicologia, etnossociologia, etnorreligião, etnoagricultura. Existiam quatro secções no museu: história, etnografia, economia e ciência.

¹⁴³ *Museu Regional da Huíla*, “Boletim Geral do Ultramar”, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 397, 1958, pps. 144-146.

¹⁴⁴ José Lampreia, *Catálogo-inventário da Secção de Etnografia do Museu da Guiné Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962, pág. 11.

¹⁴⁵ José Lampreia, *Ob. Cit.*, pág. 11.

¹⁴⁶ *Idem*, pág. 12.

O museu palácio de S. Paulo situava-se na Ilha de Moçambique, num antigo Colégio dos Jesuítas construído no século XVII. Foi depois, no século XVIII, Residência dos capitães gerais, sede da Capitania Geral, Secretaria Geral do Governo. Votado depois ao abandono, foi restaurado nos anos sessenta do século XX, pela “Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas”, com o objetivo de aí instalar um museu residencial, usando mobiliário indo-português e mobiliário antigo. Como restara pouco mobiliário da residência faustosa de estilo oriental do Palácio, a Comissão reuniu mobiliário velho e partido que foi restaurado para integrar o espólio do local na sua época de ouro dos séculos XVII e XVIII.¹⁴⁷

Os museus coloniais situados fora da metrópole tiveram um cunho historicista elevado, no sentido de glorificar e justificar a própria colonização, como sendo o momento chave do início da história da “civilização” que os portugueses levaram aos “povos primitivos”. Neste sentido, a missão destes museus era clara.

A etnologia marcou sempre lugar importante nestes panteões do colonialismo, pois refletia a curiosidade e o deslumbre pelo exótico que os colonos, missionários, aventureiros, exploradores sentiam por estas gentes e culturas novas.

De um modo geral, essas instituições constituíam mais coleções do que museus. A maior parte das vezes eram colocadas nos próprios edifícios de administração colonial sem sequer terem um local próprio que as individualizasse. Na metrópole, como seria de esperar, os museus tinham um cunho científico mais desenvolvido porque estavam ligados a Institutos e Universidades e tinham como missão mostrar aos portugueses o verdadeiro tamanho de Portugal que não era um país pequeno, como afirmou Henrique Galvão na sua conhecida e já mencionada alegoria cartográfica.

No que diz respeito às Instituições Coloniais, estas tiveram também uma evolução sintomática: em 1871 foi criado o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, seguidamente, em 1924, nasceu a Agência Geral das Colónias e, em 1931, o Arquivo Histórico Colonial. Em 1935, na área da saúde, a antiga Escola de Medicina

¹⁴⁷ Alda Costa, *Ob. Cit.*, pág. 38.

Tropical, fundada em 1902, passou a denominar-se Instituto de Medicina Tropical. Em 1936, ao mesmo tempo que se inaugurava o Instituto de Alta Cultura, era criada a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais. Já na década de 50, esta Junta transforma-se em Junta das Investigações do Ultramar e a antiga Escola Superior Colonial, fundada em 1906 é transformada em Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

Esta proliferação de instituições ligadas ao colonialismo adapta-se ao período pós *Ultimatum* inglês, que desperta o sentimento de urgência na ocupação efetiva dos territórios coloniais e que levou à consolidação no imaginário político da ideia de que as fronteiras de Portugal eram as das suas possessões ultramarinas. Do ponto de vista ideológico, este período corresponde ao que Valentim Alexandre denominou a “sacralização do território imperial”, entendimento interiorizado quer pelas elites políticas quer pela opinião pública e que a mudança de regime, ocorrida em 1910, não perturbou, uma vez que a República tinha como divisa o colonialismo, embora o encarasse com maior autonomia em relação à metrópole.¹⁴⁸

Também a medicina e os médicos serão chamados a desempenhar um papel importante na consolidação da ocupação efetiva das colónias. A ocupação sanitária deveria ser simultânea à militar e/ou colonizadora. Só assegurando a sobrevivência e a saúde dos militares, estes poderiam levar a cabo o reconhecimento do interior africano e estabelecer o controlo das fronteiras. O problema da aclimação dos colonos seria um segundo passo essencial. Transformar a população indígena em mão de obra útil só seria possível se os graves problemas de saúde que os depauperavam fossem resolvidos.

Há muito a medicina desempenhava este último papel nos territórios metropolitanos. Desde meados da década de 1890, percebeu-se que a medicina e a organização sanitária eram instrumentos basilares das políticas coloniais. A medicina colonial devia ainda desempenhar duas outras funções importantes: legitimar a presença portuguesa no cenário internacional, comprovando a humanização do colonialismo português, concretizada nas teorias do luso-tropicalismo, e convencer

¹⁴⁸ Valentim Alexandre e Jill Dias, “O império africano : 1825-1890”, in *Nova história da expansão portuguesa*, vol. 10, Lisboa, Estampa, 1998.

as populações locais da bondade e superioridade da ocupação colonial. Esta ideia era cimentada pelas autoridades coloniais.¹⁴⁹

Em termos legislativos, houve uma tentativa de uniformizar processos e esquemas de colonização efetiva do território. Em 1852 saiu o primeiro diploma relativo à administração dos territórios¹⁵⁰ e, em 1863, é nomeada uma comissão para estudar e propor o melhor modo de desenvolver no Ultramar, no que diz respeito à “colonização e ao trabalho indígena”.

Esta ação legislativa culminou com o Decreto de 16 de novembro de 1899, que aprova o “regulamento da colonização das Províncias Ultramarinas”, que inicia do seguinte modo: “Sendo da maior conveniência que os serviços que interessam à colonização das províncias portuguesas ultramarinas se regulem por preceitos claramente definidos, evitando a repetição de tentativas que, por falta de obediência às indicações da experiência dos países colonizadores, não têm produzido os resultados que se esperavam. Considerando que quer na fundação de colónias, quer na concessão de passagens ou de quaisquer outros auxílios a emigrantes portugueses que se destinem àquelas províncias, se atenda a todas as condições que assegurem a boa escolha dos colonos e garantam o seu estabelecimento nos territórios ultramarinos em circunstâncias de poderem eficazmente concorrer para a mais conveniente exploração desses territórios.”

A partir desta data, fica em vigor o Regulamento da colonização, cujo primeiro ponto estabelece desde logo as colónias agrícolas. O artigo segundo promovia o auxílio a empresas coloniais que propunham desenvolver a colonização agrícola e o estabelecimento de colonos que tivessem profissões industriais. Depois

¹⁴⁹ Valentim Alexandre e Jill Dias, *Ob. Cit.*, 1998.

¹⁵⁰ Desde 1836 que Sá da Bandeira se empenhava na questão da escravatura. A sua posição, enquanto Ministro e Presidente do Conselho, era de renovação e de modernidade da política colonial. É a ele que se deve a criação do mito de um novo Brasil em África. Em 1851, Sá da Bandeira restabelece o Conselho Ultramarino que ele próprio dirige. O seu objetivo é o incremento da exploração económica em África, nomeadamente nas plantações e nas minas para o abastecimento constante da Metrópole em termos de matérias-primas. Mas este desenvolvimento assentará no trabalho livre e na emigração que mudará de rumo: do Brasil independente para as possessões portuguesas em África. Este decreto constitui o primeiro contingente de um grupo formado por soldados-trabalhadores e famílias num ensaio de colonização no planalto da Huíla. Os colonos recebem terras, utensílios e sementes, mas esta tentativa permanece isolada. Cf. Armelle Anders, *História da África Lusófona*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1997, pág. 60 e Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*, *Cit...* pps.148-150.

de decretada a organização de uma colônia, o governador da província nomearia uma comissão composta pelos funcionários e mais pessoas competentes, à qual incumbirá o plano de organização dessa colônia.

Este plano deveria corresponder às seguintes condições, segundo a lei, “o lugar escolhido será uma região reconhecidamente salubre e com as condições necessárias à vida de colonos europeus e deverá ficar próximo de uma colônia militar ou junto de colônias ou missões já organizadas; o terreno escolhido, depois de ensaios e culturas experimentais será dividido em lotes demarcados; em cada lote será construída uma habitação em condições modestas, de acordo com os recursos locais; a cada habitação deverão corresponder os objetos de uso pessoal indispensáveis e os instrumentos de trabalho agrícola; será ainda construído um edifício que compreenda residência de uma autoridade administrativa, de um missionário, uma sala para aula de instrução primária, uma pequena capela e uma farmácia, quando a colônia fique a mais de cinco quilômetros de distância.” Prossegue o diploma com informação relativa à construção de estradas, de loteamento e edificação de casas, de instrumentos de trabalho e lotes de terreno destinados a familiares dos colonos que depois viessem juntar-se “sem auxílio ou subsídio do estado e por compra ou concessão dos ditos lotes, ali se queiram estabelecer.”

Limitava-se ainda o número do colonos, que nunca deveriam ser inferiores a cinquenta e competia ao governador mandar proceder à preparação dos terrenos, à construção de casas de habitação, à aquisição de utensílios e alfaias agrícolas e enviará depois uma planta especificada ao governo. Por sua vez, os colonos tinham de ter prática em trabalhos agrícolas, não podiam ter mais de quarenta anos, deviam ser robustos e detentores de bom comportamento. O governo concedia-lhes as seguintes vantagens: transporte, por conta do Estado, desde a residência à colônia, um subsídio pago no ato de embarque ao chefe da família e mais uma quantia por cada pessoa, cinco hectares de terreno, demarcados pelo Estado sem encargo durante os primeiros dez anos, casa de habitação, instrumentos de defesa e de trabalho agrícola e objetos de uso pessoal. O Estado daria também sementes para o primeiro ano, um subsídio diário por cada pessoa de família e por cada serviçal indígena, não podendo o número destes ser superior a cinco. Se, ao fim dos dez

anos, o colono não respeitasse as regras, teria de devolver o dinheiro investido, se, por outro lado, corresse tudo bem, poderia aumentar o número de terras de cultivo. Claro que os colonos eram obrigados a permanecer na colónia durante dez anos. Depois poderiam regressar à metrópole, tendo depois desse período direito à passagem de regresso.”¹⁵¹

Para além destes grupos, seguiam depois também famílias, enviadas pelo Ministério da Marinha e Ultramar, que se juntavam às comunidades de colonos como nos atesta este texto transcrito do boletim oficial¹⁵²:

Portaria nº 124 – Seguindo viagem para Luanda a bordo do vapor D. Antónia, Francisco Teixeira de carvalho Forneiro, com sua mulher Florência de Assumpção, e trez filhos, todos de menor idade, que se destinam como colonos para Mossâmedes: manda sua Magestade El-rei, pela Secretaria d’Estado dos negócios da Marinha e Ultramar, que o governador geral da província de Angola, logo que os mencionados indivíduos se apresentem, os faça conduzir na primeira oportunidade para a sobredita vila, expedindo as convenientes ordens para que lhes sejam prestados todos os socorros, que se costumam dar a todos os indivíduos em igual situação. Paço, em 27 de agosto de 1860. –Carlos Bento da Silva.

Portanto, a política colonial caracterizou-se pelo desenvolvimento de áreas chave da sociedade: a saúde, a religião, a economia, a educação e a vertente cultural, numa tentativa de construção de referenciais idênticos aos da metrópole.

O Mar foi surgindo na tradição portuguesa como uma opção ultramarina, mas também como um território de medos e incertezas. Foi através do Mar, entendido como estrada de navegação e universo simbólico, que Portugal conseguiu esse salto territorial, expandindo um modo de estar, mas também um património hereditário que ainda hoje é visível. Nos séculos XV e XVI, os portugueses iniciaram uma série de contactos no mundo que alteraram o território e a sua organização, iniciando um movimento de domínio do ocidente que se manteve até ao século XX. Apesar de muitos aspetos negativos, como a inferiorização dos povos dominados e a

¹⁵¹ <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/84/128/p701>, consultado no dia 14 de julho de 2014 às 15h.

¹⁵² *Boletim Oficial do Governo da Província de Angola*, Nº 78, 1860.

escravatura, é necessário valorizar o enriquecimento cultural e o intercâmbio que surgiu com estes “encontros” ao longo do tempo.¹⁵³

O império colonial português conseguiu mostrar pela primeira vez ao mundo a dimensão da Europa e a definição das suas fronteiras marítimas. O oceano apresentava-se aos povos da Europa nas suas múltiplas perspetivas: veículo de liberdade política e religiosa, matéria-prima de inúmeras atividades, desde a pesca à salicultura, alinhamento geoestratégico, transporte de pessoas e de mercadorias. Esta variabilidade de funções levaram a que o oceano passasse a ser um recurso de valor incalculável.

Diferenciando descoberta, conquista e efetiva colonização,¹⁵⁴ ao longo dos séculos Portugal manteve sempre esta ligação, que perdura até hoje. No século XXI Portugal possui a terceira maior zona económica exclusiva da União Europeia, limite que se quer expandir e cujo discurso veicula inúmeras sugestões coloniais ou de resgate de uma grandeza perdida com o Império. Isto significa que a parte continental corresponde basicamente a dez por cento do território nacional total. Portugal é mais mar que terra e é essa ligação que continua a validar a identificação dos portugueses ao mar e, no fundo, a sua maritimidade.

A manutenção da identidade nacional esteve sempre inexoravelmente e intimamente ligada à conservação do império e, por isso, o nacionalismo português é imperialista e maritimista. O anticolonialismo não tem praticamente expressão, o que só muda com a guerra colonial e, num movimento do interior das colónias para o exterior, por ação das guerrilhas.

É a partir de meados dos anos sessenta, com as revoltas estudantis e a proliferação de movimentos de extrema esquerda, que surgem e crescem as ideias anticoloniais, associados ao anticapitalismo, transformado numa cruzada do povo pela libertação de todos os povos oprimidos.¹⁵⁵

¹⁵³ <http://www.hpip.org/Default/pt/AcercaDoHPIP/OProjeto/JoseMattoso> (consultado no dia 7 de janeiro de 2014).

¹⁵⁴ Há uma diferença significativa entre estes conceitos a descoberta implica o facto de serem os primeiros a chegar a um território, a conquista refere-se ao fator militar e a colonização corresponde ao povoamento efetivo do território. Cf. *Dicionário de Português*, Porto, Porto Editora.

¹⁵⁵ Fernando Rosas et al., *O Adeus ao Império, 40 anos de descolonização portuguesa*, Lisboa, Vega, 2015, pps. 20-24.

1.3

Povoamento e administração

1.3. Povoamento e administração

Os vários regimes políticos tomaram posições concretas e específicas quanto às colónias, ora centralizando ora descentralizando os diferentes governos coloniais e dotando-os de uma importância assinalável. A colonização foi sempre o principal instrumento de administração dos territórios coloniais.

A política ultramarina foi assim uma constante estrutural dos “cinco regimes políticos que tiveram influência na contemporaneidade” e que defenderam sempre a manutenção de uma política colonial. A República teve, desde logo, de lidar com a situação provocada pela I Guerra Mundial e com as consequências desse conflito, nomeadamente no que diz respeito à manutenção dos territórios e à posterior criação da Sociedade das Nações e à defesa dos direitos humanos de algumas organizações humanitárias.¹⁵⁶

A política defendida para estes territórios vai sofrer alterações no pós-guerra e cresce então a atenção internacional à jurisdição portuguesa. Assim, Portugal adota o regime de Altos Comissariados para Angola e Moçambique, por pressão inglesa. Norton de Matos contraiu empréstimos para o desenvolvimento de Angola, processo que culmina com a instalação da Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) e Brito Camacho, Alto Comissário em Moçambique, financiou a criação de potentados económicos no território moçambicano. Outro problema discutido na época era a forma como eram tratados os indígenas e o trabalho forçado que ocorria nos territórios coloniais e divulgado pela convenção internacional sobre o trabalho obrigatório, assinada por Portugal apenas em 1956.¹⁵⁷

Estes entraves e contestações internacionais acabaram por fazer circular a ideia de que a República não conseguia defender os interesses portugueses em África e acaba por precipitar a ditadura militar. Mesmo durante esse novo regime, não houve mudanças significativas no que diz respeito ao Império. Com o decorrer do tempo e com a expansão dos totalitarismos, estas exigências internacionais vão descendo de tom e Portugal apressa-se a propagandear a sua “ação civilizadora” nas colónias.

¹⁵⁶ Pedro Aires de Oliveira, *A diplomacia do Terceiro Império, “O Império colonial em questão (séc. XIX e XX)”*, Edições 70, Lisboa, 2012, pág.100. Ver também José Medeiros Ferreira, *Cinco regimes na política internacional*, Lisboa, Editorial Presença, 2006.

¹⁵⁷ Pedro Aires de Oliveira, *A diplomacia do Terceiro Império, ...Cit.* pág. 102.

Com o fim da II Guerra Mundial, os países aliados posicionam-se em pontos estratégicos e o papel dual que Salazar havia desempenhado, através da sua política de neutralidade colaborante, tanto com os Aliados como com as potências do Eixo, deram-lhe condições para perdurar no poder e inibir as vozes daqueles que defendiam uma autonomia cada vez mais progressiva das possessões coloniais.

Para esta defesa dos territórios havia que povoar e, por isso, desde os alvares do Império que o envio de colonos se tornou uma prioridade. Segundo o historiador Charles Boxer, todos os homens que, durante três séculos, partiram para Goa fizeram-no ao serviço da Coroa; os missionários ao serviço do Padroado e os leigos como soldados do rei. Os fidalgos e os soldados que casavam depois de estarem na Índia eram autorizados a deixar o serviço real e fixavam-se como cidadãos ou comerciantes, passando à qualidade de casados. Os restantes eram soldados e estavam sujeitos a prestarem serviço ao rei até ao final das suas vidas. Praticamente todos os asiáticos eram secretamente inimigos dos portugueses e, portanto, era imperioso defenderem-se.¹⁵⁸

O auxílio, primeiro providenciado por soldados do rei, foi depois substituído por escravos da Guiné, cuja lealdade e força espantava os demais, ao contrário dos mestiços da Índia. A força sempre foi a característica assinalada nos negros, e essa força foi utilizada para combater no Oriente, mas também como mão de obra nas plantações da América. Se no Oriente o poder económico estava no mar e no comércio, na América o poder era eminentemente fundiário e concentrou-se nos *senhores do engenho*, nos *poderosos do sertão* e nos *garimpeiros*.¹⁵⁹

É com o lento declínio do comércio de escravos, que subsistiu até 1869, que se abre uma nova página na História de Angola, com a sua individualização territorial, a sua ocupação efetiva, o aumento do conhecimento, criando-se uma nova economia, baseada nos recursos do solo e na convivência pacífica dos aglomerados populacionais. O regime de trabalho obrigatório dos indígenas (1875)

¹⁵⁸ C.R Boxer, *O império Colonial Português, ...Cit.*, pág. 329.

¹⁵⁹ *Idem*, pág. 330.

deu continuidade à escravatura até se chegar ao sistema de trabalho livre, já em plena República.¹⁶⁰

A ideia de servir o reino como descobridores, marinheiros, soldados, colonos, mercadores e missionários, entre o início dos Descobrimentos e 1825, podia ser justificada com uma vontade de servir a Nação ou de acumular fortuna ou prestígio. Este feito podia ainda ter como fim o espírito de cruzada e o ideal de cavalaria, através da luta contra o infiel. Este era um motivo sólido para os ilibar de qualquer pecado cometido, pois eram cristãos e tementes de Deus.¹⁶¹

Estes homens estiveram na base das novas sociedades coloniais, mas no caso de Angola foi apenas no século XIX que se iniciaram as ações de consolidação da ocupação territorial. No que diz respeito à fronteira do sul de Angola, em 1915 estabeleceu-se a chamada “zona neutra” por acordo entre o general Pereira de Eça e o representante dos Estados Unidos da América. Posteriormente, foi enviada uma missão de delimitação ao local que, em poucos meses, procedeu à colocação de vinte e dois marcos, numa extensão de duzentos e vinte quilómetros, definindo o limite de todo o Cuamato e Cuanhama, sofrendo as inclemências da amplitude térmica (mín. 1^o e máx. 34^o) e da falta de água potável.¹⁶²

Embora a colonização de Angola se tivesse iniciado em 1482, com a ocupação da costa em operações de dominação que duraram até às campanhas de pacificação dos Quiocos e da Lunda, já na década de oitenta do século XIX,¹⁶³ as incursões no território são motivadas por relações comerciais, mas os locais de fixação das populações brancas concentram-se no litoral.¹⁶⁴ Acentua-se, ao longo do tempo, a diferença entre negros, mulatos, negros “integrados” e brancos, cavando um fosso cada vez maior entre os diversos grupos sociais, construindo uma “cidade de cimento” para uns e uma “cidade de canavial” para outros. Em termos administrativos e militares, havia igualmente um domínio dos brancos

¹⁶⁰ Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, livraria Figueirinha, 1992, pps. 152-154.

¹⁶¹ Charles Boxer, *O império Colonial Português, ...Cit.* pps. 350-351.

¹⁶² Gastão de Sousa Dias, *A fronteira sul de Angola, “Agência Geral das Colónias”, Vol. IV - 31, 1928, pág.*

^{22.}

¹⁶³ René Pélissier, *História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*, Volume I, Estampa, Imprensa Universitária/ 50, Lisboa, 1986, pág. 352.

¹⁶⁴ Ver Fernando Pimenta, *Nacionalismo euro-africano, Angola Uma nova Lusitânia?*, Comunidades Imaginadas, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2008.

metropolitanos, uma vez que mesmo os colonos brancos não possuíam habilitações académicas suficientes, pois não existiam nem liceus nem universidades para os naturais de Angola. Esta divisão era mais notória em Luanda, mas também noutras cidades, como por exemplo, Sá da Bandeira, onde o urbanismo e a arquitetura tinham tentado reconstituir a casa portuguesa em África.¹⁶⁵

A primeira fase de contactos com Angola deu-se através do rei do Congo com quem se estabeleceram relações pacíficas com objetivos religiosos e económicos. Paulo Dias de Novais (1589) é considerado o primeiro Governador de Angola no regime de capitánias. Data desta altura a primeira tentativa de delimitação do território e a atração pelo tráfico de escravos. Estes dois motivos levaram a uma maior necessidade de ocupação territorial, o que originou o aparecimento de novas povoações, o aumento do volume comercial e a construção de fortalezas, isto é, uma primeira ocupação ocasional que será procedida por uma política dirigida e oficial. No século XVII e devido à situação política de Portugal, com a União Ibérica, os holandeses estabelecem-se no litoral que é libertado por Salvador Correia de Sá.¹⁶⁶

Entre a população branca existiam dois grupos de poder dominantes: os licenciados e os endinheirados. Abaixo destes, situavam-se todos os que desempenhavam funções para o Estado. A “branquização” do sistema atingiu o auge, quando foram recrutados arduos e engraxadores em Lisboa, para exercerem estas funções em Luanda ou outras cidades, subalternizando ainda mais os africanos. A diferenciação cada vez maior levou a que os próprios africanos distinguissem aqueles que eram “matumbos” (rurais) e os urbanos que viviam segregados nas periferias das cidades em Luanda nos chamados “musseques”.

Esta separação foi criando uma sociedade a duas velocidades e um bloco de tensões difíceis de superar. A colónia assentava na exploração da mão de obra africana que era utilizada em grande número nas fazendas de algodão, de cana de açúcar ou café e na pesca, como marinheiros ou como pessoal utilizado na seca do peixe. Quando se tenta mudar o curso dos acontecimentos devido às alterações ocorridas no norte do território era demasiado tarde, uma vez que o fosso cavado era já muito profundo.

¹⁶⁵ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, pps.253-254.

¹⁶⁶ José Mattoso, *Ob. Cit.*, pps. 152-154.

O choque civilizacional era muito evidente no que diz respeito à própria relação com o trabalho. Se antes a exploração dos recursos assentava na satisfação de necessidades, com a colonização passa a haver obrigatoriedade de lucro e, portanto, o aumento da produção e a cobrança de impostos. O trabalho passava a estar obrigatoriamente associado ao ato de civilizar. Segundo o Código do Trabalho Indígena, de 1899 (revisto em 1911, 1914 e 1926) era exigido ao africano que se colocasse à disposição do colono branco e trabalhasse.

O mesmo acontecia em relação à Educação, considerada um pilar base na “branquização” do sistema. No fundo, era um modo de europeizar as populações indígenas e os africanos emergentes. Porém, esta questão envolveu sempre uma grande polémica e discussão acesa, repartida em três correntes: a primeira defendia a educação como expressão da igualdade humana e como meio de a promover. Esta corrente nasceu do liberalismo oitocentista, com a primeira medida legislativa de 1845, e trazia como novidade a expansão do ensino primário sem distinção entre brancos e negros. A segunda corrente, de base racista e diferenciadora, defendia a impossibilidade de civilizar os negros. A terceira implementava uma intervenção diferenciada quanto aos métodos, meios e objetivos, alvitando uma ação moral e cultural nos meios indígenas através das missões católicas.¹⁶⁷

Em 1927, Gastão de Sousa Dias¹⁶⁸ escreve um artigo sobre a “Instrução Pública em Angola”, onde através do exemplo do planalto de Huíla relata alguns avanços no que diz respeito à educação nas colónias. O autor analisa-o como um exemplo coroado de êxito e de necessidade, pois após a definição da questão fronteiriça, foi estudada a população local para adaptar o melhor estilo de ensino possível.¹⁶⁹

De seguida o autor apresenta o Distrito da Huíla como uma “vasta região de cento e vinte e sete mil e duzentos quilómetros, onde vivem portugueses, boers e

¹⁶⁷ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit*, pág. 312.

¹⁶⁸ Gastão de Sousa Dias (1887-1955), escreveu inúmeros livros sobre África, nomeadamente sobre a administração, a história e a política ultramarina, Gastão de Sousa Dias foi também autor de algumas crónicas que evidenciam a sua capacidade literária, particularmente no relato de viagens e na descrição de territórios africanos. Foi mesmo galardoado com o prémio do primeiro Concurso de Literatura Colonial, promovido em 1926 pela Agência Geral das Colónias. Aí se encontram páginas literárias de grande fluência e entusiasmo, descrevendo de forma singular as terras de Huíla e do sul de Angola.

¹⁶⁹ Gastão de Sousa Dias, “A instrução Pública em Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, III, nº 19, 1927, pág. 17.

pretos, não sendo necessário considerar em especial os mestiços, pela insignificância do seu número e porque é tradicional na colonização portuguesa tomá-los como simples elementos de transição para uma das raças definidas, sendo por isso indiferentemente recebidos nas escolas destinadas a brancos ou indígenas”. Segue o texto com uma explicação sobre a organização do ensino, cuja rede contava com dezasseis escolas primárias, estando as de Palanca e Otchinjan em construção e a das Neves em instalação, como podemos verificar na tabela seguinte:

Tabela 1
A instrução pública em Angola (1927, Distrito de Huíla)

Escola	Alunos Matriculados	Número de professores
Para o sexo feminino Sá da Bandeira	122	2
Para o sexo masculino Sá da Bandeira	129	1
Mista Machiqueira	61	1
Mista Povoação de Cima	39	1
Para o sexo masculino Chibia	72	1
Para o sexo feminino Chibia	164	1
Mista Mapunda	37	1
Para o sexo masculino Humpata	44	1
Para o sexo feminino Humpata	26	1
Para o sexo feminino Palanca	20	1
Para o sexo masculino Palanca	35	1
Mista Huíla	61	1
Total	810	14

Fonte: Gastão de Sousa Dias, "A instrução Pública em Angola", *Boletim Geral das Colónias*, III, nº 19, 1927, pág. 18.

Em 1885, após a chegada dos colonos madeirenses, o número de alunos que frequentava as duas escolas que havia era de oitenta e dois e, em 1910, continuavam a existir apenas duas escolas. O progresso acentuou-se desde 1920, data a partir da qual se desenvolveram os serviços escolares, totalizando em 1922 a frequência de mil trezentos e trinta e cinco crianças. Esta população concentra-se na parte colonizável do Planalto em Sá da Bandeira, na Chibia, na Humpata e na Huíla. A emigração dos boers para Otchinjau (Gambos) era recente, pelo que só existiam aí

cinco crianças. Apesar da evolução apresentada, apenas quarenta e três por cento da população branca recebia instrução no ano letivo de 1925-26, embora o autor não considere aqui o número de alunos negros das missões laicas e católicas, que eram frequentadas por oitocentos e sessenta e seis alunos no ano letivo de 1924-25.¹⁷⁰

O autor faz também considerações sobre os alunos boers que frequentavam a escola de Humpata, pois as autoridades colocavam aí os melhores professores, exatamente porque queriam que essas escolas fossem modelares e um espelho do sucesso da colonização portuguesa. Os boers concentravam-se na Palanca (Humpata) e no Otchinjau (Gambos). Estes núcleos de população holandesa contavam com escolas onde as crianças em idade própria aprendiam a língua portuguesa e recebiam instrução primária.

Quanto aos indígenas, o ensino indicado deveria ser o ministrado nas missões. Existiam na Huíla três missões laicas e numerosas missões católicas, não havendo necessidade de outras escolas para indígenas, apenas uma escola-oficina na Chibia e outra no Cuamato. Porém, havia a necessidade de fundar escolas profissionais noutros distritos. Em 1927, as missões católicas eram dirigidas pelo padre Bonnefoux e aí era ensinado às crianças negras a língua portuguesa, embora com grandes dificuldades, pois as crianças começavam a falar Muhuila e não havia métodos adequados para depois introduzir o português. Nas colónias francesas tinham sido criados métodos de leitura adaptados aos indígenas, como o *Método de Leitura de Senolet e Péres* para as escolas da África Ocidental Francesa, o *Silabário francês-malgache* de Deschamps, as *Leituras para estudantes malgaches*, organizados pelo governo de Madagáscar e o *Método* de Brussier e Bandet para as escolas da Indochina.¹⁷¹

¹⁷⁰ Gastão de Sousa Dias, *Ob. Cit.*, pág. 20.

¹⁷¹ Gastão de Sousa Dias, *Ob. Cit.*, pág. 24.

Imagem 10

Grupo de alunos da Escola Central Masculina “Gregorio José Mendes” de Sá da Bandeira



Fonte: Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola*, “Boletim Geral das Colónias”, III, nº 19, 1927, pág. 19.

Imagem 11

Edifício das Escolas Masculinas e Femininas da Chibia



Fonte: Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola*, “Boletim Geral das Colónias”, III, nº 19, 1927, pág. 17.

Imagem 12

Edifício das Escolas Masculina e Feminina da Humpata frequentadas por portugueses e boers



Fonte: Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola*, “Boletim Geral das Colónias”, III, nº 19, 1927, pág. 21.

Imagem 13

Grupo de alunos de uma escola particular no Lubango (Sá da Bandeira)



“Nesta cidade funcionam conjuntamente cinco escolas, sendo duas centrais. Notar a robustez das crianças originárias da colonização portuguesa.” (Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola*, “*Boletim Geral das Colónias*”, III, nº 19, 1927, pág. 25).

Em termos legislativos, o ensino em Angola baseava-se no *Regulamento Geral das Escolas Oficinas* da Província de Angola, de 1923. O autor designava como prioritária a construção de um Liceu Nacional na Huíla. O ensino é visto como um meio de assimilação dos indígenas, mas principalmente como um factor de desenvolvimento local e um veículo da cultura e língua portuguesas. Por este motivo, o autor considerava igualmente que o Regulamento do ensino primário de 1905 não estava já adequado às necessidades. Esta falta de ligação começava exatamente com os manuais adotados. Exemplificava o autor com o conceito de “Pátria”, conceito díspar em relação às crianças portuguesas, pois tinha de ser transmitida a ideia de extensão do Império Ultramarino. Defendia o autor que “só há pouco tempo é que as colónias começaram a ocupar nos livros de ensino um lugar digno, se bem que as referências às suas riquezas, à sua história, à sua geografia apareçam ainda coalhadas de erros de informação, de lamentáveis indicações anacrónicas que revelam claramente quanto em Portugal se vive longe das realidades, desconhecendo o gigantesco esforço executado pela raça no desbravamento da África selvagem.” O autor continua e defende que os livros usados nas colónias não deviam ser os mesmos que são usados na Metrópole, pois

“o ideal pedagógico, que Portugal tende a fazer da criança um bom cidadão, deve tender, aqui a fazer dela ao mesmo tempo um bom colono”.¹⁷²

O manual devia ter indicações precisas e acrescentava que a “apropriação do solo africano; a história deve ser a clara resenha da epopeia dos descobrimentos e, acompanhando a história particular da colónia, o drama pungente do sacrifício pró colónias.”¹⁷³

Posteriormente, o Diploma Legal de 1930 distingue dois géneros de ensino, um vocacionado para “europeus e assimilados” e outro para “primitivos”. Distinguiam-se o local de nascimento e o grau de cultura, pois juridicamente um assimilado tinha de usar a língua portuguesa, ter bom comportamento, saber ler e escrever e ter hábitos cívicos, assim como a aquisição de rendimentos e o cumprimento do serviço militar. Na prática e também devido a esta discriminação, existia pouca procura social e, por isso, pouca oferta de ensino. Esta questão tornou-se mais tarde um problema e esteve mesmo na origem da discussão de revisão teórica e doutrinal dos anos cinquenta, que teve como forças de pressão o surgimento de movimentos de autonomia, que depois se radicalizaram na guerra, bem como movimentos de modernização e descentralização e o aumento do peso dos organismos internacionais na política interna. Esta mudança inicia-se pelos nomes: de ensino *rudimentar* para ensino de *adaptação* e também pela reformulação ideológica da sua legitimidade, devido aos critérios racistas que foram implementados ao longo do tempo. Com esta questão, surge uma tentativa de afastar o conceito de indígena da questão racial. Para tal, as justificações passam pela falta de investimento, pelo afastamento dos africanos da escola e, mais uma vez, pelas teorias do luso-tropicalismo e mesmo de antropólogos como Jorge Dias que defendia a tolerância dos portugueses e a substituição da assimilação pela adaptação.¹⁷⁴

A principal característica do ensino colonial era a sua variedade de escolas e de práticas educativas, cuja responsabilidade assentava nas Missões. É durante o

¹⁷² Gastão de Sousa Dias, “A instrução Pública em Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, III, nº 19, 1927, pág. 28.

¹⁷³ *Idem, Ibidem.*

¹⁷⁴ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, pps. 316-319.

Estado Novo que se iniciam, lentamente, as primeiras tentativas de definição de uma política educativa colonial assente em três eixos fundamentais: o aumento do número de escolas nos centros urbanos, nomeadamente em Angola e Moçambique; a acumulação de responsabilidades do ensino por parte dos missionários portugueses; e o maior controlo do Estado em relação às atividades escolares. Entre 1930 e 1950, a escolaridade está nas mãos das missões católicas e do chamado ensino rudimentar. A Concordata de 1940 vai aumentar a influência da Igreja no ensino.

Para além das crianças, também passaram a ser contemplados os idosos. Em 1945 foi concedido um subsídio pelo Governo para a construção em Angola de uma “Mansão dos Velhos Colonos”, um lar, localizado em Silva Porto, no Bié, para receber os velhos colonos de Angola.¹⁷⁵

O final da II Guerra Mundial e a mudança do contexto internacional pressionam o Estado Novo português para uma mudança. Nos anos cinquenta, a UNESCO publica dados sobre a escolarização e alfabetização nas colónias portuguesas e revela que estas possuem os mais baixos índices de África, rondando uma taxa de analfabetismo de 95%, entre 1955 e 1966, o que comprovava a ineficácia das missões religiosas e do sistema implementado. Por este motivo, nas décadas de cinquenta e sessenta, tenta rever o sistema, mas a solução estava em tirar poder aos missionários e centralizar no Estado a criação de um sistema escolar oficial que seguisse o programa do ensino público. Estas medidas resultam num aumento da oferta educativa, pela extensão do ensino secundário e a génese do universitário que deixa de ser monopólio da metrópole, permitindo uma maior abertura ideológica e cultural.¹⁷⁶

Em 1963, são fundados os Estudos Gerais Universitários em Moçambique, em Lourenço Marques, e os Estudos Gerais Universitários de Angola, em Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira. A frequência destes estudos implicava, no início, a sua conclusão nas universidades portuguesas. Depois de 1968 estes cursos passam a gozar de autonomia para outorgar diplomas de licenciatura. Se o primeiro

¹⁷⁵ António Metelo, *Crónica da Vida Colonial na Metrópole*, Agência Geral das Colónias, Vol. XXI, nº 246, 1945, pág. 113.

¹⁷⁶ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, pág. 324.

argumento para fundar uma universidade no Ultramar estava na compreensão dos problemas, apenas pelos locais e não pelos europeus, o segundo argumento foi muito mais convincente. Referia-se à comparação com as outras potências coloniais que fundaram estudos superiores nas suas colónias e que começavam a atrair a elite colonial. O Estado autoritário percebeu que era mais benéfico controlar o tipo de formação que era ministrado aos estudantes do que eles frequentarem cursos nos Estados Unidos da América ou noutros países da Europa, longe da sua vigilância. Para além dos motivos apresentados, o acesso à cultura e às suas ações é a alavanca de criação de identidades. Perante tudo isto, a criação das universidades acaba por não cumprir os seus objetivos, até porque o fim do Império precipita o *terminus* da educação colonial portuguesa.¹⁷⁷

A ligação deste sistema à Metrópole também incluía a fundação de Institutos ligados à investigação tropical. A importância votada a estas questões é expressa precocemente pela criação de um Hospital Colonial e de uma Escola de Medicina Tropical (1902), em Lisboa, embora a primeira iniciativa para a criação do ensino da Medicina Tropical se deva a Pinheiro Chagas, que a 22 de maio de 1885 apresentou um projeto de Lei com esse objetivo, que não teve seguimento. A primeira medida efetivamente tomada foi em 1887, quando o ensino da Medicina foi atribuído à Escola Naval, pois eram os médicos navais que durante as viagens e estadias no Ultramar estavam em contato com as patologias tropicais. O ensino especializado, à semelhança do que as outras potências coloniais também faziam (a primeira é britânica, estabelecida em Liverpool em 1898, seguida pela de Londres, no ano seguinte; os alemães estabelecem uma Escola de Medicina Tropical em 1900 na cidade de Hamburgo), é um marco importante na política colonial.

Com o decorrer do tempo, percebeu-se a necessidade de um curso especializado que preparasse adequadamente os peritos médicos que depois ingressariam no quadro de saúde colonial. Miguel Bombarda e outros políticos médicos ou homens da ciência, como Egas Moniz, Lima Duque e Ramada Curto, contribuíram para o nascimento da Escola que acaba por ser criada a vinte e quatro de abril de 1902. Tanto o Hospital colonial como o ensino da medicina tropical foram

¹⁷⁷ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, pps. 325-326.

custeados pelas províncias ultramarinas. Tal como aconteceu em outras esferas da burocracia, os peritos eram a resposta adequada aos desafios da governabilidade.¹⁷⁸

Do lado da Metrópole, havia uma vontade expressa pelas universidades de participar na colonização. Por isso, existiam disciplinas especializadas, ligadas ao Império, nos cursos de Direito, Economia e de História. A falta de investimento financeiro na investigação colonial foi um dos motivos que levou a que a Junta das Missões Geográfica e de Investigações Coloniais não tivesse uma ação tão profícua como seria de supor. A ligação entre as Universidades e a investigação colonial era realizada pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, fundado em 1946. A partir dos anos cinquenta, o investimento na investigação desenvolve-se com a atuação do ministro do Ultramar Adriano Moreira e mediante a ação da renovada Junta de Investigações do Ultramar.¹⁷⁹

No que diz respeito à formação de quadros técnicos, deparamo-nos com um certo crescimento, até aos anos quarenta, da Escola Superior Colonial, cujo número de alunos e professores vai aumentar nesta época. Devido a este desenvolvimento, em 1946, Marcelo Caetano decreta a fundação do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Associada a esta renovação nos estudos ultramarinos, esteve sempre associada a transmissão escolar de ideias e conhecimentos relacionados com a colonização acentuada a partir dos anos trinta.

A “Educação Nacional” do ministro Carneiro Pacheco, definida entre 1936 e 1940, com a reforma do sistema educativo e a veiculação dos ideais salazaristas levam a um aprofundamento da ideia colonial. O modelo assentava nos seguintes pontos: o primeiro ligado ao disfarce da secundarização de Portugal no contexto internacional apresentando-o como uma potência colonial; o segundo ligado à reconstrução do imaginário colonial conotado com o degredo e o castigo, tornando a imagem das colónias mais apetecível e o terceiro legitimando o colonialismo como uma herança histórica e uma missão civilizadora que contemplou Portugal.

Esta implementação de ideias ao nível da escolarização foi complementada com uma série de iniciativas, inseridas na “Política do Espírito” dirigida por António

¹⁷⁸ Pedro Abranches, *O Instituto de Higiene e Medicina Tropical, um século de História, 1902-2002*, Lisboa, CELOM, 2004, pps. 21-27.

¹⁷⁹ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, pág. 328.

Ferro, no âmbito do SPN/SNI e por outras Instituições, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, que contribuíram decisivamente para a sua consolidação, são disso exemplo a Semana das Colónias, promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa desde 1926 e as referidas Exposição Colonial do Porto, em 1934 e a Exposição do Mundo Português em 1940, bem como a realização de cortejos, feiras, congressos e numerosas publicações, já referidas. No quotidiano, em embalagens de produtos comerciais, nas nomenclaturas de cafés, ruas e periódicos, ou nos monumentos de lazer, como no caso do Portugal dos Pequenitos, uma miniatura do Portugal ultramarino e pitoresco, projetado pelo arquiteto Cassiano Branco, em 1940, aparece-nos uma imagem trabalhada das colónias e da colonização.¹⁸⁰ Porém, a educação colonial acabou por ser um pretexto para a consolidação de novas identidades e menos para a continuidade cultural ligada à Europa.¹⁸¹

A segunda metade do século XIX trouxe também a necessidade de definir fronteiras e pacificar territórios devido à pressão exercida por outras potências europeias. A historiografia tradicional realça a figura de Paiva Couceiro¹⁸² e principalmente a de Norton de Matos,¹⁸³ este último como grande obreiro da Angola moderna no que diz respeito ao estatuto dos nativos, ao desenvolvimento dos meios de comunicação, à colonização branca e à ocupação do território.¹⁸⁴ A norte, com a Conferência de Berlim, o enclave de Cabinda serve de moeda de troca do Congo, em 1885 e, em 1895, foi integrado o território de Lunda. Em 1914, é demarcado o traçado fronteiriço entre o Leste de Angola e a vizinha Rodésia do Norte britânica,

¹⁸⁰ Sobre o Portugal dos Pequenitos ver José António Bandeirinha, *Quinas vivas*, Porto, publicações FAUP, 1996 e Heloisa Paulo, *Uma Obra Ideológico-social de um professor de Coimbra*, Coimbra, Sep. De Revista de História das Ideias, 12, 1990, pps. 395-413.

¹⁸¹ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, pág. 329.

¹⁸² Sobre este assunto ver Vasco Pulido Valente, *Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Alêtheia, 2006.

¹⁸³ José Mendes Ribeiro Norton de Matos, natural de Ponte de Lima, onde nasceu em 1867 vai, mais tarde, para Coimbra, 1884-85 no curso de matemática da Universidade de Coimbra. Em 1888 ingressa no curso de oficial do Estado Maior, na escola do Exército, de onde sai Alferes, em 1890. Parte depois para a Índia como Governador Geral em 1898, onde permanece 10 anos. Volta à Metrópole e segue pouco tempo depois para Macau, em 1908, voltando a regressar, em 1910, para prestar serviço no corpo do Estado Maior, ingressando também no Instituto Superior Técnico de Lisboa, de onde foi afastado, em 1935 por motivos políticos. Em abril de 1912 é nomeado Governador-Geral de Angola, onde instituiu um modelo colonial consistente. Sobre o pensamento e a biografia política de Norton de Matos ver a tese de doutoramento de Sérgio Neto, *Do Minho ao Mandovi : um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos*, (s.n.), Coimbra, 2013 e Armando Malheiro da Silva, *General Norton de Matos (1867-1955)*, Porto, Universidade do Porto, s.d.

¹⁸⁴ Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, livraria Figueirinhas, 1992, pps. 152-154.

hoje Zâmbia, mas só em 1926, é estabelecida a fronteira sul, aproveitando o curso do rio Cunene.¹⁸⁵

A figura de Norton de Matos, o primeiro Alto-Comissário da República em Angola, entre 1912-1915 e 1921-1924, marca inexoravelmente a política colonial do primeiro quartel do século XX.

No início do século XX, Henrique de Paiva Couceiro, então Governador-Geral de Angola, vai delinear os pontos estratégicos para transformar Angola num novo Brasil e acaba por denunciar aquilo que era uma evidência na administração do território: a economia assentava na agricultura e era assegurada pela mão de obra indígena.¹⁸⁶

Quando Norton de Matos chega a Alto-Comissário de Angola, vai ter esta opinião em conta na sua ação posterior, estabelecendo como objetivo principal a maior autonomização do território, não contando para isto com os colonos, uma vez que dependiam do trabalho “quase escravo” dos indígenas.

O desenvolvimento económico e a necessidade de povoar os territórios levaram muitos dirigentes a tomar medidas em relação às colónias, apoiando e dinamizando medidas de aproximação entre a metrópole e as colónias. Este afastamento entre as colónias e a Metrópole já tinha sido denunciado e analisado anteriormente por Norton de Matos que, em 1926, faz um balanço da sua atividade como Alto-Comissário. Logo na introdução, Norton de Matos enaltece o valor de Angola e assinala os pontos geográficos de maior importância, destacando a relevância da sua costa marítima “com os melhores portos da África Ocidental que incluía o estuário do Zaire, os portos de Luanda e Lobito, Porto Alexandre e Baía dos Tigres.”¹⁸⁷

Angola também era rica em mão-de-obra, principalmente no que diz respeito aos cerca de seis milhões de indivíduos de raça banta, que eram muito hábeis nos trabalhos agrícolas. De modo a poder aproveitar todas estas potencialidades era prioritário movimentar populações para Angola, “orientadas por um ideal que erga

¹⁸⁵ Carlos Roma Machado, “O rio Cunene na fronteira sul de Angola”, *Boletim Geral das colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. II - 18, 1926, pág. 3.

¹⁸⁶ Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, pág. 251.

¹⁸⁷ Norton de Matos, *Ob. Cit.* , pág. 7.

mais uma vez a alma nacional”, pois a fixação destas populações era o maior objetivo da ação de Norton de Matos, que queria construir em África, tal como no Brasil, um local propício para “fixar nas terras que nos pertencem, a nossa raça, com a maior intensidade (...) e seguir a nossa política indígena baseada nos sentimentos mais humanitários, sem preconceitos de cor, mas ciosos da sua soberania e do predomínio do povo português.¹⁸⁸

Na sua obra, Norton de Matos enumera os momentos chave da colonização africana, enaltecendo aqueles que considerava serem os herdeiros dos navegadores e que ultrapassaram dificuldades como o *Ultimatum* ou a Grande Guerra.

A redação do texto tem por fim, segundo o autor, relatar a obra que o “Governo-Geral de Angola realizou em três anos e de igual período de regime de Alto Comissariado”. Norton de Matos considerava atingidos os seus grandes objetivos. A primeira realização fora o estabelecimento da unidade geográfica de Angola, pois havia a pretensão de alguns colonos em transformá-la num Estado federado. Para esta situação contribuiu a substituição da ocupação militar por uma ocupação administrativa e o desenvolvimento dos meios de comunicação. Esta mudança acabou com as expressões “Angola e Congo” ou a “Huíla militarizada em face de Mossâmedes e Benguela sem tropas”, levando a uma unificação do território.¹⁸⁹

A segunda realização esteve na consolidação do valor de Angola que já tinha sido iniciada com o governo de Paiva Couceiro, mas nessa altura, por volta de 1912, era Moçambique a mais valorizada das colónias e Angola era vista como um local de conflito. Só depois da ação de Norton de Matos é que Angola passou a ser vista como um local de “riqueza, prosperidade, prestígio e força”. A terceira realização foi a consolidação da finalidade histórica de Angola vista como uma missão civilizadora.

Em 1923, Norton de Matos explicava e justificava o seu receio de que Angola fosse ocupada “além das razões económicas que não aconselham a divisão de Angola a alterar a sua forte unidade (...) carecemos de cerrar fileiras em lugar de as abrir e quando ouvirmos falar de pretensões ao território de Benguela, em tendências hereditárias de emigrações que teriam como consequência a ocupação

¹⁸⁸ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 12.

¹⁸⁹ *Idem*, pág. 16.

do sul de Angola, não devemos ser nós os primeiros a quebrar a unidade territorial que será a nossa força”.¹⁹⁰

O próprio Governador-Geral considerava que a sua linha de atuação se concentrava em “aumentar cada vez mais o número de colonos portugueses, fazer a colonização o mais possível por famílias, tornar cada vez mais realizável a constituição de numerosos e consistentes núcleos, povoações e colónias portuguesas em diversos pontos da província”.¹⁹¹

Era importante que esta colonização fosse realizada por famílias de trabalhadores da terra e de trabalhadores do mar, reunidas em pequenas povoações, que seriam os centros rurais e industriais do futuro. Para conseguir este objetivo, era necessário criar as situações ideais para a sua fixação: trabalho e salário, assim como condições higiénicas e comodidades básicas. Norton de Matos tinha a perfeita noção de que só com a colonização direta poderia afastar os perigos de Angola. Para isso, delineou um plano que tinha como objetivo estabelecer mil núcleos de futuras povoações portuguesas constituídas por vinte famílias cada, incluindo os seguintes pontos-chave: ao longo da costa, o estabelecimento de povoações de pescadores em todos os pontos onde fosse possível encontrar ou conduzir água potável e que não estivessem ocupadas por povoações importantes. Pelo estudo desenvolvido, concluiu-se que se poderiam estabelecer num período de dez anos umas vinte povoações dessa natureza nas praias de Angola (...) constituídas por famílias portuguesas: cidades, vilas, aldeias ou simples grupos de pescadores. Os restantes 980 núcleos seriam de carácter rural, espalhando-se por todo o interior de Angola. A fixação desses núcleos seria levada a cabo pelo Estado, por grandes companhias concessionárias e por missões de padres. As despesas seriam pagas a meias pela Metrópole e por Angola. O autor relata ainda a exclusão de “indivíduos de raça preta”.¹⁹²

Em seguida, Norton de Matos dá, como exemplo, Porto Alexandre como aglomerado pioneiro no estabelecimento de povoações de pescadores. Embora essa primeira experiência não tenha tido resultados muito positivos, serviu como um

¹⁹⁰ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 20.

¹⁹¹ *Idem*, pág. 21.

¹⁹² *Idem*, pág. 30.

exemplo. Esta iniciativa consistiu em enviar para Porto Alexandre um grupo de pescadores poveiros para constituírem novos núcleos, mas foram sem as suas famílias, o que provocou mal-estar entre a população. Para além deste facto, ao contrário das magníficas casas prometidas, estes pescadores depararam-se com casas “modestas, pequenas e de um só piso, construídas com material de carácter permanente e com as linhas da risonha arquitetura portuguesa.”¹⁹³

Para Norton de Matos, o exemplo de colonização teria de ser encontrado no exemplo de Inglaterra, na África do Sul e principalmente na Austrália, no Canadá e Estados Unidos da América e não no modo de vida dos operários portugueses. Dava como exemplo de sucesso o caso do Planalto de Huíla, que, após três gerações, conseguira alcançar resultados muito positivos. Como exemplo do êxito do seu modelo de colonização apresenta um depoimento por carta de uma habitante de Porto Alexandre, do qual transcrevemos uma parte:

“Logo que chegamos deram-nos uma casa a cada, nova, com três quartos grandes, uma sala, retrete, quarto de banho e uma cozinha, é toda murada à volta, com jardim, mobília, duas camas, seis cadeiras, um guarda-louça, uma mesa, tudo novo. Deram uma a cada família; nós ainda não trabalhamos porque temos estado a fazer uma rede que custa quatro contos; mas peixe é tanto que na praia chega a estar a montes, sem ninguém o querer, por não servir para secar, porque os barcos vão ao mar todos os dias e vêm carregados de peixe escolhido (...), como cações, melgas, gatos, raias, peixe-espada e cavalas. Aqui é uma terra santa; não há pobres. (...) Tenho em casa tudo por junto, não falta nada para comer; tenho comido peixe que aí só os ricos comem.”¹⁹⁴

Houve também uma tentativa para ocupar administrativamente o porto da Baía dos Tigres, através da criação da circunscrição administrativa e de um posto no Cunene. Para tal, era necessário existir água potável e a construção de um caminho de ferro que, partindo da Baía dos Tigres, “seguisse para Leste a percorrer as fertilíssimas regiões da bacia do Cunene e a prestar-se ligação com as vias férreas da Damaralândia. Organizou-se em moldes novos, com o decreto do Alto Comissário da República, número cento e nove, de catorze de março de 1922, que criou a

¹⁹³ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 32.

¹⁹⁴ *Idem*, pág. 32.

Intendência da Baía dos Tigres, a ocupação administrativa daquelas regiões que de forma alguma podemos abandonar.”¹⁹⁵

A esta jurisdição ficavam subordinados todos os serviços marítimos, fluviais, de navegação e de pesca e, apesar de estarem sob jurisdição do Governo de Mossâmedes e dos Serviços Marítimos da Província de Angola, possuíam independência e autonomia. Em redor do Intendente iria formar-se um núcleo de funcionários administrativos portugueses que teriam como função orientar o grupo de famílias de pescadores, à semelhança do que acontecera em Porto Alexandre, incluindo a construção de casas idênticas para dez famílias de pescadores. Esta operação seria repetida em dezoito núcleos de pescadores ao longo da costa angolana. Estas colónias, constituídas por pescadores indígenas, à volta do núcleo original, constituído por pessoal português, tinham como finalidade a ocupação da costa com serviços marítimos e de farolagem por portugueses que acabariam por substituir o pessoal indígena, “afastando-os por completo para o seu habitat natural, nas terras do interior, caracterizadamente tropicais”.¹⁹⁶

O documento que seguimos especifica pormenorizadamente o pessoal necessário à colonização destes núcleos marítimos: um secretário de circunscrição; dois chefes de posto destinados aos postos da Foz do Cunene e de Pediba; três aspirantes de quadro administrativos; duas dactilógrafas; um escrivão dos serviços marítimos; um encarregado de oficinas de material marítimo; um cabo do mar e pessoal necessário para as embarcações do porto.

Este projeto tinha sido igualmente implementado nos núcleos de famílias rurais portuguesas no planalto do Bié e no planalto de Huíla nos anos de 1923 e 1924. Nesses anos foi realizado um verdadeiro projeto de reforma agrária. Numa zona onde anteriormente apenas existiam grandes concessões, passou a haver uma divisão de pequenas propriedades, lotes de terreno de duzentos e cinquenta hectares distribuídos a colonos portugueses e boers, cujo trabalho tinha de ser obrigatoriamente executado pelos colonos brancos, pois o trabalho agrícola executado por indígenas era proibido. Esta proibição tinha como finalidade evitar

¹⁹⁵ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 33.

¹⁹⁶ *Idem*, pág. 35.

que os brancos “percam as qualidades de trabalho de que são dotados e que se misturem com a raça preta, de modo a formar núcleos de população rural semelhantes aos de Portugal.”¹⁹⁷ Estes trabalhadores seriam utilizados na abertura de estradas ou outras obras públicas de infraestruturas, pagas pelo Estado, mas sempre supervisionadas por funcionários públicos.

Para liderar estas comunidades rurais, Norton de Matos escolheu os padres católicos, formados em Tomar, no seminário das Missões Ultramarinas,¹⁹⁸ que há muito se dedicavam a estas tarefas agrícolas, superiormente fiscalizados pelo Governo de Angola. Era importante que estes missionários fossem naturais da mesma província dos colonos e o seu objetivo era animá-los, dar-lhes alento para a sua difícil tarefa e manter vivo o sentimento de lealdade à Pátria.

Haveria ainda outra modalidade de colonização que estava relacionada com a grande concessão de terrenos que seguiriam os moldes da colonização e estariam sob a fiscalização do Governo de Portugal. Estes terrenos seriam destinados à criação de gado e seriam divididos e novamente entregues a famílias.¹⁹⁹

Sempre com o objetivo de incentivar a colonização, em 1921 saíram dois diplomas relativos a este assunto. Um, em março, responsável pela criação da Agência Geral de Angola em Lisboa, cujas funções eram a colonização, a emigração e propaganda de Angola, outro, em novembro, que estabeleceu o subsídio de família, de modo a melhorar as condições de vencimento dos funcionários públicos. O cruzamento com os indígenas não era bem visto pelas autoridades que tinham como objetivo contrariar essa mistura, advogando o envio de famílias para as colónias, de trabalhadores da terra e do mar, fixando em Angola funcionários públicos, civis e militares, com as suas respetivas famílias, de operários além de rurais e pescadores por conta do Estado. Para alcançar este objetivo e garantir a fixação de populações foram também criadas, ainda em 1921, as gratificações de permanência.²⁰⁰

¹⁹⁷ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 36.

¹⁹⁸ O Seminário das Missões Ultramarinas, fundado em 1922, tinha como função formar religiosos para a missão ultramarina. Funcionava em regime de internato destinado a jovens que usufruíam de instrução escolar e religiosa. Informação retirada da página oficial do Convento de Cristo em Tomar, <http://www.conventocristo.pt/pt/index.php?s=white&pid=246>, consultado a 29 de outubro de 2016.

¹⁹⁹ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 39.

²⁰⁰ *Idem*, pág. 43.

Outra das grandes preocupações do Estado dizia respeito à tentativa de fixação de povos estrangeiros nestes territórios. Por um lado, não se podiam fechar as fronteiras aos outros povos, mas podia-se controlar a sua fixação e permitir a ocupação de grandes áreas por emigrantes da mesma nação, a ocupação de cargos públicos por estrangeiros ou empresas estrangeiras, podia tornar-se uma ameaça à soberania nacional. Assim, passou a ser exigido sempre uma maioria de portugueses nos quadros públicos e o ensino da língua portuguesa foi tornado obrigatório. Claro que estas diretrizes foram quebradas muitas vezes, veja-se o caso da Diamang.²⁰¹ No que diz respeito à população europeia, em 1933, os portugueses eram obviamente maioritários com uma taxa que rondava os 56%. Eram seguidos pelos alemães com mil cento e cinquenta e oito, seguidos pelos ingleses com oitenta e nove e italianos com cinquenta e três.²⁰²

Para efetivar a fixação de populações, o Estado tinha de proporcionar boas condições de vida aos colonos e isso passava pela segurança, saúde, escolaridade e habitação. Era essencial construir casas de “estilo europeu” com boas condições a nível construtivo e de salubridade. Deste modo, foi promovida a construção de casas para funcionários, operários e colonos e estabelecendo a liberdade de inquilinato, de modo a baixar o custo das casas. Em 1922, foram dadas grandes vantagens aos construtores de prédios novos, com isenção de impostos e liberalizando a renda. Para além desta legislação, foi também criado um regime de obrigatoriedade de melhoramentos das antigas e anti-higiénicas habitações das colónias.²⁰³

As casas variavam consoante a categoria do funcionário, quanto mais ganhasse, mais espaçosa seria a casa. Os indígenas tinham um tipo de casa determinado, semelhante ao bairro indígena de Luanda, política depois continuada e desenvolvida e adaptada às necessidades destas populações, como foi o caso de

²⁰¹ A Diamang foi fundada nos inícios do séc. XX quando uma empresa belga Forminière descobriu diamantes no norte de Angola. Logo em 1912 foi criada a empresa Pesquisas Mineiras de Angola que acaba por se extinguir e transferir para a Diamang os direitos de exploração de diamantes, com capital português, belga, francês e americano. Esta Companhia tinha a exclusividade da prospeção e estava isenta da maior parte dos impostos. Recrutava mão-de-obra indígena em troca de assistência médica e instrução aos nativos. Com o passar do tempo, a Diamang tornou-se num Estado dentro de um Estado. Culturalmente assumiu também um papel de relevo com a criação do "Museu do Dundo", na Lunda-Norte, em 1936 pela então denominada Companhia de Diamantes de Angola / Diamang. Foi a primeira instituição do género criada em Angola. Em 1942 adota a designação de Museu Etnológico. Cf. Jorge Varanda, “A saúde e a Companhia de Diamantes de Angola”, *Manguinhos*, vol. 11, Rio de Janeiro, 2004, pps. 261-68.

²⁰² *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933, pág.10.

²⁰³ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 47.

bairro indígena de Moçâmedes, responsável por um estilo arquitetónico novo denominado “Caraculo” e que adaptava as condições de salubridade exigidas às habitações dos colonos aos traços das tradicionais cubatas indígenas.²⁰⁴

Na cidade de Luanda, houve um crescimento significativo do bairro indígena que, para além das casas de habitação, contava também com um Hospital indígena, a escola-oficina das Missões; e o Balneário, o Posto Médico e Lactário Indígena, a cadeia e todos os aspetos fundamentais de uma urbanização da chamada “Cidade Indígena”.²⁰⁵

O pormenor chegava a uma lista de mobília disponibilizada aos funcionários e os detentores dos cargos mais altos tinham ainda direito a serviços de loiça, roupa de cama e de mesa e uma tina de banho. O bairro devia ter área suficiente para as seguintes instalações: quarteirão para funcionários do quadro geral auxiliar; quarteirão dos operários indígenas; quarteirão para trabalhadores indígenas com residência permanente nos centros de população europeia; acampamento para trabalhadores indígenas com residência temporária nesses centros; escola para sexo feminino indígena e para o sexo masculino; hospital e asilo para indígenas; lavatório, casa de banho e sanitários públicos; marcos fontenários; quartel de polícia indígena e esquadras, fornos crematórios; campos para jogos desportivos; jardins públicos; fossas e esgotos; serviço de incêndios. O bairro seria ainda ajardinado e teria arruamentos largos e jardins necessários. No primeiro quarteirão, só podiam ser construídas casas de um tipo próprio para funcionários do quadro geral que são obrigados a fazer vida à europeia. Estas casas, seriam feitas à custa do Estado, assim como as casas para os operários indígenas. Todas as casas teriam de ser construídas com materiais permanentes, sendo vedado o uso de capim ou colmo. Os planos seriam executados em Luanda, Lobito, pelos Conselhos de Melhoramentos Urbanos e para Benguela e Mossâmedes. Era obrigatório, para os indígenas, morarem nestes bairros e fora dos bairros só podiam morar os europeus e os naturais de Angola. Era permitido o internato de indígenas em colégios, missões ou asilos fora dos bairros

²⁰⁴ Alexandre Sarmiento, “Bairros Indígenas de Luanda”, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 31, nº 356, Fevereiro de 1955, pps. 263-267.

²⁰⁵ *Idem*, pág. 266.

indígenas e absolutamente proibida a moradia ou pernoita de qualquer europeu nos bairros indígenas, sob pena de desobediência.²⁰⁶

Imagens 14, 15, 16 e 17

Aspetos do bairro operário de Luanda em construção (anos 50)



Fonte: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 30º, nº 352 (Outubro de 1954), pps. 145-150.

Todas estas medidas tinham como objetivo central a fixação de populações vindas da Metrópole, pois existia sempre o receio de estabelecimento de estrangeiros. Tal tinha acontecido na Humpata, onde uma numerosa comunidade Boer se tinha estabelecido, e na Quibala, região muito estudada nos antigos planos alemães de emigração para Angola. Para fiscalizar esta atividade, foi determinado que em cada circunscrição se fixasse uma localidade para residência temporária do governador. Isto permitia uma maior circulação e uma melhoria na organização administrativa do território, mas também um maior controlo das comunidades estrangeiras que aí viviam.²⁰⁷

Para além dos governadores, o papel desenvolvido pelos missionários era relevante e estes estavam obrigados a não ensinar qualquer língua estrangeira e a ministrar o ensino profissional ou agrícola. Estas missões tinham o encargo de

²⁰⁶ Norton de Matos, *Ob.Cit.*, pps. 240-241.

²⁰⁷ *Idem*, pág. 60.

escrever um relatório sobre o movimento das escolas, oficinas e enfermarias. Aqui, não era permitido o ensino de línguas indígenas que só era autorizado na catequese.

Uma das primeiras medidas do Alto Comissário foi a remodelação administrativa da Província de Angola e a criação das Secretarias Provinciais e das Repartições Autónomas, de modo a conseguir combater alguma confusão que existia. As Secretarias Provinciais existiam desde 1914 e tinham como funções: os serviços dos portos comerciais; serviços dos caminhos de ferro; serviços de comunicações; serviços de comunicações marítimas; serviços geográficos e geodésicos; serviços geológicos; serviços militares de terra e mar; serviços industriais e comerciais. De modo a melhorar todos os serviços, foi ainda publicado o Regulamento das Circunscrições Administrativas e procedeu-se a uma nova divisão distrital.

O Programa de Fomento e de Colonização de 1921 tinha como linhas de força a construção de caminhos de ferro; portos; estradas próprias para viação automóvel; habitações para funcionários, operários e colonos, tanto europeus como indígenas. Contava ainda com o desenvolvimento de medidas de higiene e de profilaxia, bem como a construção de hospitais e enfermarias para europeus e indígenas; a urbanização; o estabelecimento de linhas telegráficas e telefónicas e de estações radiotelegráficas. Contribuiu ainda para o desenvolvimento da navegação de cabotagem e fluvial a urbanização, o estabelecimento de faróis e a construção de quartéis. No que diz respeito ao desenvolvimento da ciência, foram incentivados os seguintes projetos: serviços geológicos; serviços geográficos; observatórios astronómicos e meteorológicos; laboratórios médicos e veterinários de diversa espécie e institutos de investigações científicas.²⁰⁸

No que diz respeito ao caminho de ferro, foram realizados estudos importantes e avanços construtivos em Golungo-Alto, em Amboim, o caminho de ferro de Mossâmedes chegou finalmente ao Lubango e o de Benguela chegou até Silva Porto, capital do Bié. Quanto ao caminho de ferro de Luanda a Malange, foi o que mais problemas acarretou devido ao desleixo e abandono a que foi votado. Paralelamente ao caminho de ferro, desenvolveu-se a rede viária e de linhas

²⁰⁸ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 146.

telegráficas com uma extensão de 11.000 Km. A rede Radiotelegráfica de Angola foi a mais importante de todas as colónias tropicais, encontrando-se em funcionamento as “Estações Radiotelegráficas em Luanda, Cabinda, Lobito, Mossâmedes, Novo Redondo, Santo António do Zaire, Malange, Huambo, Camacupa, Ambriz, Baía dos Tigres e Otchinjau, e em construção encontram-se Maquela, Saurimo e Vila Pereira de Eça.”²⁰⁹

A urbanização e construção do território foi sempre uma preocupação dos portugueses, uma vez que era necessário aumentar e efetivar a emigração para os territórios coloniais, pois identificava-se a carência de cem a cento e cinquenta mil portugueses. O grande problema era a falta de construção no território, uma vez que os colonos limitavam-se a ocupar as casas que já existiam e não contribuía com nenhuma construção. Tentou alterar-se esta política e incentivar a construção de novos edifícios e, entre 1921 e 1923, houve de facto uma mudança como se pode comprovar com os seguintes dados: treze quartéis do exército, oitenta serviços urbanos e cinco secretarias de agricultura.²¹⁰

Quanto à exploração da Costa existiram algumas dificuldades, até porque havia outras potências europeias com interesses na costa angolana e, por esse motivo, tornou-se urgente a sua ocupação definitiva.²¹¹ Para atingir tal objetivo, firmaram-se os seguintes pontos: mínimo espaço sem ocupação - meio grau de latitude; ocupação de todos os portos, angras e desembarcadouros, por pouco importantes que sejam; essa ocupação deve contar, no mínimo, de uma delegação marítima, sob a chefia de um sargento de marinha, de um farol ou farolim e de uma instalação de pesca, com casas apropriadas para o pessoal da delegação marítima e dos faróis, para os colonos pescadores, europeus ou indígenas, e para salga e conservação do peixe.

Para concretizar este projeto, foram criadas, em 1923, delegações marítimas nas baías de S. Brás, dos Elefantes, de Santa Maria, da Lucira Grande, no Baba e na

²⁰⁹ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, p.153.

²¹⁰ *Idem*, pág. 155.

²¹¹ Esse interesse resultava na chamada “penetração pacífica” que consistia num domínio económico das colónias com ejeção de capitais em domínios chave do território, como por exemplo a construção dos caminhos de ferro. Esta tática chegou a ser utilizada pela Alemanha e outras potências com interesses em África. Cf. Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 186.

Baía das Moscas. Paralelamente havia que dotar estes locais de farolagem conveniente e de populações dedicadas à pesca com o fim de provocar a criação de populações marítimas. Era igualmente necessário que estas delegações, portos e estabelecimentos de pesca fossem constantemente visitados por um navio da marinha de guerra.

Os gastos em material dos serviços de marinha e farolagem substanciam o esforço evolutivo no que respeita a orçamento para farolagem e marinha. Entre 1921 e 1922 foram gastos 706 contos e, entre 1922 e 1923, a soma subiu para 971 contos.²¹²

No que diz respeito à relação de poder com os indígenas, considerou-se na Lei Orgânica da República que “O Governador da Colónia, por si e por intermédio dos funcionários seus subordinados, é o protetor nato dos indígenas”. No exercício dessa função competia-lhe promover o melhoramento das condições materiais de vida dos indígenas, o aperfeiçoamento das suas aptidões e faculdades naturais, e, de uma maneira geral, a sua instrução e progresso.²¹³

Havia dois grandes problemas de administração colonial em Angola: as doenças e a violência. Para combater estes problemas foi necessário instituir uma política de melhoramento das condições de vida dos indígenas com os seguintes pontos: assistência médica aos indígenas; introdução gradual e continuada de hábitos e de práticas de higiene; melhoria efetiva das condições materiais de vida ao nível da alimentação, habitação e vestuário; supressão de todos os vícios, usos e costumes que sejam prejudiciais ao organismo humano: bebidas alcoólicas, drogas inebriantes, práticas de feitiçaria; completo desarmamento dos indígenas; introdução de meios de transporte e de sistemas de viação que permitam acabar inteiramente com os carregadores; evitar as deslocações dos indígenas para regiões muito distantes das que habitam; colocar a educação acima da instrução literária; educar a mulher indígena em estabelecimentos apropriados, mais casas de trabalho do que escolas. De modo a evitar a violência, era necessário garantir aos indígenas o

²¹² Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 161.

²¹³ *Colecção da Legislação Novíssima do Ultramar*, vol. XXI, 1893, publicado pela Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.

pleno e livre exercício do seu trabalho; o uso e posse das terras que cultivam; dar formação de lavoura, das artes e ofícios, do comércio, da engenharia ou medicina; substituir as autoridades indígenas pelas portuguesas; manter os indígenas sob autoridade portuguesa; pagamento de imposto único por parte dos indígenas.²¹⁴

Apesar desta proteção, era política do Estado o indígena não se misturar fisicamente com o colono branco, tal como tinha sido testado no planalto da Huíla, cuja população, já na quarta geração, nunca se teria cruzado com os nativos. Embora utilizasse o seu trabalho enquanto operários, colaborando nas artes e ofícios, não o utilizavam no amanho da terra e na criação de gado. Se, numa primeira fase, o objetivo da colonização fora comercializar e cristianizar, numa fase posterior foi civilizar. Segundo o pensamento de Norton de Matos, a experiência da Índia, que defendia o cruzamento com nativos, tinha mostrado o resultado dessa política, ou seja, segundo o ponto de vista da elite política de então, essa mistura levava à perda de qualidades civilizacionais, que interferiam na qualidade da colonização.²¹⁵

Com o intuito de “civilizar” os indígenas, foram criadas escolas-oficinas destinadas ao sexo feminino, cujo objetivo era instruir as raparigas e impedir a influência familiar na educação. Este regime era de semi-internato para que a criança estivesse muitas horas separada da família indígena, mas não segregada dela. A escola será sobretudo uma casa de trabalho, onde as crianças adquirirão hábitos de limpeza, de higiene, de decência e de moralidade; a instrução literária será básica, compreendendo a leitura e escrita do português, assim como a oralidade e as quatro operações aritméticas, incluindo o conhecimento da moeda corrente. Seriam também ministradas palestras sobre higiene, usos e costumes indígenas, mas também sobre a História de Portugal e os benefícios da civilização portuguesa. Este modelo suscitou várias críticas, pois os mais conservadores consideravam que apenas nos asilos e conventos se poderia ministrar uma educação adequada ao indígena, porém este sistema vingou.²¹⁶

A I Guerra Mundial e as suas consequências levaram a uma demarcação febril de terrenos e de concessões que retiraram várias propriedades aos indígenas.

²¹⁴ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pps. 226-227.

²¹⁵ *Idem*, pág. 231.

²¹⁶ *Idem*, pág. 251.

Devido a estas circunstâncias, foi legislado que os terrenos ocupados pelos indígenas nunca fossem objeto de concessão a não ser pelo fim de utilidade pública. Porém, os indígenas eram obrigados a efetivar a ocupação e a cultivar os terrenos, tendo em atenção que era necessário ministrar formação agrícola aos indígenas e isso só poderia ser feito pelos Serviços Agrícolas de Angola.²¹⁷

Para além da questão da concessão de terrenos, tornou-se determinante legislar no sentido de dotar os indígenas de um conjunto de direitos e deveres, à boa maneira do liberalismo europeu, de modo a substituir as tradicionais autoridades indígenas (sobas ou outros chefes). Assim, foi elaborado o *Estatuto civil, político e criminal dos indígenas* da Província de Angola. O responsável pela administração da justiça aos indígenas seria o Governador Geral.²¹⁸

No que diz respeito a concessões a empresas privadas, foi a *Companhia de Mossâmedes* a que mais beneficiou no sul de Angola. Em 1894, foi-lhe concedida uma enorme extensão territorial, mineira e agrícola nos territórios a sul de Angola. Porém, a falta de cumprimento por parte da Companhia levou à anulação desse contrato que representava até um obstáculo à soberania portuguesa. Em 1820 foi revogado, mantendo a Companhia 250.000 hectares e a atividade mineira, situados nos distritos de Mossâmedes, Huíla ou Cubango.²¹⁹

Em termos de colonização, não podemos esquecer que, excetuando os casos de antiga ocupação de Luanda a Benguela, iniciada no século XVI, e de Cabinda e S. Salvador no extremo norte, os restantes territórios foram sendo ocupados posteriormente devido às imposições da Conferência de Berlim. Luanda teve um crescimento exponencial entre os anos trinta e cinquenta, como se pode verificar na tabela seguinte:

²¹⁷ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pps. 256-259.

²¹⁸ *Idem*, pág. 260.

²¹⁹ *Idem*, pág. 288.

Tabela 2

Crescimento do número de colonos de Angola entre as décadas de 40 e 60

Data	População	Diferença
1940	61.028	---
1950	141.647	+ 80.719
1960	224.540	+82.893
1970	480.613	+257.715

Fonte: Anuário Estatístico de Angola, Luanda, Imprensa Nacional, 1933-1973.

No sul do território, a ocupação foi lenta e difícil. No planalto do Huambo, Norton de Matos fundou Nova Lisboa, devido à ação dos ingleses que, durante a construção do caminho de ferro de Benguela, denominaram aquela zona de *Poling City*, o que rapidamente Norton de Matos emendou e assim nasceu Nova Lisboa, capital até à revisão do *Ato Colonial* em 1950.²²⁰

Também a região de Benguela foi alvo de um amplo desenvolvimento. Esta cidade, protótipo de cidade jardim, era representativa da colonização dos séculos XVII e XVIII. O caminho de ferro foi responsável pelo desenvolvimento desta região, Lobito, por exemplo, nasceu do nada em 1910 e, em 1960, tinha já 50.000 habitantes. Para além da cidade, incluía, também, a zona da Baía e do Porto, levantado pela Missão Hidrográfica de Angola em 1950. O caminho de ferro de Benguela e o porto do Lobito constituíam o eixo do desenvolvimento daquela zona, cujos trabalhadores tiveram até direito a um bairro próprio para 6000 habitantes. O caminho de ferro de Benguela, pertença de belgas e ingleses, criou uma nova cidade, com hospitais, clubes recreativos e moradias. O Lobito foi por muitos considerada como a mais bela criação urbanística em Angola.²²¹

Outra forma de colonização do território angolano concretizou-se através da criação de colonatos. O colonato de Cela²²², em construção até 1953, era destinado a

²²⁰ Francisco Bethencourt, Kirti Chauduri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Temas e Debates, 2000, pág. 350.

²²¹ *Idem*, pág. 351.

²²² Em 1958, na sua volta a África em automóvel, Fernando Laidley visita o colonato de Cela e descreve-a como uma “bela obra de colonização” com um hospital em construção, “bonitos aldeamentos, baptizados com nomes bem portugueses, onde os colonos vivem em condições de conforto que não possuíam nas suas terras, mas conservando na sua maioria, os trajes pitorescos das suas regiões. Cada aldeamento possui o seu posto

colonizadores brancos, ligados à agricultura e à vida no campo. Ana Maria Gama Caetano, nascida a 17 de maio de 1944, natural de São Vicente da Beira (Casal da Serra), acompanhou a sua família na viagem para este colonato, quando tinha dez anos. Aí viveu dez anos, até se casar, aos vinte e descreve Cella do seguinte modo:

“Em 1954, o Colonato da Cella era constituído por doze aldeamentos, com vinte e oito casas cada um, que foram ocupados por famílias portuguesas do Algarve, do Ribatejo, da Beira Alta, Beira Baixa e Açores. Ocupei o aldeamento número quatro – Aldeia da Pena – onde havia uma capela, uma escola, um centro de saúde e uma cooperativa, onde a comunidade se abastecia. Na capela, celebravam-se todas as festas religiosas, como batizados, casamentos, comunhões,...

A minha família comprava o que necessitava na Cooperativa e pagava em cereais. O meu pai tinha um trator e lavrava as terras, produzindo batata, feijão, milho, hortaliça e amendoins. Também tinha gado (porcos e vacas), que proporcionava a produção de enchidos, leite e queijo.

Existiam também os armazéns, onde eram guardados alimentos e recordo-me de deixarem estragar muitas toneladas de batatas; não havia a preocupação de vender, porque pagavam muito mal ao produtor, logo não havia lucro.

Só houve sete anos de paz, depois começou a haver conflitos e o medo era a palavra de ordem.”²²³

No Cunene existia uma colónia agrícola mista e em Caconda uma colónia só para indígenas. Era também assinalável o povoamento do Bengo, ligado nas obras hidroagrícolas do Quanza Bengo. Ainda mais para sul, a cidade de Sá da Bandeira foi também destacada pelo seu povoamento com origem nas populações da Madeira e Porto Santo. No extremo sul, é Moçâmedes que se destaca “entre a praia e o deserto, no fundo de linda baía e sob as vistas da fortaleza da ocupação. Tem à beira-mar jardim municipal desenhado como qualquer dos nossos jardins e arrumam-se ao longo dele três correntes de casas; não é doentia ou empoeirada, o clima agradável, as gentes brancas e civilizadas.” Porto Alexandre e Baía dos Tigres eram descritas como vilas movimentadas e ativas.²²⁴

sanitário, um marco fontanário e uma capelinha-escola. Os serviços do colonato, como os armazéns, estavam centralizados na vila de Santa Comba Dão. Cf. Fernando Laidley, *Roteiro Africano, primeira volta a África em automóvel*, Lisboa, Edições Tapete Mágico, 1958, pps. 101-102.

²²³ Entrevista realizada a Ana Maria Gama Caetano, em 1 de setembro de 2016.

²²⁴ Citado por Francisco Bethencourt, Kirti Chauduri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Temas e Debates, 2000, pág. 350. Voltaremos a falar destas cidades no subcapítulo *As Cidades do Deserto*.

Imagem 18

Um aldeamento do colonato de Cela



Fonte: Fernando Laidley, *Roteiro Africano, primeira volta a África em automóvel*, Lisboa, Edições Tapete Mágico, 1958, pág. 97 e respetiva capa do livro.

O conceito de emigração sempre se confundiu com o de colonização, até no que diz respeito às entidades oficiais. Emigração implica quase sempre o retorno das populações, que emigram com o intuito de voltar, enquanto a colonização leva à fundação de novas cidades ou ao reforço das já existentes, como prolongamento da Pátria, sem intenção de retorno, mas de continuidade.

Nos anos cinquenta do século XX vão existir várias tentativas de fixação de colonos e suas famílias, naquilo que foi o primeiro grande plano dirigido de colonização do Estado Novo. A quatro de Outubro de 1955 todas as operações de recrutamento de emigrantes destinadas à colocação em colonatos e instituições oficiais do Ultramar passaram a ser uma prerrogativa da Junta de Emigração²²⁵. Esta disposição teve o aval do Ministro do Interior e resultou de um despacho do Ministro das Colónias. Este texto tinha como objetivo definir e clarificar os métodos de recrutamento dos colonos, indicando que as operações de recrutamento de emigrantes destinados a colocação em colonatos ou instituições oficiais semelhantes seriam realizadas na Metrópole, exclusivamente pela Junta da Emigração. Seria da competência do Ministério do Ultramar enumerar os critérios de escolha dos emigrantes, segundo os interesses ultramarinos. Seguidamente eram enunciadas as

²²⁵ Sobre este assunto ver a tese de doutoramento de Ivete Sobral dos Santos, *A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

condições de instalação dos colonos nos colonatos do Limpopo (Moçambique) e Cunene (sul de Angola).

O colonato de Cunene ocupava um local estratégico, uma vez que tinha como objetivo fixar população numa zona de fronteira com a Namíbia, colónia explorada pela Alemanha a partir da Conferência de Berlim. Não é por isso de estranhar a forte presença alemã no sul de Angola, que só foi controlada com a I Guerra Mundial.²²⁶

As condições de instalação incluíam transporte e manutenção. Ao colono e sua família eram concedidas facilidades de fixação no destino, contando com um casal agrícola composto por casa de habitação, três quartos, cozinha, sala de jantar, despensa e instalações sanitárias; terras; alfaías agrícolas e mobiliário; gado, sementes e inseticidas fornecidos durante o primeiro ano de estadia e até às últimas colheitas desse ano. Tinham ainda direito a assistência médica e cirúrgica, veterinária, agrícola, financeira e religiosa.²²⁷

Para além das condições acima indicadas, era identificado pela Junta o tipo de agregado que mais convinha ao colonato. No de Ceta, era prioritário que o chefe de família não tivesse idade superior a sessenta anos e que o agregado familiar tivesse elementos de trabalho suficientes para a exploração agrícola do casal, contando com dois filhos do sexo masculino, maiores de doze anos. Tinham de ser agricultores e com robustez física. Era necessário ainda que todos os elementos entre os catorze e os trinta e cinco anos tivessem a terceira classe do ensino primário. No Limpopo e Cunene, o chefe de família não podia ter mais de cinquenta anos, tinha de ser agricultor e ter robustez física. Segundo a tabela de inscrições do Continente, disponibilizada pela Junta de Emigração, no ano de 1955, o distrito que mais contribuiu para o colonato de Ceta foi Bragança com 1.316 indivíduos, seguido por Beja com 495 indivíduos e em terceiro lugar por Leiria. No que diz respeito aos colonatos de Limpopo e Cunene foi liderado por Beja, com 7.647 indivíduos, seguido por Bragança com 3.688 indivíduos e Vila Real com 3.308 indivíduos. Existiu também um número significativo de inscrições nos Açores.²²⁸

²²⁶ *Boletim da Junta de Emigração, 1955-1956, Ministério do Interior, Porto, 1958, pág. 139.*

²²⁷ *Idem, pág. 142.*

²²⁸ *Idem., pág. 145.*

No início do ano de 1957, começaram a embarcar, com destino aos colonatos de Cunene e Limpopo, as famílias de agricultores inspecionadas em 1956 e que tinham sido consideradas aptas. O distrito de Bragança foi o que mais colonos assegurou para o colonato do Cunene e, no total, embarcaram cinquenta famílias com quatrocentos e setenta e dois indivíduos, como se pode depreender dos dados da seguinte tabela:

Tabela 3
Emigrantes – Colonos enviados para o Cunene (1957)

Distritos de origem	Concelhos	Nº de famílias
Braga	Celorico de Basto	1
Bragança	Carrazeda de Ansiães	1
	Mirandela	9
	Vila Flor	20
Vila Real	Valpaços	2
Funchal	Funchal	5
	Machico	11
	Porto Moniz	1
	Santa Cruz	2
	Santana	5
	S. Vicente	1
TOTAL		58

Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1957, Ministério do Interior, Porto, 1958, pág. 87.

Ainda para o colonato do Cunene, em 1958, embarcaram cinquenta famílias, correspondendo a trezentos e noventa e três indivíduos e, novamente, o distrito de onde saíram mais colonos foi Bragança, seguido por madeirenses tal como se observa na tabela 3. Eram provavelmente as regiões mais deprimidas economicamente que forneciam mais mão-de-obra para estas localidades.

Para o colonato de Cela, registou-se no ano de 1958 a primeira remessa de colonos, totalizando sete famílias, correspondendo a cinquenta e quatro indivíduos, com a proveniência, registada na tabela 5 e 6. Cela reproduzia uma aldeia do norte de Portugal, pensada de forma equilibrada e geométrica, com uma praça central e uma igreja.

Tabela 4**Colonos enviados para o colonato de Cela (1958)**

Distritos de origem	Concelhos	Nº de famílias
Bragança	Carrazeda de Ansiães	2
	Mirandela	2
	Vila Flor	1
Castelo Branco	Castelo Branco	1
Santarém	Mação	1
TOTAL		7

Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1957, Ministério do Interior, Porto, 1958, pág. 90.

Esta atividade prosseguiu com regularidade e depois do embarque destas cinquenta famílias procedeu-se a novo recrutamento, sendo escolhidas dez famílias, compreendendo setenta e nove indivíduos. Para o colonato do Limpopo selecionaram-se oitenta e cinco famílias, num total de seiscentos e oitenta e sete indivíduos.

Estes novos embarques foram iniciados em outubro de 1958 com as famílias do concelho da Horta, sinistradas no vulcão dos Capelinhos e que não se adaptaram. Os recrutamentos prolongaram-se pelo primeiro semestre de 1959.²²⁹

Ainda no que diz respeito ao colonato de Cela, durante o ano de 1958, foram recrutadas e preparado o embarque de noventa e cinco famílias e dez colonos, num total de setecentos e setenta e seis indivíduos. Entre 1956 e 1958 foram recrutadas e embarcadas pela Junta da Emigração trezentas e onze famílias num total de 2.475 indivíduos, o que corresponde a 8 pessoas por família.

O ano de 1960, de acordo com o II Plano de Fomento, constituiu um período de atividade máxima para a Junta de Emigração no que respeita a recrutamento de colonos. Estava previsto atingir cerca de 400 famílias, compreendendo mais de três mil pessoas, relativamente aos colonatos de Cunene e Limpopo.

Os colonos recrutados eram oriundos de regiões pobres do país e tornava-se difícil que respeitassem os critérios do Ministério do Ultramar. Do ponto de vista físico era fácil encontrar indivíduos com as condições desejadas, mas o problema situava-se na esfera cultural, moral e psicológica, até porque, em 1959, já existiam famílias regressadas, nomeadamente do colonato de Cela; retornaram vinte e duas famílias, sendo dezanove dos Açores, num total de cento e oitenta e quatro

²²⁹

Boletim da Junta de Emigração, 1958, Ministério do Interior, Porto, 1959, pág. 91.

indivíduos e do Limpopo nove famílias do Continente num total de cinquenta e uma pessoas. Para tentar ultrapassar esta situação, o Estado começou a conceder formação aos colonos, que assim chegavam a Lisboa com mais antecedência e, no período designado de pré-embarque, eram-lhes transmitidos uma série de “ensinamentos úteis”. Assim se iniciaram, no ano de 1959, os chamados “Estágios Experimentais”, que, a partir de 1960, passaram a ser ministrados pelo Conselho Superior do Fomento Ultramarino, Repartição do Povoamento e Instituto de Medicina Tropical.²³⁰

A partir desta altura, os colonos são transportados em carruagens especialmente requisitadas para o efeito e acompanhados por funcionários da Junta de Emigração, desde os locais de origem até Lisboa, onde embarcam. Em Lisboa, e até embarcarem, ficavam alojados na Casa do Emigrante. Durante este período, eram assistidos por uma equipa da Junta de Emigração, constituída por dois inspetores, um médico, uma assistente social e um padre missionário. A todos os colonos era entregue, para pagamento a longo prazo, vestuário por medida, adaptado aos trópicos (casacos, camisas, calças e capacete). A todas as crianças em idade escolar, eram entregues os livros adotados pelas escolas e, na assistência espiritual às famílias, tinha um papel de relevo a Cáritas Portuguesa que “consolava e amparava os colonos”.²³¹

No ano de 1960, integraram o contingente de colonos para o Cunene indivíduos oriundos do Alentejo, Beja e do Algarve, Faro, num total de cento e oitenta e cinco e dezassete, indivíduos respetivamente. Neste ano, regressaram igualmente três famílias, totalizando dezanove indivíduos do Colonato do Cunene, incluindo a seguinte relação:

²³⁰ *Boletim da Junta de Emigração*, 1959, Ministério do Interior, Porto, 1960, pág. 106.

²³¹ *Idem*, pág. 108.

Tabela 5
Colonos enviados para o colonato de Cunene (1960)

Distritos de origem	Concelhos	Nº de famílias
Beja	Castro Verde	22
	Odemira	4
	Serpa	3
Bragança	Alfândega da Fé	1
	Macedo de Cavaleiros	1
Faro	Alportel	3
Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	5
Portalegre	Fronteira	1
Vila Real	Montalegre	2
	Murça	5
	Ribeira de Pena	7
	Vila Pouca de Aguiar	23
	Vila Real	1
Viseu	Penedono	2
TOTAL		80

Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1957, Ministério do Interior, Porto, 1958, pág. 93.

Entre 1956 e 1960, foram já embarcadas setecentos e quarenta e seis famílias, compostas por cinco mil oitocentos e setenta e cinco indivíduos e, em 1961, totalizava já sete mil cento e trinta e nove indivíduos. Porém, neste ano, não foram enviados colonos nem para Cela nem para o Cunene.²³²

Em 1963, foi feito o balanço geral de todos os colonos enviados para todos os colonatos que a seguir discriminamos:

Tabela 6
Balanço geral dos colonos enviados

Anos	Cela	Cunene	Limpopo	Total
	Famílias- Indivíduos	Famílias- Indivíduos	Famílias- Indivíduos	Famílias- Indivíduos
1956		58- 472	26- 195	84- 664
1957	12- 103	50- 394	70- 545	132- 1.042
1958		10- 79	85- 687	95- 766
1959	1- 7	40- 293	22- 176	63- 476
1960		80- 594	292- 2.330	372- 2.924
1961			207- 1.264	207- 1.264
1962			77- 301	77- 301
Totais	13- 110	238- 1832	779- 5498	1030- 7440

Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1963, Ministério do Interior, Porto, 1964, pág. 121.

De todos os anos de coabitação entre brancos, negros e mulatos resultou uma multiculturalidade presente ainda hoje e, apesar de tantos obstáculos nas

²³²

Boletim da Junta de Emigração, 1962, Ministério do Interior, Porto, 1963, pág. 124.

sociedades pós-coloniais, consolidou-se uma influência cultural mútua. É que o colonizador branco acabou por mostrar, muitas vezes inadvertidamente, outras formas de vida, outros e novos conceitos que passaram a fazer parte do seu vocabulário e que acabaram por enformar uma nova cidadania. A fixação por parte das entidades oficiais em embarcar colonos rurais estava ligada à teoria do “bom selvagem”, ou seja, que não estavam corrompidos com os males da civilização moderna e urbana. Porém, esta inocência escondia, muitas vezes, outros problemas como o alcoolismo, a fome ou a violência doméstica.

A criação de vultos heroicos que funcionassem como símbolos exaltados de nacionalismo e que gerassem a vontade de aventura para uma corrida a África funcionou também como alavanca. Nomes como Silva Porto, dos sertões do Bié, do Alto Quanza, das Ganguelas” ou outros como “Lacerda de Almeida, (...) símbolo de outro tipo de pioneiro, o sábio, que em fins do século XVIII vai resolver problemas da ciência de hoje.” O chefe da colônia que fez Mossâmedes, Bernardino Freire de Figueiredo, não podia faltar neste rol de homens ilustres.²³³

O espírito de aventura e a divisa *África Nostra* prevaleceram sempre na mente destes colonos que, muitas vezes, não viram os seus objetivos concretizados, mas outras criaram grandes fortunas em vastas zonas inóspitas, numa luta contra as agruras da natureza e do clima.

No que diz respeito às relações com o exterior, o exemplo da União Sul Africana era o mais citado e aquele que servia de modelo. A África do sul conheceu uma história muito conflituosa e, em 1867, ainda não tinha sido ainda consolidada a sua união. Existiam quatro colônias regidas por brancos e vários reinos negros que coexistiam, embora o poder britânico fosse dominante. A forma de colonização deste território foi, desde sempre, muito considerada pelos portugueses, que o observavam como um exemplo a seguir.²³⁴ Por volta de 1900, estalou a segunda guerra Anglo Boer, da qual saiu vitoriosa a Inglaterra. O acordo de paz, em relação à dominação do território, ficaram famosas as *Land Acts* de 1913 e 1936, pelas quais os colonizadores brancos controlavam a posse das terras.

²³³ *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Dezembro de 1925, Ano I nº 6, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

²³⁴ Sobre este assunto ver Fernando Carlos das Dores Costa, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer (1899-1902): política externa e opinião pública*, Lisboa, Edição Cosmos, 1995.

A proximidade institucional era grande entre Portugal e a União Sul Africana e, em 1939, dá-se a primeira visita oficial do General Carmona àquele território. A delegação portuguesa, composta pelo Presidente da República e pelo Ministro das Colónias, foi recebida pelo ministro de defesa da União, Oswald Pirow, pelo chefe de Estado-Maior e outras patentes militares que acompanharam a visita.

A primeira paragem foi Pretória, onde foram recebidos por um grupo de madeirenses, vestidos com os trajes regionais. Seguiram-se depois uma série de homenagens, entre as quais aos mortos na Grande Guerra. A proximidade entre as duas comunidades foi atestada continuamente e culminou com o discurso do Governador-Geral da União, Patrick Duncan, que sublinha essa familiaridade:

Não necessito lembrar (...) que as relações entre a Nação Portuguesa e a União sul-africana datam de muitos longos anos; que foi devido à audácia e génio marítimo dos portugueses que a parte meridional de África foi colocada no mapa e aberto o caminho para o oriente. Ainda se encontram no nosso solo os vestígios das atividades desses homens corajosos, e os seus nomes atestam o quinhão que lhes coube na abertura do continente negro.²³⁵

Prossegue o discurso, referindo a continuidade dessa relação devido à vizinhança proporcionada pelo “vizinho mais íntimo”, Moçambique, no oriente, e no noroeste, Angola, que levou à regulação de interesses vertida na Convenção de Moçambique, assinada em 1939. O principal elo entre os vizinhos era, na realidade, a defesa e determinação de manter intacto o império colonial. Ainda durante esta visita, o Presidente recebeu os portugueses da metrópole, da Índia e de Moçambique residentes em Joanesburgo, cerca de 1500 pessoas, e foi também descerrado um padrão em honra de Bartolomeu Dias. Outra manifestação desta ligação foi a realização dos simpósios da Associação sul-africana para o avanço das ciências em Lourenço Marques que, em 1958, preparava a terceira realização em terras moçambicanas.²³⁶

²³⁵ Boletim Geral das Colónias, [Número especial dedicado à viagem de S. Ex.^ª o Presidente da República a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana (I)], Agência Geral das Colónias, Vol. XV - 172, 1939, pág. 507.

²³⁶ *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 397, 1958, pág. 156.

Em 1952, em entrevista ao Ministro do Ultramar para o *Diário de Luanda*, Sarmiento Rodrigues faz um balanço da política externa portuguesa, da política colonial e das relações com África do Sul. Ainda neste ano, o Governador-Geral da África do Sul, Ernest Jansen, parte em visita para Moçambique e, em 1957, visita Lisboa.

Havia, de facto, uma ligação ideológica entre as duas potências coloniais e interesses económicos relevantes. Ideologicamente, havia uma união de interesses entre estes países que despertaram críticas da ONU em relação à defesa dos Direitos Humanos, ao que o ministro dos negócios estrangeiros da União sul-africana respondia que o território era “o país mais industrializado e progressivo do continente e que as populações nativas beneficiaram grandemente do desenvolvimento verificado.”²³⁷

Também unia estes territórios o facto de existirem numerosas colónias de madeirenses em Joanesburgo, pois são “ótimos emigrantes, que sabem tratar de si próprios”. Foi também tema de conversa o ingresso dos negros na Universidade, estando prevista a criação de universidades separadas para bantos, indianos e mestiços.²³⁸

As relações com as outras potências tomaram diversas vias, consoante as mudanças incentivadas pelos diferentes regimes e pelas circunstâncias internacionais.

No caso do Estado colonialista português foi realçado o papel fundamental da criação de dispositivos coloniais-administrativos e simbólicos, destacando-se a importância da colonização costeira/marítima, através do desenvolvimento de portos e criação de cidades costeiras.

²³⁷ *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII - 387, 1957, pág. 12.

²³⁸ *Idem*, pág. 14.

Capítulo Segundo

A Criação

da Nação Imperial

Capítulo Segundo

A Criação da Nação Imperial

O conceito de Imperialismo foi-se modificando ao longo do tempo e foi interpretado de modo diferente pela monarquia absoluta, pela monarquia liberal, pela República e pelo Estado Novo. Mas todos estes regimes, de uma forma mais ou menos liberal ou mais ou menos conservadora, defendiam o Império como garante da soberania portuguesa.

No século XIX, surge uma mudança estrutural e administrativa motivada pela saída da corte para o Brasil, episódio que terminou com a independência desta colónia. O século XIX assiste a uma corrida a África que vai ser também marcada por um episódio internacional, o *Ultimatum* Inglês. No que diz respeito à própria opinião pública, a forma como a população portuguesa reagiu a este impasse e o seu desfecho é elucidativo da presença das colónias na vida da metrópole e do seu simbolismo na identidade nacional.

A oposição a um Império Colonial só começou a verificar-se no ambiente posterior à II Guerra Mundial porque, até esse momento de viragem, o colonialismo fazia parte integrante do modelo do nacionalismo português e, mais do que isso, era a base do nacionalismo.

Corroborando esta tese, Valentim Alexandre utiliza sempre eixo transversal à vida política nacional dois aspetos: o fim da economia imperial com a independência do Brasil e a redefinição da identidade nacional na sua viragem para África.²³⁹

Neste capítulo iremos analisar a população e organização económica na colónia, centrada na pesca e seus derivados, na construção de infraestruturas, colonatos e outras formas de ocupação territorial, assim como chegaremos ao nosso objeto de estudo: as cidades de Mossâmedes e Porto Alexandre.

²³⁹ Sobre este assunto ver Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império*, Lisboa, Afrontamento, 1993.

2.1

Angola, o Eldorado Português

2.1 Angola, o Eldorado Português

No início do século XIX, as relações entre as colónias africanas e a metrópole eram muito ténues e eram mantidas pelo tráfico negreiro que continuava a subsistir, apesar de ilegal e com números elevados ainda em 1851.²⁴⁰ De um império a desmoronar, o brasileiro, construiu-se um novo, poderoso e dominador: o império africano.

O território ultramarino, em África, era muito extenso e as colónias eram espaços muito diferentes entre si, aos quais foi necessário adaptar o sistema administrativo. No caso de Angola, logo em 1571, através da Carta de Doação a Paulo Dias de Novais, a costa foi dividida em três reinos: o do Congo, o de N'Gola e o de Benguela. Os interesses privados e mesmo públicos levaram a um desvirtuamento desta divisão inicial e, ao longo do século XVI, o território sofreu uma influência profunda das missões de jesuítas.

As primeiras relações entre a Metrópole e a colónia angolana foram marcadas por atos de violência e confronto. Angola era vista como um local de castigo, de penitência, sem condições para a sobrevivência dos europeus. Para além disso, o próprio comércio de escravos influenciou também esta relação difícil, mas, por outro lado, levou a um desenvolvimento urbano que se concretizou na fundação de cidades de estrutura europeia, como Luanda ou Benguela. Com o fim da escravatura, o comércio passa a ter como produtos mais importantes o café e o algodão que levam ao aparecimento de povoações comerciais, onde vão persistir formas de escravatura doméstica. Data de 1896 a legislação criada, a partir do relatório de António Ennes,²⁴¹ que banaliza o trabalho forçado camuflado em trabalho contratado.²⁴²

²⁴⁰ Isabel Castro Henriques, *A sociedade colonial em África, Ideologias, Hierarquias, Quotidianos*, "História da Expansão Portuguesa", volume 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999, pág. 216.

²⁴¹ António Ennes (1848-1901), escritor e jornalista dotado de grandes capacidades no campo político e diplomático, foi Comissário Real em Angola e Moçambique, onde se destacou pelos esforços militares, mas também pelo seu esforço para redefinir uma nova política em relação aos indígenas. Ficou célebre o seu relatório sobre Moçambique, onde relata a situação da colónia, nomeadamente ao nível do trabalho indígena. Ficou conhecida como "Geração de 1895", o conjunto de oficiais, onde se incluía o seu nome, nomeados para curtos mandatos à frente das colónias e que tiveram uma ação relevante no que diz respeito à mudança da administração colonial portuguesa, tentando aproximá-la ao modelo praticado na África austral britânica. Cf. Armelle Anders, *História da África Lusófona*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1997, pág. 75.

²⁴² Isabel Castro Henriques, *Ob. Cit.*, pág. 218.

Esta ideia, alicerçada no espírito dos portugueses de que Angola era uma terra de degredo, de doenças exóticas e clima tropical de difícil adaptação para os colonos brancos, continuava a imperar ainda no início do século XX. Os trópicos eram tidos ora como um local atrativo, de oportunidade, ora como local de penitência. A questão estava em arriscar a vida nestas paragens, mas na maior parte das vezes também não existia outra opção. A primeira fonte de conhecimento e de contacto com a colónia era a escola, através dos mestres e dos manuais escolares, como nos demonstra este texto escolar de 1915, que descreve Angola da seguinte forma: “Situada na parte sul da metade ocidental do continente de África, abrange 1625 Km da costa banhada pelo Oceano Atlântico e estende-se muito para o interior do continente. A viagem de Lisboa ao porto da cidade de Luanda, que é a capital da província, costuma fazer-se em 20 dias nos vapores das carreiras de navegação. (...) A superfície calcula-se em 1 256,000 Kms², isto é um pouco mais de 14 vezes o território da metrópole. O litoral, na maior parte baixo e arenoso, é pouco recortado (...), mas tem alguns portos excelentes, amplos e bem abrigados. Os principais são, de norte para sul: Luanda, Lobito, Benguela, Mossâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres.”²⁴³

A partir de meados do século XX, Angola passou mesmo a ter grande peso económico e político para a Metrópole. De colónia penal, passa a ser vista como colónia de riquezas e de oportunidades. Representava a fundação de uma nova pátria num novo continente, África. Angola desenvolveu-se primeiro como uma colónia de povoamento, à imagem da colonização grega, tal como a África do Sul, Argélia ou Moçambique. Não se tratava de um mero movimento migratório, mas sim de uma viagem sem retorno, com o objetivo de edificar uma nova pátria.²⁴⁴

Apresentava-se como um território vasto, e, por isso, ali coincidiram vários modos de administração: o sul e a cidade de Luanda como zona de povoamento; a noroeste, a plantação de café em fazendas e as terras do “fim do mundo”, onde existiam também os chamados comerciantes do mato. Este tipo de colonização

²⁴³ Acácio da Silva Guimarães, *Primeiras lições de Corografia Portuguesa*, Livraria Ferreira Lda., Editora, Lisboa, 1915, pps. 114-115.

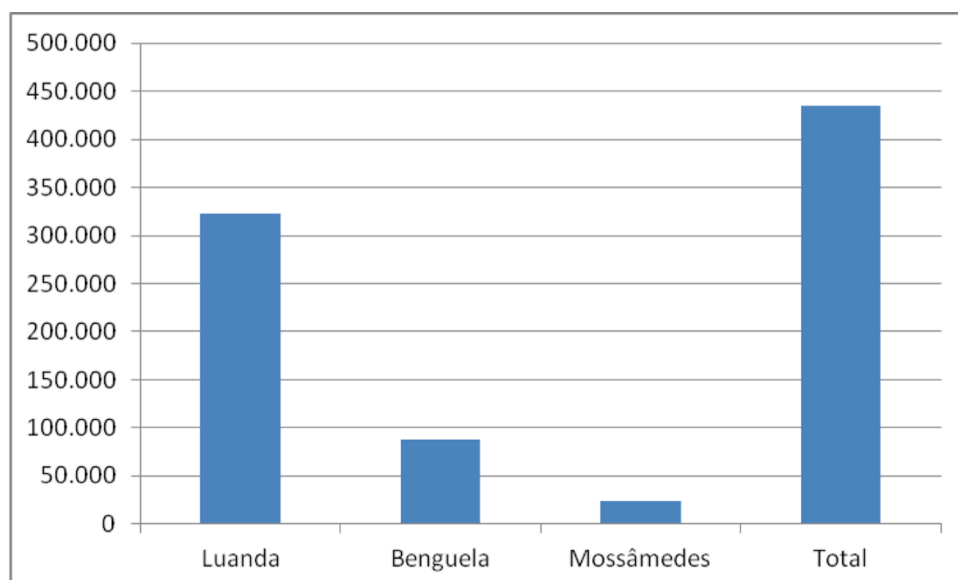
²⁴⁴ Podia haver colónias comerciais numa lógica de feitorias. Sobre este assunto ver Fernando Pimenta, “Nacionalismo euro-africano, Angola Uma nova Lusitânia?”, *Comunidades Imaginadas*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2008, pág. 60.

influencia a história da colónia e, mais tarde, a da própria descolonização e independência, pois as relações com a Metrópole foram, muitas vezes, violentas e tensas.

Na década de 1880, numa altura em que na Europa proliferavam as expedições científicas e geográficas, Portugal organiza incursões pelo deserto de Mossâmedes até ao Planalto de Huíla (1884). Por volta de 1900, havia em Angola nove mil brancos. Em 1920, havia já 20 700 brancos, para uma população total estimada em três milhões e meio de habitantes²⁴⁵

Em 1921, Angola e Moçambique tornam-se territórios coloniais autónomos financeiramente, o que dá um novo impulso à colonização. Nesta altura, começa o verdadeiro desenvolvimento de Angola, através da entrada de dinheiro de empresas estrangeiras, utilizado para fundar bancos e o caminho-de-ferro. Como foi referido, Norton de Matos foi um dos mais marcantes governadores deste território neste período, ocupando o lugar de alto-comissário de Angola no tempo da República, entre 1912 e 1915.

Gráfico 1
Distribuição da população de Angola pelos principais distritos, c. de 1870



Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-Geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 10.

²⁴⁵ Acácio da Silva Guimarães, *Ob. Cit.*, pps 117-118.

Data exatamente desta altura o relatório ministerial apresentado ao Parlamento sobre a situação financeira da província e os seus recursos naturais. O autor, Norton de Matos, refere-se a Angola como “a (colónia) que se acha em mais crítica situação financeira”. Província de vastos recursos naturais, a curta distância da metrópole, com densa população indígena e sendo a sua população portuguesa europeia a mais numerosa de todas as províncias ultramarinas.²⁴⁶

Segundo Norton de Matos, os elementos de prosperidade e de progresso não eram aproveitados devido aos processos de administração desajustados. Angola foi durante muitos anos “o depósito de indígenas onde se iam procurar escravos para as plantações do Brasil, vazadouro dos vadios e criminosos de que a metrópole desejava separar-se por os considerar inconvenientes e prejudiciais.”²⁴⁷

Outro problema da colónia era a atuação dos jesuítas no terreno, enviados para abrir escolas e dar ensinamentos práticos aos indígenas, ao mesmo tempo que levavam a cultura material e imaterial portuguesa além-mar, viam-se, muitas vezes envolvidos nas redes de escravatura e de corrupção, não conseguindo cumprir, a maior parte das vezes, o papel civilizacional para que haviam sido chamados.²⁴⁸

Havia também a assinalar outras questões, os vícios dos indígenas, como o álcool, e aquilo que, no seu entender, era mais urgente em Angola: “escolas apropriadas e obras de fomento”. Norton de Matos explica-o taxativamente: “escolas onde se ensine o preto e o branco a cultivar e a produzir e obras de fomento para acudir às necessidades das indústrias e ao comércio da colónia.”

O objetivo era transformar Angola num segundo Brasil e, para isso, era necessário mudar de sistema. Para isso, era necessário “criar riquezas; empregar capitais em preparar os grandes instrumentos de produção; tirar as peias ao comércio; seguir uma política económica que não seja a de D. Manuel e D. João III, mas a do século em que vivemos; é preciso derramar a luz da civilização; instruir os negros; apagar neles o fanatismo sanguinário sem o substituir por outro, ensiná-los a

²⁴⁶ Joaquim Basílio de Cerveira e Sousa d’Álbuquerque e Castro, *Pautas Aduaneiras*, Boletim da Agência Geral das Colónias, Dezembro de 1925, Ano I, nº 6, Lisboa, Agência Geral das Colónias, pág. 11.

²⁴⁷ Norton de Matos, *Ob. Cit.*, pág. 289.

²⁴⁸ Joaquim Basílio de Cerveira e Sousa d’Álbuquerque e Castro, *Ob. Cit.*, pág. 4.

trabalhar e a produzir riqueza (...) consolidar a nossa soberania e merecer o respeito e a estima do mundo civilizado.”²⁴⁹

No âmbito da economia, distingue entre o protecionismo e a liberdade absoluta em termos comerciais, criticando o facto de dominar o protecionismo, resultando daí “o empobrecimento de todas as colónias”. A lei de 1892 é culpabilizada por esta situação, pois em vez de “alargar o campo de ação do comércio metropolitano, tende pelo contrário a fechá-lo, visto que retarda incontestavelmente o desenvolvimento da colónia.”²⁵⁰

A partir desta década, os colonos reivindicam cada vez mais poder, não só político, mas também económico, principalmente na participação de exploração dos diamantes, do algodão, do caminho-de-ferro e do café. A colónia requer mais autonomia, o que leva a uma tensão entre a comunidade, a metrópole e os capitalistas estrangeiros.

Com o início do Estado Novo, é imposta uma administração autoritária a que os colonos não estavam habituados e contra a qual se vão revoltar. Como já foi dito, a Constituição de 1933 incorpora o Ato Colonial no seu título VII, “Do Império Colonial Português”, acabando com a autonomia das colónias e fechando Angola e Moçambique ao capital estrangeiro. Através do Ato Colonial apoia-se a exploração dos recursos económicos apenas pelos colonos, pois a colónia era parte integrante do território português, uma *Província ultramarina*. Na realidade são os grandes grupos financeiros, nomeadamente os bancos, que vão ser os mais beneficiados com estas medidas.

Esta análise sócio-económica da realidade colonial e seus objetivos financeiros levou à persistência dos laços entre as colónias e a metrópole.²⁵¹

Em 1925, Lopes Galvão afirmava que a imagem de Angola havia mudado e tinha deixado de ser a “Costa Negra” para presidiários, de que se ouvia falar sempre

²⁴⁹ Joaquim Basílio de Cerveira e Sousa d’Álbuquerque e Castro, *Ob. Cit.*, pág. 5.

²⁵⁰ Joaquim Basílio de Cerveira e Sousa d’Álbuquerque e Castro, “Pautas Aduaneiras”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Dezembro de 1925, Ano I nº 6, Lisboa, Agência Geral das Colónias, pág. 7. A referida lei é a *Portaria aprovando provisoriamente o regulamento das alfândegas de Benguella, Loanda, Ambriz e Mossamedes, de que trata a portaria do Governador-geral de Angola*, nº. 629, de 30 de dezembro de 1892. Cf. *Legislação Novíssima do Ultramar*, vol. XXI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pág. IV. Esta lei impunha pautas alfandegárias fortes, tanto na metrópole como no Ultramar.

²⁵¹ Maria Ângela Guimarães, *Uma corrente do colonialismo português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

com horror, para se tornar na mais risonha esperança do Portugal de amanhã que, forte na sua expansão, precisa continuar a dar “novos mundos ao mundo”.²⁵² O autor justifica esta posição, referindo que nenhuma outra colónia apresentava as condições de Angola, comparando-a com S. Tomé e Macau. S. Tomé, por exemplo, apesar de toda a sua riqueza nunca irá passar de uma colónia de exploração, enquanto Macau apresenta um espaço tão diminuto geograficamente que não terá grandes hipóteses de desenvolvimento populacional. “Angola é por isso uma possessão de povoamento, enquanto que S. Tomé é uma possessão de exploração”. Qual o motivo desta distinção? A “raça não se adapta lá”, responde o autor. Angola possuía então riquezas naturais que a distinguiam dos outros territórios, apresentando-se como uma alternativa a uma vida melhor e à constituição de fortuna, pois as possibilidades de enriquecer em Angola eram muito elevadas, devido à existência de recursos valiosos e de matérias-primas.

Norton de Matos tece ainda várias considerações sobre as riquezas de Angola, principalmente riquezas mineiras, como prata, ouro, sal-gema. No sul da colónia tinham sido descobertos jazigos auríferos, como as minas de Cassinga que, em 1899, foram inspecionadas por Rego Lima, Engenheiro de Minas, que chamou a atenção para o seu valor. Para explorar esses jazigos, formou-se um sindicato constituído por ingleses, portugueses e boers, que passou os seus direitos à *Companhia de Mossâmedes, Companhia Mineira do sul de Angola*, quando esta se formou, em 1907. Esta Companhia, juntamente com a *Companhia das Minas do Bembe*, explorava também o cobre que abundava na província.²⁵³

No que diz respeito aos jazigos de petróleo, constituíram-se duas companhias que dominavam o território: a norte, a *Companhia do Petróleo de Angola*, associada à *Sinclair*; no sul, a *Angola Oil Fields*, com ligações aos interesses ingleses, concretamente à *Anglo Persian*. Estas duas Companhias pesquisavam todo o território em busca de riqueza. De um poço no Catumbo extraíram, da profundidade de 100 metros, um óleo que deu origem a lubrificantes e parafinas. Esta descoberta

²⁵² General de engenharia, Antigo ministro das Colónias e Secretário-geral do Ministério das Colónias. Cf. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1925.

²⁵³ Joaquim Basílio de Cerveira e Sousa d’Álbuquerque e Castro, “Pautas Aduaneiras”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Dezembro de 1925, Ano I nº 6, Lisboa, Agência Geral das Colónias, pps. 38-39.

motivou a formação da Companhia sucessora da Companhia de Pesquisas Mineiras, cujos empregados americanos faziam estágios em Luanda. A existência de jazidas de petróleo era conhecida desde há séculos, pois já em 1767 tinham sido enviados 49 barris para a metrópole e, em 1820, para o Rio de Janeiro.²⁵⁴

Para além do petróleo, Angola também era conhecida pelos diamantes, explorados pela Companhia dos Diamantes de Angola que, em troca da exploração, prestou ao Governo um auxílio financeiro. Esta exploração levou à fundação da povoação de Dundo, no extremo norte de Lunda. A Companhia tinha falta de mão-de-obra e tinha mesmo de recorrer a indígenas de fora da região, o que o autor justificava pela falta de apetência pelo trabalho dos Quiocos, devido ao seu nomadismo.²⁵⁵

Quanto aos recursos agrícolas, a província tinha condições privilegiadas ao nível do solo. As chuvas eram regulares e abundantes, excetuando a zona desértica entre Benguela e o Cunene. Frederick Welwitsch, botânico alemão que esteve ao serviço de Portugal na exploração do território, dividiu-a em três zonas de paisagem vegetal: a zona plana do litoral, a zona montanhosa formada por terrenos cristalinos e a zona do planalto central que abrange as formações de grés. A primeira região corresponde a uma zona tropical e também à zona do litoral, pobre e deserta, excetuando os vales dos rios, onde estão situadas as grandes companhias de exploração agrícola: Sociedade Agrícola de Loge; a Sociedade Agrícola da Ganda; a Companhia do Açúcar de Angola; a Companhia do Cazengo; a Companhia do Quanza sul; a Companhia da África Ocidental Portuguesa; a Quissama Agrícola, etc. O açúcar, os palmares, o cacau e o café eram as grandes riquezas agrícolas da Província. A segunda zona corresponde à zona de floresta que cresceu com o trabalho escravo, mas que se encontrou depois em declínio devido ao aparecimento da doença do sono na região. A terceira zona, a planáltica era a que oferecia melhores condições para colonizar. O clima e o solo eram excelentes para o estabelecimento de europeus que antes estavam reduzidos a algumas zonas como Caconda, Bié, Lubango e Humpata.²⁵⁶

²⁵⁴ J. A. Lopes Galvão, "Angola", *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1925, pág.41.

²⁵⁵ *Idem*, pág. 44.

²⁵⁶ *Idem*, pps. 63-65.

Era necessário distinguir as culturas das grandes companhias agrícolas, como a cana-de-açúcar, as palmeiras, o cacau e o café, daquelas que podiam ser exploradas pelos colonos, como o milho, o trigo, a mandioca, o feijão, o linho e as árvores de fruto.

O autor elencava ainda uma série de outras indústrias em desenvolvimento, tais como a de preparação de carnes, tecidos, pasta de papel, cerveja, etc. Valorizava igualmente a mão-de-obra existente. Em 1924, ainda não estava concluído o recenseamento da população. Calculava-se um mínimo de três milhões de indígenas. Pelo último recenseamento do imposto, arrolaram-se cerca de 800.000 indígenas do sexo masculino. A grande ameaça da colónia era a doença do sono que colocava em perigo grande parte da população.²⁵⁷

Esta abundância de riqueza na colónia tornava-a apetecível a vários níveis, tanto para o domínio estrangeiro como ao nível da autodeterminação. Logo após a implantação da República, foram os judeus a tentar estabelecer-se no planalto de Benguela. Os italianos quiseram fundar colónias de povoamento. Os alemães, por volta de 1913 declararam o regime de porta aberta. Fizeram ainda tentativas de ocupação os boers e, por fim, os americanos. A conclusão de Lisboa era simples: o problema crucial de Angola resumia-se à falta de colonos portugueses. Sem esta colonização, a posse do território estava ameaçada.

Para concretizar esse objetivo, contribuiu muito a construção e o desenvolvimento de infraestruturas que desenvolveram economicamente a colónia consolidaram as ligações internas, nomeadamente os transportes e as comunicações, marítimos e terrestres. A 1 de março de 1903 foram iniciados os trabalhos de construção do caminho-de-ferro de Benguela e a linha só ficou completa a 7 de Junho de 1929, com uma extensão de 1348 Km, que se tornou na única ligação ferroviária do Atlântico à África Central. A linha começava em Benguela e terminava em Katanga, província do Congo Belga, hoje República Democrática do Congo. Os caminhos-de-ferro de Benguela empregaram cerca de 17 mil pessoas e transportavam, para além dos passageiros, metais, produtos agrícolas, combustível, e constituiu um passo essencial no desenvolvimento industrial de Angola.

²⁵⁷ J. A. Lopes Galvão, *Ob. Cit.* pág. 78.

Outra indústria indicada e realçada como sendo das mais estabelecidas era a pesca, mas apesar da sua estabilidade, não mobilizava muitos capitais. Segundo o autor, devido ao facto de ser uma indústria genuinamente portuguesa e conseqüentemente com falta de apoios financeiros, mas já assinalável nas exportações. O sul da província era abundante em peixe, tanto que é frequente “encontrar-se na baía de Mossâmedes, que mede dez quilómetros de largo por três ou quatro de fundo, completamente coalhada de peixes que sobrenadam na água e dão à costa. Que quantidade de adubo de peixe aquilo podia dar, se fosse bem aproveitado?”

Ainda segundo o autor, tinha sido realizado um inquérito que indicava que a indústria da pesca dava ocupação ao seguinte pessoal: dois mil duzentos e oitenta e quatro europeus; duzentos e oitenta e sete mestiços e cinco mil oitocentos e trinta e três indígenas. O valor dos aparelhos de pesca usados pelas empresas existentes entre a Lucira e o Cunene andaria por duzentos e sete mil esterlinos, um valor próximo do de Portugal. A única fábrica de conservas estava ali estabelecida, embora com algumas dificuldades para se manter. O peixe exportado nos últimos cinco anos andava à volta de quarenta mil toneladas.²⁵⁸

Neste ramo, era também realçada a importância de Porto Alexandre, “uma vila bem portuguesa, onde há também uma colónia piscatória importante que só há pouco se desenvolveu pela falta de água com que lutava. Hoje, deve ter uma canalização de águas que recebe do rio Coroca. Na Baía dos Tigres, no extremo sul da Província, ainda o peixe aparece em maior abundância e, por isso, ali se encontram as maiores probabilidades de se estabelecer uma grande indústria. O problema apresentado foi sempre a falta de água. A água utilizada para consumo era levada em barris e tanques transportados pelos vapores da Companhia Nacional de Navegação e “é mais cara que o vinho”.

Por esses anos, cerca de 1930, tinha sido já idealizado um plano de canalização da água do Cunene, mas tal não foi realizado por falta de recursos. Este empreendimento só poderia ser dirigido por uma empresa particular na Baía dos

²⁵⁸

J. A. Lopes Galvão, *Ob. Cit.*, p.63.

Tigres e levar “anualmente algumas famílias de pescadores, às quais teria de dar casa e emprego permanente.” No norte da província também existiam boas condições para a pesca, mas estava pouco desenvolvida. Existiam duas modestas pescarias no Zaire ainda de meios e processos muito rudimentares e, na baía de Luanda, a pesca estava exclusivamente entregue aos indígenas e seus dongos.²⁵⁹

Este progresso estendeu-se depois a Mossâmedes, já que, em 1907, foi iniciada a construção dos caminhos de ferro de Mossâmedes. Primeiro, chegaram a Sá da Bandeira, hoje Lubango, e depois evoluíram decisivamente para sul. Este incremento teve como efeito o aumento da população que, em 1960, passou para 172 000 brancos.

No que diz respeito aos transportes marítimos estabelecidos, esta importância estratégica de Angola era também visível na presença da Armada portuguesa, como se pode verificar na seguinte tabela:

Tabela 7
Embarcações dependentes da Armada localizadas em Angola, em 1845.

Ano	Embarcações	Local
1845	Mondego	Luanda
1845	Relâmpago Constituição	Ambriz
1845	Conselho	Muzula
1845	Príncipe Real Urânia	Novo Redondo
1845	Ninfa	Lobito

Fonte: Telo, António José, “Homens, doutrinas e organizações, 1824-1974”, *História da Marinha Portuguesa*, Academia de Marinha, Lisboa, 1999, pág. 120.

As povoações do sul de Angola tiveram então um amplo crescimento. Encravadas entre o deserto, as dunas e a costa, as povoações de Mossâmedes, Porto Alexandre e Vila Arriaga viviam da riqueza e abundância de peixes de várias espécies, o que havia sido um dos motivos de fixação de populações ao longo dos 1650 Km de

²⁵⁹ J. A. Lopes Galvão, *Ob. Cit.*, 64 e 65.

costa. A abundância de peixe era tão grande que o país chegou a ser o segundo maior produtor mundial de farinha de peixe. Mossâmedes era a zona piscatória mais desenvolvida de Angola e o seu porto o terceiro do país, com ligação direta à linha de caminho-de-ferro.

A cem quilómetros de Mossâmedes, fundada em 1848, situava-se Porto Alexandre, angra descoberta por Diogo Cão, em 1485. A povoação foi erguida, por volta de 1860, por colonos algarvios que tornaram esta baía num dos mais importantes centros piscatórios de Angola. Aí se instalaram com as suas frotas de traineiras e fábricas de conservas, tornando-se num dos principais portos de exportação destes produtos derivados da pesca.

O sudoeste de Angola reproduzia o clima ameno mediterrânico a que os colonos algarvios estavam habituados, apesar de se situar em pleno deserto do Namibe. A descrição da população de Angola de 1915 refere que esta “ainda não é conhecida ao certo, mas a avaliação mais provável atribui à província a população de perto de quatro mil e duzentos habitantes. Os colonos de raça branca, oriundos da metrópole, as autoridades e funcionários vivem, na sua maioria, nas povoações do litoral. São notáveis as colónias de pescadores da Baía dos Tigres e Porto Alexandre. No interior, a população é formada por indígenas pertencentes a várias raças negras.”²⁶⁰

O primitivo nome de Porto Alexandre era Angra das Aldeias, devido às duas aldeias indígenas ali encontradas por Diogo Cão, no século XV, que se dedicavam à pesca. Porto Alexandre, por seu lado, proveio do nome do explorador britânico James Edward Alexander, que veio a terras de Benguela, em 1834, com a devida autorização oficial.

Assim, nos finais do séc. XIX, instalaram-se aqui os primeiros colonos vindos do Algarve, em especial de Olhão, dos quais fazia parte a família Rolão, que até 1890 exerceu um papel de liderança na comunidade local. Isto devia-se ao facto desta povoação estar um pouco esquecida pelas autoridades estabelecidas em

²⁶⁰ Acácio da Silva Guimarães, *Primeiras lições de Corografia Portuguesa*, Livraria Ferreira Lda., Editora, Lisboa, 1915, pps. 118-119.

Mossâmedes e, muitas vezes, sujeita a ataques de navios ingleses ou das populações indígenas do deserto. Dos pescadores que por ali se estabeleceram, Manuel Baptista foi o primeiro a conseguir licença de pesca e Alfredo Duprat estabeleceu as primeiras pescarias.

A edificação de colonatos em Mossâmedes teve início na chamada fase da primeira organização, por volta de 1849 e 1850, com antigos colonos emigrantes do Pernambuco (Brasil) que se disseminaram por toda a região, principalmente nas margens dos rios Bero e Ginaul, a norte, do rio Coroca, a sul, e pelas regiões do interior, Bumbo. Estes colonos, formaram assim, além do aglomerado principal e capital do Distrito, os primeiros aglomerados rurais e marítimos.²⁶¹

Instalaram vinte e duas pescarias no Distrito: dezoito em Moçâmedes, uma na Baía das Pipas, uma no Baba, uma na Lucira e uma no Catara.²⁶² No relatório de uma *Jornada ao Coroca* de agosto de 1861, da autoria de José Francisco da Costa Roxo, publicado em 1862, temos notícia de que, nesta data, existiam, em Porto Alexandre, seis pescarias pertencentes a moradores de Mossâmedes.

Em 1860, embarcaram na barca D. Ana, comandada por José Guerreiro de Mendonça e pilotada por José Guerreiro Nuno, da empresa de navegação Lusitana, o grupo de colonos oriundos de Olhão, que chegaram a Moçâmedes e se espalharam por todas as reentrâncias da costa distrital e iniciaram a formação de aglomerados piscatórios valiosos, alcançando converter, pelo povoamento à beira mar, pela introdução das artes marítimas e pelo seu persistente e laborioso afã, todos os

²⁶¹ Manuel Júlio de Mendonça Torres, “A disseminação colonizadora no distrito de Moçâmedes e a formação dos seus aglomerados demográficos”, *Boletim Geral do Ultramar*, XXVII, 322, 1952, pág. 38.

²⁶² Designavam-se “pescarias” as povoações ligadas à arte ou indústria de pesca. Nestas povoações realizava-se navegação de cabotagem e, muitas vezes, o pescador também era mercador. Devido às precárias condições de vida, desde logo se uniram em corporações com apoio régio como em 1506, com a valorização da pesca do bacalhau em relação à baleeira; em 1773 Fundação das Reais Pescarias do Algarve; em 1725 Chegada dos primeiros pescadores espanhóis ao Algarve; em 1774 Construção de Vila Nova de Arenilha, hoje Vila Real de Santo António. Em 1835 a Assembleia Mercantil Lisbonense organizou a Companhia de Pescarias Lisbonense para a pesca da baleia e do bacalhau da Terra Nova, de pescado na costa marroquina, do atum e sardinha no Algarve e em 1948. Ver, Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, livraria Figueirinha, 1992, pps. 65-67 e Carlos Diogo Moreira, “Problemas e orientações de investigação na Antropologia Marítima em Portugal”, *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, pág. 19.

recortes costeiros distritais, num sistema de portos notáveis da indústria de pesca, que depois se tornou a mais próspera e rica do Distrito. Na data já acima citada, 1860, desembarcaram em Mossâmedes os primeiros colonos olhanenses: Francisco de Sousa Ganho (pai) e esposa Maria Catarina Peixe, Francisco de Sousa Ganho, de nove anos (filho de ambos); António de Sousa Ganho, irmão do primeiro; António Fernandes Peixe, Lourenço Fernandes Peixe e José Carne Viva. Estes primeiros colonos dirigiram-se depois para o Baba, a norte de Mossâmedes. No local escolhido, dedicaram-se não só à pesca à linha com aparelhos de espinhel como também à extração de óleos de fígado de cação.²⁶³

A povoação organizava-se em torno dos edifícios públicos: duas escolas básicas, um hospital, um cine clube, a Rádio “Voz do Mar”, um clube recreativo e um campo de futebol. Na orla marítima, estavam situadas as “pescarias”, fábricas e o porto de pesca, assim como outros edifícios desta indústria como os telheiros de escalagem e as frotas de traineiras. A primeira fábrica de conservas de peixe de Angola ficava situada em Mossâmedes, a Africana, que mais tarde seria a Sociedade Oceânica do Sul, fundada por Miguel Oliveira.²⁶⁴

Imagem 19

Mossâmedes,; Fortaleza, Hospital, Igreja: a tríade do poder colonizador e suas instituições.



Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, sd.

²⁶³

Antero Nobre, *Opúsculos Históricos de Olhão*, Olhão, Município de Olhão, 2008.

²⁶⁴

Paulo Salvador, *Recordar Angola*, Quetzal Editores, Lisboa, 2004, p.152.

Esta tríade constituía os poderes fundamentais da colonização branca, representando os grandes poderes instituídos: a administração, a defesa e a Igreja Católica, pilares da influência política e administrativa.

Nas férias de verão de 1949, o Orfeão Académico da Universidade de Coimbra viajou por Angola, e quando chegaram a Mossâmedes, “a princesa do deserto”, fizeram esta descrição, salientando o mito fundador da cidade: “A baía natural, que outrora teve o nome de Angra do Negro, deve ter sido forte solicitação para um começo de aventura. E a história da cidade reza que um punhado de aventureiros de Pernambuco, hostis à emancipação política do Brasil, resolveu atirar-se ao mar. “Tentativa feliz” se chamava a barca que, carregada de ambições, rumou a Angola, cujo mapa tinha a grandeza e lhes prometia a realização do seu sonho rebelde. E feliz tentativa essa, que foi razão do surgir de uma bela cidade naquele fim do mundo que o sol transforma num inferno e que o deserto imenso asfixia em nuvens de poeira.”²⁶⁵ Este grupo de estudantes de Coimbra, que deambulou pela África portuguesa, visitou nesta cidade de Moçâmedes o “Museu do Grémio dos Industriais da Pesca”, “onde vimos artisticamente figuradas diversas operações de pesca em miniaturas dum realismo impressionante, bem como objetos de arte sobre temas piscatórios e outros elementos alusivos.” Fazem também a descrição da *Escola Prática de Pesca e Comércio de Moçâmedes*, porque esta cidade “cresce no ritmo do progresso da sua indústria piscatória. São numerosas as pescarias que, ainda por processos primitivos, quase totalmente desajustados da técnica tiram do mar o peixe que serve de alimento e de matéria-prima à indústria rudimentar da sua farinação, extração de óleo e conserva.” Podemos considerar que esta descrição também se aplicaria a Porto Alexandre e a outras comunidades piscatórias.

Cedo o Estado Novo notou a importância desta atividade em Angola. Em 1948 foi criada pelo então Ministro das Colónias, Teófilo Duarte, a Missão de Estudos de Pesca, que atuava em qualquer área ultramarina com o objetivo de investigar, no domínio da biologia e zoologia, as espécies marinhas, particularmente as que mais se relacionavam com as pescas. Para tal, o Ministério das Colónias

²⁶⁵

António de Almeida Santos, *Coimbra em África*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952, pps. 203-209.

adquiriu o “Navio Oceanográfico Baldaque da Silva.” Em 1951, esta missão passou a designar-se *Estudos de Pesca de Angola*.²⁶⁶

Esta ligação física e social ao mar estava também patente nas festas da Cidade de Mossâmedes, as *Festas do Mar*, que incluíam a eleição e desfile da *Miss Mar*, marchas populares, carros alegóricos, exposições, torneios desportivos e um festival da canção. Estas festividades, muito ligadas a um comemoracionismo histórico e imperialista não eram escolhidas ao acaso, pois a ideia de património é construída a partir da seleção de um vasto conjunto que forma a sociedade no seu todo. Neste, como noutros casos, a valorização muda consoante o contexto e a época histórica. Esta encenação teatral acontece, por exemplo, a 28 de maio de 1955, no âmbito de uma visita oficial do Presidente da República, Craveiro Lopes, com a realização do Cortejo do Trabalho Português.²⁶⁷

O desfile havia sido idealizado pelo jornalista e escritor Ferreira da Costa e executado por um grupo de artistas angolanos entre as quais sobressaem os nomes do pintor e escultor Neves e Sousa, do arquiteto António Campino, do desenhador e modelador Peão Lopes.

A ideia do espetáculo foi apresentar, a partir da evocação da História de Angola, o estágio de desenvolvimento das atividades da província. O apelo histórico surge nos tempos henriquinos e desdobrava-se através dos séculos seguintes com Diogo Cão na descoberta e com Salvador Correia na Restauração, através da ocupação simbolizada em Silva Porto. Depois, o panorama da vida nos anos 50, que contava com visões das atividades do Comércio, da Indústria e da Agricultura: diamantes, manganés, cobre, milho, algodão, madeiras, café, oleaginosas, sisal e pesca. A sua descrição, ainda que seja longa é rica em pormenores a apresenta-se como um manancial de informação que a seguir transcrevemos,

²⁶⁶ A. J. Malheiro do Vale, *As Campanhas do Navio Oceanográfico Baldaque da Silva nos Mares de Angola*, Boletim do Instituto de Angola, nº 2, 1953, pps. 5-16.

²⁶⁷ *Diário da viagem presidencial às províncias ultramarinas de S. Tomé e Angola* Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, pág. 169 e seguintes.

Desde as Portas do Mar até à Praça do Império, onde se erguia a estátua de Diogo Cão, (...) fanfarras e um grupo de trombeteiros do século XV, a cavalo, avançaram da banda do porto, estrelajando música pelos ares, em abertura vibrante do grande cortejo alegórico. E, repetindo em folia de cores abertas à vibração do mar o anúncio garrido do desfile, um friso vivo de bandeiras empunhadas por pajens do século XV – a verde-rubra, a da Fundação, a de D. João I, a de D. Manuel, pavilhões da Restauração, da Monarquia Liberal, das Campanhas da Ocupação (...).

O primeiro carro alegórico – a génese do Império – (...) entre marinheiros europeus indumentados ao risco dos mareantes das caravelas de quatrocentos, avançava um monumental grupo escultórico de cinco metros de alto por doze de comprido – um Infante de proporções agigantadas, avançando pelo mar e após ele um promontório humano, símbolo de todos quantos subiram a ladeira do calvário nacional da Descoberta: a espada erguida em fúria, o crucifixo a acender ideal, a bandeira, cavaleiros, (...) heróis, (...), órfãos, mães e noivas por casar. E ao cabo da leva humana, pé na praia e pé no mar, (...) uma estranha figura de mulher, símbolo da Pátria feita de Infantes de Sagres e de velhos do Restelo.

Atrás do carro, num automóvel aberto, envergando capa escarlate e chapéu de plumas, o rei D. Pedro VII do Congo, descendente dos primeiros naturais com quem os portugueses tiveram contactos em Angola. À direita e à esquerda os dois príncipes do Congo. Em volta do automóvel, ministros e dignitários da Corte. Depois integravam o desfile os pescadores da ilha de Luanda, exibindo os troncos nus, as redes do ofício sobre as cabeças, e domingueiros colares de “zimpos” enfeitando-lhes os pescoços e caindo até à barriga. (...) Eram os búzios destes colares a moeda do tempo em que portugueses e congolezes fizeram as suas primeiras transações.²⁶⁸

Com o terceiro carro alegórico, precedido da bandeira de D. João IV e escoltado por larga cópia de arcabuzeiros em traje seiscentista, evoca-se a epopeia da Restauração de Angola: a estátua de Salvador Correia de Sá e Benevides, sobrepujando uma fortaleza em que se divisam elementos arquitetónicos de Massangano, de Muxima e de Cambambe. Salvador Correia é vermelho – estátua amassada na própria terra vermelha de Angola, símbolo da fusão do homem com a terra (...). Atrás, um lizado friso de grandezas do sertão por onde em velhos tempos imperaram as machadinhas dos Jagas: o Dembo de

²⁶⁸

Diário da viagem presidencial às províncias ultramarinas de S. Tomé e Angola, Ob. Cit., pág. 172.

Quitexe e os de Caculo Cabenda, de Zombo Macando, de Mufuque, de Canango, de Bula Atumba e de Quipenene. (...)

Mais um carro surge, o do Progresso atual – sugestões modernistas de traça de ponte e parapeito de barragem, de caminho-de-ferro, de porto de mar, de estrada e de avião. Desfraldada sobre potente máquina agrícola, a bandeira verde e vermelha; e em escolta ruidosa e sugestiva, tratores, debulhadoras, arados mecânicos e bulldozers. Motores em marcha, roncando avanços acelerados, com homens aos comandos, a procurarem bater o tempo e a distância e a rotina e a descrença de algum dia.

De alguma forma, este cortejo simbolizava a permanência dos portugueses em Angola e o desenvolvimento que haviam conquistado para aqueles territórios. A afirmação histórica culminava com uma exaltação dos heróis, a coragem dos pioneiros, a conquista do território e definição de fronteiras, não esquecendo o desenvolvimento económico, o seu aproveitamento e a construção de uma sociedade alegadamente desenvolvida e civilizada.

Quanto aos recursos económicos e recursos naturais, são referidos os produtos do subsolo, como os trabalhos agrícolas, onde surgiam tratores, ceifeiras, charruas, grades, arados, sachadores, demonstrando a renovação da agricultura em África. Seguiam-se as alegorias dos produtos da Agricultura: o do Milho, precedido por um grupo de colonos alentejanos da Cela, as mulheres trajando a saia apanhada, o chapéu e o lenço das ceifeiras, os homens de chapeirão e safões, empunhando alfaias agrícolas. É prestada homenagem a um dos casais mais idosos que sobe à tribuna presidencial e cumprimenta Craveiro Lopes. Seguem-se dezenas de agricultores dos Núcleos do Colonato de Caconda, homens e mulheres indígenas que o governo tenta prender à terra, como aos europeus da Cela.

O carro do Algodão refere-se à experiência agrícola em curso no planalto de Malange. A alegoria das madeiras é um tronco monstro expressamente vindo das florestas do Maiombe. Surge também representado o café, através de uma composição moderna de bagas vermelhas sobre fundo verde (...). As oleaginosas aparecem representadas por uma palmeira, uma prensa e várias caixas de “dem-

dem”. O sisal oferece ao público uma demonstração da desfibra, executada por trabalhadores negros, apresentando um conjunto totalmente decorado de produtos.

Por fim, a pesca: duas descomunais cabeças vermelhas de garoupa ladeando uma lança de pesca; a rodear o conjunto uma encorpada representação de pescadores europeus e indígenas, cada qual envergando os seus tradicionais trajes do ofício.

A encerrar o cortejo, havia formações de cadetes da Mocidade Portuguesa, escuteiros indígenas, saudando a tribuna, de braço estendido, jeeps com soldados fardados de caqui amarelo e cofió vermelho, empunhando lanças com flâmulas acesas na ponteira. Todo o cortejo foi calorosamente aplaudido pelos espetadores e serviu o seu propósito: propagandear a ideia de um império uno, indivisível, desenvolvido e integrado.

Imagem 20

Os pioneiros da colonização, cortejo realizado em 1940



“Entre as aclamações da assistência passam os pioneiros da colonização, agrupando-se pelas datas distantes da sua chegada a terras de Moçambique”, *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola e visita do chefe de estado à União sul africana*, Agência Geral das Colónias, vol. II, 1940, pág. 56.

Estas celebrações eram similares à estética e às ritualizações folcloristas usadas na Metrópole, pois com o Governo da Ditadura Militar e depois o Estado Novo, vai manipular o campo cultural através da propaganda, entre a punição e a ameaça. O Estado Novo certificou-se da penetração nas instituições de “fabricação do saber” (escola, universidades...) e de “divulgação cultural” (museus, bibliotecas, arquivos...).²⁶⁹

Esta política vai ser ampliada para as províncias ultramarinas, tentando mostrar a integração dos indígenas e dos colonos, o desenvolvimento que estes proporcionavam e o papel civilizador, educador e até protetor do Estado nestes territórios. Deste modo, podemos afirmar que a “política do Espírito” teve ecos no ultramar, adaptando a sua ação à mensagem que se queria passar, tanto no contexto nacional, como internacional.

Para conseguir passar essa imagem de progresso, utilizou recursos diversificados, como o apresentado, cujo título “Cortejo do Trabalho Português”, exibido no aniversário da revolução do 28 de maio, ignora desde logo o papel do indígena, do negro e expressa total indiferença perante as suas vivências, crenças ou modos de vida do outro.

²⁶⁹ Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, pps. 24-25.

2.2

Os homens que foram para Angola

2.2. Os homens que foram para Angola

Esta ritualização dos momentos marcantes da evolução da comunidade acabou por conferir uma identidade à população, garantindo uma recompensa pelo seu esforço e dedicação à edificação da própria localidade. Esta afinidade entre os colonos era ainda mais acentuada devido aos problemas enfrentados pelos habitantes. A construção de uma comunidade piscatória implica sempre problemas comuns: falta de água potável, a ferocidade do mar e a precariedade das habitações, pois eram utilizados os materiais locais na construção destas. Muitas vezes, as próprias embarcações serviam de casa aos pescadores.

Se adicionarmos a estes fatores a dureza do clima, as doenças e a distância em relação à terra, perceberemos a dificuldade destas primeiras povoações nas colónias africanas. O movimento migratório dos pescadores ao longo da costa portuguesa estendeu-se assim às colónias, adaptando-se e moldando-se às novas condições.

Na metrópole, estes pescadores nómadas tinham o nome de “caramelos” e deslocavam-se em grupos. A difusão de conhecimentos e das artes de pesca está associada a estes movimentos de populações e ao ciclo das espécies, numa adaptabilidade permanente das técnicas e da organização social à natureza móvel dos recursos e à disputa dos locais de pesca.²⁷⁰

Como se depreende, esse deslocamento não se limitava à Metrópole e, já em discurso proferido em março de 1921, na Sociedade de Geografia, Norton de Matos apelava ao envio de colonos para a ocupação das terras de Angola. As populações rurais eram essenciais para a ocupação dos planaltos de Benguela e da Huíla, onde “com altitude superior a 1400 m tornam a vida possível a todos os portugueses que queiram contribuir para manter íntegros os domínios portugueses de Além-Mar”. Porém, nas zonas costeiras, era necessário outro tipo de população e refere que “na margem que vai de Mossâmedes a Cunene” é necessário “preparar condições de habitabilidade e criar comodidades essenciais à vida (...) os únicos colonos que aqui se acomodam são os marítimos poveiros. Para lá foram já sessenta com os seus

²⁷⁰ Álvaro Garrido (coord.), *A Diáspora dos Ílhavos*, Câmara Municipal de Ílhavo, 2007, pág. 15 (texto de Márcia Carvalho).

barcos, as suas redes, que vão trabalhar no mar. Perto do mar se lhes fizeram umas barracas provisórias, enquanto as suas moradas definitivas se não aprontam. Os poveiros serão os pioneiros da colonização na costa marítima: apenas seja possível irão mais e as suas famílias.”²⁷¹

É óbvio que estas populações movimentavam-se com a finalidade de melhorar as suas condições de vida e proporcionar uma vida melhor aos seus descendentes. Noutra perspetiva as colónias piscatórias de Angola eram vistas pelos governantes como uma oportunidade para levar colonos para África e, por isso, era difundido como “trabalho novo para gente nova”.²⁷²

A vida desses colonos era descrita como uma aventura inigualável, como um segredo por desvendar. Em 1939, Maria Archer revela os sonhos, venturas e desventuras destes pescadores. Utiliza como veículo um artigo dos *Cadernos Coloniais*, que em parte transcrevemos:

“Para contar os segredos do mar de Angola, o árduo labor dos pescadores que nele trabucam a vida, o que é e o que pode ser a indústria do peixe angolano? Decerto interessa aos novos saber que o mar de Angola é belo e rico, que o seu litoral se pontilha de empresas pesqueiras, que nessa região, de clima sadio e temperatura suave, um manancial de riquezas aguarda a atividade e o dinheiro da gente nova, enérgica e competente, capaz de se defrontar com a energia e a capacidade que os rapazes de todas as nações levam para a moderna luta industrial. (...) É conveniente lembrar, desde o começo deste trabalho de vulgarização, que Angola se verga sob a crise económica, crise idêntica a outras que enlutam o seu passado. Pelo aumento das exportações equilibrará os seus orçamentos ratinhados e as suas finanças anémicas. Mas exportar o quê, nesta

²⁷¹ *Colonização de Angola*, Jornal de Notícias, 30 de Março de 1921.

²⁷² Maria Archer, “Colónias piscatórias de Angola”, *Cadernos Coloniais*, nº 32, 1939, pps 6-38. Maria Archer foi escritora e jornalista do séc. XX, publicou dezenas de obras, publicadas entre 1935 e 1963. Elaborou peças de teatro, literatura infanto-juvenil, literatura colonial, entre romances, novelas e crónicas. A sua faceta irreverente em relação às ideias do seu tempo, nomeadamente às desigualdades de género, trouxeram-lhe problemas políticos. Por isso os romances *Casa sem pão* (1947) e *Ida e volta de uma caixa de cigarros* (1938) foram apreendidos pela Censura. Nasceu em Lisboa, em 1899, tendo frequentado apenas a 4ª classe. Dividiu depois a sua vida entre Portugal e o Brasil. Maria Archer, usou sempre o seu nome, o que era raro na altura e a sua postura social levou mesmo a um afastamento da família, principalmente devido ao seu divórcio. É ainda a sua postura política e as suas ideias progressivas como o acesso da mulher à cultura e o relato de situações de pobreza que a levaram a ter problemas com a censura. Cf. Dina Botelho, “A escritora Maria Archer e o retrato da mulher do início do século XX”, *A mulher na literatura portuguesa e outras artes*, Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, 2013, pps. 127-129.

época de economia dirigida, de nacionalismos derivados para o campo económico, de contingentes de exportação contrabalançados por importações forçadas? Apenas um produto que possa introduzir-se, com sobrançeria, no grande bazar da oferta e da procura.”²⁷³

Para a autora, a resposta a esta pergunta é muito simples: o mar era o sustento de Angola, pois é “no seu mar privilegiado que a colónia encontra mina de fácil e rendosa exploração.” A costa angolana possuía uma grande variedade e quantidade de recursos ictiológicos que deviam ser aproveitados.” Além do peixe fresco que se vende na região onde o pescam, existe um indústria conserveira avançada que o desenvolvimento dos meios de transporte e vias de comunicação, nomeadamente os caminhos-de-ferro e camiões permitem transportar para os mercados próximos.

A indústria pesqueira produzia peixe seco, o peixe de conserva em salmoura, salga e escabeche; o peixe em conserva de azeite ou molhos de limão e tomate, enlatado; o óleo de peixe, utilizado como combustível para os motores de óleo pesado e base de certas tintas e vernizes; a farinha de peixe; a pasta azotada; o guano de peixe; as peles de esqualo, material usado no fabrico de calçado e acessórios; as ovas e peixes fumados; as espinhas de peixe, “elemento que dá fosfatinas e outros produtos farmacêuticos; as barbas de baleia, usadas nos espartilhos; a estearina, obtida pela decantação do óleo de peixe; os óleos medicinais, como o óleo de fígado de bacalhau; as peles transparentes, produtoras de uma espécie de vidros macios e inquebráveis; o aproveitamento das madrepérolas; as bolas de peixe (*quenelles de poisson*) espécie de pudins para engrossar as sopas; os peixes fumados, como os célebres arenques; os diversos “hors d’oeuvre” de ovas, camarões, caranguejos etc.”²⁷⁴

Portanto, o produto da pesca não era utilizado apenas para consumo, tornando-se uma importante fonte de rendimento. Como conclusão, a pesca e todas as atividades a ela ligadas conhecidas e ainda por descobrir eram uma fonte de rendimento inesgotável numa costa como a de Angola. O atraso verificado em algumas destas tarefas na província necessitavam de mais apoio, pois os recursos

²⁷³ Maria Archer, “Colónias piscatórias de Angola”, *ob. Cit.*, pps 6-38.

²⁷⁴ *Idem, Ibidem.*

naturais faziam de Angola uma forte concorrente no mercado mundial de peixe. Esse apoio baseava-se no aumento de jovens e na sua preparação técnica. O Estado devia incentivar à emigração os pescadores que arriscam a vida “em cada sangradura pelas nossas águas avaras e temerosas. O mar de Angola espera-os. A colónia, ainda inexplorada, aguarda que uma leva de gente nova, nova nas ideias, nos processos, nas responsabilidades, saque as suas riquezas ignoradas e atafulhe a bocarra da crise.”

Conclui a sua prosa romântica com uma frase imperativa: *O nosso Império ultramarino requer uma nova cruzada – uma cruzada de novos!*²⁷⁵ Maria Archer defendia esta renovação também noutros domínios, o que fez com que, mais tarde, tivesse problemas a nível político.²⁷⁶

Esta demanda que refere a autora era um tema que desde há muito tempo preocupava os governantes. Em 1944, é a vez de Marcelo Caetano falar sobre a necessidade de atrair colonos para África, enaltecendo as palavras e a ação do antigo Alto-Comissário António Vicente Ferreira, que exerceu funções entre 1926 e 1928 e era partidário decidido de uma colonização em massa da colónia de Angola. Nas palavras de Caetano, a ação de Vicente Ferreira fora importante “nas zonas favoráveis ao estabelecimento da raça branca. Como Alto-Comissário nessa colónia, tentou pôr em prática as suas ideias. Os resultados não foram brilhantes. Mas não se pode esquecer que o autor ocupou apenas durante dois anos o cargo e não teve tempo, por isso, para conduzir e orientar a experiência.”²⁷⁷ No seu entender, era necessário resolver o problema da colonização branca da África portuguesa e, para tal, na linha de atuação de Vicente Ferreira, defendia a colonização agrícola, sem

²⁷⁵ Maria Archer, “Colónias piscatórias de Angola”,... *Ob. Cit., Ibidem.*

²⁷⁶ Maria Archer foi escritora e jornalista do século XX. Publicou dezenas de obras, entre 1935 e 1963. Elaborou peças de teatro, literatura infanto-juvenil, literatura colonial, entre romances, novelas e crónicas. A sua faceta irreverente em relação às ideias do seu tempo, nomeadamente às desigualdades de género, trouxeram-lhe problemas políticos. Por isso os romances *Casa sem pão* (1947) e *Ida e volta de uma caixa de cigarros* (1938) foram apreendidos pela Censura. Nasceu em Lisboa, em 1899, tendo frequentado apenas a 4ª classe. Dividiu depois a sua vida entre Portugal e o Brasil. Maria Archer, usou sempre o seu nome, o que era raro na altura e a sua postura social levou mesmo a um afastamento da família, principalmente devido ao seu divórcio. É ainda a sua postura política e as suas ideias progressivas como o acesso da mulher à cultura e o relato de situações de pobreza que a levaram a ter problemas com a censura. Cf. Dina Botelho, “A escritora Maria Archer e o retrato da mulher do início do século XX”, *A mulher na literatura portuguesa e outras artes*, Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, 2013, pps. 127-129.

²⁷⁷ Marcelo Caetano, “Colonização de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. XX - 232, 1944, pág. 243.

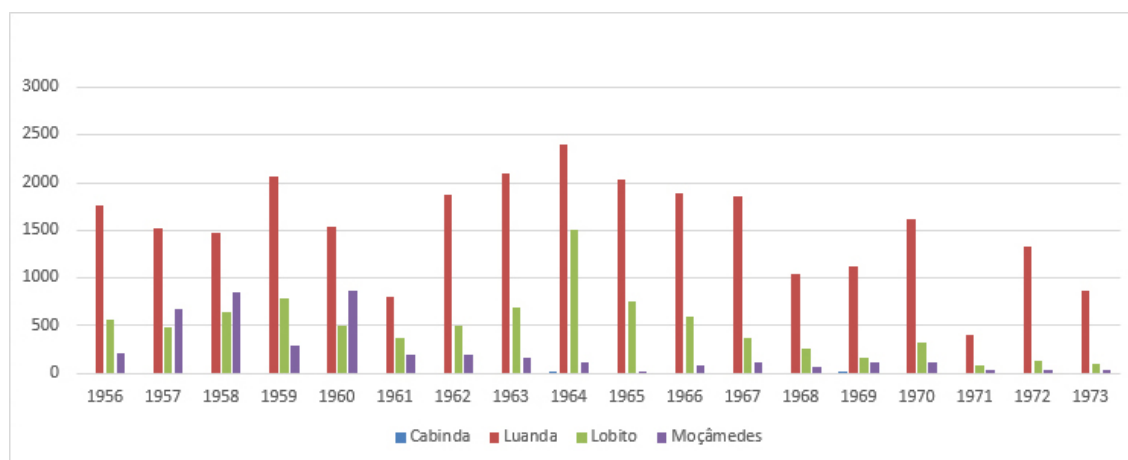
dúvida a que teria mais probabilidades de criar raízes, mas também a mais cara para o Estado e a de mais aleatórios resultados.

Na visão de Marcelo Caetano, era, de facto, difícil atrair colonos sem um chamariz como a mineração, ou uma exploração fácil, ou uma corrida ao ouro, ou ainda outros recursos de riqueza rápida. O problema principal residia em colocar o português da metrópole em contacto com a terra de África. As recentes expedições militares para Angola e Moçambique tiveram, sob esse aspeto, vantagens extraordinárias, porque muitos dos soldados poderiam fixar-se nesses territórios, como adiantava o relato de Marcelo Caetano: “Notícias de há tempos diziam que a maior parte dos soldados de um batalhão aquartelado em Nova Lisboa tinha encontrado aí ocupação para as horas vagas e se mostrava disposta a ficar por lá.”²⁷⁸

Bastava pois que, no momento da rendição, se permitisse aos que quisessem ficar a opção de embarcarem as mulheres ou as noivas, a quem o Estado forneceria passagens gratuitas para se obter uma colonização barata e de boa qualidade. Marcelo Caetano problematizava também o facto de abrir caminho aos “rapazes brancos” nascidos em Angola, pois não fazia sentido mandar brancos de cá para lá, trabalhar e deixar os que já lá estavam sem modo de vida. Segundo o autor, existia uma “geração nova” nas colónias que era preciso educar para as tarefas da colonização. Eram indispensáveis mais escolas técnicas em Angola, quer de ensino elementar, quer mesmo de ensino médio. Em 1944, existiam apenas dois liceus que só preparavam para o ensino superior da Metrópole ou para a burocracia local.

²⁷⁸ Marcelo Caetano, “Colonização de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. XX - 232, 1944, pág. 244.

Gráfico 2
Movimento de colonos desembarcados na província de Angola (1956-1973)



Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-Geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1973. O termo colono aqui empregado abrange as pessoas que, embora não sendo funcionárias do Estado, vieram para Angola com guia passada pelo Ministério do Ultramar e, dum modo geral, com passagens pagas pelo mesmo Ministério.

Por outro lado, havia que rever a legislação sobre passagens dos funcionários e suas famílias e licenças a gozar na Metrópole. O Estado impôs a limitação do número de filhos dos funcionários coloniais a quem paga passagem, tendo desta forma exprimido, segundo o autor, “um maltusianismo legislativo contrário aos princípios morais da nossa Constituição e aos intuitos colonizadores, pois acabava por ser uma restrição.”²⁷⁹

A exigência burocrática no controlo das entradas e saídas levou à criação de Cartas de chamada, documentos enviados pelos colonos que chamavam os seus entes queridos ou familiares próximos e que eram necessários para se obter um visto de saída. A carta foi tornada obrigatória, assim como o seu registo em cartório para evitar falsificações, reconhecendo a sua legitimidade e a assinatura por duas testemunhas. Em 1921, foram introduzidas novas práticas e a carta familiar foi substituída por um formulário impresso e objetivo. No caso das mulheres casadas e dos filhos menores, não podiam sair sem autorização dos maridos, mas a prática

²⁷⁹ Tomas Robert Malthus (1766-1834), demografo e pastor inglês que relacionou o crescimento da população com a escassez de alimentos e as fomes. O “maltusianismo legislativo” relaciona-se com a tentativa de controlar o crescimento demográfico através da legislação.

corrente era a ida do pai de família que, depois de instalado, chamava os restantes membros.²⁸⁰ Transcreve-se, em seguida, exemplos de cartas de chamada encontradas na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino²⁸¹, dirigidas ao Ministro das Colónias:

Irene Bettencourt de Medeiros Portela, professora oficial no Lubango, Huíla, declara que deseja para a sua companhia, sua irmã Maria de Medeiros, solteira, de quarenta e nove anos, residente em Lisboa, do auxílio de quem necessita para o governo doméstico de sua casa, de que anda arredada em consequência das suas funções oficiais.

Lubango, 30 de abril de 1915

Manuel Alves Pinto, de treze anos incompletos, filho de António Alves Pinto e de Rosa da Graça, natural da vila de Ovar, que desejando partir para Mossâmedes, onde tem colocação, pede que lhe seja concedida passagem como colono para a dita vila de Mossâmedes.

Espera deferimento, Ovar, 15 de setembro de 1915

Depois de instalados, era igualmente defendida a vinda periódica à Metrópole de todos os funcionários brancos, onde quer que tivessem nascido. Tratava-se de uma necessidade de “retemperamento étnico e de formação moral e patriótica”, sentida, também, por quem nasceu em África de pais europeus. Acabava por ser uma forma de manter a ligação ao Portugal europeu, cortando as ideias de autonomia e identidade que, em tempos de desenvolvimento, acabavam sempre por surgir.

Esta ideia foi concretizada e passou a existir uma licença para gozar as férias na metrópole. Mais tarde, em agosto de 1958, um grupo de colonos, “continuadores dos pioneiros da epopeia portuguesa em África, desembarcou em Lisboa”. Era um grupo de madeirenses do sul de Angola que tinha saído de Portugal em 1884 e “com a enxada cavaram os alicerces profundos da civilizadora ação lusitana e (...) vencidos os contrafortes da serra de Chela, internaram-se no planalto de Huíla. Assim

²⁸⁰ Maria Izilda Santos de Matos, *Portugueses, deslocamentos, experiências e cotidiano, São Paulo, séculos XIX e XX*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2013, pps. 242-245.

²⁸¹ AHU, 1AMUDGC, Mç 1911-1915, Colonos, Ultramar.

nasceram Lubango, S. Januário da Humpata, Alto Cumene, Mongua, Cuamato, Uribia e tantas outras povoações”.²⁸² Desembarcaram do “Império” e estiveram primeiro na Madeira. Por iniciativa do Ministro do Ultramar, foram depois ao Continente, durante trinta dias, visitando todas as províncias. O grupo era composto por dezasseis pessoas, seis senhoras e dez senhores, um dos quais António de Abreu recordou “Sá da Bandeira do seu tempo de rapazote, como apenas mato e barracas para os colonos”.²⁸³

Para concretizar esta política de povoamento e colonização, era necessário criar condições para que estas comunidades conseguissem subsistir. Para atrair as populações era indispensável o desenvolvimento económico. O estabelecimento de indústrias nas colónias acabava por funcionar como um elemento de atração de colonos. Marcelo Caetano defendeu assim o estabelecimento de indústrias nas colónias, tidas como um meio importante de fixação de colonos e de desenvolvimento económico.

Um dos sectores mais protegidos foi o da pesca e produtos derivados, cuja atividade se ligou a toda a teia do corporativismo.²⁸⁴ As pescas industriais e artesanais foram das atividades mais submetidas a um modelo corporativista de direção estatal, cujo aparato burocrático teve o seu expoente numa organização corporativa quase autónoma liderada por Henrique Tenreiro.²⁸⁵ O corporativismo surge primeiro como uma alternativa à crise capitalista liberal de 1929, mas logo vai

²⁸² *Velhos Colonos do sul de Angola*, Boletim Geral do Ultramar, Ano 34º, nº 398, Agosto de 1958, pág. 159.

²⁸³ *Velhos Colonos do sul de Angola*, ... *Ob. Cit.*, pps. 159-161.

²⁸⁴ O corporativismo tinha como valor principal a ordem e a estabilidade social e baseou o seu modelo de organização social e económica nas corporações de artes e ofícios extintas em 1834. Em 1932, Salazar enuncia os princípios económicos da nova Constituição, aprovada em Março de 1933, que, no seu artigo 5º estabelecia que Portugal era uma “República unitária e corporativa.” Daqui derivou a criação do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. Sob sua alçada foi depois criado o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP), com o fim de assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho e as demais de carácter social, integrando os trabalhadores e restantes elementos da produção na organização corporativa, prevista no Estatuto do Trabalho Nacional.

²⁸⁵ Henrique Tenreiro foi dos mais destacados nomes do corporativismo do regime. Não ocupou cargos políticos formais de grande importância, mas afirmou-se no setor das pescas, tendo sido nomeado, em 1936, delegado do governo junto do Grémio dos Armadores de Navios de Pesca de Bacalhau. Tenreiro, através do seu carácter rigoroso, controlou a Legião Portuguesa, em conjunto com membros da organização da Pesca, combatendo, com violência, todos os movimentos da oposição. Foi um dos mais fervorosos militantes do Estado Novo, organizou o sector das pescas em grémios, mútuas e cooperativas com delegados do Governo que garantiam obediência política e institucional. Cf. Álvaro Garrido, *Henrique Tenreiro – Uma Biografia política*, Lisboa, Temas & Debates, 2009.

ser instrumentalizada pelos totalitarismos europeus dos anos 30. Inspirada no fascismo italiano, a economia corporativa prometia resolver o problema social e político da divisão entre Estado e indivíduo, colocando a tónica no “interesse nacional”. O Estado Novo requeria uma economia nova. Na prática o corporativismo esteve sempre submisso ao poder autoritário do Estado e nada teve de solidário.²⁸⁶

O corporativismo acabou mesmo por ser um instrumento inseparável dos totalitarismos, de direção e regulação económica ao serviço de um Estado forte e autoritário, tornando-se numa osmose perfeita entre o regime e o corporativismo ou mesmo o “corporativismo enquanto regime”.²⁸⁷

O corporativismo apresentava-se como a solução perfeita para liquidar a luta de classes e as pressões do operariado, cujo objetivo era o controlo social. Este sistema assentava em várias camadas ao nível do associativismo de classe, onde os mais importantes se identificavam com os Sindicatos Nacionais²⁸⁸, que reuniam os operários e os funcionários do sector privado, seguidos pelos Grémios patronais da indústria, comércio e lavoura e, por fim, as Casas do Povo e dos Pescadores, onde se reuniam os patrões e trabalhadores rurais.²⁸⁹

No caso específico das indústrias de peixe, em Angola, estas passaram por uma absoluta desorganização até à criação dos chamados Sindicatos e da sua Federação. À sombra desses organismos, melhoraram-se as condições de comércio do peixe seco e das farinhas e, com a colaboração dos serviços oficiais de Economia e de Veterinária, elevou-se o nível das instalações e dos produtos de forma notória.²⁹⁰

²⁸⁶ Garrido, Álvaro (2012). “Contexto, fundamentos e lógicas de construção da “Economia Nacional Corporativa””, in Álvaro Garrido e Fernando Rosas (eds.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Livraria Almedina, pág. 147.

²⁸⁷ Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Ob. Cit.*, pág. 20.

²⁸⁸ Os únicos sindicatos de pescadores admitidos (Setúbal, Seixal e Buarcos) foram rapidamente extintos devido a suspeitas de incitação a greves. Cf. Álvaro Garrido, “Assistência e Previdência no Mar Português. A Ação Social das Casas dos Pescadores (1933-1968)”, *Ler História*, nº 62, 2012, pág. 13.

²⁸⁹ Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Ob. Cit.*, pág. 27.

²⁹⁰ “Pesca e Corporativismo”, *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. XXV - 293, 1949, pps. 105-107.

O corporativismo era apregoado como o meio ideal para atingir o equilíbrio e a paz social. No comércio e na indústria o objetivo era, obviamente, o lucro. Embora esse modelo de organização da vida econômica e social tenha sido aplicado sobretudo à Metrópole – com especial incidência na agricultura e na pesca – também chegou às colônias, especialmente como forma de enquadramento de atividades que o regime pretendeu fomentar devido à questão colonial.

Assim, “os reboques rápidos para a pesca, as fábricas coletivas devem funcionar no âmbito da indústria e do comércio, enquanto aos grêmios fica um largo campo na ordem moral: lealdade de concorrência, trabalho, assistência, ética profissional... Nesta orientação, perfilhada unanimemente, as fábricas de farinha de peixe devem ser construídas para as sociedades industriais da área que servem. (...) Simplesmente, as partes do capital ficarão ligadas juridicamente às fábricas de transformação de peixe, de que constituirão acessório inseparável, um pouco como a participação no fundo corporativo do grémio.”

Desta mecânica, extremamente simples, resulta a necessidade da definição jurídica da unidade industrial, conjunto de elementos materiais (barcos, armações, arraial, fábrica, fundos corporativos e partes de capital nas sociedades referidas) e de elementos morais (condicionamento, licenciamento, vínculo que une os elementos fabris). A unidade industrial é explorada pela empresa, que se associa no grémio. Grémio e empresa têm a sua ação coordenada com o desempenho de outros grêmios e empresas e com a restante Nação, pelo *Instituto de Peixe de Angola*, cuja obra visa o interesse geral, com especial atenção pelo das indústrias de peixe e, por isso, depende, diretamente do governo que escolhe quem deve, autonomamente, geri-lo, embora apoiado na opinião do conselho geral dos presidentes dos grêmios.”²⁹¹

As dificuldades e reivindicações dos trabalhadores, aparentemente resolvidos, ocultavam aspetos que os meios dos sindicatos e federação não podiam conhecer. Essa insuficiência traduzia-se numa desarticulação da pesca com os meios

²⁹¹ “Pesca e Corporativismo”, *Ob. Cit.*, pps. 105-107.

do seu aproveitamento e num desordenado e inconveniente apetrechamento das fábricas, que os esforços dos serviços de Economia não puderam evitar.

A vinda de pescadores metropolitanos pôs a questão a nu e o Governador-Geral instou para que fosse satisfeito o seu pedido da vinda a Angola de alguém que tivesse lidado com o problema para alcançar uma solução.

Neste sentido, o Ministro das Colónias enviou o engenheiro João Carlos Tavares e o técnico Teixeira de Abreu, para emitirem a sua opinião sobre o que se poderia implementar e melhorar ao nível da pesca. Estes técnicos foram entrevistados sobre o assunto numa conversa que a seguir se transcreve.

“- Como vêem V. Ex^{as} o panorama da pesca e das indústrias de secagem, conservação e farinação do peixe?

- A nossa impressão é de grandiosidade! – começaram por afirmar. Se, por um lado, a base destas indústrias é o peixe, e este, até nos locais em que se diz que não existe, parece existir em quantidades ignoradas na metrópole, por outro, a procura dos produtos tem aspetos de avidez, de sucção, que desvaira. Esta vastidão de possibilidades contrasta com a insuficiência de meios para a satisfazer: a pesca é pequena e, apesar disso, excessiva para os meios de transformação de que se dispõe. Pode pescar-se pouco, e ainda é preciso pescar menos.

- Torna-se necessário aumentar o número de artes e de fábricas? – perguntámos.

- No nosso espírito está a certeza de que tem de se intensificar a pesca e dar escoamento correto a todo o peixe pescado; mas esse objetivo atinge-se não só pela multiplicação dos elementos de trabalho, como pela racional utilização dos que existem. Notámos que as artes móveis apreendem e transportam o peixe: dispensadas desta incumbência, pela criação de rebocadores coletivos, muito rápidos, a arte empregará na pesca todo o tempo que hoje gasta no transporte, e que é mais do triplo do primeiro. (...)”²⁹²

Teoricamente, o objetivo geral era construir uma comunidade assente na negociação, sem luta de classes, com harmonia. Mas, na prática havia uma violência

²⁹²

“Pesca e Corporativismo”, *Boletim Geral das Colónias...Cit.*, pps. 110-112.

social exercida sobre as populações, que muitas vezes eram obrigadas a sair dos locais onde viviam e deslocar-se para um mundo completamente diferente e distante. Não era ao acaso que a camada da população escolhida era sempre a mais desfavorecida socialmente.

Como justificar toda esta agressividade perante os outros e mesmo internacionalmente? Para além do luso-tropicalismo de Gilberto Freire²⁹³ e baseadas nesta filosofia, surgiram outras teorias deste género como mostra o seguinte texto de Fernando Alves Azevedo “Mística Imperial”, defendendo que “(...) Na hora espectral que o mundo atravessa, hora mesquinha e infeliz que é impossível fazer a defesa das nobres causas mas em que se torna indispensável criar um norte a uma humanidade sem rumo, afigura-se-me que para os países coloniais como o nosso a *mística imperial* é antes uma hóstia de esperança que o fel amargo dum remédio que se toma à força.”²⁹⁴

Afirmava o autor que “a palavra mística assusta muita gente”, exatamente como perturba muitos espíritos o vocábulo “imperial”. Portanto era necessário clarificar o sentido destas duas expressões.²⁹⁵

No fundo, o autor justifica o carácter dos portugueses como “um apetite heróico de ação, uma consciência de energia que só aceita o que é honesto e puro e que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu. (...) Continua na mesma linha de pensamento, com a suposição de que só “à luz do imperialismo português se pode ter uma melhor compreensão da mística imperial portuguesa.”

²⁹³ O luso-tropicalismo foi uma doutrina desenvolvida pelo escritor brasileiro Gilberto Freire sobre a colonização portuguesa. Segundo este pensamento os portugueses teriam uma forma diferente de colonizar, tendo como base de comparação os outros povos europeus. Esta teoria ajudou depois o Estado Novo a justificar o próprio colonialismo e, em 1952, a convite do Estado Português, Gilberto Freire visitou o Ultramar Português. Na cerimónia de despedida, Gilberto Freire proferiu estas palavras: “A grande base da obra portuguesa, tanto no Brasil, como nestes outros “Brasis” (...) na África e na Ásia, foi o amor, foi a capacidade única do português, para conquistar, não pela força bruta, não pelo poder militar, não pela superioridade técnica, mas pela astúcia económica, mas pelo amor fraternal. Por isso ousei escrever num dos meus ensaios a frase – que, depois de Cristo ninguém contribuiu tanto como o português para desenvolver o amor fraternal entre os homens. Cf. “Centro de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXVII - 319, 1952, pág. 244.

²⁹⁴ F. Alves de Azevedo, “Mística imperial”, *Cadernos Coloniais*, 17, 1939, pág. 5.

²⁹⁵ *Idem*, pág. 6.

As ideias chave deste misticismo são a pátria, a raça e o entrosamento do colono com o nativo, evitando a segregação. O colono é visto como alguém com espírito de sacrifício, que cumpre um dever e não um direito. A mística imperial portuguesa era vista como uma obra de modelação moral, cujos protagonistas principais são os missionários.

Invoca como base a história dos Descobrimentos para criar o fundamento desta doutrina, a *mística imperial* que estava já alicerçada na ideia de Afonso de Albuquerque quando instituiu o princípio dos “casados” – fusão de raças pelo casamento dos seus soldados com as jovens indígenas.

Porém, toda a sua teoria acaba por desvanecer nas suas próprias palavras, pois acaba por afirmar que “não preconizamos hoje a mestiçagem, averiguadamente prejudicial quando se realiza com povos em evidente estado de atraso”, criando assim a divisão que na prática existia.

Definindo a colonização como um prolongamento da Pátria para “construir Portugal em terras distantes”, o português emigra para as colónias libertando-se do preconceito europeu de que a África é apenas uma fase na sua vida – período de amargura em que se ganha melhor o pão dos dias todos que tem a viver. Vai com a família e fixa-se. Por isso, a população portuguesa das nossas colónias de África é superior a 80.000 almas. (...) ²⁹⁶

Fernando de Azevedo refere, ainda, que a colonização é uma forma de compreensão, de difundir a civilização e bem-estar e nunca de sujeição a uma cultura completamente diferente. ²⁹⁷

Outros autores secundavam esta opinião, justificando que a colonização portuguesa era uma missão civilizadora, acompanhada de grandes avanços culturais e científicos, cujo maior exemplo era a literatura dos séculos XV, XVI e XVII. Em 1941, realizou-se uma expedição botânica a Angola, liderada pelo Professor Luís Carriço, da Universidade de Coimbra, que montou um posto de observação em pleno deserto de Mossâmedes, continuando a obra de Júlio Henriques. A expedição foi seguida

²⁹⁶ F. Alves de Azevedo, “Mística imperial”, *Cadernos Coloniais*, 17, 1939, pág. 10.

²⁹⁷ *Idem*, pág. 17.

também por uma Missão Geográfica. Considerava-se de todo o interesse formar, também, uma missão com intuítos antropológicos, apoiando-se nas ideias do antropólogo Mendes Correia que defendia o interesse e importância do trabalho de campo.²⁹⁸

António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960) defendia uma conceção própria da Antropologia, área em que se especializou, nomeadamente no que diz respeito à sua vertente colonial. Apoiando-se na biologia, mas também na cultura e modo de vida, construiu uma teoria das raças e da sua diferenciação ligada a fatores descritivos e métricos. Para além da morfologia externa, Mendes Correia defendia a antropometria, medidas cefálicas, por exemplo, a fisiologia e mesmo a composição interna dos órgãos para estabelecer “tipos humanos”, confirmando sempre a superioridade do homem branco.²⁹⁹

Mendes Correia, como outros teóricos do colonialismo já citados ao longo deste trabalho, acabam por contradizer-se, pois na sua ideia de povoamento colonial, defendem a mistura de populações heterogéneas como solução para a ocupação dos territórios mas, ao mesmo tempo consideram essa ligação perigosa, contribuindo para a decadência da raça.

Em termos demográficos, houve sempre um predomínio do género masculino na colonização de Angola, o que não devemos estranhar, mas a partir da década de cinquenta a taxa estabilizou. O autor utilizava como indicadores os distritos do Huambo, Bié, Huíla e Moçâmedes, por serem aqueles onde “o povoamento branco mais se organizou no tempo com características nítidas de ocupação definitiva.” Em Mossâmedes, a proporção da população branca era de 78 mulheres para cem homens, enquanto a população negra era bastante masculinizada, uma vez que a proporção era de sessenta e uma mulheres para cem homens. Este desenvolvimento era justificado com o facto de Mossâmedes “ser uma

²⁹⁸ Alexandre Sarmiento, “Ocupação científica de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. XVIII - 209, 1942, pág. 17.

²⁹⁹ Patrícia Carla Valente Ferraz de Matos, *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais Especialidade: Antropologia Social e Cultural, Universidade de Lisboa Instituto de Ciências Sociais, 2012, pps. 256-258.

zona de exploração industrial (pesca e seus derivados) para onde convergem fortes contingentes de mão-de-obra masculina de outras regiões da Província.³⁰⁰

Como a opinião dos estrangeiros ajudava a justificar a colonização, Fernando de Azevedo relata a visita do emissário de Mussolini (...) realçando a opinião do representante do Duce:

“O Sr. Mário Busetto num livro sobre Angola, escrito depois de uma visita ordenada pelo Duce, diz ter encontrado esta série de coisas bem elucidativas do nosso esforço: “15.000 hectares de cultura da Companhia do Ganda; a irrigação por esta companhia estabelecida na sua instalação açucareira; o caminho de ferro do Aboim; inúmeros palmares; toda a região norte do Lobito com terrenos ocupados em vias de comunicação; a cidade de Benguela com 20.000 habitantes; região pastoril extensa; região do Cubal muito cultivada; variedade de cultura nas fazendas do Planalto (uva, etc); muito gado; o Huambo com a sua poderosa estação radiotelegráfica; campo de aviação completo; muitas casas comerciais quase todas portuguesas; fábricas de calcários, de moagem, de mecânicas; aproveitamento de quedas de água e fornecimento de energia eléctrica; Huambo em vista de ser uma grande cidade europeia; Chinguar, estação experimental do F. G. A. Em Silva Porto, muitas fazendas fabricando os seus materiais de construção, grande criação de gado no Quanza; linhas férreas em toda a colónia; pescarias por brancos.”³⁰¹

Para os teóricos do colonialismo, este sucesso da colonização europeia era visível nos números da população branca de Angola que, em 1954, se contabilizava em 52.000 indivíduos, dos quais 40.000 eram colonos portugueses. Alves Azevedo remata assim “Ninguém está em África fazendo mais do que nós em matéria de povoamento por brancos. Em particular, em Moçâmedes, há já cinco gerações.”³⁰²

As atividades piscatórias de Mossâmedes eram enaltecidas como um exemplo do bom funcionamento económico da província, como prova o relatório e contas, relativas a 1956 da direção do *Grémio dos Industriais da Pesca e de seus derivados* do distrito de Mossâmedes. A criação da Federação dos Grémios Industriais da Pesca, substituiu a Federação dos Sindicatos, e teve início uma fase de

³⁰⁰ Alexandre Sarmiento, “Aspectos demográficos de Angola”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXIX - 346, 1954, pps. 83-85.

³⁰¹ F. Alves de Azevedo, “Mística imperial,” *Cadernos Coloniais*, 17, 1939, pág. 24.

³⁰² *Idem*, pág. 25.

intensa atividade sob o comando de Fragoso de Matos. A Federação havia iniciado estudos técnicos e científicos com vista ao desenvolvimento e reapetrechamento total da indústria, com o apoio do Governo-geral.³⁰³

Constituiu-se uma Comissão presidida pelo Comandante Fragoso de Matos e na qual prestavam serviços técnicos de veterinária e de economia. No desenrolar dos trabalhos foram visitados países como Noruega, Alemanha, Suécia e Dinamarca para avaliar a situação no sector, assim como os centros de pesca de África do Sul. Destas viagens realizaram-se relatórios, concluindo-se que deveriam ser edificadas instalações coletivas, para o aproveitamento integral do pescado em conserva e secagem, assim como as farinhas e óleos. Deveriam ainda construir-se unidades mais modernas, remodelando totalmente o sistema atual no sentido de uma maior economia de fabrico e melhoria considerável na qualidade. Deveria ainda basear-se toda esta atividade em legislação e regulamentação da pesca. Quanto à formação, deveria haver uma maior especialização de técnicos, com montagem dos necessários meios de investigação.³⁰⁴

Para além das ideias difundidas pela escola e das teses desenvolvidas sobre o luso-tropicalismo ou a mística imperial, existiram outros fatores de aproximação da metrópole à província angolana, como os contactos estabelecidos com a Mocidade Portuguesa. A primeira missão de estudo da Mocidade Portuguesa a Angola realizou-se no ano de 1952. Na Sala do Algarve da Sociedade de Geografia, teve lugar a primeira sessão pública de trabalhos do Centro de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa, cujos objetivos principais eram a familiarização da juventude com os problemas e os factos correntes na vida do Ultramar, estreitamento das relações existentes entre a juventude ultramarina e a metropolitana e a promoção de estágios a jovens técnicos. Desta missão, o inspetor da Mocidade Portuguesa salientou o papel dos colonos, funcionários e missionários do interior e o seu esforço na colonização. Referiu-se também à obra do funcionalismo administrativo da

³⁰³ “Actividade piscatória de Moçâmedes”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII - 388, 1957, pág. 233.

³⁰⁴ F. Alves de Azevedo, *Ob. Cit.*, pps. 234-235.

província e à política seguida em relação ao indígena, elogiando a obra dos colonatos, iniciativa do Sr. Capitão Silva Carvalho³⁰⁵, que já hoje é realizada em Cacomba, na Damba e no Loge.³⁰⁶

Este movimento tinha tido início em 1885, como já foi referido, quando Sá da Bandeira fez transportar para o planalto do sul um primeiro grupo de colonos, em número de duzentos e vinte. Eram de origem madeirense e foram “recrutados entre os piores elementos da ilha da Madeira, sem o hábito dos trabalhos agrícolas e minados de taras e vícios.”³⁰⁷

No mesmo ano, um novo grupo de trezentos e quarenta indivíduos da mesma proveniência, mas melhor selecionados, veio juntar-se aos primeiros e, finalmente, em 1889, um terceiro grupo de setecentos e oitenta colonos veio também estabelecer-se na região. Dava o Estado a estes colonos um pequeno subsídio para os primeiros trabalhos de terra e edificações, sementes e alguma maquinaria agrícola.³⁰⁸

A importância do sul de Angola estava associada à demarcação de territórios em relação às potências estrangeiras vizinhas. O pouco investimento realizado, no fim do século XIX, naquele território, levou a que algumas dessas potências ocupassem algumas zonas. O investimento privado era superior ao estatal e isso era visível no terreno. No início do século XX, não havia vias de comunicação ou transportes que servissem estas localidades, para não falar do abastecimento de água potável, que sempre fora um problema.

Na tentativa de ultrapassar estas dificuldades, constituiu-se, em 1911, a Comissão de Melhoramentos de Mossâmedes. Nos estatutos, estabeleceram desde logo os seus objetivos:

“O distrito de Mossâmedes, onde há baías de que se podem fazer excelentes portos comerciais, está junto de uma colónia estrangeira que não tem porto e

³⁰⁵ Governador Geral de Angola entre 1951 e 1955. Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_coloniais_de_Angola, consultado no dia 10 de Setembro de 2013, às 16h.

³⁰⁶ “Centro de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXVII - 319, 1952, pág. 228.

³⁰⁷ António Pinto Teixeira, “A colonização de Angola”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. V - 47, 1929, pág. 110.

³⁰⁸ António Pinto Teixeira, *Ob. Cit.*, pág. 111.

que desejosa de se desenvolver e expandir, necessita abrir caminho para o mar por território português, na impossibilidade de o fazer através do seu próprio território.

Independentemente, pois, de nos assistir o dever, perante as demais nações, de nos ocuparmos do desenvolvimento do nosso património colonial pelo aproveitamento dos seus recursos naturais, contribuindo assim para o aumento da sua população e, se for possível para a fixação da raça branca nas colónias onde as condições climáticas o permitem (...) em relação ao distrito de Mossâmedes, o facto citado de ser aquele distrito caminho forçado entre o mar e colónias estrangeiras limítrofes dele.

(...)E, com efeito, impedindo pela incúria e desleixo nosso em não tirarmos o devido partido da excelente posição geográfica de Mossâmedes e dos excelentes portos que o distrito possui. (...) O pouco que ali há constitui apenas esforço particular, bem pouco ajudado, quando não contrariado até, pela ação dos governos.”³⁰⁹

As atas da Comissão constituem um manancial de informação acerca das obras efetuadas no sul de Angola, no início do século XX, sendo salientados os principais aspetos de avanços em relação aos progressos. Em 1913, são referidos os melhoramentos a empreender em Porto Alexandre que possuía já uma colónia importante. A população era numerosa, mas a falta de apoio político comprometia, sendo conveniente radicar bem a soberania nacional, o que só se conseguiria com melhoramentos materiais.³¹⁰

Já em 1916 era referido que a criação da Comissão encarou os dois problemas mais graves. Um fazer dos Tigres uma povoação desenvolvida que afirmasse a ocupação perante estrangeiros, outro dotar Mossâmedes com um porto de mar. Para conseguir o primeiro era necessário pesquisar água, o que a comissão fez, contratando um técnico inglês.

Em 1918, foram propostos melhoramentos no que toca ao ensino para organização de uma escola em Mossâmedes com o fim de preparar indivíduos para a pesca, nada se resolvendo sobre o assunto. Porém, tendo chegado ao conhecimento

³⁰⁹ *Organização da Comissão de Melhoramentos do Distrito de Mossâmedes, Estatutos*, 1 de janeiro de 1913 (folheto policopiado).

³¹⁰ Documentação da *Comissão de Melhoramentos de Mossâmedes*, consultada no AHU, 209 2G MU DGFFTO Cx. 1913_1919.

do Governador Geral Alfredo Frederico de Albuquerque Felner, de qua havia essa proposta, pronunciou-se sobre ela, pedindo para com brevidade se enviar um orçamento de organização da citada escola.

Dava-se, assim, primazia às infraestruturas e vias de comunicação, uma vez que eram os aspetos mais carenciados da região, dificultados ainda pelas características do solo. O facto de ser criada uma Comissão de Melhoramentos denunciava uma tentativa de luta contra o isolamento e a união das comunidades em busca de melhores condições de vida, tentando dotar os povoados com as condições básicas de sobrevivência, como escolas ou hospitais, mas também de acessibilidades, como estradas e meios de transporte.

Só em 1923, o caminho de ferro de Moçâmedes ultrapassou a enorme dificuldade da serra de Chela, atingiu finalmente o Lubango (...) e a colónia madeirense do distrito da Huíla atingiu um desenvolvimento assinalável, contando com uma população acima dos cinco mil indivíduos, são, fortes e progressivos.

A dificuldade da colonização do sul de Angola levou a que os pioneiros fossem elevados à categoria de heróis e a própria fundação da cidade de Moçâmedes foi envolta em misticismo, como se pode perceber através da seguinte descrição:

Em 1819, cento e oitenta açorianos residentes em Pernambuco fizeram-se ao mar na nau “Tentativa Feliz”, que o governo ali mandara para os transportar e vieram fixar-se na costa arenosa do sul da província, dedicando-se essencialmente à pesca. Mais tarde, um pequeno grupo de colonos algarvios veio juntar-se aos primitivos colonos, dedicando-se também à pesca. Estes colonos foram liderados por Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, natural de Nogueira do Cravo, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra, que havia partido para o Brasil como exilado miguelista da Guerra Civil. Esta primeira tentativa de colonização resultou praticamente em fracasso devido às más condições, à pobreza, à falta de água, às doenças aí encontradas. Mas logo chegaram reforços vindos também do Brasil, com o fim de “desbravar terras portuguesas de solo ainda inculto.” Os novos colonos, continuadores do trabalho dos chegados em 1849, desembarcaram sob a liderança de Joaquim José da

Costa, em 26 de novembro de 1850 e deram continuidade ao trabalho dos primeiros colonos.³¹¹

Esta colónia piscatória espalhou-se depois pela Baía dos Tigres e Porto Alexandre. A indústria da pesca e preparação de peixe acabaram por constituir uma das grandes riquezas de Angola. A cidade de Mossâmedes e as colónias de pescadores de Porto Alexandre e Baía dos Tigres evoluíram e, em 1943, contavam com uma população branca de três mil e seiscentos indivíduos.³¹²

A colonização de Angola, dependia essencialmente de dois factores: a subordinação ao estudo das condições económicas e a produção das várias regiões da zona planáltica, promovendo a união entre o norte e o sul da província de Angola, ligando-as pela língua. Para atingir tal objetivo era aconselhada a fixação de colonos nas zonas servidas por caminho de ferro.³¹³

Em 1929, começou a ser difundida pela imprensa a ideia de emigrar para os planaltos de Angola, pois que estes se tinham tornado atrativos com a “pacificação absoluta de Angola, com a conquista definitiva da raça indígena para a amizade e o respeito pela metrópole, que permitiu a organização civil de uma província tão grande em extensão territorial como a França e a Alemanha reunidas, fixaram-se definitivamente as atenções dos governadores e coloniais no problema de canalizar para Angola parte da emigração portuguesa. (...) Averiguado está pela experiência que em toda a zona planáltica, que vai de 1200 a 1700 metros, a fixação da raça branca se realiza em condições de êxito surpreendente.”³¹⁴ O autor considera isto um êxito do ponto de vista sanitário, pois durante muito tempo houve a ideia de que a “raça branca” não vingaria nestas terras, devido ao “impaludismo” ou qualquer outra doença própria dos países tropicais que definhem ou tornem estéril a população branca”, responsáveis pela alta taxa de mortalidade nas populações brancas.³¹⁵

³¹¹ Jorge Teixeira, “A Fundação de Moçâmedes”, *Boletim Geral das Colónias*, XIX – 213, Agência Geral das Colónias, Vol. XIX - 213, 1943, pág.174.

³¹² *Idem*, pág. 114.

³¹³ *Idem*, pág. 115.

³¹⁴ *Idem*, pág. 116.

³¹⁵ António Pinto Teixeira, “Antigo governador de Benguela, professor e colonialista.”

Havia, de facto, algum receio por parte da população portuguesa em emigrar para as terras africanas e, por isso, havia a necessidade constante de desmistificar esta ideia. De modo a atrair as populações vários governantes coloniais, faziam circular a ideia de que “as famílias numerosas estão em grande maioria e as crianças lá nascidas desenvolvem-se cheias de robustez e de saúde.”³¹⁶

Ao mesmo tempo que se anunciavam estes êxitos na área da saúde, também era exaltado o desenvolvimento económico, onde se multiplicavam as fazendas agrícolas, com a cultura de cereais e a criação de gados. Este desenvolvimento das zonas planálticas tinha sido possível, segundo o autor, devido ao impulso estatal e à construção de vias de comunicação, como a rede de estradas ou a via ferroviária com ligação a Luanda, Porto Aboim, Lobito e Mossâmedes. A zona planáltica conta ainda com assistência médica e escolar, “pois não há povoação que não tenha edifício escolar construído segundo os preceitos modernos e as facilidades de toda a ordem; concedidas para o embarque de colonos e suas famílias (...) são um indício para criar no centro de Angola um forte núcleo de raça branca.”³¹⁷

O reforço da autoridade tinha sido efetivo durante a ditadura militar, o que não tinha acontecido antes, pois “pouco a pouco a autoridade dos chefes indígenas, sempre despótica, espoliadora e subordinada a tristes feiticismos, tem-se diluído, existindo hoje em muito limitadas regiões.” Afirmava-se ainda que “o indígena, em igualdade de direitos com o elemento europeu, civilizado progressivamente pelo trabalho, pelo exemplo dos colonos, pela catequização dos missionários, e pela tutela e assistências das autoridades civis, subordinava-se alegremente aos chefes europeus, confiando na sua justiça e no seu carinho.”³¹⁸

A proximidade política com a Metrópole também foi reforçada com visitas periódicas do Presidente da República e do Ministro do Ultramar. Aquando da visita a Mossâmedes do Ministro das Colónias Armindo Monteiro, em 1932, num discurso proferido pelo Presidente da Câmara, evocou-se a memória dos fundadores, nomeadamente Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro: “Há 83 anos, nas

³¹⁶ António Pinto Teixeira, “A colonização de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. V - 47, 1929, pág. 99.

³¹⁷ *Idem*, pág. 100.

³¹⁸ António Pinto Teixeira, “A colonização de Angola”,...*Cit.*, pág. 107.

arenosas praias da Angra do Negro lançou as bases desta cidade. Se não fosse a sua ação não se teriam estabelecido fazendas agrícolas em todos os vales e não estariam povoadas de pescadores todas as baías e praias da costa, desde a Lucira à Baía dos Tigres. Conseguiram as ambições estrangeiras apagar o padrão que os primitivos navegadores portugueses ergueram no Cabo Frio; tentaram essas mesmas ambições desvirtuar as lendas do padrão do Cabo Negro, mas do que não foram capazes foi de fazer desaparecer esses outros padrões, que eram representados pelo arraial do pescador e pela cabana do agricultor (...) marcando insofismavelmente a soberania de Portugal em todo o distrito de Mossâmedes.”³¹⁹

Em 1956, continuava viva a discussão sobre o povoamento de Angola. O envio de colonos era uma estratégia fundamental para o seu desenvolvimento. Para além da agricultura, no centro, e da exploração mineira na zona de Catanga, era a pesca que detinha um papel importante na fixação de colonos, “já que as fainas do mar são, sem sombra de dúvida uma das mais fortes, mais típicas e mais arreigadas características da vida portuguesa,” dizia Alexandre Sarmento nos seus artigos. Portanto, adicionava-se à importância económica o fator identitário e a prática passada de geração em geração. Assim, “fixando em Angola pescadores de Portugal e desenvolvendo entre os naturais da província o gosto e amor por uma profissão e actividade que se processam em moldes genuinamente lusitanos, sem dúvida que se está ali fazendo obra do mais puro e do mais construtivo nacionalismo.”³²⁰

Economicamente, por volta de 1952, Angola podia ser dividida em quatro zonas: a região ao norte do Quanza, onde predominam as culturas tropicais; a região planáltica, mais apta para as culturas de legumes e cereais; a região dos Cuanhamas no sul, cujo meio geográfico é propício à pecuária; e a orla litoral onde se desenvolviam as indústrias de pesca. Neste sistema geral, se integram as culturas típicas de cada área: as madeiras do Maiombe, a mandioca de Malange e do Moxico, o café de Amboim e do Uíge, o algodão de Catete, os diamantes de Lunda, o milho e

³¹⁹ “No distrito de Mossâmedes”, *Boletim Geral das Colónias* . VIII - 088, [Número especial dedicado à visita do Sr. Ministro das Colónias a S. Tomé e Príncipe e a Angola], Agência Geral das Colónias, Vol. VIII - 88, 1932, pág. 453.

³²⁰ Alexandre Sarmento, “O valor da pesca no povoamento e colonização de Angola”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXII - 369, 1956, pág. 81.

o feijão do planalto de Benguela, o arroz do Bié, o sisal da Ganda, os asfaltos de Caxito, a mica de entre Dande e o Zaire, o gesso do Lobito, o açúcar de Cassequel, do Dombe grande e do Dande, as pescarias de Moçâmedes, Benguela, Baía dos Tigres e Porto Alexandre, os produtos pecuários da província da Huíla.³²¹

Em termos económicos, a importância da pesca era facilmente demonstrada pelos números que colocavam a atividade no topo das exportações. Em 1954, o valor da pesca desembarcada nos portos angolanos foi de 53.941 contos contra 45.285 em 1953, o que revela um aumento considerável. Nesse mesmo ano, os valores foram os seguintes: conservas de peixe 1.820.320 tons.; peixe seco 15.073.541 tons. e óleos de peixe 11.415.640 tons.³²²

De seguida, apresentam-se os dados relativos à atividade nas regiões de Benguela, Mossâmedes e Luanda.

³²¹ “Centro de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXVII - 319, 1952, pág. 246.

³²² Alexandre Sarmiento, *Ob. Cit.*, pág. 82.

Gráfico 3
Valor da pesca desembarcada: Benguela, Mossâmedes e Luanda (1934-1939)



Valor do pescado 1934-1939. Fonte: *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1940.

Observação: O valor é sempre calculado em escudos angolares. O Angolar foi a moeda oficial de Angola entre setembro de 1926 e dezembro de 1958. Substituiu o Escudo Angolano e foi por sua vez substituído por um novo Escudo. O Angolar foi emitido até Janeiro de 1929 por uma Junta de Moeda e partir dessa data pelo Banco de Angola. O Angolar estava dividido em 100 centavos.

A atividade piscatória aparece também como um memorial da tradição portuguesa e da sua tenacidade e persistência, evocando a “epopeia dos povoadores de Moçâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres, a que se liga, nos tempos mais próximos, a também meritória atuação dos que tornaram possível o florescimento das zonas piscatórias da área de Benguela. Surgiram, assim, ao longo do litoral angolano, cidades, vilas, povoações e pequenos núcleos de feição tipicamente luso-tropical que balizaram a costa (...) Moçâmedes, Porto Alexandre, Baía dos Tigres, Chapeú Armado, Mariquita, Baba, Mocuio, Baía das Pipas, Equimina, Macaca, Chamuíme, Noto, Farol, Baía Farta.³²³

Na área de Mossâmedes (para além de Mossâmedes cidade, Porto Alexandre, Baía dos Tigres, Lucira), o número de brancos ligados diretamente às fainas da pesca e indústrias derivadas é muito elevado, como se pode verificar pelos seguintes números: matriculados (pesca e arraial), setecentos e vinte e um; não matriculados (escritórios e serviços especiais em terra), quatrocentos e sessenta

³²³ Alexandre Sarmiento, *Ob. Cit.*, pág. 83.

peças de família a seu cargo, dois mil setecentos e sessenta e sete. Assim segundo os dados do autor, temos um total de cerca de quatro mil pessoas de raça branca cuja existência se prende às atividades piscatórias e afins e cuja presença movimentada e mantém uma das principais cidades de Angola (Mossâmedes), uma das maiores vilas (Porto Alexandre) e numerosos outros núcleos dispersos ao longo da costa.

Nas mesmas condições, na área do setor industrial de Mossâmedes, assinala-se a existência de 588 mestiços e 7 659 indígenas (trabalhadores matriculados). No setor industrial de Benguela, que começou a desenvolver-se bastante depois do de Mossâmedes, foram recolhidos os seguintes dados: em 1950 havia cento e setenta e seis trabalhadores europeus; em 1951 eram já seiscentos e quarenta e oito; em 1952 eram setecentos e noventa e sete; em 1953 eram oitocentos e quarenta e seis e em 1954, eram oitocentos e sessenta e dois.

Claro que a estes dados temos de acrescentar os familiares envolvidos, o que nos daria um retrato de evidente crescimento demográfico desta zona. Juntamente com os aglomerados populacionais surgem necessidades crescentes a nível de saúde e assistência, o que também é comprovado pelos números:

Tabela 8
Dados relativos à saúde e assistência médica em Mossâmedes

Mossâmedes (cidade – 1954)	
Consultas	8.288
Tratamentos e curativos	62.855
Injecções	34.410
Hospitalizações	2.800
Vacinações antitíficas	6.259
Análises clínicas	646
Actos operatórios	604
Visitas domiciliárias	930

Fonte: Alexandre Sarmiento, “O valor da pesca no povoamento e colonização de Angola”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXII - 369, 1956, pág. 89.

Nos textos de propaganda colonial, a exemplo do que acabámos de seguir, justifica-se o papel colonizador e de povoamento da pesca em Angola, através de argumentos quase invariáveis: o povoamento geral do litoral angolano recebeu um impulso decisivo com a instalação das atividades piscatórias; as atividades piscatórias contribuíram grandemente para o aumento da população branca no

litoral angolano, onde a respetiva fixação era crescente, para além da melhoria da assistência médico-social nas suas áreas de influência.

Na política do povoamento de Angola “deve ser considerado o papel que nela pode desempenhar a pesca, sendo de aconselhar medidas de proteção para o desenvolvimento das atividades piscatórias como elementos adjuvantes do povoamento e colonização daquela nossa grande província de além-mar.”³²⁴

As comunidades piscatórias tornaram-se, aos olhos dos governantes, um exemplo de desenvolvimento económico e de enaltecimento de valores almejados pela ditadura. E de entre todas, Mossâmedes, a pioneira. Não é então de estranhar que surgisse um movimento dentro da própria comunidade para que esta ideia fosse materializada em manifestações perenes desta memória. Tal objetivo foi alcançado quando, em 1919, se lançou a primeira pedra do monumento destinado a perpetuar a memória dos seus fundadores, numa cerimónia solene no Jardim da Colónia. Porém, só em 1924 a Câmara Municipal se lembrou de confiar a um artista o estudo do monumento. Para este fim, foi endereçado um convite ao escultor Simões de Almeida (Sobrinho), que logo apresentou a seguinte maquete: uma alegoria de dezoito figuras, com a representação da primeira colónia, que enfrentou os maiores desafios e problemas como a doença, o cansaço e o abatimento. Foi também representado um segundo grupo mais robustos e animado, liderado pelo chefe a apontar um navio que se adivinha ao longe, trazendo a seu bordo a “segunda colónia”. O monumento era encimado pela figura do pescador, símbolo da principal indústria do Distrito. Ao lado estava representado o brasão de armas do município, em bronze. O baixo-relevo traduzia a colonização do território e o esforço empreendido pela figura mítica do “pescador”, cuja humildade e sacrifício ajudou a edificar economicamente a região.³²⁵

³²⁴ Alexandre Sarmiento, *Ob. Cit.*, pps. 90-91.

³²⁵ “Aspectos da colonização portuguesa de Angola”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. V - 47, 1929, pps. 324-325.

Imagem 21

Projeto ao monumento dos primeiros colonos, da autoria de Simões de Almeida.



Fonte: “Aspectos da colonização portuguesa de Angola”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. V - 47, 1929, pág. 324.

A pesca foi, desde cedo, uma atividade protegida e acalentada pelo Estado Novo em Angola. O seu incremento levou ao surgimento de uma indústria de derivados e conserveira de ponta. Em 1937, a firma Gonçalves Tavares e Costa requer o alargamento da concessão ao Governo-Geral da Colónia e este solicita o Parecer da Comissão Central de Pescarias do Ministério da Marinha, uma espécie de Comissão de sábios que foi pioneira e produziu inúmeros pareceres sobre o equilíbrio da exploração pesqueira.

Na verdade, o que estava em causa era a Portaria 1 881 do Governo-Geral da Colónia, que autorizava a firma requerente a exercer a indústria da pesca com embarcações a vapor, empregando redes a reboque, apenas ao norte do Cabo Ledo. Porém, a firma requer autorização para toda a costa angolana, especialmente na costa sul, onde abundavam os recursos marinhos, mas as populações aí instaladas estavam contra este tipo de pesca. O parecer da Comissão Central de Pescarias

responde que, não havendo estudos a fundo da fauna marítima, é impossível determinar as consequências da pesca intensiva para as mesmas, alertando ainda que “não é possível manter a doutrina de que os recursos de pesca são inexauríveis que serviu de base à liberdade de pesca no mar, sem restrições”, do Professor Huxley em 1866. (...) À política de liberdade completa sucedeu a de restrições impostas por cada Estado e entra-se agora no período das restrições impostas pelo direito internacional.³²⁶ Para justificar este receio, o autor enumera uma série de casos, como a Inglaterra ou a Dinamarca, com consequências negativas para o setor. Compara depois o caso da África do Sul, onde o fundador da colónia, Van Riebeck, foi hostil à indústria de pesca. Aos colonos brancos não era permitido desperdiçar o seu tempo no mar; só a alguns dos seus escravos malaios foi permitido exercer a pesca como ocupação permanente. Pelo contrário, no século XIX a pesca costeira foi fomentada como indústria básica de colonização do litoral sul da província.³²⁷

Usando como comparação o estudo de caso sul-africano, a Comissão chegou à conclusão de que era necessário, em Angola, proceder à criação de um serviço de biologia marítima, com o objetivo de conhecer os “campos de pesca” e sua produtividade, evitando problemas de escassez ou de fraca sustentabilidade, como hoje se diria. Era imperativo, também, realizar uma análise dos mercados internos e externos para o consumo de peixe e derivados e ainda proceder a um estudo das unidades de frota e seus equipamentos e dos portos de pesca. Para proteger a pequena pesca, teriam de ser tomadas algumas medidas, como proibir a pesca de arrasto junto à costa e nomeadamente nas baías, como a Baía dos Tigres.

O *Anuário das Pescarias* da F.A.O., organização integrada na O.N.U., relativo ao ano de 1955, dá grande relevo aos progressos das indústrias de pesca em Angola, mostrando que, de uma produção de 26.200 toneladas em 1938, esta indústria produziu 290.400 toneladas em 1955. O valor destes produtos acompanhou o aumento de produção, de 15.346 contos em 1938, passou para 168.103 em 1955. O progresso das indústrias piscatórias de Angola corresponde ao aumento geral

³²⁶ Silvério da Rocha e Cunha, “A pesca de arrasto em Angola”, *Actividade Económica em Angola*, Governo-geral de Angola, nº 8, Ano II, Dezembro de 1937, pág. 17.

³²⁷ *Idem*, p.20.

registado em todo o continente africano, onde a pesca passou de 440.000 para 1.620.000 toneladas nestes anos referidos.

No entanto, a maior expansão das atividades piscatórias registou-se no sul do continente, mais exatamente na União sul-africana, Sudoeste africano e Angola, devido à industrialização das pescarias da pescada do Atlântico sul. Esta publicação, que continha dados mundiais sobre a pesca, referia o Japão como o maior país de pescadores e Portugal, no continente europeu, ocupava o nono lugar com 390.000 toneladas em 1955.³²⁸

“Uma empresa com este peso, em Portugal, teria de ter uma organização corporativa articulada. Neste sentido, em 1932 e 1933 foram criados os Sindicatos de Pesca de Mossâmedes e de Benguela com funções que lhe permitiam disciplinar e orientar o comércio externo e interno dos produtos derivados da pesca. Para instituir as ligações entre os vários sindicatos, foi fundada em 1934 a Federação dos Sindicatos de Pesca de Angola.”³²⁹

Em 1949, os Sindicatos existentes em Mossâmedes, Benguela e Luanda são aglomerados nos Grémios dos Industriais de Pesca, inserindo-se na dinâmica da organização corporativa portuguesa, com as funções específicas de orientar a produção do peixe, promover a exportação e a assistência financeira, médica e hospitalar aos seus associados, e recrutar pessoal. Em 1956, foi criada a Federação dos Grémios de pesca, com funções mais alargadas.³³⁰

Oficialmente, existiam organismos para fiscalizar e orientar as atividades de pesca: a Federação dos Grémios de Pesca, criada em 1956, a Direção dos Serviços de Veterinária, a Direção dos Serviços de Economia, a Direção dos Serviços de Saúde e Higiene, a Direção de Serviços de Administração Civil e a Direção dos Negócios Indígenas. Este último organismo promovia assistência aos trabalhadores “indígenas não assimilados”. No que diz respeito a estudos e pesquisas, foi criada a Missão de Biologia Marítima e a Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar,

³²⁸ “Indústrias de Pesca”, *Boletim Geral do Ultramar*, vol. XXXIII-382, 1957, pps-218-220.

³²⁹ *Idem, Ibidem.*

³³⁰ Pedro Fragoso de Matos, *Recordações do Passado, A Pesca em Angola*, Lisboa, comunicação apresentada no “Colóquio de Oceanografia e Pescas Marítimas da Costa Ocidental de África”, Lisboa, 1984, pps. 9-10.

que tiveram grande importância na formação dos primeiros cientistas do mar em Portugal.³³¹

A importância dada à atividade piscatória foi crescendo ao longo da primeira metade do século XX. Mostrou-se essencial na fixação das populações no litoral e no seu desenvolvimento.

³³¹ Pedro Fragoso de Matos, *Recordações do Passado, A Pesca em Angola*, Lisboa, comunicação apresentada no “Colóquio de Oceanografia e Pescas Marítimas da Costa Ocidental de África, Lisboa, 1984, pág. 13.

2.3

População e organização económica e social

2.3. População e organização económica e social

A primeira informação fidedigna que existe relativamente à população da província de Angola é referente ao ano de 1897.

Os quadros elaborados na altura, representavam “uma tentativa para chegar a um cálculo aproximado do número de habitantes da província, e muitos concelhos houve de que nem cálculo aproximado do número de habitantes da província se conseguiram estimar; muitos concelhos houve de que nem cálculo aproximado se pôde obter.”³³²

Existiam inúmeros obstáculos para sistematizar informação estatística em Angola, pois desde há muito que se havia procurado obter uma estatística: em 8 de janeiro de 1853, o então Diretor Geral do Ultramar, conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, ordenou a elaboração e remessa da estatística dos presídios e distritos da província e nos boletins oficiais do seu tempo encontram-se diferentes dados.

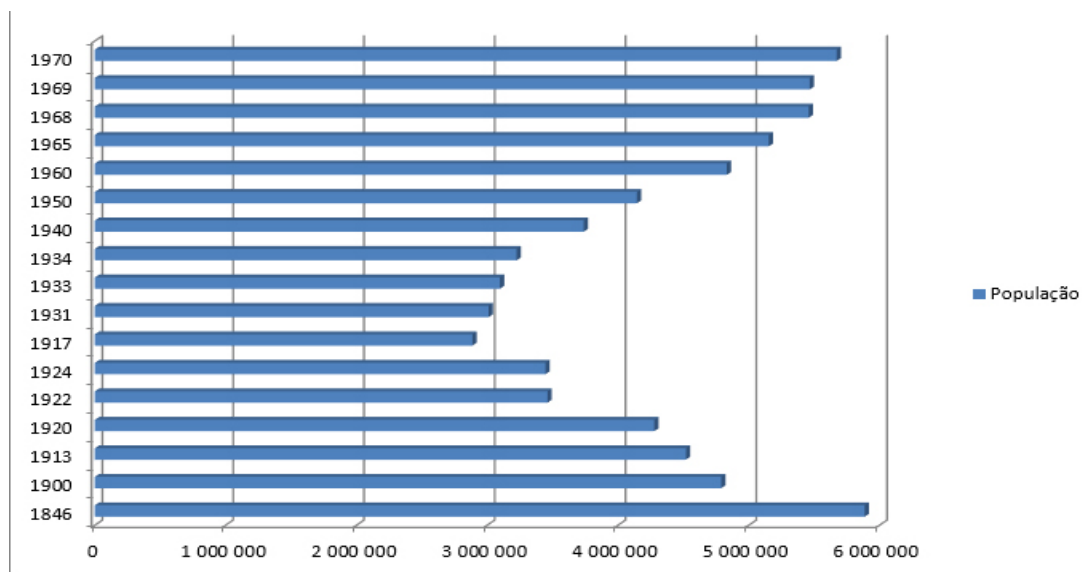
Em 1867, procurou-se também organizar este serviço, como se vê pelo ofício do Secretário-geral Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, mas só em 7 de agosto de 1870 se conseguiu chegar a uma contabilidade mais exata. Em 1933, é editado o primeiro *Anuário de Estatística Geral*, elaborado e publicado em Angola, anterior à criação, em Lisboa, do *Instituto Nacional de Estatística*, em 1935. Os serviços de Estatística desta colónia foram criados em 3 de setembro de 1932 e a sua atividade teve início em princípios de junho desse mesmo ano. Teve depois, e até 1935, contingências com os funcionários que foram atrasando muitas vezes a sua redação.³³³ A informação contida nessa publicação permite fazer um levantamento da população desde 1846 até 1970, como se pode observar no seguinte gráfico:

³³² *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 8.

³³³ *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933 (Introdução).

Gráfico 4

Evolução da população em Angola, em milhões de habitantes (1846 e 1970)



Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 8.

A informação do Anuário reporta-se à população, mas também à cultura, serviços de saúde e setores produtivos desde a indústria, à agricultura e à pesca. Nesta última, começa por fazer a distinção entre as capitánias e delegações marítimas, tal como era prática na Metrópole com o modelo de jurisdição atribuído à Marinha em conjugação com as Casas dos Pescadores, como é visível nas tabelas seguintes:

Tabela 9

Divisão Marítima de Angola: Capitánias e suas delegações (1933)

Luanda – Do Massabi ao rio Tapado	Lândana/ Cabinda/ Nôqui/ Sazaire/ Ambrizete/ Ambriz/ Capulo/ Calumbo/ Porto Aboim/ Novo Redondo
Lobito – Do Rio Tapado à Foz de Cangala	Egito/ Benguela/ Cuio
Mossâmedes – Da foz do rio Cangala ao rio Cunene	Lucira/ Baba/ Porto Alexandre/ Baía dos Tigres

Tabela 10

Divisão Marítima de Angola: Capitánias e locais de desembarque de pesca (1964)

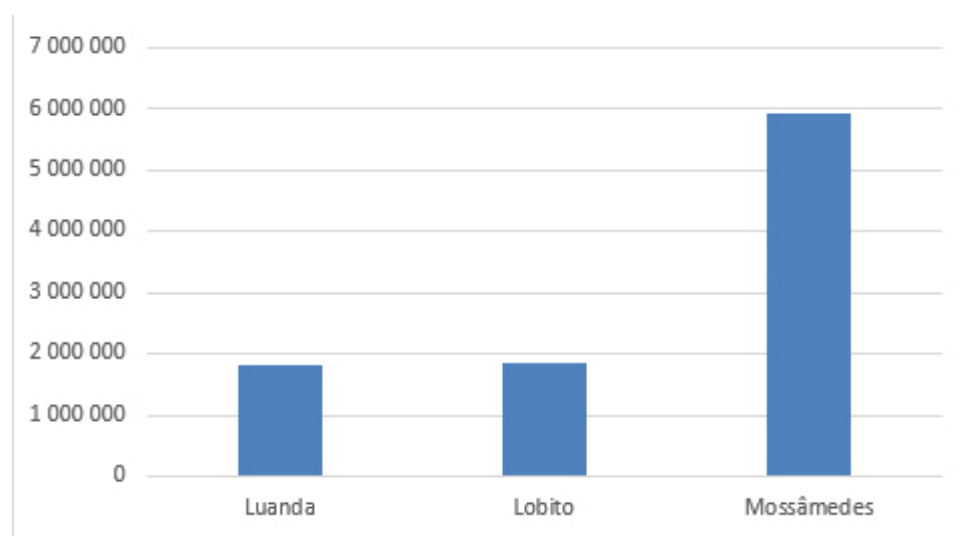
Luanda	Luanda/Ambriz
Lobito	Lobito/ Benguela/ Novo Redondo/Porto Aboim
Moçâmedes	Moçâmedes/ Porto Alexandre/ Baía dos Tigres/ Lucira
Santo António do Zaire	Santo António do Zaire/ Cabinda/ Lândana/ Ambrizete

Fonte das tabelas: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 9.

O Anuário descreve depois informação relativa ao valor do pescado e aos estabelecimentos industriais relacionados com a atividade. No que diz respeito à instalação de estabelecimentos industriais, entre 1927 e 1933 eram sinalizadas no distrito de Mossâmedes vinte e duas indústrias: três de conservas de peixe, uma de curtumes, três de líquidos inflamáveis, uma de óleos e guano, oito de panificação, uma de preparação de farinha de peixe, duas salsicharias e três talhos.

Gráfico 5

Valor da pesca nas capitânicas dos portos e suas delegações (valores, em angolares, 1933)



Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933. Nota: Da capitania de Mossâmedes era a delegação de Porto Alexandre aquela que continha o maior valor: 2.430.457 (cerca de 40%).

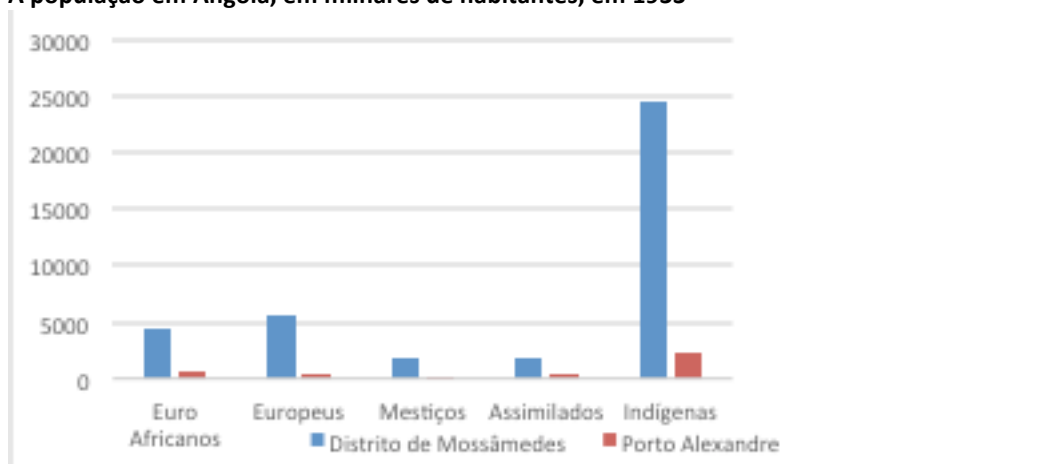
O Anuário faz também o censo da população, que passa a ser mais pormenorizado, englobando outros casos mais específicos, como se pode depreender do gráfico 6, que faz a distinção entre europeus, mestiços e assimilados. De facto, a sociedade angolana era hierarquizada e estratificada. A distinção era feita através da assimilação ou não da cultura europeia. Em termos de percentagem, os portugueses eram obviamente a maioria, com uma taxa que rondava os 56%. Eram seguidos pelos alemães, depois pelos ingleses, e, por fim, os italianos.

Entre 1923 e 1933, emigraram 53.938 nacionais, tendo o pico sido atingido em 1929, com 8.314 entradas em Angola e uma diminuição a partir desta data (1930 – 6.697; 1931 – 5.457; 1932 – 2.807). Esta situação poderá ser explicada pela crise económica que se manifestou depois de 1930 devido à queda brusca dos preços dos

gêneros coloniais e a retirada da colónia dos degredados, que regressaram aos países de origem.

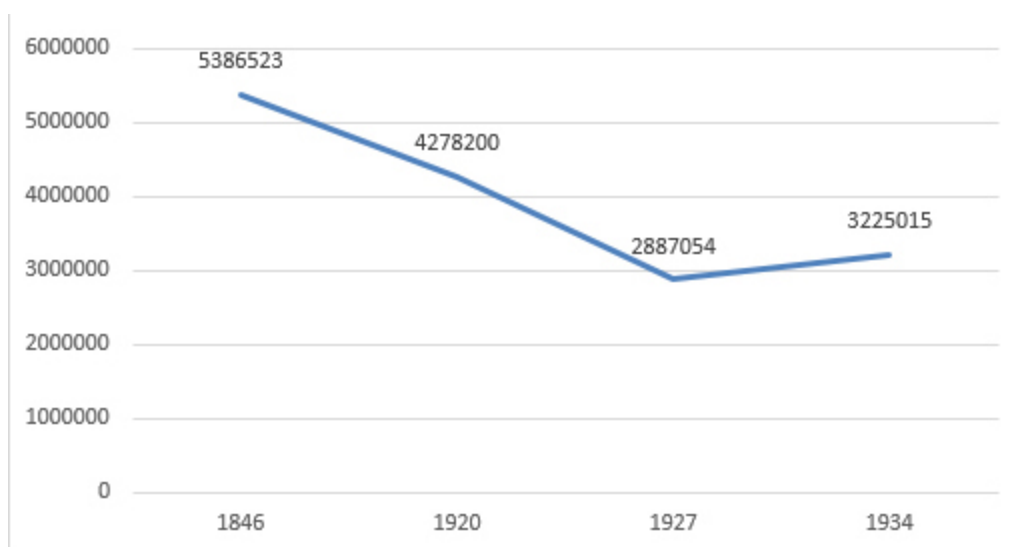
O Anuário faz depois uma avaliação da população de Angola em vários períodos. Aqui apresentamos o de 1933³³⁴, os restantes gráficos anuais encontram-se no Anexo I:

Gráfico 6
A população em Angola, em milhares de habitantes, em 1933



Fonte: *Censo da População-1933*, in *Introdução do Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933.

Gráfico 7
A evolução da população da Colónia, em milhares de habitantes (1846 e 1934)



Fonte: *Introdução do Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1934.

³³⁴

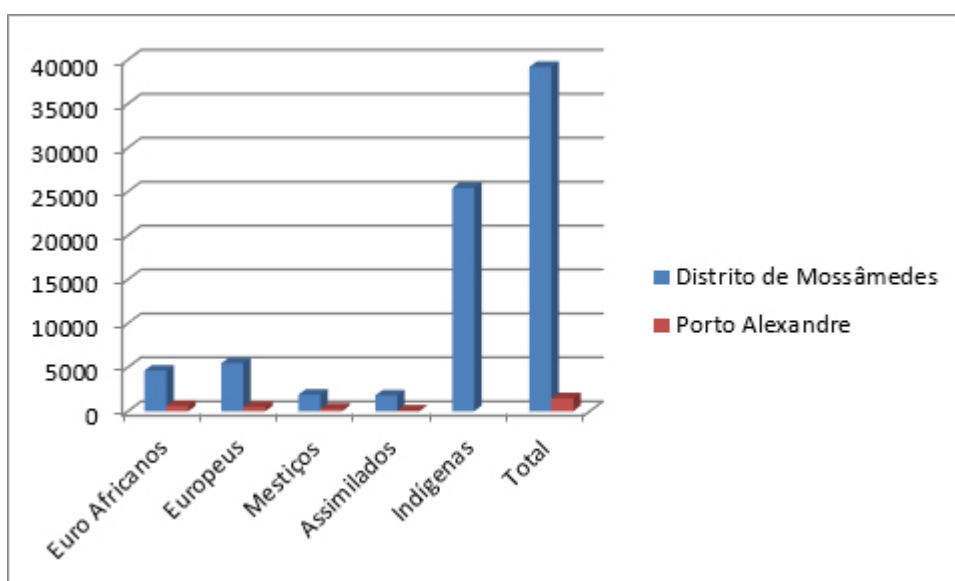
Os restantes gráficos anuais encontram-se no Anexo I.

Através dos dados apresentados nos gráficos, apenas o terceiro período, entre 1927 e 1934, corresponde a um saldo positivo, de crescimento, resultante do investimento feito na área da saúde. Para além desta questão, se os primeiros colonos não resistiam às doenças e à má alimentação, as gerações seguintes foram ganhando imunidade devido ao contacto constante com o habitat, mas também às melhorias na alimentação e abastecimento de água.

A população branca da colónia estava, em 1846, reduzida a 1.830 indivíduos. Devido à crise provocada pela independência do Brasil passa a 9.198 em 1900, a 13.800 em 1013, a 20.700 em 1920 e a 59.493 em 1931. A partir dos anos 30, o crescimento na indústria de pesca e derivados é complementada com a das conservas no período da guerra (1939-1945), pois era um alimento que podia acompanhar os soldados sem se deteriorar e por isso teve uma grande procura externa.

Os anos 30 correspondem então a um período de crescimento, como nos reporta a informação relativa ao ano de 1934, com a evolução da população na colónia.

Gráfico 8
Composição étnica e social da população (1934)

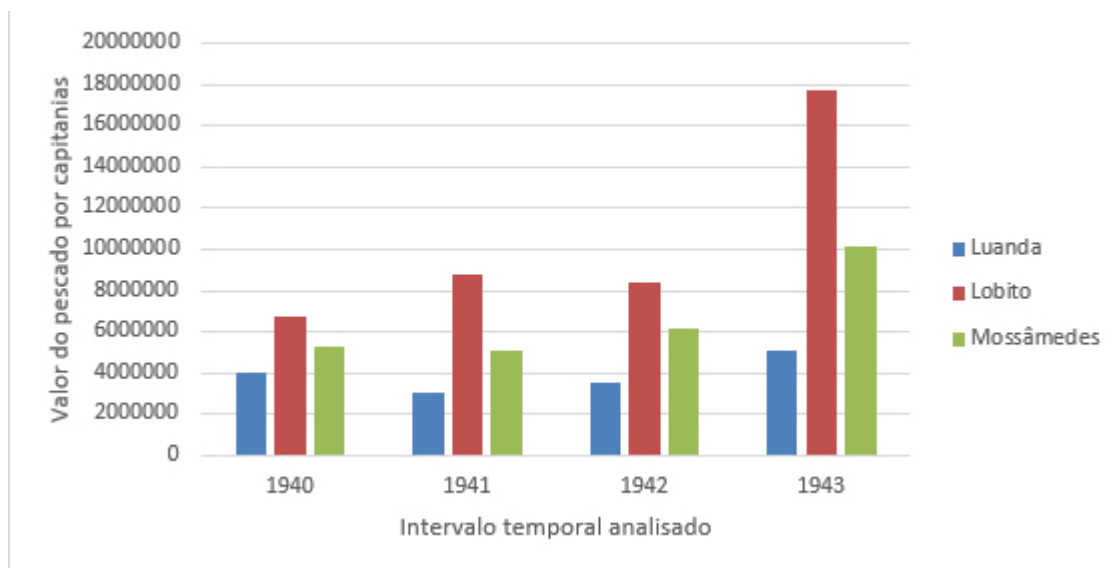


Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1934.

Procurávamos, através do Censo da População, realizado entre 1940 e 1943, estabelecer uma relação entre a evolução das atividades económicas e a evolução da população, assim como da sua diversidade. Entre 1943 e 1949 a população é dividida em “população civilizada” e “população não civilizada” em Porto Alexandre e Mossâmedes. Sendo que “civilizada” significava integrada no modo de vida europeu e “não civilizada” correspondia àqueles que continuavam a viver de um modo tradicional, nas suas aldeias do interior, longínquas e quase inacessíveis.³³⁵

No que diz respeito à economia, em 1940 estavam recenseados um total de 1.273 indivíduos no grupo profissional “Pesca e caça”, sendo 717 homens e 556 mulheres, estas inscritas como dependentes do trabalho dos homens. Às mulheres estava reservada a economia familiar e também o restauro das redes e outros utensílios de pesca. Era a elas que ficava entregue a manutenção da casa na ausência dos maridos e dos filhos.

Gráfico 9
Valor do pescado por capitánias, em escudos angolares (1940-1943)

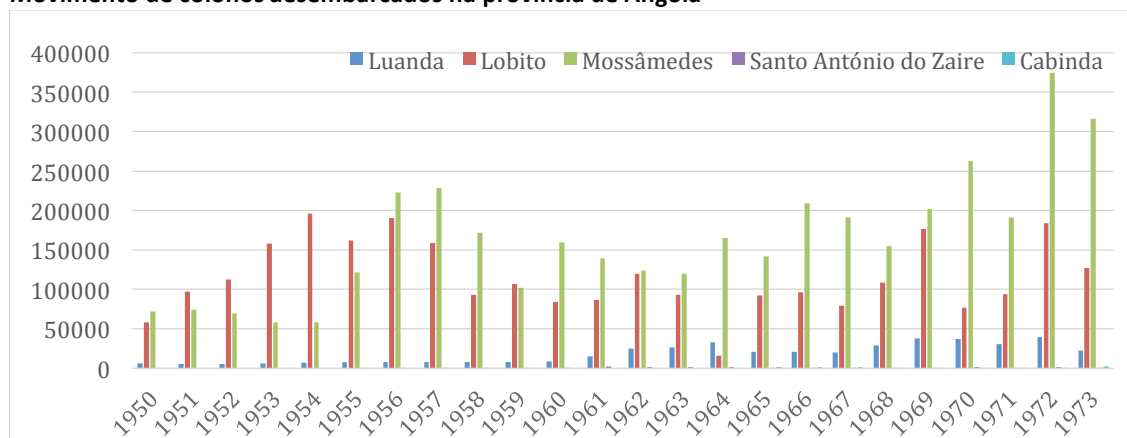


Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1943.

³³⁵

Anuário Estatístico de Angola, Luanda, Imprensa Nacional, 1949 (“Introdução”).

Gráfico 10
Movimento de colonos desembarcados na província de Angola



Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1973.

Por sua vez, o termo “colono” aqui empregue abrange as pessoas que, embora não sendo funcionárias do Estado, foram para Angola com guia passada pelo Ministério do Ultramar e, de um modo geral, com passagens pagas pelo mesmo Ministério. Este movimento ascendente de colonos tem uma relação direta com o desenvolvimento económico de Angola e, a partir de 1961, com a movimentação de tropas. Muitos soldados acabavam por se fixar nas belas e aparentemente prósperas e pacíficas cidades angolanas.

A demografia angolana é difícil de contabilizar, uma vez que os seus números não são exatos. Muitos sobas davam propositadamente um numeramento que não correspondia à realidade para conseguirem escapar aos vários impostos. O Estado, tentando introduzir um modo de vida capitalista a estas populações e concedendo a ocupação do território a determinadas etnias, estabeleceu pactos com os sobas locais, concessionando-lhes a administração de certos territórios.

A política demográfica esteve assim limitada por esta dualidade entre indígenas e assimilados. No *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da*

Guiné, Angola e Moçambique, publicado em 1954, pode ler-se a Noção legal de indígena no artigo 2º³³⁶:

Consideram-se indígenas das referidas colónias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que tendo nascido ou vivido habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

Esclarece depois que mesmo quando um dos progenitores não seja de raça negra, caso vivam em indigenatos, são indígenas. Os critérios adotados são bem explícitos: ou étnico-cultural ou estritamente cultural, no sentido de receber formação e hábitos europeus, como saber ler e escrever português. É, portanto, complexa, a caracterização demográfica de Angola e os dados oficiais podem, muito facilmente, não corresponder à realidade.

³³⁶ Vasco Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da veiga, *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, anotado e legislação complementar*, Lisboa, 1957.

2.4

Colónias de pesca e colónias ultramarinas

2.4 Colónias de pesca e colónias ultramarinas

Em Portugal, o Mar é um símbolo da nação que foi sendo construído à medida das vontades e da índole de governantes, poetas, artistas e crentes, mas também do povo. Tentaremos criar um estereótipo que nos ajude a compreender esta relação direta entre Portugal e o mar, como um recurso económico, mas também poético e até transformador de um certo estilo de vida.

O mar é uma construção simbólica e cultural, mas igualmente uma realidade geofísica e social. Os pescadores têm um perfil diferente e complexo. Sendo o mar uma realidade que cresceu em paralelo com a mística da nação portuguesa, é natural que aquele que sulca as suas ondas com coragem e determinação seja uma das mais emblemáticas figuras da história de Portugal, embora esta depois não seja valorizada enquanto objeto de estudo.³³⁷

As figuras do marinheiro, pescador, aventureiro, colono e viajante ajudavam a enformar o português comum e a sua personalidade. Esta teoria foi depois reconstruída e adaptada pelos diferentes regimes políticos, consoante as vertentes a que se propunham.

Desde as primeiras dinastias que se desenvolveu a indústria da pesca no Reino. Logo no reinado de D. Sancho, surgiram as primeiras comunidades piscatórias em Vila do Conde e Póvoa do Varzim, na zona de Azurara, na antiga praia de Pindelo.³³⁸

No século XIX, esta indústria conheceu grande incremento e, por volta de 1950, surge o bairro mais emblemático do litoral norte de Portugal: a cachina. Os cachineiros têm uma individualidade própria, pois este bairro desenvolveu-se com uma identidade, costumes, tradições e linguagem diferentes. Sendo dos mais antigos do país surge encaixado, geograficamente, entre a Vila do Conde e a Póvoa de Varzim. Os principais problemas assinalados a estas comunidades eram as crises

³³⁷ Orlando Ribeiro, et.al., *A posição geográfica e o território*, Lisboa, São João da Costa, 1991, pps. 20-30 e Raquel Soeiro de Brito, *Portugal, Perfil Geográfico*, Lisboa, Estampa, 1994, pps. 40-50.

³³⁸ Luís da Câmara Cascudo, *Ob. Cit.*, pág. 3.

provocadas pela fome e a resistência à inovação, pois muitos pescadores eram analfabetos e não se queriam atualizar, mesmo ao nível técnico.³³⁹

Existe um contraste evidente na importância da pesca em Portugal e a invisibilidade destas comunidades na investigação científica. São locais comunitários, isolados, onde existe a prática de as pessoas casarem entre si, não alargando e espectro da comunidade. Só mais recentemente se têm elaborado estudos no sentido de compreender e enquadrar estas populações e valorizá-las como elemento sociológico, antropológico e emblemático de uma identidade, real ou imaginada.³⁴⁰

Esta questão pode ser explicada pela sobreposição do imaginário do mundo rural e agrícola ao pescador. O pescador era um homem livre por imposição da profissão, podia passar meses sem vir a terra e não era propriamente o exemplo do pai de família, associado, muitas vezes, a problemas sociais graves como o alcoolismo, a pobreza ou a violência doméstica.

O analfabetismo que grassava entre estes “praieiros” fez com que criassem linguagens simbólicas ou códigos próprios que só eles percebiam, deixando de fora todo o indivíduo que não pertencesse ao círculo, violando o código ético-moral imposto e criando uma contracultura, diferente do padrão da normalidade imposta pelos diferentes regimes ou pelos normativos do Estado.

O mundo marítimo também foi um referencial reconstruído em pleno Estado Novo. Portugal sempre teve uma ligação forte com o mar, mas isso, como já foi referido nunca se refletiu nos estudos antropológicos sobre o tema que só apareceram nos anos oitenta. Houve sempre um interesse maior em relação à natureza e à domesticação dos recursos, o que nas pescas é impossível devido à natureza imprevisível e selvagem do meio.³⁴¹

³³⁹ Nuno Freitas, *Comunidade piscatória poveira- mudanças sociais e emigração em 1896*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2009, pág. 59.

³⁴⁰ Sobre este tema ver Francisco Oneto Nunes (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 2008 e Elsa Peralta, *A Memória do Mar: Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

³⁴¹ Carlos Diogo Moreira, “Problemas e orientações de investigação na Antropologia Marítima em Portugal”, *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, pág. 19. Um dos primeiros trabalhos de fôlego sobre as comunidades marítimas portuguesas é precisamente a tese de doutoramento de Carlos Diogo Moreira, *Populações Marítimas em Portugal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987.

A aproximação ao mar surgiu já na contemporaneidade e foi mobilizada pelo lazer e por perspectivas sanitárias. Nos séculos XV, XVI e XVII as comunidades preferiam fixar-se ao longo dos rios e nas planícies férteis, só a partir do século XVIII/XIX há uma maior ocupação do litoral. O mar surge como um meio multifacetado, como um espaço de trabalho, desporto, sustento, de exploração de recursos (areia, algas, haliêuticos...), de lazer, de aventura, de liberdade e de transporte e comunicação.³⁴²

Estas comunidades, devido ao seu isolamento, desenvolveram inúmeras características distintivas. A pesca cria comportamentos e práticas que afetam a comunidade e suas práticas matrimoniais, onde a mulher surge como símbolo de resistência feminina. Eram sociedades comunitárias, marcadas por uma religiosidade supersticiosa, pelo estigma da morte e pelo analfabetismo.³⁴³ Já no século XVIII eram estas características apontadas como as principais causas da decadência das pescas, a ignorância, a pobreza, os instrumentos de trabalho rudimentares, os altos impostos e o assoreamento das barras.³⁴⁴

Em termos geográficos, na tradição portuguesa, o mar surge sempre como opção territorial, devido ao obstáculo da fronteira terrestre difícil de superar. Porém, surge igualmente como um local de mitos e medos cantados desde os Lusíadas, de Camões, à Mensagem, de Fernando Pessoa, assim como a coragem para a sua superação. Também o mar surge como um não-lugar, um local de passagem, de desconhecido, de tentações e de limite, na aceção da finitude.

Quando falamos do Mar como património é ligado aos Descobrimentos e não à pesca, pois a identidade vem do passado do qual se tem memória ou da memória que se quer valorizar. No processo de definição e promoção destas identidades existem duas instituições privilegiadas: a escola e o museu, que constroem os referenciais do passado. É durante o Estado Novo que o estereótipo do pescador é

³⁴² Inês Amorim, "Homens da Terra ou Homens do Mar?", *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, pág. 33.

³⁴³ *Idem*, pps. 51-59.

³⁴⁴ Joel Serrão, "Pescarias", *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1993, pág. 67.

recriado e apresentado como arquétipo nacional subtraído à miséria, mas de uma forma muito ligeira e sempre sobreposto à figura do trabalhador rural.³⁴⁵

De facto, o Estado tentava limitar a modernização do sector das pescas por forma a evitar a sua industrialização e a luta de classes. Deste modo permitia que um tipo de pesca tradicional e obsoleto perdurasse, dando a ideia de proteção, ao que mais não era que um modo de asfixia. A pesca à linha e tradicional encarecia os produtos, mas o protecionismo da economia impedia a entrada de produtos estrangeiros e, deste modo, compravam-se os nacionais. Esta linha de pensamento, esquadrava-se num “nacionalismo autoritário de base corporativa que se opunha ao internacionalismo operário e socialista”. O entendimento social deveria sempre ter por base a ordem e equilíbrio autoritários e nunca a livre associação de trabalhadores.³⁴⁶

Muitas vezes, a solução encontrada para tentar mudar de vida era a emigração, nomeadamente para o Brasil. O Estado, por um lado, tentava controlar a saída de população jovem e ativa, mas, por outro, recebia as divisas provenientes do Brasil, que em muito ajudaram a equilibrar as finanças nacionais. Este deslocamento para o Brasil foi, a partir de certa altura, contrariado pela demanda africana, onde era necessário assegurar a administração portuguesa.³⁴⁷

Devido às suas dificuldades quotidianas, os pescadores tinham por hábito deslocarem-se pela costa, o que depois se vai intensificar com o movimento ultramarino e a saída dos primeiros colonos, com o apoio estatal. Para além deste aspeto, no final do século XIX, já era comum os bacalhoeiros europeus pescarem nos mares da Terra Nova em embarcações tipo Dóris, em que o método consistia na pesca individualizada à linha.

Mas não só a necessidade levava a estas viagens, a relação dos portugueses com o mar foi também baseada no aumento do conhecimento ao nível da ictiologia e na navegação. Em 1896, tiveram início cinco campanhas oceanográficas até 1900.

³⁴⁵ Álvaro Garrido, “O Estado Novo e a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”, in Francisco Oneto Nunes (coord. de), *Culturas Marítimas em Portugal, ... Cit.*, pág. 99.

³⁴⁶ Álvaro Garrido, *Queremos uma Economia Nova!*, Lisboa, Temas & Debates/ Círculo de Leitores, 2016, pág. 81.

³⁴⁷ Joel Serrão, “Pescarias”, *Dicionário de História de Portugal... cit.*, pág. 62.

Essas viagens foram acompanhadas por Roberto Ivens e o naturalista Albert Girard. Nestas expedições, foi já utilizada a fotografia para documentar as ações e foram recolhidos vários espécimes ictiológicos, assim como de rochas ou aves.³⁴⁸

O pescador corresponde a um tipo pobre, religioso e orgulhoso, cioso das regras da comunidade que era fechada para o exterior. Sobre o perfil do pescador, podemos transcrever uma descrição de uma investigadora que, durante algum tempo se integrou nestas comunidades para testemunhar o seu estilo de vida. O relato data de 1946 e o define-o da seguinte forma:

A vida do pescador, cheia de poesia e encanto, é ao mesmo tempo, dura e angustiosa. É que o mar, ora o embala carinhosamente nas suas águas ondulantes e, qual pelicano, lhe abre com generosidade as riquezas do seu seio, ora se revolta em vagalhões medonhos e tenta engolir nas suas profundezas infinitas o ser minúsculo que ousa desvendar os seus segredos e enriquecer-se com os seus tesouros. É pois, neste convívio amigo e calmo, ou nesta luta renhida entre a fraqueza e a força, a pequenez e a imensidade, que vão passando os dias e as noites do homem do mar. Daí o carácter melancólico e sonhador, tímido e ousado ao mesmo tempo, a alma simples e bondosa, de fé enternecedora, que encontramos no pescador. Os homens do mar são almas religiosas. As inúmeras capelinhas, com os seus *ex votos* (...) na cachina o Senhor dos Navegantes, e, junto à barra, a Senhora da Guia, a Ermida do Socorro, na matriz, a Senhora dos Navegantes. Uma infinidade de credices acompanham o pescador. São as bruxas, os maus-olhados, as coisas ruins, os fantasmas, os corredores. Contra os malefícios deste género costumam “talhar o ar”, função que só as bruxas e mulheres entendidas sabem desempenhar. O pescador, arrojado e altivo no mar, é tímido, bondoso e até bonacheirão em terra, onde quem manda é a mulher. (...) A sua vida moral é sã, puros os seus costumes, e as mulheres de uma honestidade admirável.³⁴⁹

A descrição continua com a especificidade dos costumes dos pescadores das Cachinas, na altura um bairro isolado, em que os pescadores viviam como uma

³⁴⁸ Maria Estela Jardim, *A política oceanográfica e a coleção iconográfica do rei Dom Carlos I*, “revista Manguinhos”, volume 21, Número 3, julho-setembro de 2014, pág. 898.

³⁴⁹ Maria Teresa de M. Lino Netto, *A linguagem dos pescadores e lavradores de Vila do Conde*, Coimbra, Separata Portuguesa de Filologia, Casa do Castelo Editora, 1946, pág. 21.

“grande família, onde todos se conhecem, ajudam e prestam auxílio mútuo. Governam-se por leis que eles próprios estabelecem (...). A criminalidade é raríssima. Levantam-se, por vezes entre eles questões e brigas, mas o murro, as pedras e sobretudo a língua são as únicas armas de que lançam mão. As mulheres, especialmente têm uma língua desbragada(...).Não obstante a pobreza, a natalidade atinge entre esta gente uma cifra notável: amiúdo damos com famílias de dez e doze filhos. (...) O filho do pescador cedo o acompanha na faina da pesca. Raramente os rapazes vão à escola, pelo que 90% dos pescadores são analfabetos. As raparigas aprendem a ler e a escrever. É que são as mulheres as administradoras do casal; a elas pertence fazer as contas da campanha, tratar das vendas e compras e ainda ir às *Casas Grandes*, pagar as contribuições e defender os interesses da classe. A gente da colmeia não entra em relações com os da Vila- os vileiros- nem vêem com bons olhos os poveiros, seus vizinhos.”³⁵⁰

Com o Estado Novo, o bacalhau, considerado o “pão dos mares”, reforça a sua presença no imaginário, alimentação, identidade do povo português. As campanhas do bacalhau eram viagens muito duras e difíceis. Se, na década de vinte, a pesca ao bacalhau era incerta e com grande concorrência internacional, na década de trinta, o Estado Novo enceta uma nova política económica que aumenta os índices de produção nacional de pescado. O próprio território litoral é marcado continuamente pelo domínio da pesca, com a marcação de portos, no estabelecimento de comunidades piscatórias que, apesar das duras condições de trabalho, escolhiam esta profissão e principalmente estas viagens até à Terra Nova. Havia um fundo de aventura, de heroicidade e glória por trás de toda esta operação. Aliava-se a vertente alimentar ao imaginário identitário da população. A lenda do “fiel amigo”, vinda do século XIX, perpassa a República e entra na ditadura, por um lado devido a fatores culturais, uma vez que o jejum prolongado das populações fazia com que aumentasse o consumo do bacalhau, por outro lado devido a fatores políticos, pois Salazar defende uma autarcia económica, mesmo quando ainda estudante da Faculdade de Direito. A alimentação do português tinha de ter por

³⁵⁰ Maria Teresa de M. Lino Netto, *A linguagem dos pescadores e lavradores de Vila do Conde, ...Cit.*, pág. 25.

base o bacalhau e o pão, entrando num esquema protecionista, semelhante ao fascismo italiano, aliado ainda à imagem que era dada pela propaganda através de rituais nacionalistas, como, por exemplo, a “bênção dos bacalhoeiros”.³⁵¹

Depois da II Guerra Mundial³⁵², Portugal é o único país que ainda participa nas campanhas da Terra Nova com uma frota de dórís de um só homem, que pescava à linha, à moda do século XIX. Os outros países já só tinham arrastões. Os pescadores eram encarados como pescadores-marinheiros, continuadores da saga de Quinhentos, heróis do mar, papel ainda destacado pelo Estado português, mas também por estudiosos e observadores estrangeiros que viam na “frota branca”³⁵³ uma construção mítica e única. Em 1952, a *National Geographic* lança um documentário divulgado na BBC sobre este assunto, amplamente divulgado na imprensa norte americana e inglesa. De facto, a vida destes pescadores era extremamente dura, as jornadas eram longas e começavam de madrugada, com temperaturas muito baixas e nevoeiros súbitos e com cerca de oito a doze horas de solidão na pesca, seis meses por ano.

Quando retornavam ao navio-mãe, a pesca era transportada para o seu interior, onde eram escalados e salgados, tarefas primárias que eram essenciais para a boa conservação do pescado. Esta era uma vida dura, mas para quem não tinha alternativas, era uma obrigatoriedade. Durante a guerra colonial, os jovens podiam escolher entre cumprir o serviço militar em África durante quatro anos, ou embarcar para a Terra Nova durante sete anos.³⁵⁴

Era entre as comunidades de ilhavenses e poveiros que se registava o maior número de pescadores recrutados para a “Grande Pesca”. Esta contínua movimentação de pescadores entre territórios foi depois continuada para o ultramar.

³⁵¹ Álvaro Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Temas e Debates, 2010, pág. 135.

³⁵² Álvaro Garrido, “O Estado Novo e a recriação historicista de uma Tradição Marítima Nacional”, *Revista de História das Ideias*, volume 28, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, pps. 328-329.

³⁵³ Durante a II Guerra Mundial os navios bacalhoeiros foram pintados de branco para se distinguirem dos restantes e não serem atacados.

³⁵⁴ Informação retirada dos documentários: *The White Ship (A frota branca)*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aaXl6m85dOY>, consultado em 31 de agosto, às 11h30 e *Visita Guiada ao Museu Marítimo de Ílhavo (Pesca ao Bacalhau)* - Portugal <https://www.youtube.com/watch?v=QJTIQtkcYAk>, consultado a 31 de agosto de 2015.

Paralelamente a este movimento para a Terra Nova, na Metrópole foram criadas “As Casas dos Pescadores” que faziam parte do movimento de renovação do Estado corporativo e defendia “o retorno às tradições nacionais”, tinha como meta uma “ânsia de progresso”, ressurgindo “assim, naturalmente, o interesse pelas classes que vivem do mar ou nele afirmam a perenidade do natural destino de um povo de marinheiros.”³⁵⁵ A figura que tutelava estas instituições era a Autoridade marítima, ligada à marinha, o capitão do Porto, justificando esta escolha com a humildade e analfabetismo dos pescadores.³⁵⁶

Para além da representação profissional, às Casas dos Pescadores eram ainda assinalados os seguintes objetivos: educação e instrução, ensino elementar aos adultos e crianças, rudimentos de instrução profissional, desportos, diversões e cinema educativo, previdência e assistência, concessão de subsídios ou pensões, fundação de obras de proteção e auxílio nos casos de parto, doença, inabilidade, doença ou morte, perda de embarcações ou apetrechos de pesca, distribuição de roupas e alimentos em caso de crises ou invernias. Por seu lado, os sócios tinham o “dever de conservar e acarinhar todos os usos e tradições locais, especialmente os de natureza espiritual ligados à formação de sentimentos e virtudes de gente do mar.”³⁵⁷ Também era prestada aos pescadores a assistência moral e religiosa e, no que diz respeito ao ensino, foram constituídas as “escolas rudimentares (nove) e elementares de pesca (cinco), que se mantêm e desenvolvem em diversos pontos do Litoral do Continente e Ilhas Adjacentes, sem esquecer a Escola Profissional de Pesca, em Lisboa, que prepara, por ano, para as pescas do bacalhau e arrasto, cerca de duzentos alunos-pescadores.” Para as filhas dos pescadores foram criadas cerca de trinta Casas de Trabalhos Manuais e de Ensino Doméstico, com uma frequência

³⁵⁵ Jerónimo de Castro Osório e Francisco de Assunção Roxo, “A estrutura das Casas dos Pescadores e a Representação Profissional”, Lisboa, *I Colóquio Nacional da Organização Corporativa e da Previdência Social* Junta Central das Casas do Povo, 1961, pág.6.

³⁵⁶ Álvaro Garrido, “As pescas portuguesas no século XX”, *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, vol. II, Lisboa, publicações D. Quixote, 2004, pps. 327-329.

³⁵⁷ Jerónimo de Castro Osório e Francisco de Assunção Roxo, “A estrutura das Casas dos Pescadores e a Representação Profissional”, Lisboa, *I Colóquio Nacional da Organização Corporativa e da Previdência Social* Junta Central das Casas do Povo, 1961, pág.7.

anual de seiscentas mil alunas, onde, a par de uma sólida formação moral, se preparam futuras esposas e mães.”³⁵⁸

As Casas dos Pescadores foram feitas à imagem das Casas do Povo que tinham os seguintes objectivos: ³⁵⁹

- a) Previdência e assistência – Obras tendentes a assegurar aos sócios proteção e auxílio nos casos de doença, desemprego, inabilidade e velhice.
- b) Instrução – Ensino aos adultos e às crianças, desportos, diversões e cinema educativo;
- c) Progressos Locais – Cooperação nas obras de utilidade comum, comunicações, serviço de águas, higiene pública.

A representação orgânica da Nação era visível na institucionalização destas Casas, vistas como local de trabalho e de capital, idealizando uma relação de “abraço corporativo”. Ao Estado Novo não passou despercebida a homogeneidade cultural das “populações marítimas” e, por isso, tentou organizá-las de outro modo, através das Casas dos Pescadores. A união da “gente do mar” era reconhecida e até temida.³⁶⁰ No entanto, essa preocupação de ordem social foi dirigida sobretudo às populações marítimas da Metrópole.

No que se reporta à recriação da pesca, durante o Estado Novo, há uma tentativa de conjugação entre o moderno e o tradicional, sendo que ressurgem rituais que “combinam a validação etnográfica com a estética de massas do fascismo.”³⁶¹

Esta encenação estava profundamente ligada a certas comunidades marítimas. No norte do país, foi entre os cachineiros e poveiros, cuja coragem era lendária, que foram recrutados os primeiros colonos marítimos para o sul de Angola. Em 1921, foi assinado um contrato entre o governo e os pescadores poveiros que, à data, partiram para Porto Alexandre, cujo teor era o seguinte:

“1º Nos meados de Janeiro podem partir para Porto Alexandre sessenta pescadores poveiros sem família;

³⁵⁸ Jerónimo de Castro Osório e Francisco de Assunção Roxo, *Ob. Cit.*, pps.11-15

³⁵⁹ Cf. Art.º 4º do Decreto – Lei n.º 23.051 de 23 de Setembro de 1933.

³⁶⁰ Álvaro Garrido, “Assistência e Previdência no Mar Português. A Ação Social das Casas dos Pescadores (1933-1968)”, *Ler História*, n.º 62, 2012, pág. 11.

³⁶¹ Álvaro Garrido, “O Estado Novo e a Recriação Historicista de uma Tradição Marítima Nacional, Discursos sobre a “grande pesca”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pág. 332.

2º Levarão três barcos de pesca completamente aparelhados para pesca à rede e à linha;

3º Levarão utensílios de cozinha, camas e os artigos de mobiliário indispensáveis;

4º Deverá cada um mostrar ao administrador de Porto Alexandre, ao desembarcar, que tem em seu poder a quantia de 30 escudos;

5º Tem direito a passagem gratuita para suas pessoas, barcos, aparelhos, mobília, bagagem, etc.

6º O governo da Província fornece-lhes um barracão para preparo e salga do peixe, guarda das redes, velas, etc., provisoriamente três barracas-casernas para dormirem e descansarem e definitivamente dentro de poucos meses casas de habitação para eles e suas famílias, que poderão então seguir para Porto Alexandre;

7º Obrigam-se a pagar mensalmente uma renda para amortização das despesas feitas com o barracão-oficina, barracas, casernas e casas. (...);

8º O Governo-geral da Província garante aos pescadores a compra de peixe pescado e que possa ser utilizado.

9º Para garantir o pagamento das rendas, o governo deduzirá no acto de pagamento do peixe as quantias necessárias para esse fim, dentro de 3 a 15%.

10º Cada casa de habitação terá um terreno anexo que a circundará e onde os pescadores poderão fazer culturas hortícolas;

11ª Os pescadores terão de se sujeitar a todos os regulamentos em vigor na colónia e às práticas higiénicas que estiverem em vigor.³⁶²

Foi Santos Graça,³⁶³ afamado etnólogo e deputado pela Póvoa de Varzim durante a I República, que mediou o acordo entre o governo, os pescadores da Póvoa e o Governador-Geral Norton de Matos.

As comunidades piscatórias constituíram, a par das comunidades rurais, um símbolo da trilogia do Estado Novo, Deus, Pátria e Família, aliando-se a esta o trabalho duro e cheio de perigos que a pesca representava. Foram representativas desta idiossincrasia as povoações da Póvoa do Varzim, de Olhão e da Nazaré, cujos costumes foram divulgados através da literatura, do cinema, do teatro e dos museus.³⁶⁴ Apesar desta similitude, havia uma diferença flagrante, pois os

³⁶² Jornal *A Pátria* de Lisboa, de 8 de novembro de 1920, pág. 1.

³⁶³ Santos Graça nasceu na Póvoa, em 1882, e morreu em 1956, filho de pescadores. Apesar de possuir apenas a instrução primária, destacou-se na literatura e nos estudos etnográficos, tendo também fundado o Clube Naval Povoense, o Grupo Folclórico Povoense e o jornal "O comércio da Póvoa do Varzim.

³⁶⁴ Existem inúmeros filmes, livros e quadros sobre a temática dos pescadores, como o filme *Ala Arriba*, de 1942, realizado por Leitão de Barros.

pescadores não se enquadravam na imagem romântica e idealizada pelos etnógrafos da época, pois eram famílias dependentes de um trabalho incerto e perigoso, da caridade e da providência divina.³⁶⁵

Em 1932, Santos Graça publicou *O Poveiro*, onde estão descritas as tradições da comunidade piscatória da Póvoa. Nesta obra, traça igualmente o perfil do poveiro, como homem forte, rude, ousado, honesto e trabalhador, cuja coragem estava simbolizada no “Cego do Maio”, José Rodrigues Maio, pescador simples e humilde, que arriscou a sua vida e salvou cerca de oitenta náufragos.

Esta comunidade usava siglas de identificação para cada família de pescadores, com as quais marcavam a sua casa e recheio, roupa, lápides funerárias e o próprio peixe. Além dos objetos serem similares, a maioria da população não sabia ler ou escrever. Estas marcas eram inspiradas em animais, plantas ou objetos do dia-a-dia e eram um sinal das más condições de vida em que viviam estas populações, da escassez de recursos e da falta de alfabetização.

O envio de pescadores poveiros para Angola desenvolveu muito a indústria de pesca na localidade, pois estes introduziram diversas melhorias técnicas, nomeadamente o tipo de embarcações, como a *Catraia*, que foi introduzindo maiores condições de segurança para os pescadores. Porém, esta primeira experiência colonizadora não teve o sucesso esperado, devido ao facto de se terem separado as famílias, além de que as condições encontradas no terreno eram bastante difíceis, principalmente devido à falta de água potável.³⁶⁶

Em 1948, estava já estabelecida a colónia e a sua descrição era “duplamente famosa, no sul da colónia, como principal centro da indústria piscatória e, como terra de cheiro insuportável.”³⁶⁷

Porto Alexandre foi-se afirmando no panorama angolano como um caso de sucesso de colonização, desenvolvendo a indústria piscatória e seus derivados e tornando-se num polo de atração de fixação de populações brancas e também de

³⁶⁵ Alexandre Oliveira, “Os pescadores e as comunidades marítimas no Secretariado de Propaganda Nacional e no Museu de Arte Popular”, *Tudo num barco, património marítimo e Cultura Popular*, Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo, 2011, pág. 30.

³⁶⁶ Flávio Gonçalves, *Os pescadores poveiros em Angola e Moçambique*, Póvoa de Varzim, Separata do Boletim Cultural da Póvoa de Varzim, 1967, pág. 24.

³⁶⁷ *Idem*, pág. 30.

negros que, em determinadas épocas do ano, migravam para a costa em busca de trabalho temporário. Este crescimento refletia-se na frota que aumentava e nas descrições do seu dia-a-dia que, “à medida que a tarde ia caindo, as embarcações largavam para o mar, aproveitando a brisa fresca da tarde, soprando certa do sul. Com a cana do leme entalada nas pernas, de pé, as calças arregaçadas, os capatazes brancos das companhias dirigiam as embarcações, onde toda a tripulação era negra, levando-as no seu encaço. Eram as companhias dos casais e sociedades comercialmente organizadas; mas havia também embarcações isoladas, tripuladas por poveiros, os mesmos poveiros das praias metropolitanas – eles largando para o mar, elas na praia acenando até do barco não restar mais que a mancha branca da vela a perder-se na distância. Largavam para o mar os batéis de pesca com sua vela triangular e compridos remos ao jeito dos barcos da Póvoa.”³⁶⁸

Em 1966, da primitiva colónia que se instalara em Porto Alexandre, em 1921, havia ainda sobreviventes, sobretudo mulheres, que haviam resistido e multiplicado a sua prole. Nesta data, as pioneiras eram Catarina Miranda, Maria Feteira e Beatriz de Assunção. A primeira tinha transportado para Porto Alexandre uma imagem de Nossa Senhora de Assunção que se encontrava na capela local e que era venerada por todos os que andavam no mar como a padroeira. Estas mulheres eram, à data, as únicas vivas das dez famílias poveiras de pioneiros.³⁶⁹

Houve de facto, uma diferença nos modos de povoamento no que diz respeito à origem dos pescadores. Enquanto os que se dirigiram para Porto Alexandre eram oriundos principalmente da Póvoa de Varzim e da Nazaré, os que foram colonizar Mossâmedes eram oriundos, na sua maioria, do Algarve e da Madeira. Em 1949, era numerosa esta comunidade que se dedicava à pesca. Muitos dos poveiros que aqui viviam não se ocupavam da vida marítima. Devido à concorrência, haviam fundado pequenos estabelecimentos comerciais.³⁷⁰

³⁶⁸ Flávio Gonçalves, *Ob. Cit.*, pág. 30.

³⁶⁹ Flávio Gonçalves, *Ob. Cit.*, pág. 36.

³⁷⁰ *Idem*, pág. 34.

No que diz respeito à comunidade de Olhão³⁷¹, a sua partida para Angola era vista como uma autêntica aventura, nas palavras de Alberto Iria que, em 1964, profere uma conferência sobre “A odisseia da gente marítima do Algarve”³⁷², que relata a aventura dos pioneiros em Mossâmedes:

Data de 1840, o estabelecimento da primeira feitoria comercial em Moçâmedes, por iniciativa de dois comerciantes de Luanda, Jácome Torres e António Guimarães Cardoso, este último, natural do Algarve.

Em 1854, já estavam estabelecidos em Porto Alexandre pescadores europeus, em regra, algarvios.

Nestas condições animou-se Sá da Bandeira a mandar estudar, em 1856, as possibilidades de fixação de mais uma centena de famílias portuguesas em Moçâmedes e, verificada já então, a vantajosa actividade dos pescadores do Algarve, ainda em pequeno número (...) recomendou o estabelecimento de empresas de pesca no Porto Pinda e Baía dos Tigres onde as informações dão grande abundância de peixe.

(...) Logo em 1857, Moçâmedes regista ali já a existência de 16 pescarias. E teria sido mais ou menos nesse tempo, com a chegada ao Algarve dessas animadoras notícias que se esboçou em todo o litoral algarvio, principalmente em Olhão, uma forte corrente emigratória para Angola.”

O autor faz ainda referência à mítica embarcação *D. Ana*, comandada por José Guerreiro de Mendonça, onde seguiam colonos para Mossâmedes, cuja trajetória foi seguida pelo caíque Flor de Maio, em 1862, comandado por Bernardino Mendonça (conhecido por *Brancales*), narrando, depois, a sua aventura:

Em 19 de Julho, a Intendência da Marinha do Algarve, procurava ainda saber se, de facto, o minúsculo caíque “Flor de Maio” teria normalmente condições náuticas para efectuar a projectada viagem de longo curso e se as nossas lanchas e caíques da pesca do alto, feitas junto à costa atlântica de Marrocos, no chamado Mar de Larache, lhe poderiam assegurar o indispensável reabastecimento de víveres e água.

371 Ataíde de Oliveira, *Monografia do concelho de Olhão, Faro, Algarve em foco*, Coleção Temas e estudos algarvios, 5, 1999.

372 Alberto Iria, “A odisseia da gente marítima do Algarve”, Conferência proferida em Benguela, 1964.

(...) Finalmente partiu mestre Brancanes para Lisboa, levando como lastro sal, aparelhos de pesca, anzóis, etc. de cujo porto partiu depois para África. (...)

Já em 1863, no mês de Janeiro, arribou a Flor de Maio a Luanda por falta de mantimentos, depois do mau encontro com um cruzador inglês por alturas da Ponta do Dande, que tentou impedir-lhe a viagem e apresá-lo. Os ingleses imaginaram que se tratava de uma embarcação negreira e por isso a detiveram no alto mar. Um dos tripulantes, Francisco Ferreira Nunes (Nunes Manjor), foi a bordo do navio de guerra britânico e desfez o lamentável equívoco.

(...) Completavam os tripulantes da embarcação João de Encarnação, João da Calandrinha Rolão, João da Rosa Machado (pai), e José Lourenço Galvão. (...) Nunes Manjor foi mais tarde vice-presidente da Câmara de Moçâmedes, que lhe ficou a dever, bem como a João de Oliveira, os donativos humildemente angariados porta a porta para a sua iluminação. Faleceu ali com mais de cem anos de idade.

A riqueza piscatória dos mares do sul de Angola continuava, porém a atrair os pescadores de Olhão que, em 1861, novamente se haviam dirigido em maior número para Porto Alexandre, onde, em 1863, possuíam já seis feitorias, depois de também alguns se terem fixado na Baía das Pipas, Baba, Praia do Sal e outras praias tanto ao norte como ao sul de Moçâmedes. Executavam assim aquela política de expansão inteligentemente prevista e preconizada por Sá da Bandeira, mas sem obrigação oficial.

(...) Em 1868, das dez pescarias existentes em Porto Alexandre, sete pertenciam a gente algarvia de Olhão, embora o peixe ali preparado fosse inicialmente para o Dombe Grande,³⁷³ onde era trocado por farinha de mandioca(...).

A antiga Angra do Negro era o verdadeiro cais de desembarque dessas continuadas levas de pescadores e colonos de Olhão, quais *ratinhos do mar*.

Em 1887, o palhabote S. José de Manuel Pereira Gonçalves leva para Mossâmedes a primeira armação de pesca à Valenciana que se montou naquela costa e de que foi primeiro mandador Manuel Frota, cujos descendentes ainda vivem em Benguela.³⁷⁴

³⁷³

Zona açucareira de Benguela.

³⁷⁴

Alberto Iria, "A odisseia da gente marítima do Algarve",... (Cit), pág. 6.

A afirmação do estatuto do pescador só acontece na segunda metade do século XIX, com a expansão dos ideais liberais, mais concretamente, a partir de 1843, quando são lançados impostos sobre os produtos resultantes da pesca. A partir daqui, o Estado irá empenhar-se em perceber quem eram verdadeiramente os pescadores e avaliar o seu potencial, porque *"nem todos os que trabalham nas pescarias são pescadores matriculados (destes contar-se-ão apenas dois terços) os mais são adventícios e trabalhadores nos campos, que durante as temporadas, correm às costas e rios."*³⁷⁵

Se esta distinção demorou na metrópole, as condições profissionais destes homens nas colónias foi também difícil. Apesar das promessas de uma vida melhor e com condições superiores, a realidade que estes primeiros colonos viveram foi uma aventura imensamente dura e difícil. Para além das provações a que estavam submetidos e da falta de apoio estatal, havia ainda a distância e a falta de apoio familiar. Em 1891, os pescadores de Olhão depararam-se com um ambiente agreste, e estiveram mesmo na eminência de desistir devido ao aparecimento da pesca em barcos a vapor.

Em 1958, foi realizado em Luanda o *Colóquio de Oceanografia e Pescas Marítimas*. O Governador-Geral, Viana Rebelo, definiu Portugal como um "país de marinheiros", sempre voltados para o mar, para as aventuras e para as rotas económicas. Chegou a afirmar que "são os oceanos estradas de água que ligam entre si as diferentes províncias espalhadas pelo mundo com o Portugal metropolitano. O Oceano nunca foi, para nós, um elemento de separação, foi sempre, pelo contrário, um elemento de unificação."³⁷⁶

Continuou relatando a ação da *Missão de Biologia Marítima* que investigava a fauna marítima, os fundos e os seus movimentos migratórios. Ligada ao mar, esta missão salientou o papel da pesca e relatou a vida dos pescadores, dura e difícil, tanto na costa portuguesa como na Terra Nova. Em Angola, foram transmitidos os

³⁷⁵ Inês Amorim, "A organização do trabalho da pesca, em finais do séc. XIX, na Póvoa de Varzim", *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.d, pág 117.

³⁷⁶ "Sessão inaugural do Colóquio de Oceanografia e Pescas", *Boletim Geral do Ultramar*, XXXIV – 392, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 392, 1958, pps. 153-154.

processos aos indígenas e foram formadas inúmeras pescarias ao longo da costa, como os casos de Porto Amboim, Benguela, Baía Farta, Mossâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres. O aproveitamento da pesca em Angola era feito através da farinha de peixe e do peixe seco, e não do peixe fresco e das conservas.³⁷⁷

A pesca representava a segunda maior fonte de riqueza de Angola, depois do café. As pescarias ou instalações fabris de pesca distribuíam-se por três zonas dependentes de Grémios: a zona de Luanda que inclui Luanda e Porto Amboim; a zona de Benguela, com Novo Redondo, Lobito, Benguela e Baía Farta; a zona de Mossâmedes, que conta com a Lucira, Mossâmedes, Porto Alexandre e Baía dos Tigres.³⁷⁸

As técnicas utilizadas foram evoluindo ao longo dos tempos, as armações à valenciana, as sacadas, as rasteiras ou redes de arrastar para a praia, a linha de pesca e outros processos tradicionais foram substituídos por traineiras grandes e arrastões de pesca. Assim, em 1947, existiam oito traineiras e, em 1957, mais de duzentas, o que se refletiu, inevitavelmente, no volume de pescado.

O trabalho da pesca não se esgotava no mar. Em 1958, entre 1500 a 2000 brancos e 15000 indígenas ocupavam-se da pesca no mar. Seguia-se o trabalho em terra, com a escala, salga e seca do peixe e o trabalho da fábrica, na preparação da farinha, do óleo e das conservas. A etapa da embalagem finalizava o processo, em tambores, malas e sacos e o seu transporte para o grémio respetivo. Aos Grémios competia a exportação e venda do peixe, a assistência financeira aos associados e o auxílio no recrutamento de pessoal. Funcionavam de forma semelhante aos Grémios das Pescas da Metrópole.³⁷⁹

O contínuo deslocamento de populações provocou o nascimento de povoados ao longo dos tempos. Esta questão é premente no que se refere à pesca. Atividade intensa, mas irregular, levava a que os pescadores se deslocassem em

³⁷⁷ *Sessão inaugural do Colóquio de Oceanografia e Pescas, Ob. Cit.*, pág. 156.

³⁷⁸ Diogo Moreira, *As populações marítimas em Portugal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1987, pág. 200.

³⁷⁹ Manuel Dias Carvalheira, *A Indústria da pesca em Angola*, "Boletim Geral do Ultramar", XXXIV – 392, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 392, 1958, pág. 172.

busca das melhores condições naturais. Assim aconteceu no território continental, alargando-se depois ao ultramarino.

A população de Olhão é herdeira de uma série de conhecimentos e *modus vivendi* com raízes no litoral norte de Portugal. Segundo os estudiosos locais³⁸⁰, a comunidade desenvolveu-se a partir de uma colónia de pescadores ovarinos e ílhavos, que aqui se estabeleceu, pelo século XVII, num aglomerado de cabanas que depois se desenvolveu. Não importa para este estudo se estes foram realmente os primeiros habitantes que aqui se estabeleceram, mas sim, realçar a relevância destas movimentações populacionais, no sentido de identificar o espaço e o tempo do trilho sulcado por estes aglomerados populacionais até à época contemporânea.

Os processos migratórios refletem uma série de condicionantes e geram novas realidades histórico-culturais de grande relevância. Foram estes movimentos os responsáveis pela organização do espaço e no estabelecimento de novas ordens demográficas. Os deslocamentos das populações devem ser analisados segundo os condicionamentos demográficos, económicos e sociais, mas também na perspetiva política, cultural ou religiosa. Estas movimentações aparecem como alternativas humanas e de sobrevivência material, sendo que algumas dessas migrações refletem movimentos de massas e outros grupos familiares; outros percursos individuais recrutados, abarcando diversos estratos sociais.³⁸¹

De Olhão partiram pescadores colonos para Angola, assinalando-se a data de 1859 como o início da grande corrente de emigração olhanense para aquele território, utilizando nas viagens apenas os pequenos caíques de construção local.³⁸²

Nesta movimentação de populações, em espaços e tempos diferentes, insere-se a construção e reconstrução de identidades que estabeleceram ligações entre passado e presente, imaginando e recriando práticas culturais e religiosas, materializadas em festas, em manifestações próprias e, no dia-a-dia, na língua, nos costumes, na gastronomia, na literatura, na música e na própria mentalidade

³⁸⁰ Antero Nobre, *Opúsculos Históricos de Olhão*,... Cit., pág. 173.

³⁸¹ Maria Izilda Santos de Matos, *Portugueses, deslocamentos, experiências e cotidiano*, Bauru-São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2013, pág. 28.

³⁸² Antero Nobre, *Ob. Cit.*, pág. 355.

2.5

As cidades do deserto - Mossâmedes e Porto Alexandre

2.5 As cidades do deserto - Mossâmedes e Porto Alexandre

Mossâmedes foi desde muito cedo celebrada na literatura colonialista como um exemplo paradigmático da colonização branca e da luta árdua contra o caráter agreste da natureza.

Um artigo de 1945, publicado no *Notícias da Huíla*, mostra-nos essa exaltação ao descrever esse episódio único na colonização portuguesa, construído pelos teóricos do colonialismo como um mito e um hino à coragem dos portugueses, assim como da sua capacidade de adaptação às novas realidades, condicionadas pelos acontecimentos históricos: “Não há na história contemporânea da colonização portuguesa páginas de maior brilho do que as que narram a fundação de Mossâmedes, afirma o periódico. ”O autor relata ainda a fundação realizada por colonos oriundos do:

“Brasil, em Pernambuco, os excessos que caracterizam todas as revoluções levaram a perseguir os emigrantes portugueses, um grupo deles, ofendido com injustiças e vexames de que eram alvo, solicitam ao Governo de Lisboa que os fixasse num ponto da Costa Ocidental da nossa África, onde pudessem continuar a pertencer à comunidade lusitana e a usar o nome de portuguesa. Depois de várias diligências foram escolhidas as terras de Mossâmedes para satisfazer o desejo dos nossos compatriotas. Estávamos em 1849, e nove anos antes, já se tinham estabelecido os preliminares da ocupação, naquelas partes do sul de Angola, construção da fortaleza de S. Fernando, numa eminência que domina a antiga Angra do Negro; tratados de amizade e proteção com os indígenas vizinhos; fixação de alguns comerciantes e agricultores. Naquele fito, um lugre e uma barca velejam de uma costa para outra do Atlântico peçados de mantimentos, de maquinaria agrícola e de mil outras coisas necessárias e mais de uma centena de seres humanos que se vão instalar na orla de um deserto.”³⁸³

O relato da viagem continua, colocando ênfase na heroicidade dos colonos durante a viagem longa e cheia de contratemplos, como os surtos de cólera e outras doenças que, logo à partida, ceifavam inúmeras vidas. Devido a todos os obstáculos encontrados, foi necessário eleger um chefe da expedição. Ao chegarem, foram

³⁸³ Ávila de Azevedo, *Mossâmedes, Cidade do Deserto*, Agência Geral das Colónias, Vol. XXI - 246, 1945, pág. 198.

surpreendidos pelas condições climatéricas da estação cacimbosa. A primeira impressão destes homens foi de desconfiança, olhando em redor:

Para o sul a Ponta de Noronha escarpada, dum amarelo de ocre sem um rebento de vegetação; no fundo viam-se míseras cabanas cobertas com folhas de palmeira; logo a seguir um arco de círculo, que terminava no Saco, junto à Foz do Bero; e, finalmente, as rochas enegrecidas do Cabo de Giraúl que fecham o porto pelo lado norte. Mas, a não ser os laivos verdejantes do Vale do Bero, só areia – a areia do deserto que se confundia com a areia da praia”. Ao observarem aquela paisagem, tão díspar da que estavam habituados, estes primeiros colonos amedrontaram-se, pois viram naquela paisagem “seca, despida, amarelada” a imagem da morte. Foram recebidos pelos poucos colonos brancos que aí habitavam que os ajudaram na sua instalação e a lidar com os nativos e a natureza. O passo seguinte foi a distribuição das terras de cultura pelo vale do Bero e pelo Giraúl, porém o primeiro ano foi de seca nas montanhas da Huíla e os rios do deserto secaram e, com estas condições, as populações passaram fome. As populações de Benguela e Luanda uniram-se a providenciar auxílio aos primeiros povoadores. Com o passar dos anos, estas populações não mantiveram a “feição agrícola que presidiu a fundação de Mossâmedes.

A descrição prossegue pela itinerância costeira desde a baía de Lucira até aos Tigres, onde se descobriram inesgotáveis fontes de riqueza. “O peixe pescado nesta faixa costeira – o atum, a sardinha, a pescada, a garoupa e outras dezenas de espécies – alimenta indústrias de conservas, de óleos e de farinação que se desenvolvem em ritmo febril. Aos colonos agricultores de outras eras, sucedeu gente ribeirinha, poveiros e algarvios, vindos alguns deles nos seus próprios caíques, com as famílias e os aprestos numa navegação que demorou muitos sóis e luas.” Paralelamente, continuava a haver produção agrícola nas margens do Bero e Giraúl, pois aí cresciam produtos hortícolas, oliveira e videira.³⁸⁴

Paralelamente, descreve Mossâmedes salientando o facto de, apesar da desolação das areias do Deserto que envolvem e abraçam Mossâmedes, a cidade, como todos os portos piscatórios, apresente muitas atrações, “(...) como uma ampla avenida desenhada no areal, bordada por buganvílias, ornamentada com canteiros floridos ou um ou outro edifício majestoso para cidadezinha africana como o

³⁸⁴

Ávila de Azevedo, *Ob. Cit.*, pág. 199.

Hospital.” Porém, o autor tem como preferência as bandas da Torre do Tombo, o bairro dos pescadores e das pescarias. No poente, surgem as imagens das fábricas e armações, as pontes de estacaria alongadas pela água, barcos grandes e pequenos “(...) e, quando a noite desce, a baía e a povoação mal iluminada mergulha nas trevas, em que tremeluzem, como sinais de vida, os fogachos dos barcos fundeados e as raras lâmpadas elétricas. Lá ao longe, o farol do Giraúl sulca com os seus cones de luz o negrume da noite. A *garroa* sopra e ouve-se o bater compassado, monótono, entorpecedor da *calema*³⁸⁵ contra a areia da praia.”

Estas imagens comuns, quase idílicas, deixam supor um retrato de paz e harmonia, onde as populações conviviam pacificamente e construíaam no seu dia a dia uma sociedade comunitária e familiar.

Por sua vez, Porto Alexandre, em 1911, no *Diccionario histórico, chorográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico* era descrita do seguinte modo:

“Porto Alexandre pertenceu ao distrito de Huíla, na província de Angola, Africa Occidental. Está situada a 65 km ao sul da vila de Moçâmedes e foi fundada em 1854, começando-se pela construção na Barreira Branca, que termina pela banda do Nordeste, a baía de Pinda ou Porto Alexandre, duma fortaleza em torno da qual se foram levantando depois feitorias que abandonaram a baía das Pipas e a de Mossâmedes. A colónia entregou-se fundamentalmente à pescaria, em que a baía era abundante e também à cultura de cana sacarina e do algodão no vale e nas margens do Coroca e à criação de gado.”³⁸⁶

Durante muitos anos deslocaram-se pescadores algarvios que ali se dirigiam para pescar, aí permanecendo depois. Esta colónia não se extinguiu e contribuiu com receitas para a alfândega respetiva devido à elevada exportação de peixe seco para o Congo, para o Gabão e S. Tomé. A povoação foi elevada à categoria de sede do

³⁸⁵ Ondulação especial do mar na costa de África. Cf. *Dicionário de Português*, Porto, Porto Editora.

³⁸⁶ Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal Diccionario histórico, chorográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*, Lisboa, João Romano Torre e Cª Editores, 1911, pág. 994.

concelho em 1895, sendo anteriormente uma delegação do concelho de Mossâmedes.

O porto, situado perto da foz do rio Curoca, era um bom ancoradouro, abrigado, com uma superfície de 788 hectares, onde podiam amarrar cento e trinta navios de alto bordo, pois tinha profundidade para isso. Em Porto Alexandre fundaram-se uma agência de vapores, lojas especializadas em agricultura, casas comerciais, estação postal e telegráfica, posto fiscal alfandegário e escolas feminina e masculina.³⁸⁷

Estas comunidades autorregulavam-se, sem qualquer apoio estatal. No caso de Porto Alexandre era a família Rolão que exercia este papel de autoridade até 1890. Isto devia-se ao fato desta povoação estar um pouco esquecida pelas autoridades estabelecidas em Mossâmedes e muitas vezes sujeita a ataques de navios ingleses ou das populações indígenas do deserto. Dos pescadores que por ali se estabeleceram, Manuel Baptista foi o primeiro a conseguir licença de pesca e Alfredo Duprat estabeleceu as primeiras pescarias.

O caso de Porto Alexandre mostra que as povoações africanas foram construídas com escassa racionalidade e eram organizadas por intuição.³⁸⁸ Situada entre o deserto e o mar, a construção inicial de Porto Alexandre foi extremamente difícil devido aos avanços das areias do deserto e aos ventos. O primeiro material de construção utilizado foram ossos de cetáceo devido a estas duras condições ambientais. Durante anos, os primeiros colonos, ao contrário do que aconteceu em Mossâmedes, não foram favorecidos com a nomeação de um médico, com a dotação de uma escola ou com a edificação de uma capela.³⁸⁹

Estas duas comunidades estavam interligadas por uma vontade estatal de fixação de populações e pela necessidade de subsistência em territórios hostis. Esta interdependência ligada ao facto de estarem praticamente isoladas do restante território desenvolveu um elo de identidade comum que se baseava na prática

³⁸⁷ Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Ob. Cit.*, pág. 995.

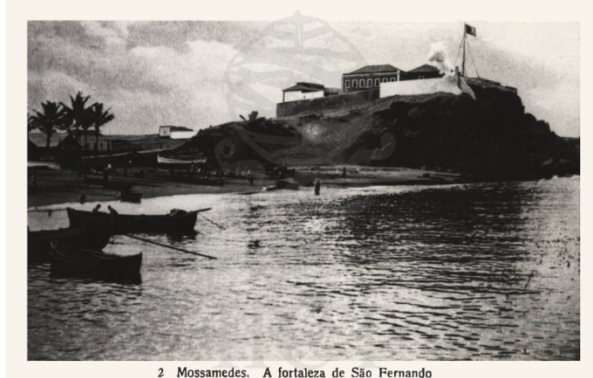
³⁸⁸ Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, nº 1, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, s.d., p. 12.

³⁸⁹ Manuel Júlio de Mendonça Torres, "Porto Alexandre", *Boletim Geral do Ultramar XXVIII*, 329, 1952, p. 37.

ancestral da pesca e na cultura popular destas agremiações que tinham o seu destino cruzado com a colonização.

Imagem 22

Postais de Angola: Mossamedes [Namibe]: A fortaleza de São Fernando



2 Mossamedes. A fortaleza de São Fernando

Imagem 23

Postais de Angola: Mossamedes [Namibe]: A povoação do Sacco



A povoação do Sacco. Mossamedes.

Imagem 24

Postais de Angola: Mossamedes [Namibe]: Praça Leal



Fonte: Edição de Mário Pizarro, Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, s.d

Capítulo Terceiro

Identities pós-coloniais

Capítulo Terceiro

Identities pós-coloniais

Chegamos ao último capítulo, avançando para o último momento desta narrativa histórica, que se prende com a construção das identidades pós-coloniais. Se a primeira e segunda parte foram dedicadas à construção da ideia e da nação colonial, a terceira irá incidir no período pós-colonial. Dois tempos e dois momentos históricos que se entrecruzam.

Até que ponto a construção idílica e propagandística de um lugar enformou as populações que habitavam o sul de Angola, transformando-as? A construção histórica realizada pelos regimes anteriores à revolução do 25 de abril e à consequente descolonização levou ao rompimento de um tempo e de um lugar imaginário e à sua reconstrução na memória das comunidades.

No presente trabalho, para além da pesquisa bibliográfica, da análise de documentação e da recolha de informação em periódicos, foi feito um outro tipo de estudo baseado na história oral, através da realização de entrevistas a porto alexandrinos e mossamedenses. Fui, também, observadora participante dos seus encontros anuais, para compreender o seu modo de pensar e sentir. Aí recolhi vários testemunhos orais e estabeleci contacto com estas comunidades, assumindo que vivem num saudosismo histórico, temporal, mas também físico, geográfico, ambiental. As suas emoções, os seus rituais demonstram uma ligação permanente àquela terra, ao sentimento de pertença e, ao mesmo tempo, de revolta, pela sua perda. Faz parte de um processo memorial e identitário, que se renova a cada encontro e que revela perpetuidade.

Para além da recolha de testemunhos orais, foi realizada uma base de dados digital, que possibilitou outros contactos. Forneceu novas informações preciosas sobre as comunidades, o seu modo de vida e a forma como a revelam e continuam a eleger de uma forma idealista, comemorando e recriando esse passado através de associações, rituais, música, exposição de fotografias, gastronomia, livros, cartazes.

Por último, foram utilizados recursos iconográficos, como fotografias oriundas de espólios familiares, do Instituto de Investigação Científica Tropical

IICT/Arquivo Histórico Ultramarino e imagens da reserva do Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra.

O capítulo começa com uma breve introdução sobre a problemática da História Oral, seguido de uma contextualização geral das guerras coloniais. Aqui foi utilizada uma história de vida, espelho das vivências que a guerra proporcionou. A narrativa prossegue com a descolonização. Foca depois a história das duas comunidades em estudo que surgem como microcosmos: Mossâmedes e Porto Alexandre. No último ponto iremos elaborar um retrato identitário destas comunidades, como se vêem e como são vistas pelos outros. Hoje e olhando para trás, a que conclusões chegamos?

3.1

A memória da História

3.1 A memória da História

Em que consiste a oralidade e qual a sua validade científica? A chamada “história oral” é um método de trabalho que incide sobre o passado dos inquiridos, sobre aspetos da sua vida social e nomeadamente sobre o seu quotidiano. Contrapõem alguns autores que, na verdade não há uma “história oral”, mas apenas uma história necessariamente escrita, que pode ter como suporte as fontes orais ou os testemunhos de protagonistas em discurso direto.

No caso específico em estudo, os inquéritos realizados serviram como complemento às fontes bibliográficas. O desaparecimento da realidade colonial levou a uma reconstrução da memória coletiva e/ou individual, por forma a perpetuá-la.

Este método suscita várias críticas por parte de muitos estudiosos, tais como a subjetividade que o depoimento poderá conter ou o seu caráter pessoal e não geral. De facto, a passagem do tempo provoca reconfigurações dessas memórias e o próprio envolvimento emocional leva a que a história possa ser deturpada. De modo a ultrapassar estas dificuldades, o entrevistador deve ter algum espírito crítico relativamente ao depoimento e cruzá-lo com outras informações. Foi isto que tentámos concretizar.³⁹⁰

O método eleito foi a utilização de inquéritos por questionário, utilizando não só perguntas fechadas, mas também abertas, favorecendo a expressão livre e a recolha de dados pessoais significativos, concedendo maior liberdade ao entrevistado, criando um ambiente de maior familiaridade. Tentou elaborar-se uma entrevista centrada nos temas que se quis explorar: a construção da memória e a definição de uma identidade. Para além deste método, realizado presencialmente, utilizou-se também um inquérito *on-line* que permitiu criar uma base de dados digital, cujos dados são apresentados nos Anexos.

Os inquiridos foram escolhidos entre os descendentes dos chamados pioneiros da colonização pesqueira que teve início na segunda metade do século XIX, nomeadamente porto alexandrinos e mossâmedenses.

³⁹⁰

William Foddy, *Como Perguntar*, Oeiras, Celta Editora, 1986, pág. 15.

À medida que o tempo passa, as pessoas vão desaparecendo, a sociedade transforma-se, os valores modificam-se. A “história oral” pode ser um ótimo contributo para que se arquivem as memórias de outros tempos, de outras realidades e de outras formas de estar na vida. A rapidez das mudanças na modernidade tornam premente esta atitude, de modo a poder salvaguardar os testemunhos de um passado recente e, no entanto, tão distante.

Nos últimos anos, a técnica da entrevista afirma-se como uma das mais ricas e das mais utilizadas no âmbito das Ciências Sociais. Evoluindo numa situação social de interação face a face, as entrevistas revestem formas e conteúdos assaz diversos, consoante o interlocutor (indivíduo ou grupo), o momento (entrevistas exploratórias, complementares ou comprobatórias), a função (informação, diagnóstico, terapia, avaliação, seleção, negociação), o centro de interesse (o indivíduo ou o coletivo através do indivíduo ou de um pequeno grupo), o alvo (atributos, opiniões, comportamentos, motivações), o grau de liberdade (estruturadas, semiestruturadas, não estruturadas; diretivas, não diretivas) e o nível de profundidade (clínicas, centradas,...).³⁹¹

A entrevista é um lugar de uma comunicação polifónica. O efeito de comunicação resulta de uma multiplicidade de fontes que transcendem a mera comunicação verbal e, até, intencional. Os diferentes passos e atos assumem um carácter decisivo no sentido do estímulo, da inibição ou do enviesamento, desde o contacto inicial até ao termo do “contrato de comunicação”.

A diferença em relação aos outros métodos está na junção com a história, pois torna-se num fator ativador da memória, o que levou à problematização da própria história e da historiografia. A tentativa de salvaguardar os grandes feitos e grandes homens esteve na origem dos primeiros arquivos sonoros, em 1948, em Nova Iorque.³⁹²

Desta ideia, rapidamente se passa para a salvaguarda da memória dos “outros”, aqueles que não tinham lugar na história da elite, aqueles que estavam na sombra e que não eram valorizados.

³⁹¹ Madeleine Gravitz, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976, pps. 676 e seguintes.

³⁹² Sobre este assunto ver Bruno Cordovil e Miguel Cardina (ORGS.), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*, Edições Unipop, s.l., 2013, pps. 8 e seguintes. Neste estudo é indicada a data de 1948 para a criação do *Columbia Oral History Research Office*, em Nova Iorque.

A oralidade esteve sempre ligada a uma documentação mais rudimentar do passado, a uma recolha etnográfica e não científica.

A entrevista contempla vários fatores: o entrevistador, o entrevistado, o contexto e a intenção com que é realizada. O investigador tem depois a tarefa de contrapor, relacionar e validar a informação recolhida com outro tipo de documentos, fornecendo a entrevista um painel informativo que depois é necessário descodificar. É, portanto, muito importante o papel deste último, fornecendo informação pertinente, mas não diretiva, formulando hipóteses e afirmando conclusões.

O que na realidade distingue a entrevista das demais fontes históricas é a sua intencionalidade. Ela acontece por vontade do historiador, ao contrário dos documentos mais clássicos, que relatam algo inesperado.³⁹³

A oralidade remete-nos para a diferenciação individual e, ao mesmo tempo, para a homogeneidade de grupo, enquanto consciência de memórias. O primeiro aspeto tem a ver com a forma como recordamos e, no segundo, a similitude dessas recordações, definindo um padrão comum.

A questão essencial na chamada “História Oral” é “Quem recorda”? Enquanto na memória coletiva, há uma série de itens que vão ser repetidos ao longo do tempo por um conjunto de indivíduos até chegarem a uma amálgama de elementos finais comuns, na história oral, o testemunho é individual, constitui um depoimento, uma história de vida e, como tal, surge recheada de emoções, de leituras, de interpretações ou relações que é necessário desmontar. A tónica está também no que se recorda com mais facilidade e o que se quer esquecer e esse preciosismo pode fornecer elementos contraditórios ao investigador, pois o que se recorda, pode não ser o mais relevante. Por este motivo, é necessário criar uma teia de elementos que se vão encaixando uns nos outros até preencher um quadro legível e credível.

Tal como afirma Portelli, a “história oral” é uma arte da relação e esta manifesta-se em diversas vertentes: a relação do entrevistado com o entrevistador, entre presente e passado, entre público e privado, entre história e autobiografia e,

³⁹³ Sobre este assunto ver Bruno Cordovil e Miguel Cardina (ORGS.), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*, Edições Unipop, s.l., 2013, pps. 34 e seguintes.

por fim, a oralidade e a escrita. O mesmo autor realça a importância de três factos distintos: um facto do passado, o acontecimento histórico; um facto do presente, que corresponde à narrativa feita pelo entrevistado; e um facto de relação e duração que concerne à dinâmica existente entre estes dois factos. Por isso, o trabalho do historiador oral inclui a historiografia, no sentido de auxiliar na reconstrução do passado, a antropologia cultural, a psicologia e a análise crítica dos textos. Assim, a história oral acaba por ser a junção da história dos acontecimentos, a história da memória e revisão dos acontecimentos através da memória.³⁹⁴ É nesta perspetiva que temos como ideia trabalhar.

Todas estas vertentes se complementam, evidenciando a multiplicidade de fatores necessários à construção do conhecimento. Importa que exista, também, uma relação de confiança entre estes pares: entre entrevistado e entrevistador, pois não podemos narrar os acontecimentos pretendidos, se não deixarmos fluir a informação, de modo a criar ligações entre o passado que se quer conhecer e o presente em que a conversa acontece. Há que estabelecer a esfera entre o público e o privado e a inibição que preside à intimidade, mas que pode acrescentar algo à história. Por fim, há igualmente um cruzamento que se pode estabelecer entre história e escrita e autobiografia e oralidade.

Podemos acrescentar que, provavelmente, a designação de “história oral”, acaba por ser redutora da realidade que acabámos de expor, pois designa um método em elaboração constante e não o produto final, uma vez que este resulta depois de toda uma série de acrescentos documentais e relacionais até chegar a um resultado final. Assim, torna-se um instrumento auxiliar precioso das ciências sociais, mas nunca uma ciência autónoma.

A forma como recordamos os acontecimentos está intimamente ligada à forma como acionamos a memória em relação a determinado acontecimento. Um evento marcante numa reunião familiar pode ser recordado de formas muito diferentes por todos os que a ele assistiram. Essa abordagem depende de vários fatores, de múltiplos pontos de vista. Dois indivíduos observam a mesma cena, mas interpretam-na de forma completamente diferente, interpretação essa relacionada

³⁹⁴

Sobre este assunto ver Bruno Cordovil e Miguel Cardina (ORGS.), *Ob. Cit.*, pps. 83 e seguintes.

com o que é mais valorizado, ou até com a sua formação, ideias, convicções pessoais. Isto acontece obviamente com outro tipo de acontecimentos ou mesmo notícias, depoimentos, personalidades. Para além da ocorrência propriamente dita, temos depois de ter em conta o contexto temporal e, dentro deste, as suas diferentes modalidades, em termos de inserção no tempo longo e no tempo curto.

No fundo, a memória é a *faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens, ou as readquire sem grande esforço*³⁹⁵, ou até, tal como Platão já havia defendido, a existência de reminiscências que, num determinado momento, ganhavam vida novamente.

A questão central da memória, reproduzindo recordações do passado está na necessidade de existir um afastamento histórico que permita uma leitura global dos acontecimentos e não parcial. O caso em estudo, em particular, exige bom senso ao investigador, nomeadamente no que diz respeito às memórias de uma comunidade que sofreu um grande trauma, mas também na posterior construção de mitos e no enviesamento político que está por trás destes eventos históricos mais recentes, cuja leitura muda, consoante o interesse partidário.

No caso complexo africano, a oralidade é uma fonte de informação incontornável e tem de ser valorizada, lado a lado, com a documentação escrita europeia. A aparente fragilidade desta fonte é ultrapassada pelo manancial de informação que daqui pode ser retirado, “multiétnica e plurilinguística.”³⁹⁶ A questão das guerras coloniais, da descolonização e da formação de novos países com identidades multifacetadas são temas muito atuais, recentes e vivos no imaginário dos portugueses e, portanto, o assunto começou a ser revisitado recentemente, surgindo diversas interpretações, histórias, recordações que necessitam de um quadro geral para serem desmistificadas.

Do quadro geral, passamos para o particular, tomando as duas comunidades marítimas: Mossâmedes e Porto Alexandre como exemplos de uma recriação identitária. Podemos sublinhar que estas comunidades estiveram num terreno movediço, difícil de solidificar. Numa primeira fase, de fixação dirigida pelo Estado

³⁹⁵ *Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto Editora, Porto, pág. 933.

³⁹⁶ Margarida Calafate Ribeiro, Odete da Costa Semedo (org.), *Literaturas da Guiné-Bissau, Cantando os escritos da história*, Porto, Edições Afrontamento, 2011, pág. 10.

com o objetivo de ocupação de território, onde reconstruíram as suas vidas. Numa segunda fase, de construção e crescimento, onde desenvolveram uma nova forma de estar. Para estas comunidades havia naturalmente o direito de ocupar o território, onde tinham nascido e onde tinham vivido desde sempre. De facto, esta auto-visão conturbada pela influência externa e por uma política de ilusão e propaganda levou a um beco sem saída. De facto, a construção de um não-lugar³⁹⁷ no significado de algo intemporal, sem tempo e sem espaço.

³⁹⁷ Marc Augé, antropólogo francês, utiliza esta expressão para designar lugares anónimos, porém, o sentido que queremos imprimir a esta expressão é a de um lugar perdido nos labirintos da história. “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança.” Cf. Marc Augé, Não-lugares, 90 Graus Editora, 2005, pág. 169.

3.2

As guerras coloniais

3.2 As guerras coloniais

A “história oral” pode fornecer um manancial de informação que iremos aproveitar. Para iniciar este subcapítulo utilizaremos um relato sobre a guerra na primeira pessoa, um testemunho pessoal que entrecruza emoções, pensamentos, sentimentos: uma micro-história inserida na macro-história. Fica aqui exposta uma autobiografia de um desses soldados. A sua história de vida é importante porque retrata um percurso que podia ser repetido noutras histórias. O objetivo não é fazer uma síntese das causas e dos processos da guerra, mas invocá-la através de testemunhos relevantes, ligados às comunidades em estudo e às formas de colonização do território.

O subtítulo no plural reflete as várias frentes de guerra que surgiram a partir de 1961, em Angola, e que se alastraram aos outros territórios e que, em seguida trataremos como contextualização.

Este testemunho visa explicar o percurso de um soldado, natural de uma aldeia do interior de Portugal, que chega a Angola e acaba por aqui permanecer. O território era terra de oportunidades e de grande beleza, muito diferente do seu local de origem. Muitos soldados permaneciam e formavam família porque as cidades angolanas apresentavam melhores condições de vida e mais hipóteses de empregabilidade. Era um mundo novo, pronto a explorar.

De seu nome José Tomás Caetano³⁹⁸, natural do Lugar de Casal da Serra, Freguesia de S. Vicente da Beira, Concelho e Distrito de Castelo Branco, quis a sorte que quando só “me faltavam setenta e cinco casqueiros³⁹⁹ para sair da tropa, começou a revolta em Angola e fui mobilizado.” Note-se que naquele tempo o serviço militar obrigatório eram dezasseis meses, como tal eu já estava a ser penalizado mais um ano e agora ia para a guerra mais quanto tempo? Deram-me um dia e meio para ir despedir-me da família, com muita tristeza, da namorada, pais, irmãos, amigos, ainda hoje ao escrever este passado vos digo estou com as lágrimas nos olhos. Cheguei ao quartel, recebi a guia de marcha e fui apresentar-me no R I 16 Évora, aí foi formado o Batalhão de Caçadores nº 155 e fui incorporado na Companhia de Comando e Serviços, a seguir recebemos os equipamentos

³⁹⁸ Testemunho de José Tomás Caetano, nascido em 11 de agosto de 1938, autor da sua autobiografia. (policopiada)

³⁹⁹ Casqueiros era o nome que dado a um pão que se recebia diariamente na tropa.

necessários, incluindo os fatos camuflados que até essa data não tínhamos, à noite apanhámos o Comboio rumo a Lisboa, às dez horas do dia vinte e oito de Maio de mil novecentos e sessenta e um, em pleno Cais de Alcântara, fizemos um desfile, frente à tribuna onde estava o Comandante-chefe das Forças Armadas, honras Militares, Hino Nacional, último Adeus e começámos a subir para o Niassa⁴⁰⁰, já estava dentro do barco e ainda não queria acreditar, mas quando o barco começou a desencostar, a afastar-se, Lisboa a ficar longe, deixei de ver terra, só água e dez dias depois estava em Luanda. No Cais quase só se viam Pretos, seriam terroristas? Quais eram os terroristas? Saímos em Camionetas de Caixa aberta, pela marginal muita gente a aplaudir-nos, até que chegámos a um Prédio grande, uma construção parada, só com os pilares e três pisos, ficamos aí dez dias para podermos preparar toda a caravana: viaturas, armamento pesado, munições, mantimentos e, claro, muito mais coisas. Saímos de manhã em direção a Salazar, cerca de duzentos quilómetros de distância e a viagem correu bem, chegámos ao cair da noite, com a ração de combate, a segurança montada e quem não ficava de serviço enrolava-se no cobertor e dormia.

Na manhã seguinte, nova etapa, devo dizer que durante as deslocações íamos todos de Capacete. Arma engatilhada, devidamente preparados para qualquer ataque. Então um colega que levaria mesmo o dedo no gatilho e algum salto maior do Carro a arma dispara! Foi a primeira grande batalha, uma caravana com mais de duzentos metros, até se corrigir o engano, gastaram-se milhares de munições, continuamos, fomos até Negage aí ficamos acampados perto da base Aérea, montada a segurança, toca a carregar baterias, cada um trata das suas tarefas, jantar, ração de combate, sempre preocupados, a arma junto de nós, armar a tenda de Campismo, enrolar no Cobertor e toca a dormir, as temperaturas eram boas. Na manhã do dia seguinte, desarmar e arrumar tudo novamente e nesse dia até tivemos leite ao pequeno almoço! Jipe a trabalhar, tomamos posição e assim que a coluna está completa, arrancamos em direção a Carmona, a viagem correu bem, chegamos cedo, o nosso cozinheiro fez uma refeição quente, o vago mestre foi a uma padaria e assim tivemos também pão. Depois de jantar, eu e alguns colegas ainda demos uma voltita pela Cidade, bebemos duas cervejitas fresquinhas, que nos souberam a pouco, dado que as temperaturas lá eram altas, regressámos ao acampamento bem-dispostos e a noite foi boa. Dia seguinte, mais uma etapa, a última para mim, pois a minha Companhia era de Comando e serviços, nela ficava o comandante do Batalhão. Portanto, ficamos logo no Songo, onde fomos instalados nuns Barracões,

⁴⁰⁰

Nome do barco.

que era onde armazenavam o Café. Aqui estive cerca de doze meses. O Songo era uma vila calma onde procurei sempre dar o meu melhor; a nível militar como Condutor, manutenção dos Carros, Lavagem, mudanças de Óleo, Filtros, alguns arranjos tanto de mecânica como de Chaparia e Soldaduras e nos tempos livres ainda fazia algumas horas numa pequena Oficina, ganhava umas coroas, para gastar na parte recreativa e não só, pois eu ainda juntei dinheiro na Tropa. Também havia algum recreio, a dada altura, eu mais outro colega comprámos uma Bicicleta velha por cem escudos, o objetivo foi sempre darmos umas voltas e quando fôssemos embora, a Bicicleta ficava e assim foi. Nós estávamos apenas a quarenta quilómetros da Cidade de Carmona e o nosso Comandante autorizava, uns tantos de cada vez a irem até à cidade ao domingo, era uma alegria: íamos até à Piscina, foi aí que entrei pela primeira vez numa piscina e aprendi a nadar, almoçávamos num restaurante, bebíamos uns copos e regressávamos satisfeitos e assim se passaram os doze meses.

Levantámos o acampamento, tralha às costas, viaturas, armamento e toda a logística, caravana em movimento, com destino a novo acampamento, viajámos pela parte Sul no sentido de aproximação a Luanda. A viagem correu bem e chegamos ao Ucuá, que fica a sessenta quilómetros de Luanda, aí criámos novamente condições de segurança, tivemos que vedar todo o acampamento, com arame farpado, no decorrer desse trabalho ao espetar uma estaca, um militar segurava, o outro com uma marreta batia em cima até a mesma ficar segura, numa dessas batidas saiu uma farpa de madeira suja, a qual se lhe espetou na mão, foi ao maqueiro, tirou a farpa, desinfetou pôs uma ligadura e tudo continuou normal, uns dias depois, estávamos uns poucos na conversa e ele quase a brincar começa a dizer que tinha o queixo preso e só conseguia abrir a boca pouco mais que a grossura de um dedo. Olhei bem para ele e perguntei: “tens alguma ferida?” Tenho aqui uma ferida na mão, mas isto não é nada, é pá! Fomos ali ao nosso Sargento Enfermeiro, ele chamou logo o Alferes Médico que de imediato o fez seguir para o Hospital Militar de Luanda, infelizmente tarde de mais.

Naquele tempo quase não se falava em vacinas, os conhecimentos eram poucos, os recursos também, e a vida das pessoas não tinha grande valor, quem sofria era calado.

Neste acampamento estivemos apenas três meses, estávamos perto de Luanda onde nos deslocávamos com facilidade, nessa sequência eu aproveitei, pedi duas semanas de férias e fui a uma Escola de condução, fiz contrato para tirar a carta de condução, ligeiros pesados e de mota mil por quinhentos escudos. Já tinha as cartas militares que depois de sair da tropa poderia averbar, mas eu queria já

desfrutar delas e então avancei, tive três dias de aulas de mecânica e de código, no quarto dia chegou lá o instrutor chamou pelo meu nome e disse-me: “Já marquei o teu exame para amanhã”.

Fiquei nervoso e perguntei: - Como?, se eu ainda não tive aulas de condução? Na Camioneta, mais ou menos, eu já conduzo os carros militares enfim, mas na moto eu mal me seguro em cima dela, não estou preparado. Ele respondeu: “Não tenhas problemas, agora temos a aula de mecânica e a seguir eu vou contigo fazer o percurso que farás amanhã no teu exame. Assim foi, dei a volta com o dito carro pesado e correu bem. A seguir trouxeram-me a moto já a trabalhar, peguei nela, mandaram-me fazer dois ou três oitos, barafustei. Realmente eu não percebia nada, ele lá me animou, dizendo “vai correr bem, ele só te manda fazer um oito”. Assim foi! Ao outro dia, passei na condução, a seguir fui ao Código e à mecânica, fiquei aprovado. Carta na mão e, como eu costumo dizer ainda hoje, agora estou autorizado a aprender a conduzir.

A minha caminhada militar continuou, do Ucuia fomos para Luanda todos contentes e dizíamos: “adeus mato; quinze meses já chega”. Em Luanda ficamos instalados no Grafanil, sol de pouca dura. Uma semana depois surgiram confrontos no Catanga, fronteira com a Luanda e lá fomos nós novamente, desta vez para o sul de Luanda, fomos no Barco Niassa para o Lobito, de comboio até ao Luso⁴⁰¹, de caravana-auto até Veríssimo Sarmento, percurso que foi muito difícil, porque estávamos na altura das chuvas, as estradas eram de terra e estreitas, mal nos descuidávamos lá estava um na valeta, chegávamos a demorar meio-dia para fazer vinte quilómetros, enfim ao cabo de três dias, muito mal passados chegámos a uma aldeia deserta que era Veríssimo Sarmento.

Novo acampamento, vedar a nossa zona de segurança e criar as condições mínimas para podermos viver com alguma dignidade e segurança, nessa zona demarcada pela Companhia dos Diamantes, que diziam ter uma superfície quadrada igual a Portugal.

Aqui ficámos um ano, estive sempre tudo calmo, quase diria umas férias em campismo, mas eu já estava farto da tropa. Quase todos os dias à noite saía uma equipa à caça grossa, íamos num jipe, com farolim de caça, focávamos a presa e geralmente matávamos uma ou duas peças, que davam para o Rancho geral e ainda para fazermos bons petiscos que comíamos durante a tarde, sempre bem regados com cerveja Cuca ou Nocal.

⁴⁰¹ Tenho que dizer nunca vi uma vila tão bem estruturada como o Luso, pois as infraestruturas, as avenidas uma faixa para cada lado, árvores no meio e passeios nos dois lados, tudo foi feito antes das construções (comentário do entrevistado).

Nessa altura, eu até estava a gostar de Angola, a minha madrinha de guerra era boa rapariga e pensei ficar lá. Pedi a minha passagem à disponibilidade, assim que chegasse a Luanda e assim foi.

Cheguei a Luanda vindo do Lobito no Barco Niassa, já com todo o Batalhão de regresso a Portugal, o meu último Adeus, todos a saltar de alegria e eu com o coração apertado, já no cais, as lágrimas corriam-me na cara, o Barco afastava-se e eu comecei a caminhar, senti-me tão pequenino naquela grande Luanda onde eu esperava começar de novo a minha vida.

Este percurso de vida, relatado na primeira pessoa demonstra que, de facto, Angola era atrativa, apesar de palco de guerra, era uma realidade nova para estes homens. Território de belezas naturais e cidades mais desenvolvidas do que na Metrópole, apresentava-se como polo de desenvolvimento, pois a guerra mobilizou um movimento de população ímpar e acabou por conseguir aquilo que anos de colonização dirigida não havia alcançado: um aumento substancial da população branca.⁴⁰²

Esta segunda parte do testemunho apresenta essa mesma realidade: muitos soldados em fim de campanha, permaneciam em Angola em busca de melhores condições de vida e novas oportunidades de trabalho. As novas empresas surgiam exatamente da realidade da guerra e das suas necessidades. A maior parte constituiu aí família e permaneceu enquanto existiram condições mínimas de segurança.

Agosto de 1963, fico em Luanda, sozinho, para onde vou?, pensei “quem me vai dar trabalho?”. Tinha apenas a direção de um Sr. Araújo que tinha trabalhado na Oficina onde eu comecei a minha aprendizagem e até fui ajudante dele algumas vezes. Dirigi-me a casa dele cumprimentei-o, disse-lhe que os meus colegas já tinham seguido no Barco, o Niassa e que eu tinha ficado e ele perguntou: - Então vais trabalhar para onde?, perguntou-me.

Eu respondi: “Estou a chegar vou ver o que consigo arranjar”; ele disse-me: “Até arranjares alguma coisa podes trabalhar comigo, na minha Oficina”. Respirei de alívio e, no dia seguinte, comecei a trabalhar numa pequena oficina de serralharia civil: patrão, quatro empregados, agora mais um, não foi difícil a adaptação, pois ferros e soldaduras eu já ia dominando, mas claro estou sempre a aprender e realmente quanto mais vou aprendendo, mais reconheço que pouco sei. O meu primeiro trabalho ali em equipa foi fazermos as estruturas metálicas para o

⁴⁰² Ver Fernando Pimenta, *Ob. Cit.*, pág. 60.

telhado de um grande Armazém, depois a montagem no local, andaimes, máquinas de soldar, nivelamentos, prumadas, esquadrias um trabalho de algum risco, mas que gostei de fazer, pois nunca tinha feito estruturas.

Entretanto, em conversa com um rapaz que também tinha ficado em Luanda e estava a trabalhar nas Oficinas Militares (ASMA = Agrupamento Serviço Material de Angola), surgiu a possibilidade de ir lá. Ele falou no meu caso e o Chefe mandou-me lá ir fazer um teste para um determinado trabalho, que eles queriam começar a fazer e não tinham quem o fizesse. Fui e eles pretendiam construir uma estanhagem para marmitas; as marmitas eram o que substituía os pratos em campanha, cada militar levava na sua mochila duas marmitas que encaixavam uma na outra, estas com o tempo ficavam com ferrugem, se fossem estanhadas ficavam outra vez boas. Baseando-me em certos princípios químicos tanto para a limpeza da ferrugem como para a aderência do estanho, idealizei um conjunto de ações, através das quais podia concretizar o serviço que eles pretendiam, mas esclareci que nunca o tinha feito. Aceitaram admitir-me ao serviço e oferecem-me mais vinte por cento do que eu ganhava, fiquei contente. A minha imaginação deu resultado, estudei à noite e tirei o segundo ano no Liceu Salvador Correia, comecei a ampliar a estanhagem, mais pessoas a trabalhar comigo, passei a chefe de grupo, comecei a ter outras tarefas tipo serralharia artística, por exemplo cadeiras e mesas em ferro forjado.

Naquele tempo não se falava em código do trabalho, não se fazia um contrato entre as duas partes e portanto o trabalhador estava sempre dependente da entidade patronal.

Se os nossos serviços eram do agrado dos nossos superiores, estaríamos o tempo que eles quisessem, teríamos a progressão de carreira que eles achassem por bem; davam-nos dez dias de férias por ano em data a combinar entre as duas partes e no máximo uma vez por mês se fosse necessário, tratar algo pessoal ou de família, então como se fosse um favor davam-nos meio-dia ou um dia, conforme se o caso apresentado o justificasse.”

Esta tardia descoberta de África foi extemporânea, pois esta história estava perto do fim. As tropas, exaustas por treze anos de guerra no mato, anteviram a impossibilidade de ganhar a guerra que se arrastava sem fim à vista. Foram os militares, como sabemos, os protagonistas do desenrolar da guerra, mas também do seu fim. Depois do 25 de abril, tudo mudou e a vida de Tomás Caetano tomou uma nova direção.

Após o 25 de Abril, mais concretamente em Janeiro de 1975, um a um fomos sendo chamados ao escritório e contratados, de acordo com o novo código de trabalho, passamos a ter direito a trinta dias de férias e demais regalias, as inerentes aos trabalhadores da função pública ao serviço das forças armadas. Também nesta minha permanência em Luanda, que foi até mil novecentos e setenta e cinco, eu tive uma pequena oficina de serralharia no Quintal de minha casa, onde trabalhava à noite e aos fins de semana, tendo chegado a ter lá dois empregados a tempo inteiro.

Casei-me no Colono da Cela,⁴⁰³ em Angola, no dia vinte e um de Fevereiro de mil novecentos e sessenta e cinco. Uma cerimónia simples, apenas com alguns familiares e padrinhos, vinte e sete pessoas. No dia seguinte à tarde, fomos de autocarro, oitenta quilómetros chegamos à Quibala, aí pernoitamos; no dia seguinte mais trezentos e vinte quilómetros e chegámos a Luanda, onde tinha o meu emprego e a minha primeira casa, um modesto anexo que eu arrendei ainda antes de casar. Nessa altura, levei lá a minha noiva, para ver se ela gostava da casa e ela disse que sim. Um ano mais tarde e quando esperávamos já o nosso primeiro filho, mudámos de casa.

Agosto de 1967, terminei o segundo ano do Liceu. Mudei de casa novamente para um sítio mais centrado e com um pequeno quintal, onde fiz um telheiro, montei uma pequena oficina, claro sem condições nenhuma mas nessa altura era mesmo assim, até debaixo de uma árvore se fazia isso; comprei algumas máquinas e comecei a trabalhar. Aqui eu pensei adquirir um terreno para mais tarde poder ter uma casa, fiz o contrato e comprometi-me a dar quinhentos angolares por mês durante quarenta e oito meses, depois de pago é que se podia tomar posse e fazer as escrituras. Terreno pago, não tinha dinheiro para construir, nessa altura nem se falava em empréstimos, quem tinha dinheiro construía, quem não tinha, fazia uma cubata de palha. Comecei a comprar outro terreno, nos mesmos moldes do primeiro e quando chegasse ao fim vendia um, com esse dinheiro, mais algum que entretanto ao longo dos anos eu tinha apurado, construía finalmente a minha casa.

Três de Fevereiro de 1975 nasceu o meu segundo filho, o Luís. Nessa altura andava tudo em reboição, a minha esposa era doméstica e eu comecei a pensar em dar mais segurança à família, por isso, em abril, marquei a passagem de avião para os três e vieram embora, em maio. Em Lisboa, foram recebidos pelos familiares e depois ficaram alternadamente em casa de meus pais e de meus sogros.

O projeto estava bem pensado, mas os acontecimentos políticos ultrapassaram-no. Eu não temia os Angolanos que me conheciam, pois vários me

⁴⁰³

A esposa integrou o colonato de Cela, nos anos cinquenta.

pediram para eu ficar, mas para os outros eu era um branco. Resolvi vir, agosto de setenta e cinco, tomei o Avião Luanda-Lisboa, os terrenos ficaram, mas vieram comigo algumas economias que tinha e uma grande vontade de trabalhar e poupar.

Este testemunho introduz de uma forma direta e pessoal a fugaz aventura colonial de muitos portugueses. Tiveram contacto com um novo mundo e evoluíram no conhecimento da realidade e do mundo, longe da forte repressão da Metrópole, viram outras paisagens, outras culturas, outras formas de vida. Muitos perceberam que a continuidade daquela realidade histórico-política era uma miragem, mas beberam avidamente todas as novas sensações e informações.

O império era um mito. Como observa Eduardo Lourenço, “a sacralização das origens faz parte da história dos povos como mitologia. Mas deve ser raro que algum povo tenha tomado tão à letra essa inscrição, não apenas mítica, mas filial e já messiânica do seu destino como Portugal [...]”⁴⁰⁴

O Império ultramarino português, transformou-se num desses mitos e Angola, em particular, devido ao seu poderio económico. Uma empresa como a Diamang, já anteriormente referida, dava os sinais do que podia dar Angola, da diversidade e abundância de recursos à fertilidade aliada à imensidão das terras do norte, onde se cultivava o café, do qual este território, aquando da descolonização, era o segundo maior exportador internacional, ou de algodão, no centro do território.

As consequências da II Guerra Mundial sobre a ditadura salazarista foram relevantes desde logo no fim da guerra e nos anos que se lhe seguiram devido à independência da Índia e ao início das guerras de libertação, como o caso da Argélia e da Índia, colonizadas por potências estrangeiras. Caso Portugal tivesse integrado as fileiras da Democracia após a II Guerra Mundial, o “Ultramar” tinha tido, com certeza, outro desfecho. Porém, tal não aconteceu e a guerra inevitável, acabou por ser a encarnação do próprio regime. Este acabou por se reconfigurar e endurecer

⁴⁰⁴ Eduardo Lourenço, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Gradiva, Lisboa, 1999, pps. 91-92.

pela ameaça do conflito. A guerra acabou por eclodir à imagem da Ditadura, sem margem de negociações e de tolerância, prolongou-se no tempo e a sua agonia acabou por ser a agonia do regime.

Se os anos cinquenta do século XX assistiram a uma onda de descolonizações e ao surgimento de novos países, por parte do Império francês e britânico, Portugal transformou, numa operação de charme e legitimação, o seu Império colonial em províncias ultramarinas, com um forte impulso nos movimentos de colonos, numa ação dirigida e controlada pelo Estado. Estas movimentações tiveram também consequências ao nível das relações com os indígenas. Ao mínimo pedido de melhorias de condições de vida, as autoridades coloniais respondiam com um redobrar do trabalho e com repressão.

Esta repressão sentiu-se também nas instituições, pois ainda durante os anos cinquenta, a PIDE abre delegações em todas as províncias ultramarinas e aumenta o seu raio de ação, através de uma ampla rede de informadores. Em janeiro de 1960, uma manifestação de trabalhadores foi duramente reprimida no norte de Moçambique e, em janeiro de 1961, em Malanje, no centro de Angola, ocorreu um caso semelhante. Ainda em 1953, em S. Tomé e Príncipe, tiveram lugar novos conflitos que foram reprimidos com extrema violência.⁴⁰⁵

A forma encontrada pelo Estado português para homogeneizar o pensamento mestiço e africano com a ideologia europeia, através da criação das casas de Estudantes do Império⁴⁰⁶, acabou por resultar num encontro de nacionalistas emergentes africanos. Tinham igualmente laços políticos com o MUD (Movimento de Unidade Democrática) e com o Partido Comunista Português (PCP), do qual chegou a nascer o PCA (Partido Comunista Angolano), que acabou por se diluir no MPLA, que reunia apoio da população urbana e dos mestiços, aliando intelectuais e proletários, principalmente na região envolvente de Lisboa. O MPLA

⁴⁰⁵ Norrie Macqueen, *A descolonização da África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998, pps. 37-38.

⁴⁰⁶ A primeira Casa de Estudantes do Império foi criada em 1944, em Lisboa. Foram fundadas para fomentar a europeização dos povos colonizados, mas acabaram por estar ligadas à formação dos líderes da guerrilha africana.

era o movimento cosmopolita por excelência, cuja etnia dominante era a constituída pelos bacongos, que estiveram na base do movimento anticolonial.⁴⁰⁷

Quando, em março de 1961, tiveram início os primeiros movimentos revolucionários, havia duas persistências no caso português: a ditadura salazarista e o colonialismo efetivo e tardio, em relação às outras potências coloniais. A Guerra Fria enquanto enquadramento internacional dava o mote para a sobrevivência daqueles.

Durante e depois da II Guerra Mundial, o apoio a Portugal foi também alcançado pela cedência da base das Lajes dos Açores e pela legitimidade das alianças reforçadas com os seus tradicionais aliados. Também por estes motivos, Portugal passou a ser membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a partir de 1949, e apesar da clivagem ideológica e das reticências iniciais de membros como a URSS, aderiu também à ONU, em 1955.

O primeiro grande desafio que Portugal enfrentou foi, em 1950, a reivindicação dos territórios de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, justificando esta posição com a pequenez dos territórios e a pouca influência dos portugueses na região.⁴⁰⁸ As mudanças em Washington refletiram-se na política externa portuguesa com as posições da administração Kennedy, favoráveis ao despontar do nacionalismo africano, que rapidamente tiveram repercussões nas relações com Lisboa.

Foi a partir de 1961 que os acontecimentos se desenrolaram. Nesse ano, sucederam-se os episódios contra a Ditadura, tendo sido mesmo considerado como o ano de todos os males para o salazarismo. O início da guerra em Angola, o caso do Santa Maria⁴⁰⁹, o golpe de Botelho Moniz⁴¹⁰ e a ocupação de Goa pela União

⁴⁰⁷ Norrie Macqueen, *Ob.Cit.*, pág. 39.

⁴⁰⁸ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português, a Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, pág. 15.

⁴⁰⁹ Na madrugada de 22 de janeiro de 1961, o paquete de luxo Santa Maria, da Companhia Nacional de Navegação, é tomada de assalto em águas internacionais, nas Caraíbas, pelo Comando Único do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), desencadeando a “Operação Dulcineia”. Este movimento criado em 1960, na Venezuela, congregava exilados da União dos Combatentes Espanhóis e do Movimento Nacional Independente, apoiante de Humberto Delgado. O plano delineado por Henrique Galvão consistia no desvio de um navio para a ilha de Fernando Pó, e depois com destino a Luanda. As potências mundiais, num primeiro momento, criticaram os ocupantes, mas logo percebem a sua posição política a favor da luta antifascista. Cf.

Indiana⁴¹¹. Em todas estas ações, houve influência americana e não a favor do governo de Portugal.

No mato continuavam os soldados, num vai-e-vem constante, tal como afirmava Tomás Caetano no seu testemunho *Levantamos o acampamento, tralha às costas, viaturas, armamento e toda a logística, caravana em movimento, com destino a novo acampamento, viajámos pela parte Sul no sentido de aproximação a Luanda*.⁴¹² Era necessário proteger as cidades e a civilização, cujas bases abanavam.

Ainda em 1961 surge, em Angola, a figura do General Deslandes que procurava a convergência dos interesses da comunidade branca à independência deste território. Dentro dos territórios coloniais, existiram vários movimentos autonomistas. Um tinha como modelo a criação de um “grande triângulo atlântico” com implantação em Portugal, Angola, Brasil e Ilhas Atlânticas, em articulação com os movimentos nacionalistas. Outro, liderado por Moçambique, que tinha como objetivo unir Angola, Moçambique, Rodésia e África do sul.

Em 1961, o Governador-Geral de Angola, Venâncio Deslandes, convocou uma Assembleia-Geral para “discutir a declaração unilateral de uma independência branca”, escreveu o embaixador Pinto da França no livro “Angola, o dia-a-dia de um embaixador”, mas acabou por ser demovido da ideia pelos Secretários Provinciais. O Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, definiu este acontecimento como “meros rumores”, mas o que é facto é que o General foi demitido.⁴¹³

Deslandes estava convicto de que o futuro do estatuto das colónias era uma espécie de federalismo e, por isso, foi adotado pela oposição ao governo e pelos separatistas de Angola como uma bandeira. Embora não enunciasse em público as

Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Vendas Novas, Bertrand Editora, 1996, pps. 67-69.

⁴¹⁰ Ministro da Defesa de Salazar, que, em abril de 1961, encabeça o golpe militar conhecido por abrilada com o apoio das altas esferas militares e do ex-presidente Craveiro Lopes. Avisado do golpe, Salazar prepara um contragolpe do qual sai vitorioso.

⁴¹¹ A descolonização do Estado Português da Índia demorou 36 horas, entre 18 e 19 de dezembro de 1961, depois de cinco séculos de presença portuguesa e de 11 anos de impasse entre Lisboa e Nova Deli. Um dia e meio foi quanto resistiram os 3000 militares portugueses colocados em Goa, Damão e Diu à invasão dos cerca de 50.000 soldados indianos. Cf. João Paulo Guerra, *O Regresso das Caravelas*, Alfragide, Oficina do Livro, 2009, pág. 43.

⁴¹² Informação retirada do testemunho de José Tomás Caetano, ...*Cit.*

⁴¹³ Depoimentos retirados do documentário *A Guerra*, de Joaquim Furtado, RTP, 2012.

suas ideias, estas chegavam às elites brancas de Angola e o General gerou muita simpatia na população. Foi a figura que esteve mais próxima de um corte com Lisboa, mas tal acabou por não acontecer e, por iniciativa de Marcelo Caetano, foi substituído por Silvino Silvério Marques, em outubro de 1962. Na cerimónia de tomada de posse, O Presidente do Conselho sublinhou a sua fidelidade. Adriano Moreira é afastado no mês seguinte.

Outro movimento de emancipação era o que existia em Moçambique, mas não contou com o apoio de Angola. O projeto previa uma comunidade de países organizada, como os EUA, com dois símbolos e estruturas em comum, a moeda e a defesa. Mas o não alinhamento de Angola tinha a ver com diferenças ideológicas, pois, na visão dos angolanos, em Moçambique havia “racismo e inglesismo”, o que em Angola não existia.⁴¹⁴ O ano de 1961 pôs a descoberto as fragilidades internas do Império “uno e indivisível”, imaginado e difundido por Salazar.

No xadrez político internacional, o apoio americano foi para Holden Roberto, líder da UPA. Internamente, a Ditadura reorganizou-se apelando à adesão da população e criando apoios anticomunistas nos EUA, através de ações de propaganda. Este país, através de contactos diplomáticos, encetou, por diversas vezes, opções de negociação em relação aos territórios, mas todas foram invariavelmente recusadas por Salazar e Franco Nogueira, então Ministro dos Negócios Estrangeiros.⁴¹⁵

Em 1962, a CIA preparou um plano para a descolonização portuguesa, o plano Sakwa, sem o qual Portugal estaria condenado a uma guerra longa e sem futuro, que arrastaria a NATO e acabaria por criar cisões entre Portugal e os territórios africanos. Os americanos sabiam que era muito difícil Salazar aceitar a situação, mas a opção passaria pelo seu derrube por um grupo de oficiais com o apoio americano.⁴¹⁶

⁴¹⁴ Depoimentos retirados do documentário *A Guerra*, de Joaquim Furtado, RTP, 2012.

⁴¹⁵ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português, a Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, pág. 17.

⁴¹⁶ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 19.

As atenções concentradas em Portugal e na Guerra colonial foram mudando ao longo do tempo consoante os enfoques internacionais. Portugal começou por encabeçar a agenda interna com a Guerra, mas depois foi perdendo terreno em relação aos outros assuntos prioritários, como a Guerra do Vietname, entre outros. Entre 1961 e 1965, foram elaboradas pelo menos seis propostas sérias para resolução do conflito, ao que parece todas recusadas por Salazar.⁴¹⁷

Porém, foi a própria guerra a alavanca da mudança do panorama político em Portugal, pois houve uma maior abertura ao investimento estrangeiro, na metrópole e nas colónias. O aumento do turismo e a emigração de mão-de-obra para a Europa acabaram por trazer novas influências que renovaram o ambiente em Portugal. A viragem para a Europa também se verificou através da adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), que veio conceder a Portugal uma maior abertura económica. Com o aumento da circulação de produtos, houve um acréscimo das relações interpessoais e uma maior circulação de informação.

Nos territórios ultramarinos, existiram três fatores que estiveram na origem do despertar das identidades: a vaga de independências do norte de África que levaram à formação de uma consciência étnica, também impulsionada pela missão protestante⁴¹⁸, o nascimento das primeiras elites com ideais independentistas, a oposição ao salazarismo que apoiou estes movimentos e incentivou estes grupos na metrópole.⁴¹⁹

No mato a guerrilha continuava, as tropas iam percebendo a realidade da guerra no terreno e as disparidades de desenvolvimento dentro do imenso território angolano, tal como afirmava José Tomás Caetano, no seu testemunho:

A minha caminhada militar continuou, do Ucuva fomos para Luanda todos contentes e dizíamos “adeus mato; quinze meses já chega”. Em Luanda ficamos instalados no Grafanil, sol de pouca dura. Uma semana depois surgiram confrontos

⁴¹⁷ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 20.

⁴¹⁸ A fundação de movimentos como o Tocoísmo, na década de 50, cujo líder, Simão Toco, defendia a livre interpretação da Bíblia e a negação dos poderes civis, acabam por penetrar e influenciar as populações, contribuindo para “difundir a propaganda antieuropeia e anticolonialista. Informação retirada de documentação do arquivo EPHEMERA, proveniente de um ficheiro de um oficial-general, constituída por um conjunto de informações (classificadas) sobre as colónias portuguesas e os movimentos de subversão, disponível em <http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2009/12/inf3-01.jpg>, consultado a 4 de agosto de 2015.

⁴¹⁹ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 35.

no Catanga, fronteira com a Luanda e lá fomos nós novamente desta vez para o sul de Luanda, fomos no Barco Niassa para o Lobito, de comboio até ao Luso, de caravana-auto até Veríssimo Sarmento, percurso que foi muito difícil, porque estávamos na altura das chuvas, as estradas eram de terra e estreitas, mal nos descuidávamos lá estava um na valeta, chegávamos a demorar meio-dia para fazer vinte quilómetros, enfim ao cabo de três dias, muito mal passados chegámos a uma aldeia deserta que era Veríssimo Sarmento.

Novo acampamento, vedar a nossa zona de segurança e criar as condições mínimas para podermos viver com alguma dignidade e segurança, nessa zona demarcada pela Companhia dos Diamantes, que diziam ter uma superfície quadrada igual a Portugal.

Para a formação das elites intelectuais no seio das colónias contribuiu a mobilidade concedida pelas bolsas para formação na Casa de Estudantes do Império, fundada em 1944, em Lisboa, e com delegações em Coimbra, em 1945, e no Porto, em 1959. Agostinho Neto frequentou a delegação de Coimbra. Figura de referência cultural de Angola, destacou-se como poeta e fundou a União de Escritores Angolanos. Foi ele o fundador do MPLA e o primeiro presidente de Angola. Foi um dos financiados pelo Estado para estudar na Metrópole, em 1947, primeiro, em Coimbra, e depois, em Lisboa, onde concluiu o curso de Medicina. Quando terminou o curso, abriu um consultório, em Luanda, onde foi preso e depois deportado para Cabo Verde. No Tarrafal, Agostinho Neto escreveu o livro *Poemas*, com capa de Luandino Vieira.

Em seguida, foram criadas outras agremiações que contribuiriam para uma concentração de esforços no sentido de definição dos nacionalismos emergentes, tal como o Centro de Estudos Africanos ou o Clube Marítimo Africano. Este associativismo teve, como não podia deixar de ser, reflexos na vida e organização política, logo em 1954, com a criação do Movimento Democrático das colónias, seguido por diferentes movimentos nacionalistas independentistas nas diferentes colónias, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União de Povos de Angola (UPA), o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde e, mais tarde, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Também nestes

anos 50, se multiplicaram as Organizações, como o Movimento Anti-Colonial (MAC), criado em 1957, em Paris, ou a Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN), em 1960.⁴²⁰

O início do conflito em Angola, no norte, em 1961, teve uma origem étnica⁴²¹. Quer isto dizer que nasceu entre os bacongus, como já referimos, etnia da zona raiana com o Congo Belga e com influências protestantes, onde se difundiram os ideais de libertação dos povos de Angola, sob a liderança de Holden Roberto. A 15 de março, foram atacadas fazendas e postos administrativos portugueses e teve início o conflito que marcou várias gerações, diversos espaços em diferentes tempos e teve uma repercussão internacional assinalável.

Cada território ultramarino viveu a guerra à sua medida e, mesmo com um inimigo comum, os portugueses, notaram-se desde logo várias cisões internas que alguns autores designam mesmo de guerra civil, durante o conflito colonial.⁴²²

Essas cisões foram aproveitadas habilmente pela tropa portuguesa e trouxeram momentos de uma aparente paz e prosperidade, tal como afirmava o testemunho em que nos baseámos atrás: *Nessa altura, eu até estava a gostar de Angola, a minha madrinha de guerra era boa rapariga e pensei ficar lá. Pedi a minha passagem à disponibilidade, assim que chegasse a Luanda e assim foi.*

Cheguei a Luanda vindo do Lobito no Barco Niassa, já com todo o Batalhão de regresso a Portugal, o meu último Adeus, todos a saltar de alegria e eu com o coração apertado, já no cais, as lágrimas corriam-me na cara, o Barco afastava-se e eu comecei a caminhar, senti-me tão pequenino naquela grande Luanda onde eu esperava começar de novo a minha vida.

Nos territórios de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor, os movimentos nacionalistas não teriam expressão devido à ação da polícia e ao facto de serem territórios insulares e, portanto, era mais fácil controlar estes movimentos

⁴²⁰ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pps. 38-41.

⁴²¹ António Costa Pinto utiliza a denominação de Chabal e divide os nacionalismos africanos em três tipologias: modernizadores, tradicionalistas e etno-nacionalistas. O primeiro com uma visão internacionalizadora, o segundo ligado ao imaginário africanos e o terceiro à promoção de etnias. Cf. António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 87.

⁴²² Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 44.

considerados “subversivos”. No que diz respeito aos territórios indianos, Goa, Damão e Diu, foram desde logo reclamados pela União Indiana, também nesse ano de 1961 e que acabaram por ser entregues, apesar de uma primeira tentativa de resistência. Persistiram as outras guerras: Angola, Moçambique e Guiné até 1974.

No caso de Angola, foi a já referida etnia Bacongo responsável pela cedência de muitos dos guerrilheiros que integraram as fileiras da UPA⁴²³ e que, entretanto, com o incendiar do conflito se tinham refugiado no Congo. O ano de 1962 viu incrementar a importância deste movimento, incluindo depois a integração de Jonas Savimbi, indivíduo de etnia Ovimbundo que usufruía de bolsas de organizações protestantes, em Lisboa, e QUE conseguiu várias filiações de estudantes no movimento. Com este crescimento e a absorção de outros movimentos, em março de 1962, a UPA transformou-se na FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

Já o MPLA teve várias dificuldades na sua organização. Implantado no exílio e com alguns apoios na Europa, conseguiu subsistir acabando por ser a fuga de Agostinho Neto a desencadear uma crise grave por falta de entendimento com a FNLA.

Em 1966, aparece outro movimento, fruto de uma divisão da FNLA, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Savimbi fundou um novo partido, primeiro com o apoio da China e, mais tarde, dos EUA e de África do sul.⁴²⁴

Os principais ataques da UNITA eram eminentemente contra o MPLA, mais do que contra o exército português, cujas ações se limitavam a ataques contra o caminho-de-ferro de Benguela, o que redundou também em problemas com os países limítrofes como a Zâmbia e o Zaire, que dependiam deste para se abastecerem de cobre. Este embate com o MPLA levou mesmo Savimbi a assinar um acordo com os portugueses, para centrarem os seus ataques naquele movimento de guerrilha e, eventualmente, contra a FNLA. Este acordo durou até ao ano da

⁴²³ A UPA teve origem na UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), fundada em 1957, por Barros Necaca e seu sobrinho, Holden Roberto, que, mais tarde, inicia os contatos internacionais do movimento que perde o Norte na sigla, passando a UPA (União dos Povos de Angola). Para mais informações Cf. António Costa Pinto, *O Fim do Império Português, a Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, pág. 41.

⁴²⁴ *Idem*, pág. 58 e 79.

revolução e só depois com o conturbado processo de transferência de poderes é que foi revelado.⁴²⁵

A guerra em Angola teve características especiais, em relação aos outros territórios e acabou por desenvolver-se nos espaços mais difíceis. A guerra de guerrilha teve lugar no mato, porque os núcleos urbanos eram muito defendidos, possuindo um perímetro de segurança levantado pela PIDE e pelos colonos, onde os movimentos tinham muita dificuldade em entrar. Isto levou ao enfraquecimento dos movimentos nacionalistas e à acomodação das populações europeias que praticamente não sentiam os efeitos da guerra, acrescida pelas divisões internas e ainda entre os diferentes movimentos nacionalistas. Os núcleos populacionais, oriundos da metrópole, ao invés de diminuírem, aumentaram durante a guerra, o que levou a um fortalecimento destas comunidades, mesmo em espaço rural.⁴²⁶

Tal como no caso de José Tomás Caetano que era *natural do Lugar de Casal da Serra, Freguesia de S. Vicente da Beira, Concelho e Distrito de Castelo Branco* que depois concluiu a sua instrução em Angola, onde estudava e trabalhava, ao mesmo tempo.

No caso de Angola, tal como afirmou o nosso interlocutor, a guerra pode ser dividida em três períodos cronológicos, com a predominância de uma das fações: de 1961 a 1963, o predomínio da UPA; de 1964 a 1970, o predomínio do MPLA; e de 1970 a 1974, o predomínio da FNLA, com vários sucessos militares das forças armadas portuguesas.⁴²⁷

De facto, o princípio da década de setenta foi de domínio do Exército português, não só pelas divisões internas das guerrilhas já referidas, mas também pela influência das táticas usadas na guerra do Vietname pelos EUA, nomeadamente o uso de napalm, de herbicidas e a fundação de aldeias estratégicas, de modo a dificultar a ação dos movimentos e a sua posição no terreno. Outra estratégia usada

⁴²⁵ Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 56.

⁴²⁶ De assinalar o ataque à prisão central de Luanda, em 1959, prontamente reprimida pela PIDE. Cf. Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 51.

⁴²⁷ *Idem*, pág. 50.

pelos portugueses foi a africanização do exército português, o que levou a que, dos 66.000 soldados, 28.000 fossem africanos, na década de sessenta.⁴²⁸

Esta situação levou a que os apoios externos fossem essenciais na continuidade dos movimentos, principalmente no que diz respeito aos vizinhos fronteiriços. Assim, o posto de comando da UPA, depois FNLA, situava-se em Leopoldville, no Congo, enquanto o MPLA tinha o seu centro nevrálgico em Cabinda, com o apoio do Congo Brazzaville. Mais tarde, a UNITA tinha as suas bases na Zâmbia.⁴²⁹

O mesmo sistema foi montado na Guiné e em Moçambique, com a organização de movimentos de libertação, apoiados externamente pelas potências estrangeiras, nomeadamente os EUA, excetuando os casos de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe ou Timor, pois nestes territórios, devido à sua dimensão, era mais fácil o controlo exercido pelas autoridades, nomeadamente pela PIDE, que inclusivamente reativou o campo de concentração do Tarrafal, em 1961, para receber presos políticos destes movimentos.

Na cena internacional, em 1954, era fundado o ACA (American Comitee on Africa), com sede em Nova Iorque, em 1956, que funcionava de forma independente do governo americano, mas influenciava fortemente a opinião pública e possuía um Fundo de Defesa e Ajuda de África, defendendo a autodeterminação e independência de todos os povos, tendo patrocinado e apoiado as ações da UPA. Alguns elementos desta organização deslocaram-se a Angola, em fevereiro de 1960, e, mais tarde, ocorreu a visita do dirigente da UPA, Holden Roberto em novembro de 1961, a Nova Iorque. O programa da ACA incluía o apoio “aos nacionalistas angolanos, apoio médico e fornecimento de roupas.”⁴³⁰ Em 1962, a UPA é transformada em FNLA, como já foi referido e, em 1963, o mesmo Holden Roberto, cria o Governo Revolucionário de Angola (GRA) no exílio, o que acaba por conceder

⁴²⁸ Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pps. 57-58.

⁴²⁹ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 42.

⁴³⁰ Informação retirada de documentação do arquivo EPHEMERA, proveniente de um ficheiro de um oficial-general, constituída por um conjunto de informações (classificadas) sobre as colónias portuguesas e os movimentos de subversão disponível em <https://ephemerajpp.files.wordpress.com/2009/12/copy-of-inf3.jpg>, consultado a 4 de agosto de 2015.

ao FNLA um lugar de destaque a nível internacional e garante este movimento como o representante de Angola na Organização de Unidade Africana.⁴³¹

Igualmente no ano de 1961, foi constituído o grupo de Casablanca, “grupo pan-africanista formado entre as Repúblicas do Gana, Guiné, Mali, Argélia, Marrocos e RAU (República Árabe Unida) com grande aproximação ao grupo comunista, do qual recebe particular influência e apoio material (...) especialmente dirigido para Casablanca, ACCRA, Conacri e Argel como principais centros de irradiação de fornecimento de material aos movimentos que desencadeavam a guerra subversiva de África.”⁴³²

Também no caso da Guerra do Ultramar se construíram mitos e rituais de glorificação, à semelhança das “campanhas de pacificação” do final do século XIX, em que se edificaram heróis, tal como referimos no capítulo primeiro. A partir do 10 de junho de 1963, consolidou-se o estatuto de herói das Forças Armadas Portuguesas, através da realização de “cerimónias públicas nas sedes das regiões militares do país para entrega de condecoração de campanha aos militares, que nos últimos dois anos se têm distinguido no Ultramar.” A cerimónia era composta por três fases, com um único convidado – o Povo. A primeira serviria para agremiar as forças simbólicas da Nação nos seus mais altos representantes civis, militares e religiosos, seguindo-se a “cerimónia de imposição de condecorações, o chamamento de cada um dos agraciados, leitura dos atos de valor que originaram a condecoração e respetiva consagração. Finda a cerimónia de consagração haverá um desfile das tropas em parada.”⁴³³ Esta cerimónia tinha lugar na então Metrópole, mas também nas Províncias Ultramarinas e a última aconteceu em 10 de junho de 1973.

O prolongamento da guerra foi responsável pela mudança de atitude dentro de certos setores que, desde sempre, tinham apoiado o regime, principalmente naquele que era considerado o seu pilar, a Igreja Católica. Situação que se agudizará

⁴³¹ Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 51.

⁴³² Informação retirada de documentação do arquivo EPHEMERA, proveniente de um ficheiro de um oficial-general, constituída por um conjunto de informações (classificadas) sobre as colónias portuguesas e os movimentos de subversão, disponível em <http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2009/12/inf3-01.jpg>, consultado no dia 4 de agosto de 2015.

⁴³³ “O Ministério do Exército vai homenagear publicamente os militares que se distinguiram nas nossas províncias ultramarinas” publicada no Jornal “Diário de Lisboa”, de 1 de junho de 1963.

com o encontro do Papa Paulo VI com os dirigentes dos Movimentos de Libertação, em 1970.

Entre 1968-69, com o surgimento do marcelismo e de alguma liberalização no que respeita a instituições sindicais e grupos de interesse, houve expectativas de mudança, mas Marcelo Caetano optou sempre pela manutenção da guerra, o que acabou por levar ao fim da Ditadura.⁴³⁴

Ao tomar a dianteira do regime, Caetano deparou-se com várias dificuldades, no que diz respeito à rigidez das estruturas criadas pelo seu antecessor. Se no princípio houve a expectativa de reformas no sistema, rapidamente se desvaneceram e, ao invés de alterar essas políticas, o marcelismo limitou-se a realizar uma operação de limpeza. Assim, a PIDE deu lugar à DGS, Direção-Geral de Segurança e o partido único designado União Nacional passou a Ação Nacional Popular. Em África, a situação colonial acabou por ser reforçada com a visita ao Ultramar de Marcelo Caetano, em 1969, algo que nunca tinha acontecido, uma vez que Salazar nunca se deslocou aos territórios ultramarinos.⁴³⁵

Também neste aspeto, Marcelo Caetano mostrou grande ambiguidade, pois ao mesmo tempo que dava continuidade à política salazarista, iniciava um discurso de autonomia que agradava aos colonos, principalmente em Angola, onde já antes haviam existido movimentos nesse sentido, apoiados pelos próprios governantes, caso de Norton de Matos, ainda nos tempos republicanos. Simbolicamente, Marcelo Caetano homenageou o General, depositando uma coroa de flores na sua estátua em Nova Lisboa.⁴³⁶

Apesar desta ideia pouco convincente de autonomia, Marcelo Caetano continuou sem renovar a política salazarista e acabou por prevalecer o conflito. A questão ultramarina foi mesmo central durante o seu governo, justificando a

⁴³⁴ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 47.

⁴³⁵ Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 92.

⁴³⁶ *Idem*, pág. 93.

permanência em África não pela presença histórica nem pela síndrome de perda da independência de Portugal, mas sim invocando o que tinha sido construído pelos portugueses que aí habitavam e que queriam continuar a ser governados por Portugal, fugindo à selvajaria, por um lado, ou aos “inimigos do ocidente”, por outro.⁴³⁷

A época do marcelismo foi acompanhada por mudanças económicas e sociais que reclamavam novas decisões políticas que viram em Marcelo Caetano uma hipótese de mudança, também política. Os anos sessenta significaram, de facto, em Portugal, o primeiro período de franco desenvolvimento por vários motivos, mas o principal factor de abertura foi a viragem da economia portuguesa para a Europa. Este crescimento acompanhou idêntico movimento na Europa do sul e o próprio Salazar foi cedendo a esta relativa liberalização do sistema, nomeadamente quando o esforço financeiro exigido pelas guerras de África obrigaram a abrir a porta aos investimentos estrangeiros. Portugal apresentava indicadores de desenvolvimento muito modestos, pouco acima do autoproclamado “Terceiro Mundo”, ocupando o último lugar no que respeita ao desenvolvimento.⁴³⁸ A política ruralista e autarcia de Salazar levou Portugal a ocupar o lugar de país mais pobre do sul da Europa, mas até essa pobreza era justificável no ideário do regime, pois a pobreza enobrecia. O contexto dos anos sessenta consolidava uma viragem deste sistema, mas eis que se desencadeia o conflito colonial que já era previsível, até pelo próprio ditador.⁴³⁹

É igualmente a partir de meados dos anos 60 que começam a ser integrados africanos nos colonatos, obviamente seleccionados entre as elites da sociedade tradicional, agricultores assimilados, com formação escolar básica nas escolas públicas ou nas missões religiosas, levando à formação de uma elite negra, para

⁴³⁷ Luís Reis Torgal, *Marcello Caetano, Marcelismo e “Estado Social”, Uma interpretação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pág. 55.

⁴³⁸ Para uma contextualização e indicadores estatísticos da evolução da economia portuguesa ver Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, *História Económica de Portugal, século XX*, vol. III, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2003.

⁴³⁹ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 48.

auxiliar o regime nas transformações políticas, ampliar as possibilidades e iniciativas empresariais e ocupar os espaços onde a implantação branca era reduzida.⁴⁴⁰

A partir desta década de sessenta, Portugal passou a não depender das colónias no desenvolvimento da sua economia e abriu-se à Europa em construção, integrando a zona do comércio livre da EFTA. Por seu lado, os territórios africanos conhecem um verdadeiro desenvolvimento, nomeadamente no caso de Angola. Já rica em recursos minerais, esse incremento passou também pelo investimento na exploração do petróleo, acabou por criar condições de ascensão económica. Esta situação acabou por ser ambivalente para a economia portuguesa, mas é certo que desviou capitais decisivos para o desenvolvimento do país, no que diz respeito às infraestruturas e à educação.⁴⁴¹

Esta pujança económica levou ao crescimento de uma classe média em Portugal, propiciada pelo crescimento do setor liberal que depositou as suas esperanças na nomeação de Marcelo Caetano como sucessor de Salazar, projetando uma eventual abertura do regime e uma solução relativamente ao problema africano. Tal não aconteceu. Dentro das estruturas hierárquicas da ditadura, havia posições enraizadas, como a do próprio Presidente da República, Américo Thomaz, oficial da Armada que desde logo clarificou a sua posição, corroborada pelo auxílio das forças armadas, caso houvesse necessidade.⁴⁴²

O regime nunca aceitou renegociar a história da guerra e dar início a novos modos de descolonização, tanto em Moçambique, com Jorge Jardim, como na Guiné, com o General Spínola. A 26 de maio de 1972, Marcelo Caetano convocou o general Spínola para lhe comunicar que o regime preferia a derrota militar na Guiné a “negociar com terroristas”.⁴⁴³

Deste modo, o marcelismo levou à continuidade da política colonial em África, uma herança do salazarismo e, mesmo quando podia ter levado a cabo reformas e alterado a estrutura do regime, não teve capacidade para o realizar.

⁴⁴⁰ Amélia de Neves de Souto, *Caetano e o ocaso do “Império”, administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.

⁴⁴¹ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pág. 48.

⁴⁴² Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 91.

⁴⁴³ João Paulo Guerra, *Ob. Cit.*, pág. 52.

Assim, as guerras continuaram, com todas as suas consequências sociais e culturais, muitas vezes traumáticas, como vimos pelos testemunhos que partilhámos.

As guerras coloniais foram responsáveis por um terrível drama social, que se saldou em 8.000 mortos e 28.000 feridos e na mobilização de 1% da população ativa e jovem para a guerra, o que também teve um impacto negativo na economia nacional.

Quando, em 1974, eclodiu a revolução que pôs termo à guerra colonial, o conflito que já existia entre os movimentos nacionalistas continuou e teria consequências desastrosas para o futuro desses territórios. Os novos países africanos não tinham como objetivo passar de um colonialismo de modelo tradicional para um neocolonialismo económico disfarçado. Por isso optaram por vias diferentes, de carácter revolucionário e com uma ideologia marcadamente de esquerda, que podemos designar de afromarxista.

De que modo estes conflitos tiveram repercussões nas duas comunidades em estudo? As comunidades marítimas em análise eram muito pouco informadas politicamente; estavam longe da capital, não dispunham de grandes contactos com as tropas e a população era, em geral, despolarizada. A julgar pelos seus próprios testemunhos, eram comunidades apolíticas, o que também era previsível devido à pouca oferta no que toca a estudos liceais e universitários. Além deste aspeto, o facto de estarem afastados das principais zonas de conflito e a própria natureza agreste condicionava a circulação de informação.

A guerra só teve consequências nas populações do sul de Angola a partir de 1 de maio de 1974. O testemunho dos nossos entrevistados coloca em evidência esse despertar tardio. Em Mossâmedes e Porto Alexandre começou a haver movimentação de tropas que chegavam tanto do norte de Angola como de África do sul. A população começou a ouvir tiros durante a noite e o clima de medo instalou-se. Chegaram a refugiar-se nas embarcações, viradas ao contrário e juntaram-se para fugir, por terra ou por mar. Em grupos, atravessaram as fronteiras vizinhas e

enfrentaram o exílio, quando realmente perceberam que não existiam condições de segurança para ali permanecer. A fuga era a única opção, muitos julgaram transitória, mas acabando por ser revelar definitiva, na maior parte dos casos. Muitos dos que voltaram nunca tinham vindo à Europa, não se adaptando e voltando para Angola, arriscando.

Os testemunhos orais, deram-nos também acesso a espólios pessoais que consideramos de grande valor e retratam iconograficamente a narrativa exposta. Exemplo disso são algumas fotos do arquivo pessoal da família Caetano, que mostram o contacto com novas realidades e os locais edificados durante a tentativa de fixação dos colonos, emigrantes e soldados, antes e depois da guerra.

Imagem 25
Colégio dos Maristas, anos 60

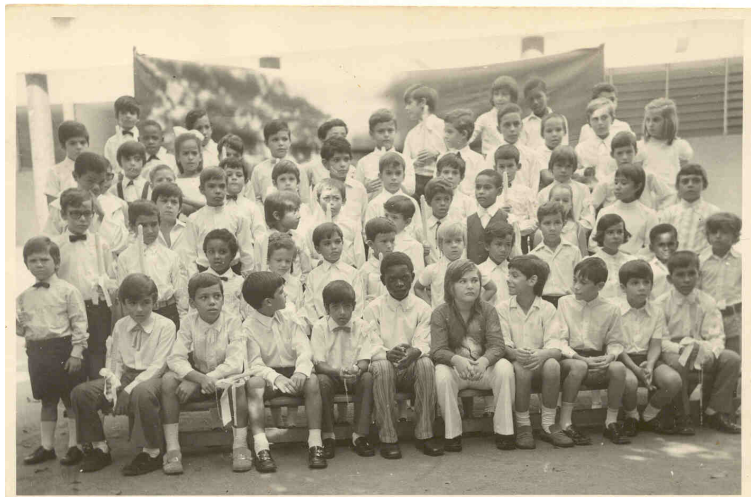


Imagem 26

Fotos no Colonato de cela 1962-1964



Imagem 27

Colonato de Cela



Imagem 28 e 29

Colonato de Cela



Imagem 30

Aspetto da Vila do Luso, que demonstra o urbanismo de traço europeu na organização do território.



Fonte: Fotos provenientes do espólio particular da família Caetano.

3.3

A descolonização e a emergência das identidades pós-coloniais

3.3 A descolonização e a emergência das identidades pós-coloniais

Os territórios coloniais seguiram caminhos diferentes, embora existisse uma interdependência e uma similitude ideológica entre os diferentes movimentos. O MPLA, o PAIGC e a FRELIMO tinham uma solidariedade revolucionária que os levou a unirem-se durante as guerras coloniais em organismos internacionais e que continuou no período de transição para a democracia e no processo de independência.

Dentro das forças militares havia duas facções: uma marcadamente de direita, encabeçada por Kaúlza de Arriaga, e outra mais moderada, liderada por António de Spínola, governador e comandante militar da Guiné, que conheceu bem a realidade colonial. Aproveitando esta ligação, em 1970, Marcelo Caetano, aproximou-se dele, solicitando-lhe a elaboração de um relatório sobre o futuro das colónias africanas. O resultado revelou a defesa de uma solução federalista, assente no “conceito de uma comunidade luso-afro-brasileira”.⁴⁴⁴

Mais tarde, em 1972, o general Francisco Costa Gomes foi nomeado Chefe do Estado-Maior. Costa Gomes tinha uma destacada vida militar ligada ao Ultramar, tendo sido vice-comandante militar em Moçambique e comandante-chefe em Angola. Foi esta tríade, Caetano, Spínola e Costa Gomes que esteve por detrás da definição da política colonial nos anos que antecederam a revolução. Caetano chegou a ponderar o nome de Spínola para Presidente da República, proposta que este declinou, assim como recusou o convite para integrar a pasta do Ministério do Ultramar em 1973, pois havia vários pontos em desacordo entre os dois, nomeadamente na questão da busca de uma solução de paz para a Guiné. Para Caetano, isso implicaria assumir o fim do Império e apesar da guerra estar perdida neste território, haveria que continuar a alimentá-lo para manter os outros territórios, onde a situação militar era diferente. Era neste ponto que discordavam e foi a partir daqui que a sua ação também se separou.⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 96.

⁴⁴⁵ Pedro Aires de Oliveira, “A descolonização portuguesa: o puzzle internacional”, in Fernando Rosas (org.), *O Adeus ao Império, 40 anos de descolonização portuguesa*, Lisboa, Vega, 2015, pág. 68.

Em fevereiro de 1974, chegava às mãos de Caetano um exemplar do livro de Spínola, *Portugal e o Futuro*, no qual o general defendia uma ideia federalista para o Império. No fundo, a sua proposta ficava a meio-termo entre aqueles que defendiam a manutenção a todo o custo e os que pretendiam uma alienação de todos os territórios das colónias em África. Não propunha nenhuma ideia inovadora, mas o tempo e o modo como o fez representou algo diferente, unindo casualmente a edição deste livro ao eclodir do movimento corporativo dos capitães, que se sentiam prejudicados por nova legislação sobre as carreiras militares⁴⁴⁶. Ao ler o livro, Marcelo Caetano percebeu que algo estava a mudar e, logo a seguir, Spínola e Costa Gomes são exonerados dos seus cargos.⁴⁴⁷

Em 1994, enquanto se comemorava o XX aniversário do 25 de abril, foram esclarecidas algumas questões relativamente à fase final das guerras coloniais e às posições mantidas pelo próprio regime. Soube-se então que Marcelo Caetano havia iniciado uma série de conversações secretas, em Londres, com os representantes do PAIGC.⁴⁴⁸

Porém, estas conversações deverão ter surgido por pressões externas e pela sugestão de mudança e de agitação interna provocada pela insatisfação nas forças armadas, uma vez que ideologicamente Marcelo Caetano manteve inalteradas as suas convicções. Iniciar as conversações não significa que iria chegar a uma decisão final. A ideia de que era a rigidez das estruturas salazaristas do regime que impediam uma verdadeira mudança na política marcelista pode ser rebatida pela verdadeira natureza doutrinária e autoritária de Caetano, que, em 1953, afirmava que “os pretos em África têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus, mas são indispensáveis como auxiliares destes.” Em 1974, apesar do contexto ser muito diferente, nada nos leva a crer que tenha, de facto, modificado a sua forma de pensar.⁴⁴⁹

⁴⁴⁶ Os chamados “Decretos Rebelo”, promulgados pelo Ministro da Defesa Sá Viana Rebelo que reduzia o estatuto dos oficiais oriundos da Academia Militar e a contagem da sua antiguidade na progressão da carreira. Cf. Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 104.

⁴⁴⁷ Pedro Aires de Oliveira, “A descolonização portuguesa: o puzzle internacional”, *O Adeus ao Império*, 40 anos de descolonização portuguesa, Organização de Fernando Rosas, Lisboa, Vega, 2015, pág. 72.

⁴⁴⁸ Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 99.

⁴⁴⁹ Luís Reis Torgal, *Ob. Cit.*, pps. 103-107.

De qualquer modo, a impassibilidade de Marcelo Caetano em relação ao problema do ultramar⁴⁵⁰ culminou num desgaste imenso das Forças Armadas provocado pelo aumento de homens no contexto de guerra e a cada vez maior falta de preparação dos recrutas, que não estavam de modo nenhum aptos para uma guerra cuja vitória era muito improvável.

Foi a situação agonizante das tropas no terreno, em África, que levou ao derrube do governo pelas armas e ao fim da ditadura do Estado Novo. Depois de uma tentativa falhada, a 16 de março, o chamado Golpe das Caldas, o regime caiu mesmo a 25 de abril de 1974, sendo criada a Junta de Salvação Nacional, à frente da qual ficou Spínola, por recusa de Costa Gomes, novamente reconduzido à chefia das Forças Armadas.⁴⁵¹

Como figuras principais dos governos provisórios do pós 25 de abril, destacaram-se no processo de descolonização as figuras de Vasco Gonçalves, Ernesto Melo Antunes e Vítor Crespo, que faziam parte da Comissão Coordenadora, incumbida de alcançar a via mais consensual para resolver a situação em África.

A descolonização foi considerada prioritária para o primeiro Governo Provisório, cujo programa apresentava como pontos principais o reconhecimento de que a solução para o Ultramar era política e não militar e o lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que levasse à paz. A versão original do programa do MFA foi modificada por Spínola, no que diz respeito à descolonização, defendendo uma solução mais próxima da sua visão federalista. A 15 de maio de 1974, Spínola passa de Presidente da Junta de Salvação Nacional a Presidente da República e o primeiro Governo Provisório toma posse no dia seguinte. A 18 de julho, na eminência de um conflito com o MFA, Spínola tenta angariar apoios e aliados, entre os quais a Escola Prática de Cavalaria.

O processo de descolonização esteve bloqueado e, no terreno, havia ainda combates, nomeadamente em Moçambique. Spínola garantia que “o problema do

⁴⁵⁰ Em março de 1974 foi pedida uma reflexão sobre o problema do Ultramar aos deputados da Assembleia Nacional. Cf. Debates Parlamentares, disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo>, consultado a 23 de agosto de 2015. Da leitura desses debates conclui-se que ex-militares relatavam na Assembleia o desgaste das tropas nas frentes de guerra, assim como “a fraqueza da motivação para ali estar.”

⁴⁵¹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

Ultramar era o mais importante e delicado que teriam de resolver” e insistia em realizar referendos às populações, na tentativa de anular os movimentos de libertação.⁴⁵²

Arrastaram-se durante algum tempo as decisões sobre a descolonização, com o MFA, de um lado, a defender a saída das tropas e a independência imediata, e a corrente spinolista, do outro, que insistia na autodeterminação das colónias e num modelo federativo. O programa do MFA incluía, na alínea número oito das medidas a curto prazo, as orientações para a política ultramarina, propondo os princípios de que o “reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar” e, por isso, deveriam ser criadas condições de diálogo para “um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino”, de modo a lançar “os fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.”⁴⁵³

Estas ideias eram, no entanto, vagas e não revelavam uma política rigorosa a seguir. O impasse acabou por ser resolvido por via legal. A 26 de julho era promulgada a lei nº 7/74 que definia, de modo curto mas incisivo, que Portugal reconhecia o direito dos povos à autodeterminação, repetindo que “a solução das guerras no ultramar é política e não militar”. Mas legalmente reconhecia desta feita que a autodeterminação implicava “com todas as suas consequências a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1º da Constituição Política de 1933.” A concretização destas prerrogativas competia “ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, praticar os atos e concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos antecedentes.”

A promulgação desta Lei dava a ideia de que o conflito entre Spínola e o MFA estaria sanado, mas outras questões se levantaram quando o General Spínola não colocou entraves aos destinos de Moçambique e da Guiné. Mas seria ele a ocupar-se do "assunto Angola". Spínola acabou por assinar assim a independência, mas sempre com a esperança de conseguir impor a sua conceção pessoal. De novo o MFA se opõe e esta sucessão de desacordos, o que não contribui para a estabilização

⁴⁵² Excertos retirados do documentário da RTP sobre a descolonização, disponível em <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/guerracolonial/?id=70&t=2#list70>, consultado no dia 24 de agosto de 2015.

⁴⁵³ Centro de Documentação do 25 de Abril Programa do MFA, in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>, consultado no dia 24 de agosto de 2015.

interna. É nesta linha de posição que a descolonização de Angola irá ser assunto frequente.

Como momentos-chave do processo de descolonização destacaram-se alguns acontecimentos marcantes. O ciclo de reuniões entre os novos líderes políticos portugueses e os chefes dos movimentos de libertação que começou com a Conferência de Lusaca, em junho, o acordo entre Portugal e a ONU, em agosto, o encontro na ilha do Sal, em setembro, a Declaração de Argel, em novembro, e a Cimeira do Algarve, em janeiro de 1975.⁴⁵⁴

As primeiras negociações políticas tiveram como protagonistas Mário Soares, Almeida Santos e Jorge Campinos, todos ligados a movimentos de esquerda ou ao Partido Socialista. Sem assumirem posições, mas tomando o pulso aos acontecimentos no terreno, iniciaram-se os primeiros contactos com o PAIGC e com a FRELIMO, que obviamente requeriam a independência imediata.⁴⁵⁵

O processo de descolonização processou-se depois com mais rapidez, porquanto os Movimentos de Libertação perdem a desconfiança que as posições iniciais de Spínola lhe inspiravam. «Em Agosto, Portugal e a ONU acordam o reconhecimento à independência de todas as Colónias. Em 26 de agosto é assinado, em Argel, o Acordo sobre a independência da Guiné entre representantes do Governo Português e do PAIGCV. Vinte dias depois, o novo Estado é admitido na ONU. Entretanto as conversações com a FRELIMO viriam a culminar com o Acordo de Lusaka. Na Argélia, Portugal e o MPLSTP assinavam um Acordo para a independência do Arquipélago de São Tomé e Príncipe. No Algarve, finalmente, o MPLA, a FNLA e a UNITA, agora reunidos, assinaram com o Governo Português o Acordo que leva à independência de Angola».

Cabe aqui recordar as palavras de Agostinho Neto, na cerimónia da assinatura do Acordo do Alvor, quando discursou em nome dos três Movimentos de Libertação angolanos: «Ao quarto Movimento de Libertação, quer dizer ao MFA que catalisou a vontade de Portugal para derrubar o fascismo em Portugal e lançar as

⁴⁵⁴ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril – mitos de uma Revolução*, Lisboa, a Esfera dos Livros, 2007, pps. 100-120.

⁴⁵⁵ *Idem, Ibidem.*

bases sólidas para terminar a exploração colonial, espinha dorsal da vontade popular para as transformações democráticas em Portugal, nós desejamos, representantes do FNLA, do MPLA e da Unita, dizer quanto admiramos a sua coragem e firmeza que permitiram, não só libertar o povo português da ditadura Salazarista e Caetanista, não só dar garantias de democracia a este povo português que bem merece, como também tornou uma realidade, tornou possível a realidade da nossa afirmação comum relativa à não existência de ódio entre o povo português e o povo angolano. O sistema é que estava errado».⁴⁵⁶

A data de 11 de março marca o momento mais crítico do Processo Revolucionário quando, «subitamente na manhã de 11 de Março a zona do aeroporto de Lisboa é sobrevoada por caças T6 e helicópteros. A surpresa estampase nos rostos quando se ouve o estrondo das explosões. O RAL 1 sofria um bombardeamento. Paraquedistas cercavam o aquartelamento de confiança do COPCON⁴⁵⁷. Quem lhes armara o braço começara muito antes: Spínola, o general que não sabia perder. A presença dos paraquedistas começara a ser preparada no verão anterior. O trabalho de os enganar começara aí».⁴⁵⁸

A ação termina quando os soldados paraquedistas sentem que foram enganados pelos seus comandantes e marcham para o RA 1, desarmados, abraçando os camaradas daquela Unidade e dando vivas ao MFA. Porém, não se evitou o bombardeamento da Unidade por parte dos T6 que sobrevoavam o aquartelamento, do que resultara a morte de um militar.

Decorrente deste ataque, o MFA toma uma série de medidas de que há a destacar a nacionalização da banca e a institucionalização do Conselho da Revolução em cuja tomada de posse o Presidente da República, Costa Gomes, afirmou: « Como é público, estes atos políticos estavam previstos mas em relação a eles os acontecimentos do 11 de Março foram o catalisador que veio acelerar um processo indispensável... Iremos criar uma Assembleia Geral do MFA que represente em termos progressistas o sentido autêntico de todas as Forças Armadas, do General ao

⁴⁵⁶ Excertos retirados do documentário da RTP sobre a descolonização, disponível in <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/guerracolonia/?id=70&t=2#list70>, consultado a 24 de agosto de 2015.

⁴⁵⁷ Centro de Documentação 25 de Abril, Comando Operacional do Continente, criado pela Lei n.º 4/74, de 1 de Julho, in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=extinc07>, consultado a 2 de setembro de 2015.

⁴⁵⁸ Excertos retirados do documentário da RTP sobre a descolonização, disponível in <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/guerracolonia/?id=70&t=2#list70>, consultado a 24 de agosto de 2015.

Soldado». ⁴⁵⁹

Em nove de abril de 1975 era publicado no *Diário de Notícias* o ponto de situação das negociações. No que respeita a Moçambique, encontrava-se na terceira fase de negociações, que incluíam a nacionalização da banca e dos seguros, averiguando quais as condições de transferência para Moçambique do departamento local do BNU e do Banco de Fomento Nacional. Prosseguiam também as conversações relativas aos empreendimentos como Cabora Bassa. Em Luanda, reportava-se que havia tomado posse o novo comando unificado da Polícia de Angola, criada em substituição da Polícia de Segurança Pública com representantes dos três movimentos de libertação. Ao mesmo tempo, eram relatadas movimentações de unidades armadas da UNITA (União para a Independência Total de Angola) na fronteira com o sudoeste africano, em demonstrações de força para impressionar, antes das eleições de novembro, as populações do sul de Angola. Ao mesmo tempo, em São Tomé e Príncipe a descolonização processava-se sem incidentes. ⁴⁶⁰

Nasciam assim, em África cinco países independentes: Guiné-Bissau, em 23 de agosto de 1974, embora já tivesse autoproclamado em 1973; Moçambique, em 26 de junho de 1975; S. Tomé e Príncipe, em 12 de julho de 1975; Cabo Verde, em 5 de julho de 1975; e Angola, em 11 de novembro de 1975. ⁴⁶¹

As negociações refletiam as realidades dos territórios, pois estes dividiam-se entre os que tinham e não tinham guerra no terreno. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram casos de fácil resolução, comparados com a Guiné, Moçambique e Angola. A atividade guerrilheira em Moçambique e na Guiné era bastante intensa e a prioridade do MFA foi o cessar-fogo para criar as condições para chegar a um entendimento. As tropas ainda no terreno queriam partir o quanto antes, não vendo razões para continuar a lutar, como o confirmam inúmeros testemunhos. ⁴⁶²

⁴⁵⁹ Excertos retirados do documentário da RTP sobre a descolonização, disponível em <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/guerracolonia/?id=70&t=2#list70>, consultado a 24 de agosto de 2015.

⁴⁶⁰ *Diário de Notícias* de 9-4-1975.

⁴⁶¹ Paulo Silva e Orlando Castro, *Guerra Colonial, A história na primeira pessoa*, vol. XII, Vila do Conde, Quidnovi, 2011, pps. 68-69.

⁴⁶² Paulo Silva e Orlando Castro, *Ob. Cit.*, pps. 68-69

O caso de Angola foi o mais complexo, primeiro porque existia uma divisão interna entre os movimentos de libertação e, depois, porque a comunidade branca, bastante numerosa, era a que mais pressionava o poder central e que mais poder e influência demonstrava. Franco Pinheiro assumiu o comando chefe de Angola como representante do MFA, apercebendo-se de um clima de passividade em relação aos acontecimentos na metrópole. De facto, o 25 de abril não teve repercussões imediatas na metrópole, pois quando aconteceu tudo permaneceu imutável naquela colónia. Em abril de 1974, quando acontece a revolução, Angola era o único território onde a vitória na guerra estava mais para o lado português e onde havia uma forte divisão interna.⁴⁶³

O Governador-Geral Santos e Castro demite-se a 27 de abril e é substituído por Soares Carneiro. Em maio, surgem as primeiras alterações de fundo com a chegada da delegação do MFA, liderada por Costa Gomes. Foi nesta altura nomeado Franco Pinheiro e criada a Comissão Coordenadora do MFA, em Angola, que teve como principais medidas a libertação dos presos políticos e o cessar-fogo imediato. Foram os elementos do MFA que controlaram os focos de conflito e resistências por parte de grupos de trabalhadores e outros cidadãos que entretanto se manifestavam. Multiplicaram-se, na altura, os partidos políticos ancorados na perspectiva de um papel na futura independência de Angola e alguns até com recurso à luta armada e com projetos de ocupação do poder pela minoria branca. No final de 1974, já não havia sinais de nenhum destes partidos.

No final de maio de 1974, Almeida Santos deslocou-se a Luanda com vista à escolha do novo governador-Geral, mas Luanda passou a contar com um clima de tensão que acabou por gerar diversas situações de conflito, entre as quais manifestações a favor (promovida pelo MPLA) e contra (promovida pelos brancos) a independência total de Angola. Desta visita resultou a nomeação de Silvino Silvério Marques, homem ligado ao salazarismo e que acreditava no integracionismo.⁴⁶⁴

Porém, o clima de tensão e de conflito racial alastrava em Luanda, instigado pelos elementos do MPLA que dominavam a cintura periférica da cidade. Havia

⁴⁶³ Paulo Silva e Orlando Castro, *Ob. Cit.*, pps. 68-69.

⁴⁶⁴ Pezarat Correia, *A descolonização de Angola*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1991, pps. 77-78.

constantes queixas de ataques ora a brancos, ora a negros. Para além disso, rapidamente, o Governador-Geral, preso à situação prévia à revolução, entra em conflito com os elementos do MFA, levando à sua substituição. Devido a estes desenvolvimentos, no mês de julho a Junta de Salvação Nacional substituiu o cargo de Governador-Geral por uma Junta Governativa, aliando as funções de Governador à de comandante-chefe, para o qual foi nomeado Rosa Coutinho. Mas julho é também um mês de mudanças em Portugal, com as pressões internacionais, nomeadamente da ONU, no sentido da independência e com a promulgação da Lei 7/74, já referida.

Em maio de 1974, chegaram os tanques ao sul, alarmando a população que, de algum modo, tinha sido sempre preservada dos confrontos. Aqui teve início a guerra pela manutenção de uma vida que agonizava.

A 9 de agosto de 1974, a Junta de Salvação Nacional anuncia o programa de descolonização para Angola, onde se defendia a ideia de instituir um governo provisório com representação de todas as fações, incluindo os brancos. No entanto, em Lisboa, sucedem-se os acontecimentos à volta de Spínola, que continua a insistir numa solução diferente para Angola, usando todos os meios ao seu alcance para o atingir. Esta situação levava a um agudizar da situação em Angola, onde foi instituído o recolher obrigatório e a violência grassava dia a dia.

Em outubro, a Junta Governativa foi substituída pela Comissão Coordenadora do Programa em Angola, de modo a render o gabinete do MFA, desgastado pela situação que se vivia no território. Em novembro, esta Comissão foi novamente extinta e passou a instituir-se um alto-comissário, de modo a dirigir as futuras negociações com os movimentos de libertação.

O primeiro dos movimentos de libertação de Angola a aceitar negociar com Portugal foi a UNITA, motivo pelo qual foi olhado com desconfiança. Em junho de 1974, encontrou-se uma delegação portuguesa com Jonas Savimbi, que assumiu o final das hostilidades e a liberdade de assumir a sua natureza política por parte deste

movimento. Com a FNLA, não houve tantas facilidades, pois nem sequer era possível identificar um representante do movimento.⁴⁶⁵

Depois do já referido encontro de Spínola com Mobutu, criaram-se as condições para um novo acordo. Em setembro, procedeu-se a um encontro no Zaire, em Kinshasa, entre os representantes políticos de Portugal, Mário Soares e Firmino Miguel, Mobutu e Holden Roberto pela FNLA e Daniel Chipenda pelo MPLA, embora este último estivesse em rota de colisão com este movimento e mais próximo da FNLA. Apenas em outubro e depois de novo encontro, a FNLA chegou a acordo com Portugal para um cessar-fogo, novamente através do empenho de Mobutu. O passo seguinte, depois do cessar-fogo, seria encetar negociações no sentido de transferência de poderes, mas aqui havia um obstáculo: a inexistência de um único interlocutor devido à falta de entendimento entre os diferentes movimentos de libertação e ainda as cisões internas destes movimentos.⁴⁶⁶

Esta situação só foi desbloqueada através da ação de Melo Antunes que, numa primeira viagem a África, numa “intensa série de esforços desenvolvida em quatro territórios africanos - Angola, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia”. Estes dois últimos destinos apoiariam Portugal, no sentido de angariar apoios de modo a alcançar “a paz e harmonia nos territórios”. Ao referir-se à situação de Angola, concretamente, “o ministro precisaria: “Não o considero grave, mas delicado, exigindo uma atenção muito grande e permanente por parte de todos os responsáveis.” Referiu-se ainda a uma possível intervenção das tropas da ONU naquele território, Melo Antunes considerou que “os problemas de Angola dizem respeito primeiro aos angolanos, aos movimentos de libertação e a Portugal” e, por isso, a intervenção de tropas da ONU seria incorreta.”⁴⁶⁷

Em novembro de 1974, Melo Antunes irá a Argel encontrar-se com Agostinho Neto e daqui saíram importantes decisões políticas, que se concretizam em vários encontros e acordos entre os movimentos de libertação. Mas o clima geral era ainda

⁴⁶⁵ Pezarat Correia, *Ob. Cit.*, pps. 99-101.

⁴⁶⁶ *Idem*, pps. 103-104.

⁴⁶⁷ “Melo Antunes em Angola”, in *Diário de Notícias* de 8-4-1975.

de tensão, ambiente que se agudizava com a instabilidade laboral, devido à indefinição política.

Só em janeiro de 1975 é que se reuniram as condições para celebrar um acordo e tal veio a acontecer no chamado Acordo do Alvor, entre os dias 10 e 15 desse mês. O direito à independência, o entendimento dos movimentos de libertação e o controlo dos movimentos políticos, assim como de alguns grupos de brancos e a neutralização dos movimentos independentistas de Cabinda levaram à constituição de uma plataforma para o entendimento com a fção portuguesa, liderada por Melo Antunes, e que contou com a participação de Mário Soares, Almeida Santos, entre outros, e também com os presidentes dos três movimentos de libertação.⁴⁶⁸

O texto aprovado por todos os intervenientes tinha como aspetos principais o facto de as partes integradas na Cimeira, a saber, “o Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A., Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A. e União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. I. T. A.”, reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência. Ficou combinada uma data, uma entidade governativa e uma transição mais ou menos pacífica, dentro do contexto, mas rapidamente os acontecimentos precipitaram-se e tornaram-se incontroláveis. Os pontos principais do acordo eram, segundo o artigo 1º, a legitimação dos intervenientes através do reconhecimento dos “movimentos de libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A., Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A., e União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. I. T. A., como os únicos e legítimos representantes do povo angolano”; no artigo 2º declarava-se a reafirmação do Estado Português ao “reconhecimento do direito do povo angolano à independência.” Acerca do seu território afirmava-se, no artigo 3º, a constituição de Angola como “uma entidade, una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos atuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e

⁴⁶⁸ Marta Melo (coord.), *Os militares na revolução de Abril: o conselho da revolução e a transição para a democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006.

inalienável do território angolano.” No artigo 4º ficava marcada para dia 11 de novembro de 1975 a independência e soberania plena de Angola, solenemente proclamadas pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu, expressamente designado. Segundo o artigo 5º, até à proclamação da independência, o poder passa a ser exercido pelo Alto-Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975. Foi ainda formalizado um cessar-fogo geral, já observado, de facto, pelas respetivas Forças Armadas em todo o território de Angola. Por fim, o compromisso do “Estado Português obriga-se a transferir progressivamente até ao termo do período transitório, para os órgãos de soberania angolana, todos os poderes que detém e exerce em Angola.”⁴⁶⁹

Este texto foi rapidamente ultrapassado pelos acontecimentos no terreno. Assim que saiu de Angola o Comissário-Geral, os três movimentos iniciaram o recrutamento, armamento e marcação de posições com recurso à violência e a perseguições, procurando o controlo exclusivo das suas áreas de influência.⁴⁷⁰

Sem solução diplomática à vista e sem possibilidade de entendimento entre as partes, Angola caminhava para a Guerra civil e a posição portuguesa era fragilizada não só pela situação interna, onde a revolução atingia níveis atribulados, mas também pelas influências externas que alimentavam de armas e de ideologias os movimentos de libertação.

Esta Guerra civil teve consequências devastadoras para Angola e, a partir de certo momento, as facções da Guerra Fria atuavam no território. A situação só normalizou no ano 2000, com a morte de Jonas Savimbi. Portugal esteve por duas vezes implicado numa tentativa de resolução do conflito, mas ambas resultaram novamente em confrontos e destruições.

De qualquer modo, a posição portuguesa, no contexto da época, foi a mais empenhada possível numa aposta numa solução de independência para os seus territórios coloniais naqueles que “foram provavelmente os mais corretos e adequados propostos ao continente”, afastando-se da “cínica manipulação étnica e

⁴⁶⁹ Centro de documentação do 25 de Abril in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>, consultado a 27 de agosto de 2015.

⁴⁷⁰ Fernando Tavares Pimenta, “O processo de descolonização de Angola”, *O Adeus ao Império*, 40 anos de descolonização portuguesa, *Cit.*, pág. 159.

à tolerância cleptocrática permitida pelo neocolonialismo”⁴⁷¹ e por interesses geopolíticos.

Nas comunidades em estudo os efeitos da guerra só se fizeram sentir a partir de 11 de novembro de 1975. Segundo os depoimentos recolhidos, mas a forma como recordamos leva à composição da memória, armazenando a informação, arquivando e identificando os momentos-chave, de modo a alcançar três atribuições principais: simbólica, psicológica e formal. A simbólica, assumida em torno de um símbolo central (mito fundacional), a psicológica, que gira em torno do acontecimento, na sua causa e posicionamento cronológico, manipulados de modo a atingir o objetivo (criação da identidade) e, por fim, a formal, que confere a determinado acontecimento uma função periodizadora que sublinha a sua importância e que é deslocada verticalmente para encontrar uma relação com sentido entre o coletivo e o individual e entre tempo e espaço.⁴⁷²

No caso específico em estudo podemos avaliar a fundação da cidade de Mossâmedes como um símbolo central que levou à criação de identidade(s), a europeia, juntamente com a indígena e o contexto ambiental específico do sul de Angola. A atribuição formal surge com o fim do sonho colonial e o início de novas vivências, unindo a comunidade em torno daquele passado histórico, num eterno retorno.

⁴⁷¹ Norrie Macqueen, *Ob. Cit.*, pág. 281.

⁴⁷² Esta interpretação baseou-se na definição proposta por Portelli em Bruno Cordovil e Miguel Cardina (ORGS.), *Ob. Cit.*, pps. 156.

3.4

**Nunca tão perto de
possuir uma Pátria**

3.4 Nunca tão perto de possuir uma Pátria

“Nunca tão perto de possuir uma Pátria”. Título invocado por José Saramago num artigo que escreveu no *Diário de Notícias*, em 1975, afirmando que “o povo português foi compondo o seu próprio (sangue), umas vezes por adição, outras por violenta recusa, até chegar a ser aquela entidade plástica que imaginamos movendo-se no interior do retângulo continental, alimentando-se da terra e dentro dela se sumindo, no dar e trazer das gerações.” Saramago constrói uma narrativa poética analisando a evolução da ideia de Portugal para o povo que, em seu entender, só teve início com o 25 de abril de 1974.⁴⁷³

Adaptemos essa representação à questão da construção da imagem da pátria, confrontada com a descolonização. No ano de 1975 novas pátrias estavam em construção e Portugal tinha de aprender a viver sem o Ultramar. A mudança geográfica era a concretização material desta alteração. Era mais uma etapa e uma mudança drástica na própria definição da identidade nacional, sempre ligada ao Atlântico. Estava na hora de mudar de direção e passar, desta feita, ao continente europeu. A identidade manteve-se ligada “à língua, à história, à cultura, à religião e à própria marginalização, no contexto europeu, devido ao seu lado ilha sem o ser” no dizer de Eduardo Lourenço.⁴⁷⁴

A nossa identidade depende de uma infinidade de fatores que não visualizamos, mas que estão pressupostos⁴⁷⁵. Quando pensamos na nossa nacionalidade como indivíduos adultos temos tendência a celebrar certos acontecimentos, marcos e referências que já foram assimilados por nós e relacionados com outro tipo de comemorações que são, na realidade, rituais. Eric Hobsbawm, no seu clássico *A Invenção da Tradição*⁴⁷⁶, afirma que “as tradições são essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado pela referência ao passado, mesmo que seja apenas promover a repetição.” Esta

⁴⁷³ Texto da autoria de José Saramago escrito para o prefácio do catálogo da exposição “*Portugal, Um Ano de Revolução*”, publicado no *Diário de Notícias*, 10-4-1975.

⁴⁷⁴ Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994, pág. 13.

⁴⁷⁵ *Idem*, pág. 9.

⁴⁷⁶ Eric Hobsbawm y Terence Ranger, *La Invención de la Tradición*, Barcelona, Editorial Crítica, 2002, pág. 10.

ritualização do passado não é uma política do passado, mas está também presente nas sociedades modernas.

A memória coletiva é construída a partir destes símbolos que os sujeitos dessa determinada comunidade reconhecem facilmente. E desta memória surge a questão da identidade que, ao contrário do que possa parecer, está sempre em mudança, tal como acontece com os indivíduos, que mudam constantemente ao longo da vida. Mas esta mudança não é perceptível numa geração; ela é lenta e pouco visível.

Identidade é um termo de origem latina, formado a partir do adjetivo “idem” (“o mesmo”) e do sufixo “dade” (indicador de um estado ou qualidade). Como tal, a etimologia desta palavra conduz à sua aplicação como qualificadora daquilo que é idêntico ou o mesmo, sendo, portanto, identificadora de algo que permanece.

No pensamento grego, Sócrates e Platão destacam-se pela sua preocupação em definir o que são as coisas, ou seja, em descobrir e fixar a essência das coisas, restabelecendo o ponto de vista da verdade na filosofia. Neste sentido, a definição parte do princípio da identidade e permanência dos entes e, para ultrapassar o problema da unidade e da multiplicidade, Platão recorre ao “mundo das ideias”, sendo que o ser verdadeiro não está nas coisas, mas sim fora delas. As ideias são unas, imutáveis, eternas e permitem, ao contrário das coisas sensíveis, definições rigorosas. A identidade traduz coincidência de uma substância consigo mesma e o primeiro princípio lógico é o do pensamento.

A memória coletiva prende-se com a vida de várias famílias, dos indivíduos e das suas vivências. Há, de facto, uma série de referências que são marcos na nossa vida: o dia do nascimento, do primeiro aniversário, da escola, da ama ou da primeira professora, da terra natal ou dos sabores da infância...

Na nacionalidade, o que menos determina talvez seja a geografia e o que mais interessa é o sentimento de pertença. Para Fernando Pessoa, esse sentimento estava na cultura e na língua, o *Quinto Império*, como era por ele designado. A ligação é emotiva, não racional.

O caso de Angola inseria-se numa identidade colonial criada e acalentada pelo Estado, a partir da segunda metade do século XIX, uma identidade marítima e ultramarina, fundada na ancestralidade histórica dos portugueses na Expansão e na sua ligação ao mar, um nacionalismo imperial e marítimo, baseado na ideia de diáspora e justificado pelo bem maior de civilizar. Mesmo que civilizar significasse subjugar. Os fins justificavam os meios.

A ideia de criar um Portugal pluricontinental, levava a uma necessidade de manutenção da ligação à metrópole e para isso eram utilizados vários meios como a escola, os dias comemorativos, os rituais, os heróis, mas também licenças que os colonos podiam usar de dois em dois anos para visitar a metrópole. “Ir ao continente”⁴⁷⁷, como eles próprios se referiam a Portugal europeu, como se vivessem numa ilha, num mundo aparte, separado da realidade.

A descolonização trouxe o problema da cidadania, mas esta questão é mais fácil de resolver, pois é basicamente burocrática e jurídica; a nacionalidade, ligada à identidade, é mais difícil, “eu sou portuguesa, mas de um Portugal ultramarino, a mim ensinaram-me que Angola era Portugal”, afirma Elizete Delgado, nascida em Porto Alexandre.⁴⁷⁸ Este fator de desenraizamento, ou melhor, de “não pertença” é aquilo que melhor define o estatuto destes “refugiados”, como passaram depois a ser referenciados, devido à carga pejorativa a que ficou associada a palavra retornado.

De facto, procuraram um refúgio, definido como “um lugar para onde alguém se retira a fim de evitar um perigo”, lugar de abrigo ou de auxílio. Retornar, por outro lado, significa “voltar ao ponto de partida; regressar; trazer regressando, restituir”, ou ainda numa visão filosófica nietzschiana do “eterno retorno”, baseada na doutrina dos estoicos, segundo a qual depois de milhares de anos, recomeçaria sem fim uma série de acontecimentos idêntica à precedente.

René Pelissier justificou a manutenção do Império com o endurecimento de políticas no final da II Guerra Mundial, “pois isso interessava a determinados

⁴⁷⁷ Estas afirmações foram sendo retiradas de algumas entrevistas, realizadas em agosto de 2015, nomeadamente o realizado a Elizete Delgado, nascida em Porto Alexandre.

⁴⁷⁸ *Idem.*

poderes financeiros e económicos, e mesmo aos pequenos e médios colonos que tinham ido para África para fugir da miséria na metrópole. Além disso, deve considerar-se um factor especificamente português, não exclusivo delas, mas muito presente nas elites: a síndrome do planifério, síndrome dos regimes ultranacionalistas que tiveram uma longa história expansionista.”⁴⁷⁹

Estes regimes expansionistas criaram a ilusão mantida através da escola, da propaganda e da censura de uma realidade inexistente nas colónias. Mesmo durante a I República, quando são enviados colonos da Póvoa de Varzim para o sul de Angola, estes iam iludidos com a ideia de um “eldorado”, que, para a maior parte, não existiu e, muitos voltaram. Porém, a política ultramarina da Ditadura endureceu este recrutamento e a ideia de construção de uma Nação una e indivisível, do Minho a Timor.

Portanto, a colonização portuguesa em África concretizou-se em três momentos principais: o primeiro corresponde a um mundo novo para construir, sem vícios nem estrutura social; o segundo visa a construção e consolidação de uma sociedade colonial, num mundo diferente e exótico; e a terceira corresponde ao seu fim, com um regresso traumático e marcante para muitas famílias que marcou profundamente o panorama nacional e a imagem de nós mesmos, enquanto “eu coletivo.”

Na construção do Império gerou-se aquilo que muitos historiadores designam pela primeira globalização, com o acréscimo de fluxos populacionais constantes tanto da Europa, como de África ou do Oriente. No fim do Império, estes movimentos continuaram com o retorno. Esta constante deslocação de fluxos populacionais é imparável e, tanto assim é, que recentemente assistimos novamente à saída em grande número de portugueses para África, em especial para a ex-colónia de Angola.

No fundo, durante os anos da Ditadura foi o atraso do país que permitiu a manutenção de um império anacrónico e isolado no universo das velhas potências

⁴⁷⁹ René Pelissier, *Ninguém ganhou nada com a explosão de violência*, público *on line*, disponível em <http://www.publico.pt/temas/jornal/entrevista-rene-pelissierninguem-ganhou-nada--na-explosao-de-violencia-21547746>, consultado a 6 de agosto de 2015.

colonizadoras europeias. O império português representava a dualidade de desenvolvimento entre as cidades modernas e cosmopolitas que existiam nos territórios ultramarinos e o Portugal da metrópole, atrasado, triste, rural e analfabeto, cenário que só se alterou a partir da guerra, que também veio alterar os fundamentos da sociedade colonial.

Alguns filósofos contemporâneos, como Kwame Appiah, defendem o cosmopolitismo contrapondo-o ao multiculturalismo e/ou globalização. Para ele, “a discussão em torno do cosmopolitismo assinalava assim, originalmente, uma rejeição da visão convencional de que cada pessoa civilizada pertencia a uma comunidade entre comunidades” e continua afirmando que “a necessidade não é menos natural do que a necessidade de os indivíduos se estabelecerem”.⁴⁸⁰

No caso português, o estilhaçar do Império penetrou na essência dos que tiveram de voltar, muitos para um local onde já não tinham família e, a adicionar a este drama, ainda existiu o choque com os que de cá nunca tinham saído, aqueles que sentiam o peso da Ditadura onnipresente e onnipotente nas suas vidas. O retorno foi acompanhado de um choque civilizacional e, só com o tempo, podemos ir percebendo as suas verdadeiras consequências, embora já seja possível hoje fazer um balanço.

Com a descolonização, surgiram novos países que passaram também à construção do seu imaginário, tomando como heróis os resistentes ao colonialismo e eliminando os símbolos da colonização. Mas, ao mesmo tempo, não conseguindo resistir à sua herança, desde logo presente na língua oficial adotada e na criação de instituições internacionais como os PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa) ou a CPLP (Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa).

A afiliação cultural implica a associação, mas esta necessita de uma base comum, de modo a existir uma ligação. “Sinto-me portuguesa, mas não me identifico nem com o clima nem com as pessoas, pois o sentimento comunitário é mais ténue.” Esta frase proferida por uma portuguesa nascida em África do Sul reproduz o

⁴⁸⁰ Kwame Anthony Appiah, *Cosmopolitismo, Ética num mundo de estranhos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2008, pps 11-15.

sentimento de muitos dos chamados retornados.⁴⁸¹ Na ausência de elementos familiares, os conterrâneos transformam-se nesse elo, nesse porto seguro, no clã ultramarino que não tem laços de sangue, mas laços de entreatajuda. E se esta entreatajuda, se este elo for quebrado, há uma sensação de isolamento e de vazio que acompanha estes eternos migrantes.

Há uma grande diferença entre um emigrante que sai da sua terra em busca de uma vida melhor e de um colono. O primeiro tem como objetivo amealhar e voltar; o segundo parte com a intenção de fundar uma nova pátria com ligações económicas e culturais à metrópole, mas sem intenção de retorno, dado que é conduzido pelos interesses do Estado colonial.

Para a reconstrução simbólica das comunidades de colonos do sul de Angola, foi criado um espaço e um tempo que deixaram de existir. Colónias que ali foram fundadas há mais de cem anos e onde foram criadas gerações de portugueses. Qual a sua identidade, qual o seu fundamento, quais os seus problemas e características persistentes?

Quando, em meados dos anos 30, no auge da ideologia totalitária da Ditadura, se multiplicavam os elogios e louvores aos colonos, “o lusitano aventureiro que ia em busca da fortuna ou em simples busca do desconhecido, pelas terras desertas ou pelos reinos selvagens, deixando por lá, milhares de vezes, a riqueza ou a fama”⁴⁸² havia uma finalidade: a construção de um mito e ele foi de tal forma consolidado que perdurou até à atualidade, sobrevivendo à II Guerra Mundial, à queda dos impérios, às pressões internacionais, colapsando apenas quando internamente esta imagem desapareceu e surgiu abruptamente a guerra, a violência e a repressão.

A penetração em África, no final do século XIX, era equiparada a uma guerra civilizadora, cujos heróis deveriam ser recordados e glorificados. Obedecia ao

⁴⁸¹ Este termo passou a ser utilizado, em abril de 1975, quando foi criado o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais e designava aqueles que regressavam de África, distinguindo-os dos emigrantes, substituído, em 1976, pela “Comissão para os Desalojados”.

⁴⁸² Henrique Correia da Silva, “A obra de penetração levada a efeito por pioneiros e velhos colonos”, *Boletim Geral das Colónias*, vol. X - 109 [Número especial dedicado à Iª Exposição Colonial Portuguesa], Agência Geral das Colónias, 1934, pág. 87.

contexto e padrões da época. Mais de cem anos depois, as guerras coloniais significaram o fim da ilusão. Os portugueses não eram os bons da história, havia relatos de abusos, de castigos violentos, de segregação. À imagem da própria colonização que não foi igual e homogénea em todas as zonas de África, também estes problemas não o eram. O sul acabou por ser diferente, até porque era mesmo considerado uma terra de degredo, dentro do território angolano.

Em termos sociais, e no seu dia-a-dia, esta diferenciação não era notada. Os colonos mostraram grande admiração aquando das primeiras revoltas no norte de Angola, exatamente porque estavam habituados à submissão dos negros, não notando de que forma o regime era diferenciador com a criação dos seus musseques, de uma identidade colonial distinta, no acesso à escolarização ou ao emprego.

Quando se iniciam os conflitos, as elites coloniais, dão sinais de alguma abertura e começam a soprar ventos de mudança. No que diz respeito à sociedade, era já demasiado tarde. A construção de uma identidade em Angola foi e é difícil, devido ao tribalismo existente naquele território, às diferenças étnicas, à segregação rática e aos costumes. As guerrilhas não traziam consigo a identidade de uma nação unitária, mas sim as identidades étnicas, muitas vezes, disfarçadas de ideias universalistas, numa tentativa de modernizar e consensualizar o movimento.

Segundo alguns depoimentos de regressados em setembro de 1975, as pessoas afirmavam que iam ficar “na sua terra”, mas num ápice arrumavam os haveres e partiam de noite. Os militares portugueses começaram também a partir e os que permaneciam sentiam-se abandonados. O que precipitou de facto esta saída dos portugueses de África?

Visto hoje, em perspetiva, poderíamos pensar que existiam outras alternativas; que a descolonização poderia ter sido realizada de outra maneira, com mais moderação e entendimento entre as partes, mas no remoinho dos acontecimentos que sucedeu ao golpe do 25 de abril, a serenidade era algo de inatingível. Se, na ocasião, existisse um governo estabilizado e com bases sólidas, onde se pudesse ancorar outro tipo de solução e não um governo de transição, e se

as Forças Armadas não estivessem tão desgastadas com treze anos de guerra colonial de modo a acompanhar as tropas no terreno, o desfecho poderia ter sido outro. Mas nenhuma destas condições existia no Verão de 75 e, por isso, a situação saldou-se por um desfecho dramático e imperioso com o desabar do Império.

Para René Pelissier,⁴⁸³ havia um ódio camuflado entre os colonos e alguns dos negros, ódio esse acalentado por outras potências interessadas em incendiar os ânimos em Angola de modo a poder usufruir de todas as riquezas desta colónia. Quando, em 1961, sucederam os massacres nas fazendas de alguns colonos no norte de Angola, essas ofensivas violentas não visaram unicamente os colonos brancos, mas também os trabalhadores negros e os mestiços, atribuindo-se assim o epíteto de “tribal” a este primeiro conflito, o que depois explica as cisões entre os movimentos de libertação e a própria guerra civil pós-independência.

A explosão de violência foi negativa para ambos os lados e abriu precedentes muito difíceis de ultrapassar. O exemplo era o recém-criado Congo, onde estavam muitos exilados angolanos, mas a forma bárbara como atacaram os residentes do norte de Angola mostrou que havia a intenção de marcar território e de assustar os colonos. De facto, a população branca reagiu com estupefação ao que se tinha passado. Mas, do outro lado, os africanos acusavam os colonos portugueses de repressão e exploração, acusando os portugueses de “colonialistas desde a fase dos descobrimentos em que tiveram lugar massacres (...), passando à fase do negócio de escravos (...) continuando nas guerras que Portugal deu o nome de pacificação (...), autênticas campanhas de morticínio e prosseguindo depois à ocupação militar. (...) Quando as populações com salários de miséria reivindicavam pequenas melhorias, são de imediato reprimidas.”⁴⁸⁴

⁴⁸³ René Pelissier, *Ninguém ganhou nada com a explosão de violência*, público on line, disponível em <http://www.publico.pt/temas/jornal/entrevista-rene-pelissierninguem-ganhou-nada-na-explosao-de-violencia-21547746>, consultado a 6 de agosto de 2015.

⁴⁸⁴ Informação retirada de documentação do arquivo EPHEMERA, proveniente de um ficheiro da Casa de Angola, intitulado *Sobre o significado dos massacres*, constituída por um conjunto de informações (classificadas) sobre as colónias portuguesas e os movimentos de subversão.

Do outro lado, dos movimentos, havia sempre a queixa de que tudo era abafado, sublinhando que “muitas carnificinas tinham lugar sem que contudo a opinião pública tivesse conhecimento.”⁴⁸⁵

A fundação de Companhias majestáticas contribuiu para esta exploração camuflada. Recorde-se que estas Companhias privilegiadas tinham carta de concessão do governo e com monopólio comercial. O poder era exercido internamente sob aparente fiscalização do Estado. Um exemplo destas Companhias era a Algodoeira Agrícola de Angola, Cotonang, uma das principais empresas responsáveis pela produção de Algodão, líder do mercado nesta área. Em janeiro de 1961, os agricultores de uma das plantações de algodão na baixa do Cassange revoltam-se contra as miseráveis condições de vida e de trabalho a que eram sujeitos. Nada que fosse uma surpresa para os governantes, uma vez que o inspetor enviado por Adriano Moreira, João Pereira Neto tinha escrito “algumas considerações acerca da zona algodoeira da baixa do Cassange”, onde relatava “o estado de nutrição da população que o habita não será o mais conveniente, principalmente o das crianças”, além de que “o agricultor da baixa do Cassange, a quem não é permitida a saída da zona algodoeira e que cultiva obrigatoriamente o algodão, está em condições muito desvantajosas” em relação ao contexto do trabalho colonial.⁴⁸⁶

Como temos vindo a relatar, dos cinco novos países africanos, Angola foi aquele cuja situação pós-colonial se tornou mais difícil. Era a economia mais rica, mais desenvolvida e com uma comunidade branca numerosa. Para além da divisão interna entre as diversas guerrilhas, havia cisões dentro das mesmas e a agravar a situação havia que contar também com os factores externos espicaçados pela Guerra Fria e pelos territórios vizinhos, caso de África do Sul.

⁴⁸⁵ Informação retirada de documentação do arquivo EPHEMERA, proveniente de um ficheiro da Casa de Angola, intitulado *Sobre o significado dos massacres*, constituída por um conjunto de informações (classificadas) sobre as colónias portuguesas e os movimentos de subversão.

⁴⁸⁶ Documento do Arquivo Histórico Ultramarino, publicado no livro de Ana Sofia Fonseca, *Angola Terra Prometida*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, pág. 91.

Também no caso angolano, havia dois caminhos para a descolonização. Por um lado, Spínola tentou mobilizar no terreno os colonos brancos para um papel ativo na descolonização, por outro, o MFA, apelava para uma descolonização rápida para os movimentos de libertação. Os colonos brancos mantiveram a esperança até ao último momento e formaram-se vários partidos com elementos oriundos desta comunidade, mas rapidamente foram abafados pelos militares. Em janeiro de 1975, os três movimentos UNITA, FNLA e MPLA reuniram-se em Mombaça, para delinear os seus pontos de vista para as negociações com Portugal e assinaram depois os Acordos de Alvor, no Algarve.⁴⁸⁷

Tal como nos casos de Moçambique ou São Tomé e Príncipe, foi nomeado um Alto-Comissário e um Governo de Transição e a independência foi marcada para 11 de novembro de 1975. Ainda antes teve início um ciclo de guerras civis entre as cisões do MPLA, que contaram com um forte apoio das então superpotências que se defrontavam na guerra fria: URSS e EUA, assim como intromissão de outros países africanos como África do Sul ou a Rodésia.

Em fevereiro de 1975 iniciou-se a guerra civil em Luanda entre as fações internas do MPLA, que se alastrou depois a outras guerras civis no território com o apoio das superpotências e do Zaire, Cuba e África do Sul. Angola tinha-se tornado demasiado rica e poderosa e todos queriam o seu quinhão.

A guerra assolou o território e Portugal, que nada pode contra a torrente de acontecimentos e a violência dos confrontos. A URSS apoiou a facção do MPLA de Agostinho Neto e os EUA a UNITA de Savimbi e de Holden Roberto, apoiado também pela África do Sul. Em julho de 1975, os cubanos entraram em Luanda, afundando o governo de transição. No final do verão de 1975, a UNITA e a África do Sul dominavam parte do sul e a FNLA passou a contar com o apoio de zairenses e ex-militares portugueses e o MPLA contava com o apoio da URSS. Os EUA viam-se envolvidos em polémica interna devido ao seu apoio à UNITA e à FNLA, devido ao choque do Vietname e tiveram mesmo de diminuir esse apoio.⁴⁸⁸

⁴⁸⁷ António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pps. 75-76.

⁴⁸⁸ *Idem*, pág. 79.

A partir deste momento, iniciou-se o êxodo dos colonos daquele território. Muitos eram descendentes daqueles que, com tanta dificuldade, tinham lá chegado e para quem, agora, era tão difícil voltar. Mais de cem anos depois, tiveram novamente de arrumar os haveres e partir. A saída já havia começado no verão de 74, mas o avolumar da violência acabou por acelerar o seu regresso e até os mais renitentes tiveram de sair. Foi no verão de 75 que se deu o princípio do fim da Angola colonial, que iniciou uma nova etapa na sua evolução e os seus habitantes uma nova vida. Nesse verão chegaram a Lisboa cerca de duzentos mil colonos, refugiados da guerra, a pisar pela primeira vez o continente, saídos da “ilha lusotropical” onde tinham deixado a sua vida e esperança.⁴⁸⁹

Se há coisa que o fim do colonialismo português transmite é de que não há nada mais certo na vida humana do que a efemeridade, mas neste caso, em particular, existiu uma morte a meio da vida, a morte de um sistema, de um território, de uma comunidade, construída através do sistema colonial do velho Estado-Nação e por meio da aventura humana dos seus colonos.

Em 1975, 27 navios e 905 voos garantiram a saída dos portugueses do mundo colonial para Lisboa, com a participação de companhias norte americanas, francesas, suíças, inglesas, da RDA e da União Soviética. O governo português garantiu 265 voos. No total, chegaram das ex-colónias 505 078 retornados, tendo o maior número permanecido em Lisboa, Setúbal e Bragança.⁴⁹⁰

Iniciou-se o processo que ficou conhecido como ponte aérea, inicialmente prevista até 25 de outubro de 1975, foi prolongada até 4 de novembro, devido à constante chegada a Luanda de refugiados vindos do sul, nomeadamente de Moçâmedes e Lobito. Este movimento de populações prolongou-se depois até 1976 com a chegada de populações de Windhoek, território então dominado pela África do Sul.⁴⁹¹

⁴⁸⁹ Mário Machaqueiro, “Memórias em conflito ou o mal-estar da descolonização”, *O Adeus ao Império, 40 anos de descolonização portuguesa, ...Cit.*, pps. 227-245

⁴⁹⁰ Cf. Rui Pena Pires, *Migrações e Integração, Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras, 2003.

⁴⁹¹ Sarah Adamopoulos, *Memória do Colonialismo e da descolonização*, Lisboa, Planeta Manuscrito, 2012, em especial pps. 148-150.

Esta operação foi algo de inesquecível no panorama português, porque inusitada. A metrópole, a braços com uma mudança radical, ao nível das estruturas sociais e burocráticas acabou por ter de absorver estes nacionais que chegavam a um país onde nunca tinham estado. Aqueles que ainda tinham laços familiares em Portugal acabavam por ter um maior auxílio, mas e os outros? Aqueles que tinham deixado Portugal europeu há mais de um século? Para esses tudo foi mais difícil.

Os “pioneiros” transformados em heróis pelo Estado Novo tinham ultrapassado as fronteiras para ir mais além na conquista de África. Fundaram colónias que se desenvolveram e geraram cidades. Esta gesta, transformada em missão, chegava ao fim e, no fundo, estes indivíduos foram os mais castigados pela situação. Muitos sentiram-se enganados, pois “nada existiu como me fizeram acreditar que existia”⁴⁹², a imagem iniciada durante a I República e acentuada pelo Estado Novo, difundida pela propaganda e enquadrada pela Censura assentou como uma luva no imaginário destas comunidades. Mesmo nas décadas de guerra, essa imagem permaneceu inalterada, pois os conflitos nunca chegaram às cidades, aconteciam nas fazendas e no mato. No caso do sul de Angola, e segundo os relatos dos inquiridos,⁴⁹³ a guerra chegou no verão de 1974.

A aventura africana foi a última grande epopeia escrita pelos portugueses na sua diáspora. O choque dos que chegavam com os que de cá nunca tinham saído era inevitável, assim como a culpabilização mútua de uma situação inesperada. Os de cá consideravam-nos usurpadores de empregos e os de lá consideram os que daqui nunca tinham saído como atrasados e analfabetos.

De qualquer modo, houve uma integração destas populações nunca antes vista. Primeiro, com a criação, em abril de 75 do I.A.R.N. (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais), que tinha como “missão estudar e propor superiormente as medidas necessárias para a integração na vida nacional de todos os cidadãos portugueses, como tal considerados pela lei da nacionalidade vigente em Portugal, que se desloquem para território nacional, com o fim de nele se fixarem, qualquer

⁴⁹² Retirado do texto *O meu regresso*, de Dulce Maria Cardoso, integrado no *Especial, Adeus Angola*, revista *Visão*, nº 1168, 23 a 29 de julho de 2015, pág. 46.

⁴⁹³ Informação retirada do inquérito realizado a Elizete Delgado, natural de Porto Alexandre.

que seja a sua proveniência, assegurando a disciplina do seu afluxo e a defesa dos seus direitos; dar parecer ou encarregar-se dos assuntos que superiormente lhe forem cometidos e que dentro da sua esfera de ação possam estar direta ou indiretamente ligados ao problema da descolonização em curso e ao possível retorno de emigrantes.”⁴⁹⁴

As principais funções do I.A.R.N. foram estabelecidas com diversas entidades públicas ou privadas, de modo a promover “o apoio, orientação e auxílio aos ditos cidadãos e famílias, de harmonia com a sua situação de carência, bem como a sua inserção nos esquemas da segurança social; diligenciar pela obtenção de trabalho e de créditos; impulsionar e instruir, os processos de identificação e ato de registo civil; fornecer ao Ministério Público os elementos necessários para a organização da tutela (...) prestar assistência jurídica que se considera necessária e assegurar os respetivos serviços de procuradoria; promover o expediente relativo ao recebimento de pensões de nacionais residentes fora da metrópole, nos termos das procaurações para o efeito conferidas; colaborar com as entidades competentes na organização dos processos de equivalência de habilitações literárias e profissionais; estabelecer com os serviços de saúde nacionais as condições de acesso à assistência médica (...).”⁴⁹⁵

Este Instituto substituiu a Comissão Administrativa e de Assistência aos Deslocados e o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos, entretanto extintas.

A personalidade escolhida como representante do Estado na descolonização foi António de Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial do I ao IV Governos Provisórios, de 16 de maio de 1974 a 8 de agosto de 1975, que considera hoje que as medidas tomadas então foram as possíveis na altura, implicando obviamente um enorme drama emocional, vivido pelos refugiados que, entretanto,

⁴⁹⁴ *Diário de Notícias*, de 1 de abril de 1975, pág. 4.

⁴⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

chegavam a Portugal de uma forma abrupta, sofrimento esse vivido pela sua própria família, que tinha vindo de Moçambique.⁴⁹⁶

Aqueles que retornaram não tiveram direito ao que lá tinham e nenhum outro estado colonial conseguiu garantir esta condição; nem o Estado francês aos chamados *pieds-noirs*, nem o Reino Unido, com os indivíduos saídos da Índia. Mas foi o caso francês aquele que o Estado português tomou como exemplo, tendo o comissário para os Desalojados, viajado para França para conhecer de perto a sua integração. Ao contrário do que aconteceu depois em Portugal, onde os retornados se dispersaram por várias cidades, em França concentraram-se todos numa cidade, Marselha, e esse aspeto foi o menos conseguido. Também a lei da nacionalidade teve de ser alterada, passando da ideia do Estado Novo de que “todos aqueles que nasciam em solo português eram portugueses” à necessidade de comprovarem que tinham ascendentes até à segunda geração no continente.⁴⁹⁷

Os cidadãos exilados passaram a poder escolher a sua nacionalidade, mas esta situação acabou por acarretar alguns problemas, nomeadamente para aqueles que não tinham comprovativos da sua ascendência europeia.

O que é um facto inquestionável é que, a partir de julho de 1974, a população em Angola começou a pensar em formas de sair daquele território. Aquando da celebração do Acordo do Alvor, em janeiro de 1975, cerca de 50.000⁴⁹⁸ portugueses haviam já abandonado Angola. E a partir daí, o número não parou de aumentar. O barulho que se ouvia de noite era o de martelar os caixotes para voltar. “As pessoas desapareciam durante a noite, não avisavam que se iam embora. À tarde estavam no café connosco e, no dia seguinte, já não estavam lá, tinham ido embora, para sempre.”⁴⁹⁹

As populações urbanas estavam, de certo modo, protegidas do que verdadeiramente acontecia no mato, e, quando surgiram os primeiros sinais de

⁴⁹⁶ *Retornados Uma história de sucesso por contar*, Público on-line, disponível em, <http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>, consultado em 15 de julho de 2015.

⁴⁹⁷ *Retornados Uma história de sucesso por contar...Cit.*

⁴⁹⁸ Dados apresentados por Sarah Adamopoulos, *Ob. Cit.*, pág. 146.

⁴⁹⁹ *Idem*, pág. 85.

violência nas cidades, é que tiveram consciência do fim. Os adultos omitiam palavras como “guerra, mortos, independência, descolonização, comunismo, recolher obrigatório, racionamento, contentores, ir embora”.⁵⁰⁰ Este era o lado obscuro, escondido da colonização durante treze anos e agora chegava ao fim.

A construção de uma mentira, a sua dispersão e a consciência dessa mentira, o acordar para uma realidade muito diferente da que se sonhou, eram os sentimentos daqueles que viam as tropas dos movimentos de libertação a chegar às suas cidades, aos seus bairros, às suas casas. A guerra de que não se falava, de repente, irrompeu na vida destes homens e mulheres. A partir desta cisão, iniciava-se um novo momento, um momento de reconstrução. Os dois países iniciaram novos percursos: Portugal, que se erguia depois de quarenta e oito anos de ditadura e treze de guerras coloniais, e Angola que renascia de cinco séculos de colonialismo.

O caso angolano insere-se na complexa teia da identidade africana que está em processo de construção. Angola é detentora de um vasto território, povoado por várias e diferentes etnias. Se no passado colonial existia legalmente um conceito de assimilado que designava aqueles indivíduos que conviviam com os brancos e tinham contacto com a cultura europeia, no tempo pós-colonial houve um domínio de algumas etnias sobre as outras, que minoritárias podiam até correr riscos de extinção. Havia também uma cultura mista entre as tradições africanas e as europeias, numa cultura crioula que persiste e, num retorno, quarenta anos depois dos portugueses “expatriados”.

Em que aspetos podemos observar a evolução desta identidade(s) angolana(s)? A resposta a esta pergunta é complexa e poderá levar-nos a várias conclusões. No caso da Guiné-Bissau, num estudo sobre a literatura e a sua relação com a construção de uma identidade guineense e mesmo africana, o país é apresentado como uma nação em construção, confrontada com inúmeros conflitos, a sua história é quase sempre atrelada à memória da sua colonização por Portugal e à história da presença europeia em África (...). A tradição narra a história de um país

⁵⁰⁰

Retirado do texto *O meu regresso* de Dulce Maria Cardoso, ...*Cit.*, pág. 47.

que se mostra como um mosaico fragmentado: vários grupos étnicos, várias línguas e culturas.”⁵⁰¹

O caso angolano é semelhante, mas acentuado pela guerra civil extremamente violenta que aprofundou essa divisão.

Devido à globalização, é normal que a questão da identidade pareça fora de moda, porque dita uma ancoragem que hoje parece não fazer sentido. Mas como explicar, então, que seja nas populações emigradas ou migrantes que se descobrem as mais enraizadas ideias acerca da identidade ligada a sentimentos de nacionalismo? Há uma necessidade básica do ser humano se identificar com as tradições e costumes de uma comunidade. Por muito que o capitalismo e o neocolonialismo queiram criar um mundo de apátridas, ele ainda não existe. Pelo contrário, mesmo os mais jovens países tentam a todo o custo construir e edificar uma identidade sólida, sem a qual “as sociedades seriam conjuntos de seres totalmente desgarrados, insulados na solidão coletiva, à deriva e sem balizas culturais de referência.”⁵⁰²

A identidade está em processo contínuo de transformação e a globalização aumentou o hibridismo cultural. Não podemos falar do Brasil sem Portugal e vice-versa; o mesmo se passa com os novos países africanos que resultaram da descolonização. Países mais recentes, onde a história tem um papel essencial, pois num momento longo entroncaram uma na outra, tendo agora de seguir caminhos separados, mas complementares.

Na contemporaneidade, a emergência da nação acontece com o nascimento da sua consciência política. A partir desse momento inicia-se a construção de uma identidade, cuja primeira fase é a legitimidade histórica. Neste processo entram diversas variantes como a designação do antepassado mais antigo, a eleição e seleção de heróis modelo, e ainda de elos culturais como a língua, monumentos culturais, folclore...

⁵⁰¹ Margarida Calafate Ribeiro, Odete da Costa Semedo (org.), *Literaturas da Guiné-Bissau, Cantando os escritos da história*, Porto, Edições Afrontamento, 2011, pág. 9.

⁵⁰² Margarida Calafate Ribeiro, Odete da Costa Semedo (org.), *Ob. Cit.*, pág. 131.

Um dado adquirido na construção da nação é a sua imutabilidade, sempre idêntica a si mesma através das vicissitudes da História até se transformar em Estado-Nação que, pelo contrário, tem de adaptar-se, trazendo esta aparente contradição: fixidez e evolução.

A legitimidade cultural assume três aspetos: o histórico, o geográfico e o social. A escola tem aqui um papel essencial, pois ensina a ser e a pensar “nacionalmente”. Ao invés do aparente conservadorismo, o nacionalismo reinventa a modernidade. As “migrações dos povos, ramificação das línguas, circulação dos motivos e dos temas: não há antiguidades nacionais que se inscrevam no tesouro europeu comum. Consequentemente, não há nacionalismo patriótico sem cosmopolitismo intelectual”.⁵⁰³

Por seu lado, a humanidade também se organizou, primeiro, no final da I Guerra Mundial, na Sociedade das Nações, e, no final da II Guerra Mundial, na Organização das Nações Unidas, devido às necessidades de reconstrução, de paz e desenvolvimento. Da catástrofe e da destruição das guerras mundiais, surge a necessidade incontornável de entreaajuda da humanidade.

Efetivamente, só a segunda metade do século XX assiste à existência de sociedades internacionais com a função de arbitragem entre as nações, uma vez que o nacionalismo está intimamente ligado à competição.⁵⁰⁴

O significado de identidade está ligado ao que nós somos, de onde provimos. É o ambiente no qual os nossos gostos, desejos, opiniões e aspirações fazem sentido. Herder, no seu essencialismo, estabelecia a relação entre identidade e reconhecimento.⁵⁰⁵

Conceitos como multiculturalismo, nacionalismo, anticolonialismo estão relacionados, mas são diferentes. A sua semelhança está na luta contra a opressão, marginalização e segregação das minorias, pelo reconhecimento da identidade coletiva. O nacionalismo dos povos colonizados reflete um grupo étnico e linguístico

⁵⁰³ Anne-Marie Thiesse, *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas & Debates, 2000, pág. 68.

⁵⁰⁴ *Idem*, pág. 225.

⁵⁰⁵ Charles Taylor (et. al.), *Multiculturalismo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998, pps. 54-56.

homogéneo contra uma base de destino histórico comum, vivendo numa dualidade entre comunidade étnica comum, ora enquanto povo constituinte de uma nação com capacidade de ação política.⁵⁰⁶

O problema da identidade está na sua afirmação como uma definição predeterminada e com a necessidade de se impor a outras, supostamente pelo seu predomínio e pela sua imposição através de um poder dominante. A partir de certa altura, esta fórmula deixa de funcionar e os povos subjugados vão requerer a sua definição. Em relação à classificação, essa é mais difícil de alcançar. Não ajuda o carácter redutor da abordagem isolacionista numa “cultura” ou “religião”, deixando de lado muitos outros aspetos como a ciência, o género, a língua. Como afirma Amartya Sen, “a identidade também pode matar, na medida em que gera o abandono. Um sentimento forte - e exclusivo - de pertença a um grupo pode em muitos casos veicular uma perceção de distância e de divergência em relação a outros grupos.”⁵⁰⁷

Na linha de pensamento deste autor, o facto de insistirmos em criar categorias identitárias leva a antagonismos beligerantes e a conflitos permanentes entre blocos, ao invés de aceitar as diferenças, que é a única esperança de alcançar a harmonia. Na verdade, a identidade não está apenas relacionada com uma linha legitimadora da História, mas também com muitas outras categorias de pertença que nos emocionam profundamente, pois as identidades são plurais e multifacetadas. O desafio está em chegar a duas conclusões: decidir quais são as nossas identidades relevantes e avaliar a importância relativa destas identidades diferentes.⁵⁰⁸

Se por um lado existe hoje uma desvalorização da identidade, por forma a favorecer interesses económicos, por exemplo, por outro e, por oposição, há uma tentativa de afiliação única, tentando delinear campos opostos, como por exemplo, o oriente e o ocidente.

⁵⁰⁶ Charles Taylor (et. al.), *Multiculturalismo...Cit.*, pág. 136.

⁵⁰⁷ Amartya Sen, *Identidade e Violência*, Lisboa, Tinta da China, 2007, pág. 29.

⁵⁰⁸ *Idem*, pág. 54.

No caso da identidade africana, esta ficou marcada pelo colonialismo e pelo funcionamento da “mentalidade cativa”⁵⁰⁹. O problema do continente africano subsistiu no mundo moderno com a Guerra Fria que controlava os destinos dos novos estados africanos e fabricou líderes totalitaristas que competiam com o apartheid sul-africano. Muito para lá da descolonização política, é necessária uma descolonização ideológica e, para tal, há que aumentar o leque de alternativas em termos de afiliações, pois o sentimento de pertença a uma comunidade pode não anular outras agremiações. Pode haver a necessidade de optar por uma identidade, impelido pelo sentimento de lealdade.

No fundo, o caso africano apresenta como necessidade de base a aceitação da coexistência de múltiplas identidades, e não uma única. É um mundo de identidades plurais, resultantes de influências múltiplas e não unifocais.

No caso específico português, vários são os autores que relacionam a identidade portuguesa com um sentimento vivo de missão espiritual. Esse sentimento esteve na base do prolongamento dessa ideia através do mar e na fundação de novas pátrias.

Ao lermos o texto de Eduardo Lourenço, ficamos com a sensação de que a “grandeza” de Portugal imperial é uma fraude construída a partir de ideologias caducas, mas com um sentido muito direccionado. Apesar desta construção identitária ser bastante evidente em alguns momentos da História, podemos considerar que há um sentido perene que o tempo não consegue apagar, quase como se a ideia de Nação se alicerçasse num sentimento tão forte como a vontade.

Há de facto casos de genuína emoção em relação à causa nacional, o que é visível no caso da Catalunha, região integrada há muito tempo no território espanhol e que luta pela sua independência. A chama eterna, em memória dos mortos de 1719, arde continuamente em Barcelona. Por diversas vezes esteve próximo desse objetivo, mas as circunstâncias políticas não o permitiram. Porém, o sentimento não esmoreceu, pelo contrário, ele é cada vez mais notório e em crescendo.

⁵⁰⁹ Amartya Sen, *Ob. Cit.*, pág. 134.

O sentimento de diferença mantém-se, apesar de muitos já terem anunciado, por mais que uma vez, a morte das nações. O fundamento das nações continua a residir na história e nos seus heróis. No presente, as mais recentes investigações revelam hipóteses novas sobre o período das grandes viagens de descobertas que vêm pôr em causa muitas das verdades tidas até aqui. De facto, durante esse período imperava um clima de espionagem e de circulação de boatos que se tornaram, muitos deles, mitos fundacionais. É claro o exemplo de Cristóvão Colón⁵¹⁰ ou de David Melgueiro.⁵¹¹

O que defendemos é que, apesar dos feitos valorosos e marcantes dos portugueses no capítulo das Descobertas, a sua marca é sempre secundarizada pelo contexto internacional. Também foi devido ao contexto internacional que subsistiu uma ditadura quando quase todos os estados europeus deixaram de o ser. Foi ainda devido às disputas internacionais que Portugal manteve os territórios em África.

No fundo, os territórios africanos de expressão portuguesa resultam de um paradoxo à volta de uma dupla realidade: por um lado, a identidade colonial, que segregou e dominou a organização existente, a mentalidade e o território; por outro, levou novas formas de vivência e de pensamento, propiciando a adesão dos africanos à nova realidade colonial que permaneceu na edificação dos novos Estados africanos independentes.

⁵¹⁰ Em 2009 surgiu a tese de que Colón era neto de João Gonçalves Zarco e genro de Bartolomeu Perestrelo e a sua origem seria alentejana. Teria sido enviado por D. João II aos reis católicos para os manter distraídos com a questão de encontrar a Índia para ocidente, o que se sabia impossível. Cf, Pedro Laranjeira, *O Alentejano que descobriu a América*, Free Zone, 2008.

⁵¹¹ O conhecimento sobre a vida de David Melgueiro está envolto em lenda. Sabe-se que o navegador nasceu no Porto, em data incerta, e morreu no Porto, em 1673. É-lhe atribuída a primeira travessia da Passagem do Nordeste ao serviço da Marinha holandesa, partiu do Japão em 1660 ao comando do navio Padre Eterno. Carregado de riquezas orientais, especiarias e passageiros, terá decidido trocar as voltas aos piratas e a outros possíveis ataques no mar vindos de vários países europeus em guerra. Em vez de navegar do Japão para sul, indo até ao cabo da Boa Esperança, na África do Sul, dirigiu-se para norte, até ao estreito de Bering, conhecido na altura por estreito de Anian. Através do estreito de Bering, terá então passado do Pacífico para o oceano Ártico, avistado o arquipélago de Svalbard, e daí terá descido até ao Atlântico, primeiro até à Holanda, depois já noutro navio até Portugal. Essa rota pelo Ártico junto ao Norte da Sibéria é conhecida como a Passagem Nordeste. A ter acontecido assim, David Melgueiro foi o primeiro a fazer a travessia da Passagem Nordeste. Mas os louros desse feito ficaram com outro navegador, o sueco-finlandês Erik Nordenskiöld, que se considera ter atravessado de forma inquestionável a Passagem do Nordeste mais de 200 anos depois, em 1878. Provavelmente, Melgueiro contou a sua viagem no Porto a um marinheiro francês, que por sua vez a contou a um diplomata e espião francês em Portugal, chamado La Madelène, que a contou ainda a um ministro francês. Isto criou uma lenda, envolta em secretismo pela própria Holanda. Cf. <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/david-melgueiro-na-rotada-lendaria-viagem-do-navegador-portugues-pelo-arctico-1631515>, consultado a 24 de outubro de 2015.

Esta dupla realidade também é visível nos casos de Porto Alexandre e Mossâmedes. Em Porto Alexandre, destaca-se um exemplo prático, relatado pelos entrevistados: no período pós-colonial foram apagados os marcos e símbolos da colonização. Exemplo disso foi a destruição de todas as esculturas que representavam os pioneiros da colonização branca. Escapou a escultura dos pescadores, cuja fisionomia foi identificada com o negro que embarcava nas pescarias sazonalmente. Esta dicotomia existia, apesar de não se notar no cotidiano, o que também era visível na divisão do território que, em seguida, relataremos.

3.5

A Casa do Mar: evolução das comunidades marítimas

3.5 A Casa do Mar: evolução das comunidades marítimas

A casa está construída na duna e separada das outras casas do sítio. Esse isolamento cria nela uma unidade, um mundo. O rumor das ondas, o perfume do sal, o vibrado da luz marinha, o ar varrido de brisas e vento, a cal do muro, os nevoeiros imóveis, o arfar ressoante do mar estabelecem em seu redor grandes espaços vazios, tumultuosos e limpos onde tudo se abre e vibra. A casa é construída de pedra e cal e a sua frente está virada para o mar.⁵¹²

Esta podia ser a descrição de Mossâmedes, de Porto Alexandre ou de outra povoação marítima. Esta é complementada pela imagem de Mossâmedes, fundada pelos portugueses, no ano de 1850, quando chegaram os pioneiros.

Figura 31
Mossâmedes em 1850



Fonte: *Colecção de Gravuras Portuguesas*: in *Gravuras Portuguesas*, 09ª Série, João Camacho Pereira; Cabral do Nascimento [Prefácio], 9, 1969.

⁵¹²

Sophia de Mello Brayner Andresen, *Histórias da Terra e do Mar*, Porto, Figueirinhas, 2010, pág. 67.

A data mais antiga que regista a existência do presídio de Moçâmedes, patente nesta gravura, é 1839 e o mais antigo panorama está impresso nas viagens de Valdés (1861), repetido pelo *Arquivo Pitoresco e Além-Mar*, número 20.

Segundo informação do catálogo *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, o volume intitulado África Ocidental, que a Imprensa Nacional de Lisboa litografou, por meados do século passado, pela primeira vez um panorama de Mossâmedes, vista do mar, onde se descobre o presídio, com a bandeira nacional erguida e, à esquerda do morro, a povoação. Seguidamente surgiu o panorama levantado por Costa Leal em 1865 e reproduzido litograficamente, em tons de sépia, a colorir a imagem. De 1844 encontra-se grosseira representação de Mossâmedes na carta da baía do mesmo nome, publicada nos *Anais Marítimos* e o levantamento de Lopes de Lima, de 1846.⁵¹³

Do pequeno casario que limitava a baía, a povoação foi crescendo e vieram depois, da metrópole, pequenos aglomerados litorâneos, formados por colonos que traziam consigo uma maneira de estar e viver específica e que tiveram de a reinventar para se adaptarem à nova realidade.

A Génese

Como viviam as populações autóctones antes dos portugueses aqui se fixarem? Pela sua tradição, estavam estabelecidos no interior, em aglomerados rurais e comunitários. Os portugueses, por seu lado, ocuparam preferencialmente a orla litoral.

⁵¹³ Luis Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar, [África Ocidental e África Oriental]*, 2º volume, s.d., pps. 234-238.

Imagem 32

Título: Uma cidade gentílica no Interior de África



Fonte: *Colecção de Gravuras Portuguesas*, in *Gravuras Portuguesas*. 09ª Série, João Camacho Pereira; Cabral do Nascimento [Prefácio], 9, 1969.

O deserto acabou por separar o sul de Angola do restante território, criando uma barreira natural. Naturalmente, estas comunidades permaneceram isoladas, construindo uma identidade isolada, um microcosmos natural.

Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, exploradores à imagem do século XIX, no livro *De Angola à Contracosta*, fazem a descrição das terras do sul de Angola, destacando exatamente esta dificuldade do homem branco aí se estabelecer. Segundo o seu relato existiram duas tentativas de fixação nas terras do sul. Em 1875, com a organização de duas expedições, uma por mar, outra por terra, patrocinadas pelo Governador-Geral José de Almeida Vasconcelos, barão de Mossâmedes. Ambos chegaram à então denominada Angra do Negro, batizada de Baía de Mossâmedes, em honra do Governador-Geral, iniciando relações com os indígenas destas terras. Não foram muito bem sucedidos, tendo havido algumas baixas, razão pela qual o rio Bero foi batizado de Rio dos Mortos.⁵¹⁴

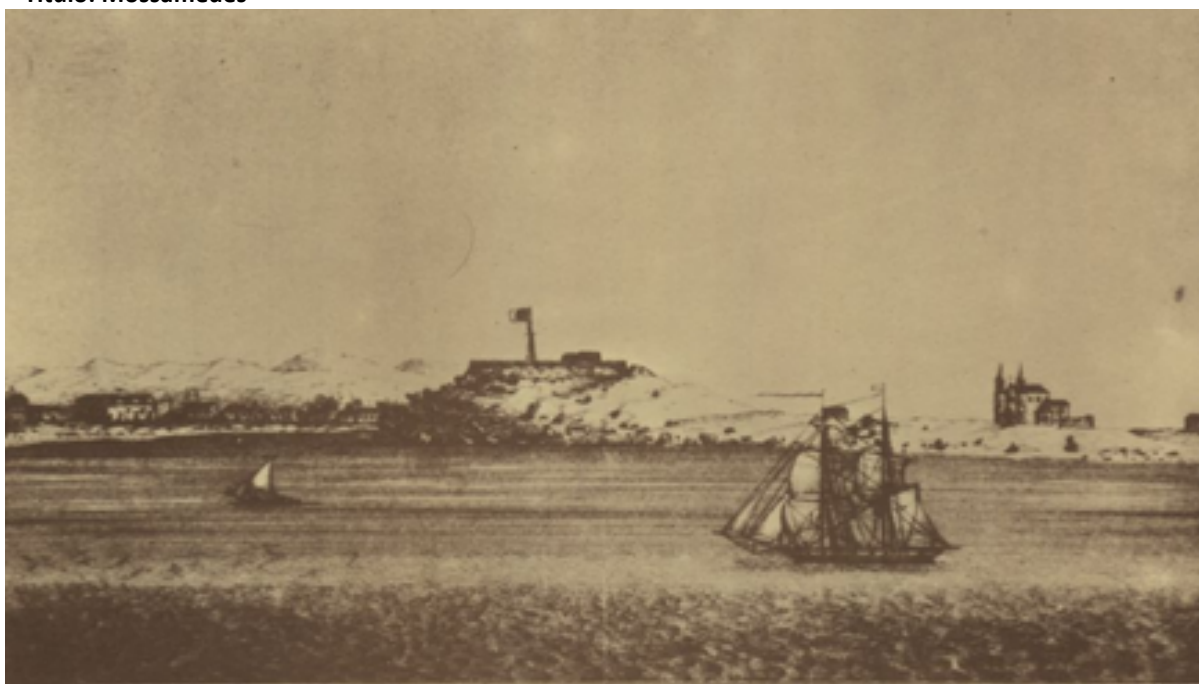
⁵¹⁴ Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, *De Angola à Contracosta*, Lisboa, Publicações Europa América, pps. 98-100.

A Angra do Negro, depois de cair no esquecimento, foi novamente visitada, em 1839, com duas expedições, novamente uma por mar outra por terra. Nesta altura há uma verdadeira vontade de controlar estas terras que “pela sua distância da capital e árido aspeto, a tinha feito tanto tempo esquecer”.⁵¹⁵

Em 1840, foi construído o forte de Ponta Negra, e iniciou-se a base para a construção de uma vila através da edificação de uma feitoria, dirigida por dois negociantes, Jácomo Filipe Torres e António Joaquim Guimarães. Chegaram depois os colonos vindos da Madeira e do Brasil e, a 4 de agosto de 1845, instalaram-se definitivamente aqui. Mossâmedes cresceu a partir desta base.

Imagem 33

Título: Mossâmedes



Fonte: *Colecção de Gravuras Portuguesas*, in *Gravuras Portuguesas*. 09ª Série, João Camacho Pereira; Cabral do Nascimento [Prefácio], 9, 1969.

Habitavam nesta região quatro tribos indígenas: os Quipolas (Miniquipolas, assim chamados), que residem pelo Vale de Cavaleiros; os Girauis, estabelecidos nas margens do rio com o mesmo nome; os Corocas, também estabelecidos perto do rio, e os Bacuissos, nas rochas do litoral. Estes últimos dedicavam-se ao pastoreio e

⁵¹⁵ Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, *De Angola à Contracosta...* *Cit.*, pág. 100.

viviam em cubatas, feitas a partir de um tronco espetado a prumo no solo com os ramos presos, também ao solo, que cobrem com capim, revestido depois com excremento de boi. O seu ente supremo é *Huco*, adoram as vacas e temem os mortos.⁵¹⁶

Como problemas desta região, eram salientados a situação pouco próspera da agricultura e a falta de água permanente, tendo sido feito o levantamento dessas necessidades e da sua solução.⁵¹⁷

Em suma, podemos resumir os momentos-chave do início da colonização nesta região: 1836 – nomeação do primeiro chefe de Mossâmedes, Tenente Garcia; 1839 – Fundação do Presídio de Mossâmedes; 1842 – Visita do Governador de Angola José Xavier Bressane Leite; 1848 – Fundação (mítica) de Mossâmedes; 1857 – Envio de habitantes e de praças para evitar tráfico de escravos; 1890 – chegada dos primeiros colonos algarvios; 1917 – Construção da estrada Mossâmedes - Porto Alexandre; 1948 – Missão de Estudos de Pesca; 1951 – Fundação dos Estudos de Pesca de Angola.

Quando, em 1842, o Governador de Angola José Xavier Bressane Leite, visitou a região, verificou a sua importância geoestratégica para assegurar a soberania portuguesa no sul de Angola. Para aí cimentar a posição dos brancos, estabeleceu acordos com os sobas locais, de modo a garantir a aliança a Portugal. Aí encontrou o forte de S. Fernando, ainda inacabado, três feitorias estabelecidas, dez barracas de palha e uma construção de pedra e cal, a casa do governo.⁵¹⁸

Em 1929, os europeus iam a África pelos seguintes motivos: primeiro como um destino de caça, em seguida como local pioneiro na pesca, depois pela cultura do algodão e, por fim, pela extensão das terras que permitiam a pecuária, tal como nos apresenta esta descrição de 1911:⁵¹⁹

A colónia entregou-se principalmente à pescaria, em que a bahia é abundantíssima, e também à cultura da cana sacarina e do algodão no vale e nas

⁵¹⁶ Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, *Ob. Cit.*, pág. 103.

⁵¹⁷ *Idem*, pág. 112.

⁵¹⁸ Raúl José Candeias da Silva, *Subsídios para a colonização do distrito de Moçâmedes durante o século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, pág. 13.

⁵¹⁹ "Aspetos da colonização portuguesa de Angola", Boletim Geral das colónias, vol. 47, Angola, 1929.

margens do Coroca e à criação de gado. Para este ponto concorreram durante muito tempo pescadores algarvios que iam ali à pesca e por lá ficavam depois e essa colónia não se extinguiu; é ela que contribui com uma importante receita para a alfândega respectiva pela exportação de peixe seco que se faz para o Congo, para o Gabão e São Tomé. O seu porto, que está situado próximo da foz do rio Curoca, é um excelente surgidouro, muito abrigado, tendo uma superfície ancorável de 788 hectares, onde cabem 130 navios d'alto bordo, para o que tem fundos de 9 a 36 metros d'água. É dificilmente perceptível para quem vai do mar, por se confundir o areal da Península que o forma com a praia da costa. Em Porto Alexandre há agência de vapores, agricultores, casas comerciais, estação postal e telegráfica, posto fiscal alfandegário, escolas para ambos os sexos, salinas (Cabo Negro) e estação de Comando Militar no Quiteve.⁵²⁰

As primeiras famílias que aqui se instalaram lutaram contra as agruras da natureza, selvagem e perigosa, mas também eles estavam habituados a ter uma vida árdua e difícil nos seus locais de origem. Exemplifiquemos com um exemplo esquemático de uma dessas famílias pioneiras em Porto Alexandre:

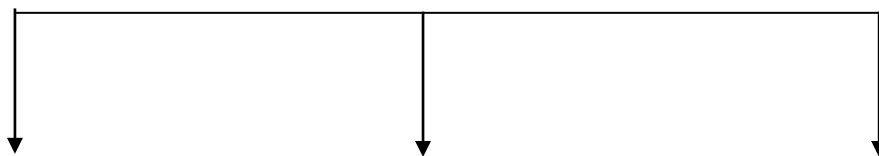
⁵²⁰ *Portugal: Diccionario histórico, chorográphico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*, Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme, Lisboa, João Romano Torre e companhia Editores, 1911, pág. 994.

Pioneiros, naturais de Olhão

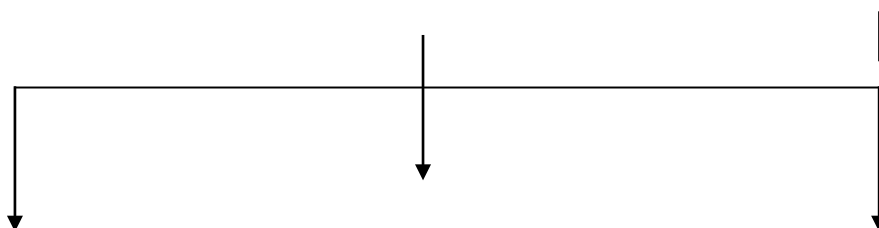
António Pedro Paulo (pescador)

+

Maria da Conceição Bispo



António Fernandes Paulo Etelvina do Espírito Santo Carvalho José Fernandes Paulo (pescador)



José Fernandes Paulo Eugénio Fernandes Paulo João Geraldês Paulo (Encarregado de Pescaria)

+

Ludovina Maria Paulo



Ludovina Maria Paulo de Sales Matias

Todos os elementos desta família estavam já ligados à pesca e assim continuaram, passando os saberes aos habitantes locais e estabelecendo com eles, redes de trabalho temporário.

O ano de 1914 é talvez o ano da mudança, pois é fundada a primeira fábrica de conservas de peixe de Angola, a *Fábrica Africana*, de Figueiredo e Almeida Lda, cujo auge foi atingido na década de 20. Podemos concluir que as origens e a natureza piscatória ditaram os destinos destas colónias.

Imagem 34
Fábrica Africana (anos 20)



Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, sd.

O amadurecimento

Em 1958, foi realizada a primeira volta a África, cuja introdução revelava o que atraía estas gentes a esse continente exótico:

Quando tinha a idade de cinco anos, fui pela primeira vez ao cinema, e diante dos meus olhos deslumbrados, desenrolaram-se as cenas de um filme, passado em África, no qual apareciam leões.

Confesso que essas imagens cinematográficas me impressionaram fortemente. Perguntei aos meus pais onde havia daqueles bichos...

- Em África, na tua terra – responderam-me eles
 - Quero ir a África ver leões – afirmei categoricamente.
- Os anos passaram, como é natural vi muitos outros filmes.

E absorvi tudo o que se relacionava com a África (...). O meio em que fui criado também contribuiu para essa tendência: a minha família, quer pelo lado materno, quer pelo lado paterno, tem tradições em África, nomeadamente em

Angola. Tenho pioneiros na minha família: meu tio-bisavô, D. Estevão Águas, visconde do Alto Dande, ocupa um lugar na história de Angola, meu avô paterno, o coronel farmacêutico Aristides Guardado, por lá andou dezenas de anos. Da sua passagem, encontrei numerosos vestígios no norte, no centro e no sul de Angola, na pessoa de muitos tios mulatos... Na casa de todos eles, que mais tarde visitei, quando da volta a África, quando da volta a África, pontificava um lugar de honra, bem visível, num grande retrato do meu avô (...).

Desde pequeno que muitos nomes africanos me eram familiares: Quibala, Moçâmedes, Lubango, Benguela, bem como palavras de dialectos africanos. Ouvia, com entusiasmo, o meu avô paterno falar-me dos seus amigos boers, fugidos aos ingleses na guerra anglo-boer (...).

O feitiço de África, tal como nos meus pais, avós e bisavós, penetrava-me lenta mas firmemente. Não havia dúvida: era uma doença de família.⁵²¹

O fascínio ou o feitiço de África atraíam as populações e alimentavam as histórias e lendas familiares. A construção do território colonial angolano caracterizou-se por uma rutura no sistema de organização africana dos espaços e das relações inter-populações, criando uma nova dinâmica, centrada primeiro na atividade comercial e, à sua volta, no crescimento de infraestruturas novas como pontes, estradas, caminho de ferro que ligam as cidades e as rotas de comércio.⁵²²

África passou a ser um destino de muitas famílias, atraídas por melhores condições de vida, mas também pelo exotismo dos territórios. Ficam aqui alguns testemunhos dessas vivências.

Manuel Francisco Trocado estava no Brasil aquando da sua independência. Nesta época de convulsões, a nova nação queria consubstanciar a sua imagem e obrigava todos os que viviam no território a naturalizarem-se brasileiros, se aí queriam permanecer. Manuel Francisco não aceitou estas condições, até porque a situação no território era bastante difícil com algumas perseguições aos portugueses e outros europeus. Manuel Francisco Trocado voltou para a Póvoa do Varzim, de onde era natural, mas não se adaptou. Ouvia falar de uma colónia de portugueses que havia sido fundada em Angola e que Norton de Matos procurava poveiros para

⁵²¹ Fernando Laidley, *Roteiro Africano, Primeira volta a África em automóvel*, Lisboa, Edições Tapete Mágico, 1958, pps. 10-13.

⁵²² Isabel de Castro Henriques e Miguel Pais Vieira, "Cidades Coloniais: Trabalho, Território e Estado", *O Império e a cidade*, organizado por Nuno Domingos e Elsa Peralta, Coimbra, Almedina, 2012, pps. 10-11.

aí viverem. Estava-se no ano de 1922. A primeira leva partiu, mas foram só homens, que não aguentaram a solidão. Juntaram-se-lhes depois as mulheres. Maria Feteira Trocado era a esposa de Manuel Francisco Tocado e os dois passaram então a viver em Porto Alexandre. Aí habitavam já pescadores de Olhão...

Elizete nasceu em 1947 e viveu em Porto Alexandre até 1975. A imagem que guarda de Porto Alexandre era de um jardim à beira mar plantado no deserto, onde não havia água potável, que os homens iam buscar a Cacimba, perto de S. João do sul, em barris que eram rolados pelo caminho.

A eletricidade chegou só em 1972. Não havia rio perto e a eletricidade era transformada da água do mar, com geradores, ou os interiores eram iluminados com candeeiros a petróleo. A água do mar era aproveitada para tudo e, por vezes, a luz faltava porque os mexilhões entupiam as redes.

Quando se entrava na cidade havia uma avenida, à direita, com vivendas em frente ao mar. A seguir surge a casa do administrador, os correios, o parque infantil com mini-zoo, o bairro poveiro e a escola primária. Ao cimo da avenida existia o cineteatro Recreativo Cine *Alexandrense*, o café Flamingo, o Comércio do sul e depois as pescarias. Havia bailes no Clube Náutico, faziam-se as Festas do Mar, concursos como Miss Mar e Miss Mossâmedes. A praia era o centro das atenções.

Em Porto Alexandre, em 1973, existiam várias pescarias e fábricas de conservas: a Venâncio Delgado e Filhos, a Venâncio, Guimarães e Sobrinho, a Trocado e Irmãos, a fábrica Simar, a cooperativa Sopeixe. Eram quase todas de pescadores oriundos da Póvoa de Varzim, até que chegaram, mais tarde, nazarenos. A mais importante e moderna era a Simar, seguida pela Contensie, mais artesanal. A Venâncio Guimarães e Sobrinho tinha 186 traineiras registadas e o trabalho era pago à tarefa. Os indígenas ganhavam metade dos brancos, mas não iam ao mar. A sua função principal era escalar o peixe. As fábricas de conservas mais relevantes eram a Sul Angolana, Lda; a Conserveira do Sul, Lda; Venâncio Guimarães e Sobrinho, a Simar, que era uma companhia industrial, e a Produtos do Mar, Lda. À volta de Porto Alexandre, havia outras pescarias como a Pereira Simões e Companhia, a pescaria com salinas pescas de Pinda, a Empresa Industrial do Cabo Negro, Gaspar Madeira e

Lda que exportava para Moçambique. As maiores empresas da região eram da família Venâncio Guimarães e sobrinho. Exilados politicamente nos anos 20, tinham iniciado os negócios no planalto da Huíla, depois para Sá da Bandeira e foram expandindo o seu campo de ação.

A informação que se segue foi-nos fornecida por Adriano Sales Matias que, em 1957, embarcou para Angola na companhia Colonial de Navegação, que garantia o transporte e o regresso se algo corresse mal, depois de receber uma carta de chamada do primo para ir trabalhar no comércio. Tinha frequentado a quarta classe e tinha o registo criminal limpo; por isso pôde partir.

Quando chegou a Mossâmedes, onde trabalhou nove anos, não havia estradas de asfalto, mas, apesar disso, abriu uma filial em Porto Alexandre e, por ali ficou, pois era um local calmo. Em 1958 demorava-se seis horas até Porto Alexandre e, em 1973, quarenta e cinco minutos, devido às melhorias nas infraestruturas.

Economicamente, havia outros potenciais para explorar na região e, nos anos sessenta, empresas com capital estrangeiro começaram a investir ali, através da formação nas áreas de mecânica e de manuseamento de máquinas agrícolas. José Rui Mendes da Silva era mecânico e foi para Angola, com vinte anos. Pertencia à empresa *Lusolander*, que tinha uma agência em Mossâmedes e os seus colaboradores davam formação aos indígenas. A empresa promovia ainda certames de demonstração de maquinaria agrícola. Nas já referidas “Festas do Mar”, em Mossâmedes, havia diversas atividades culturais, económicas, sociais, incluindo os *Pavilhões de Exposições Comerciais e Industriais* que mostravam a evolução tecnológica dos territórios, como atestam as imagens da demonstração de 1969.

Imagem 35

Título: Exposição Comercial e Industrial (1969)



Fonte: Arquivo Particular.

No que diz respeito a meios de comunicação, em 1960, havia em Angola vinte e uma estações de rádio e o Rádio Clube de Mossâmedes era ouvido em Porto Alexandre.

Porto Alexandre é recordada como uma cidade pequena, com um ambiente familiar. Ruas arranjadas. Poucos edifícios públicos de raiz, mas todos os serviços necessários ao desenvolvimento social. Era uma cidade piscatória muito rica, com instalações fabris onde o peixe era manipulado de vários modos: secagem, transformação do peixe em farinha, conservas de óleo, etc. A cidade possuía vários edifícios públicos, tais como os correios, Câmara Municipal, Fazenda Pública, Escolas, Polícia de Segurança Pública, Centro de Saúde, hospital, bancos, Cinema, Clube de Futebol reconhecido em Angola, e muito comércio. Era a última cidade do sul de Angola, com princípio, meio e fim; ali acabava Angola. Era uma cidade em crescimento com muito potencial, tinha muitos bairros de casas geminadas, formando quarteirões.

Os que aí viveram lembram a sociabilidade comunitária que unia a colónia, pois todos se conheciam e conviviam num ambiente de entreatajuda.

Permaneceu também a memória da terra piscatória, onde os pescadores industriais tinham rendimento acima da média nacional, o que perdurou até hoje. Nos tempos livres e de lazer, praticava-se a leitura e o cinema e os contactos com os amigos eram constantes. No cineteatro Alexandrense, era exibido teatro e cinema; o clube de futebol Independente possuía um estádio e um pavilhão anexo, onde se realizavam festas e bailes. Não podiam deixar de recordar as idas à praia, onde as águas eram tépidas e visitadas por golfinhos. O patrono da cidade era S. Pedro, ao qual foi consagrada a igreja local.

Porto Alexandre possuía também uma zona industrial, com duas fábricas de conservas e três de extração de óleo e farinha de peixe, assim como instalações de salga e seca de peixe. Junto à praia existiam as instalações da polícia, guarda marítima, alfândega e administração civil, ladeado por um parque infantil, campos de basquete e hóquei.

Perto da foz do rio Curoca existiam saliculturas e, no sentido de Mossâmedes, foi erguida um padrão dos Descobrimentos, cópia do original, em avançado estado de degradação e entregue, em 1892, à Sociedade de Geografia de Lisboa. A 29 de janeiro de 1892, foi realizada a cerimónia de substituição, com a presença do governador do distrito e de representantes de Porto Alexandre e Baía dos Tigres. Hoje, encontra-se praticamente destruído.

Imagem 36
Título: Cópia do Padrão dos Descobrimentos (anos 50)



Fonte: Arquivo Particular.

Foi a muito custo que os primeiros colonos conseguiram erigir Mossâmedes numa zona árida, visto que o deserto do Namibe é gémeo do Kalahari. Quem nasceu nos finais dos anos cinquenta encontrou uma bela cidade, muito bem desenhada, com seis ou sete ruas paralelas perfeitamente direitas, que iam de uma ponta à outra da cidade e que eram atravessadas por outras de menos tráfego, formando perfeitos ângulos retos. A cidade estava encostada à baía e esta era rodeada por uma longa marginal, ligeiramente curva, que ia desembocar no porto de mercadorias, a sul. O início dessa marginal, a norte, ficava junto à famosa e paradisíaca Praia das Miragens. Junto da praia estava um edifício público muito bonito, onde funcionava o Clube Náutico e onde se realizavam inúmeros eventos sociais, como festas e bailes.

Setenta por cento da construção era dos anos trinta, quarenta e cinquenta e só trinta por cento era de edifícios modernos. Destacavam-se ainda como edifícios públicos o Mercado Municipal, o Cine Mossâmedes, o Impala Cine e um terceiro cinema moderno, que nunca funcionou. Outros edifícios de relevo eram: a Câmara Municipal, o Palácio do Governador, a Associação Comercial, a Associação dos Industriais de Pesca, o Tribunal, a Igreja Matriz de Santo Adrião, as duas Escolas Primárias, o LAAT, Liceu Almirante Américo Tomás, a EICIDH Escola Industrial e Comercial Infante D. Henrique, o Colégio "das Madres", a Capitania do Porto de Moçâmedes, o edifício dos CTT e o dos Caminhos de Ferro de Mossâmedes. Existiam avenidas largas, com jardins polvilhados de flores, algumas estátuas e uma fonte,

onde viveu uma foca, "A Bonita", e um pinguim. Existiam dois clubes desportivos: Ferroviário e Benfica. Existiu um anterior, nos anos quarenta/ cinquenta, o Ginásio Clube da Torre do Tombo, mas já com pouca expressão nos anos setenta.

O mês de março era de festa, "Mossâmedes, mar e março", festas anuais com várias atividades e centro de atração da colónia. Março era um mês com tanto calor que levava a uma interrupção na escola e no trabalho, equivalendo a um período de férias.

Havia igualmente vários jornais e revistas locais, como o *Sul de Angola*, semanário independente de Mossâmedes, fundado em 1921 e dirigido por Mário Trbullo, seu proprietário; *O Correio de Angola*, de Mossâmedes, dirigido por José Manuel da Costa; *Mossâmedes*, semanário dirigido por Joaquim Augusto Monteiro; o *Académico*, dirigido por José Pestana; o *Sport* de Mossâmedes, quinzenário, dirigido por A. A. Torres Garcia e o *Namibe*, de José Trindade.⁵²³

Imagem 37

Trabalhos nas Pescarias, 1962 faina de pesca de arrasto



Autor: saídas de campo realizadas no sul de angola, João Crawford Cabral

Imagem 38

⁵²³ <http://princesa-do-namibe.blogspot.pt/2009/03/o-jornal-o-namibe-de-jose-trindade-e.html>, visto em 9 de julho de 2015.

Traineira recolhendo rede



Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, sd.

Os tempos de crise no sector da pesca eram habituais. As populações passavam muito mal e em 1973, aproveitando a visita do então Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, os industriais da pesca comentaram a imposição do imposto de rendimento e selo da licença de contribuição industrial, aliados à crise que proliferava em Angola, reflexo, da crise mundial, e “vêem-se o comércio, industria e agricultura obrigados a reduzir os ordenados dos seus empregados, e mesmo a despedirem outros(...) Actualmente empregados há que o seu ordenado se resume, única e simplesmente, a comedoria.”⁵²⁴

⁵²⁴ *Boletim Geral das Colónias*, VIII - 088, [Número especial dedicado à visita do Sr. Ministro das Colónias a S. Tomé e Príncipe e a Angola], Agência Geral das Colónias, Vol. VIII - 88, 1932, pág. 491.

A fuga

A guerra, nesta zona, começou a ser sentida no dia 1 de maio de 1974, como já foi referido. Iniciou-se então um processo de instabilidade que culminou com o discurso de Agostinho Neto, em março de 1975, o discurso da independência.

Em 1975, deixaram de existir condições para permanecer nas cidades do sul de Angola. O porto de Mossâmedes foi um dos pontos de fuga. A população nativa fugiu para o campo, a população branca foi reduzindo e a cidade esvaziou-se.

Após a invasão sul-africana, os portugueses que ainda restavam na cidade fugiram, ficando apenas um ou outro que não queria deixar a sua terra. Alguns ainda tentaram vir para Portugal, mas não se adaptaram porque “havia pouco espaço para muita gente” e estavam habituados a comunidades pequenas, onde todos se conheciam.⁵²⁵

Ao mesmo tempo, partiam de Luanda traineiras com destino ao Brasil, a Salvador. O ambiente de paz acabou com a independência. Nas cidades e periferias não se sentia a guerra. Quando havia confrontos refugiavam-se ora nas traineiras ora no deserto. A situação levou a que tivessem mesmo de embarcar e, a 2 de fevereiro de 1976, chegaram ao porto de Ilhéus. Demoraram catorze dias a chegar. Uma dessas embarcações era a de Carlos Venâncio Delgado.

Os habitantes do sul de Angola viviam arredados da realidade politizada do norte. Segundo os seus testemunhos, não havia ali informação partidária. Em 1975, com o início do tiroteio, as traineiras foram carregadas a caminho de África do Sul. O navio *Silver Sky* transportou cerca de mil pessoas até Walvis Bay, onde apanharam avião para Portugal.

Há notícias de refugiados que saíram de Nova Lisboa, a pé, até à Zâmbia e depois Namíbia, na altura controlada pela África do Sul, que lhes recusou a entrada, porque os considerou comunistas. Em Angola, deixaram de ter comida, passaram a viver nos corredores das casas, camuflados. Tiveram de fugir. Saíram de Nova Lisboa

⁵²⁵ Depoimentos retirados do documentário *De Armas e Bagagens* da autoria de Ana Delgado Martins (2013).

em agosto de 1975 numa caravana com mais ou menos cinquenta automóveis. A viagem aconteceu pelo mato, não por estrada, pois havia postos do MPLA e da UNITA no caminho. Foram os *flechas*, soldados especiais treinados pelas tropas portuguesas, que os orientaram. Andavam 5 km por dia com paus e ficaram a viver na Namíbia, sem condições, até 1979.

Outros empreenderam a fuga pela foz do rio Cunene, onde existia uma estação de captação de águas. Com os ataques constantes entre a UNITA e o MPLA, primeiro construíram um abrigo, mas quando a situação ficou insustentável, passaram o rio, pessoas, haveres e os próprios carros, numa balsa puxada por uma corda. O perigo estava nos jacarés que eram abundantes, porque o rio não era fundo. A caravana não tinha forma de saber a sua localização.

A viagem foi repleta de aventuras e, provavelmente, os migrantes não teriam sobrevivido sem a ajuda de um bimotor de reconhecimento, que avistou a caravana, e um sinal de SOS. O bimotor aterrou e foi buscar auxílio a África do Sul. A caravana andou quilómetros numa praia sem destino. Cerca de duzentos portugueses empreenderam esta viagem que provavelmente não teria sucesso sem a ajuda que entretanto acabou por chegar.

Muitos vinham a ler, na viagem de regresso, o livro de Hans Hellmut Kirst, intitulado sugestivamente *Sem Pátria*, cuja história decorre na Alemanha de Leste, num enredo onde os políticos de então são vistos como falsos patriotas, que camuflam situações de interesse privado em soluções pouco consensuais.⁵²⁶

Para trás ficava um território em pé de guerra. Os destroços amontoavam-se nas ruas e tudo estava em estado de sítio. Em Portugal, o caos instalou-se no aeroporto, com o crescente número de refugiados. A maior parte deles considerava ser uma situação provisória, que voltariam para Angola, mal a situação acalmasse, mas rapidamente perceberam que seria uma situação definitiva.

⁵²⁶ Havia de facto um paralelismo entre esta situação política e a que viviam estes portugueses que, no fundo, estavam desiludidos com a falta de proteção que o Governo de Lisboa lhes dispensou. Cf. Hans Hellmut Kirst, *Sem Pátria*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1968.

O embate foi muito forte, principalmente porque havia um limite à troca de angolares por escudos, mas mais do que o choque económico foi o choque psicológico, pela perda de uma vida, conotada com os cheiros, a paisagem, a língua, a fruta, a família e a terra angolanas.

O fim da história

Todos guardam uma imagem de saudade e nostalgia pelo tempo africano, mas muito poucos voltaram. Os contactos que mantêm são através de familiares e amigos que lá permaneceram ou para lá voltaram.

O problema maior para estes deslocados tem a ver principalmente com o facto de que não podem voltar a um *não lugar*, pois a sua *ilha*⁵²⁷ já não existe. As memórias transportam estas pessoas para essa dimensão e o seu encontro permite a partilha de experiências e de sentimentos, recriando e concretizando esse imaginário. Essas memórias integram não só objetos de cultura material como símbolos oficiais, fotografias, móveis ou objetos decorativos, mas também outro tipo de sensações ligadas à cultura imaterial, como os odores, paladares, texturas, sonoridades, que despertam sentimentos de verdadeira nostalgia, como o cheiro do peixe, das moscas à volta do pescado, do vento *garroa*, da imensidão do deserto, da natureza selvagem, da baía calma de águas tépidas, onde nadavam com os golfinhos, do pôr-do-sol.

As histórias de vida são exemplos emblemáticos da epopeia dramática que envolve a viagem, abandonando o que é familiar e conhecido para encontrar o desconhecido, pleno de contradições: medo e, ao mesmo tempo, esperança, alegria pela novidade e, ao mesmo tempo, nostalgia pelo passado. Estes sentimentos binários estão sempre presentes nestas comunidades de viajantes que partem cheios de expectativas e de sonhos, em busca do sonho. O fim desta história tem

⁵²⁷ Alguns dos entrevistados, referiam-se à Metrópole como o “Continente”. Voltamos a utilizar o conceito de Marc Augé, que utiliza esta expressão para designar lugares anónimos, porém, o sentido que queremos imprimir a esta expressão é a de um lugar perdido nos labirintos da história. “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança.” Cf. Marc Augé, *Não-lugares*, 90 Graus Editora, 2005, pág. 169.

também um duplo significado: por um lado, o novo mundo que nasceu e ainda hoje existe fisicamente em função destes pioneiros, por outro a construção do seu imaginário, que é perpetuado por estas comunidades ainda hoje em encontros, convívios anuais, blogs e publicações (livros, panfletos, livros, filmes e documentários), associações como a ADIMO (Amigos do Distrito de Mossâmedes – Namibe, Angola), encontros plenos de emoção e nostalgia, mas que reedificam o *não-lugar*.

Este não é um exemplo tipo colonial, pois tem especificidades próprias. É nessa memória que persiste a saudade, o amor, a perda, a vida e a morte desta(s) comunidade(s). A nostalgia é a palavra-chave para entendermos o significado destes encontros, que são um (re)encontro com um passado comum, onde se recordam momentos, episódios, pessoas, paisagens, (re)criando essa realidade perdida.

Encontro das Caldas da Rainha (agosto de 2015)



A vida é repleta de memórias que necessitam de uma celebração, seja ela individual ou coletiva. O desaparecimento destas comunidades levou a um choque traumático forte que fez surgir a necessidade de relembrar, reconstruir, reorganizar um espaço e tempo que só eles conheceram. Neste sentido, todos os anos é

celebrado o encontro das Caldas da Rainha, onde se promovem os afetos e amizades e se celebram os rituais: é entregue a bandeira de Mossâmedes, Porto Alexandre e Vila Arriaga a uma das famílias daí oriundas, que a guarda até ao ano seguinte.

Esta é uma forma de reviver tempos passados, mas nota-se a ausência dos elementos geracionais mais novos, embora alguns descendentes tenham empreendido já viagens ao sul de Angola de lazer, outros realizaram documentários e blogues e ainda outros que voltaram novamente em busca de trabalho e, quem sabe, de reminiscências desse passado ausente/ presente.

Esta é uma forma de memória simbólica ou heterológica? Apesar da mesma origem, a identidade difere do outro. O outro é sempre o indígena e o colono não consegue fugir deste seu papel de “civilizar”. Esta nostalgia faz esquecer esta diferenciação que, na realidade, sempre existiu. Surge uma mediação de um imaginário feliz e pacífico que escondia outras realidades, submetidas, adormecidas, arquivadas. A memória destas comunidades confunde-se com as emoções que partilham numa metamemória, ou seja, a construção da realidade segundo as suas perspetivas e vivência pessoais.

3.6

Retrato identitário

3.6 Retrato identitário

O ponto chave de qualquer nacionalismo é o fator emocional que se reflete nos hábitos sociais e culturais de uma comunidade, ligada por um sentimento de pertença. A cultura emocional que a une é o mais forte sentimento de união. Por isso podemos falar de nações dentro de nações e, desta, em particular, como uma nação histórica, porque faz parte do passado e não tem tempo nem lugar no presente. Seja qual for o modelo de nascimento de uma nação, mais político ou mais sócio-cultural, o etnoculturalismo do povo é sempre procurado como o ponto nevrálgico.⁵²⁸

A identidade nacional divide-se em três aspetos fundamentais: o político, o etnográfico e a “alma ou espírito da Nação”.⁵²⁹ Estas características mais abstratas concretizam-se na formação de espaços morais e, no plano material, em zonas de exploração económica e social. Este modelo vai ser depois exportado para os territórios coloniais.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.
⁵³⁰

Por isso houve, efetivamente, uma necessidade dos colonos se misturarem com os indígenas, até por uma questão de sobrevivência. O colono imitou o colonizado e vice-versa. Porém, os dois mundos continuaram separados. A visão pós-colonial mais não faz do que uma retrospectiva, resultando na construção de uma identidade histórica num determinado espaço e tempo.

A oposição indígena vs europeu inicia-se primeiro com a constatação das diferenças físicas e, seguidamente, pelo quotidiano, os hábitos, as crenças e o próprio modo de estar.

⁵²⁸ João Leal, “Usos da cultura popular”, in José Neves (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China, 2010, pág.125.

⁵²⁹ *Idem*, pps. 127-128.

⁵³⁰ Stuart Hall, *The Question of Cultural Identity*. In: Hall, David Held, Anthony McGrew (eds), Cambridge, Cambridge Polity Press, 1992, pps. 274–316.

A contrário do discurso oficial, que anunciava “o estreitamento das relações espirituais entre a metrópole e as colónias como o caminho da solução definitiva há tanto procurada para esse magno problema” que era, no fundo, o envio de colonos e a fixação de populações, existiu sempre uma separação. A propaganda oficial anunciava uma “África risonha, de cidades airosas, de caminho de ferro, de aviões sulcando o espaço, com o telégrafo a ligá-los (...) o colono é sem custo atraído, o colonato ocorre.”⁵³¹

Porém a realidade era depois bem diferente. As comunidades do sul de Angola conseguiram resistir porque construíram uma teia de relações interpessoais que lhes permitiu a sobrevivência e, mais tarde, o desenvolvimento. As relações com os indígenas eram sazonais, pois estes permaneciam no interior, no deserto, nas suas aldeias, com o seu modo de vida ancestral que muda ou não quando conhecem outras realidades.

Enquanto o indígena vai criando um fascínio pela novidade que o homem branco pode pôr à sua disposição e pelo estilo de vida que pode proporcionar; o homem branco vê no indígena uma possibilidade de moldar o outro, segundo os seus interesses e modelos. Mas esta interação rapidamente se transforma numa submissão baseada em justificações morais para evidentes objetivos de exploração económica.

O homem branco, tentando subjugar estas populações a trabalhar, recenseando a população, dando-lhes um número ou criando a caderneta do indígena, concedeu-lhes uma identidade burocrática que, para “o outro”, nada significava. A multiplicidade de culturas e etnias era evidente e “o poder colonial português usou este conhecimento para dominar, cooptar elites locais, que se afirmaram como intermediários do poder central, pequenos soberanos de imensos povos”.⁵³² Alguém poderoso que representa essa identidade e a personifica.

Passou a ser estruturada uma sociedade baseada na hierarquia da cor e na progressiva branquização do sistema. Os brancos, os negros, os mestiços, os cafusos

⁵³¹ Portugal, *Breviário da Pátria para Portugueses Ausentes*, Lisboa, Edições SNI, 1946, pps. 216-217.

⁵³² Miguel Bandeira Jerónimo (et. al), “Identidade Nacional, cultura popular e revolução”,...*Cit.* pág.159.

(filho de mulato e mulher negra), os cabritos (filho de mulato e mulher branca)⁵³³ e os culturalmente assimilados. O Império aceitava os adaptados por aculturação ou a coexistência pela segregação.⁵³⁴

Esta convivência de séculos produziu uma série de estereótipos de ambos os lados, que pode também ser evidente na língua, como o uso da expressão “chicoronho”, que simplifica a expressão usada pelos indígenas “senhor colono”, aplicada, pela primeira vez aos madeirenses que chegaram ao planalto de Huíla.

No final de tantos anos de convivência, a junção cultural nunca foi total. Existiu sempre uma separação e, quando existiam ligações davam origem a novas categorias sociais, como acabámos de referir. Por isso, o modo de vida dos colonos era sempre uma incógnita para os indígenas, assim como os colonos não conseguiam entender os hábitos dos indígenas. Permaneceram assim duas linhas paralelas que se entrecruzavam por interesse e por indução administrativa, mas que nunca se fundiram realmente. Esta visão é nítida nos textos literários e no próprio urbanismo, pois a configuração das cidades planeadas pelos europeus incluíam a separação dos dois mundos e nas representações artísticas, visíveis nas imagens que, a seguir, reproduzimos.

Esta série iconográfica e artística demonstra, através de representações caricaturais, as figuras sociais deste processo colonizador, as identidades e a visão do outro.

⁵³³ Informação retirada do questionário de Manuel Gancho Júnior, realizado a 4 de agosto de 2015.
⁵³⁴ Miguel Bandeira Jerónimo (*et. al*), *Ob. Cit.*, pág.160.

Imagem 39
Representação do homem branco, escultura datada de 1897



Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Esta imagem, presente no espólio etnográfico do Museu da Ciência da Universidade da Ciência de Coimbra, corresponde à visão, nada abonatória, que os negros tinham dos colonos. É uma escultura masculina, em madeira, monobloco, sentada numa espécie de banco retangular, com os pés numa peanha redonda. Cabeça com chapéu multiforme pintado de preto, olhos embutidos e revestidos por espelho, delineados, com a íris assinalada a preto. Nariz de abas largas, e boca proeminente de lábios grossos. Do pescoço parte uma casaca com asas de grilo pintada de preto, com um colar esculpido no peito. A mão esquerda segura uma garrafa pelo gargalo, com a base assente no joelho do mesmo lado. A outra mão, semifletida, apoia-se no joelho, com os dedos quase inexistentes. O sexo está em evidência. Pés descalços com representação de todos os dedos. Colar e lábios alaranjados e restante conjunto pintado a caulino branco.⁵³⁵

O uso do colar pode remeter-nos para a apropriação pelo branco de um

⁵³⁵ Ficha de inventário da Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, com adaptações.

hábito indígena, mas o homem branco era visto como um ser de vícios. O seu discurso não correspondia, a maioria das vezes, às suas ações, perturbadoras da ordem social vigente, tentando preverter a cultura autóctone com deuses, hábitos e crenças desconhecidos até então.

A troca cultural, já sinalizada em cima, desenvolveu-se através de um predomínio da cultura europeia, trazida pelos colonos que os indígenas procuravam imitar. Isso é visível em objetos do quotidiano, como os utensílios de cozinha; outro exemplo pode ser a introdução da xícara de café, não utilizada anteriormente pelos indígenas, passando a fazer parte dos seus hábitos.⁵³⁶

Esta imagem era uma figura pouco abonatória que o negro tinha do branco, mas existem outras, como a reproduzida na imagem seguinte, uma figura mais burocrata que também retrata os estereótipos do colono branco. Como já referimos, por questões financeiras, como a cobrança de impostos, o indígena é transformado num número, o que também não era intelegível para estes povos. Além dessa imagem burocrática, surgia também o explorador cientista, reinventado do século XIX, que trazia um conhecimento científico mais elaborado que foi complementado com novas paisagens e novos conhecimentos botânicos, zoológicos, culturais.

⁵³⁶ Existe uma coleção de artefatos de cozinha na reserva etnográfica do Museu da Universidade de Coimbra.

Imagem 40

Escultura representando um homem branco, de pé, vestido à europeia (1902).



Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

A imagem abaixo representa o comerciante do mato, que se embrenhava no mato em busca de riquezas que trocava por bugigangas ou álcool. Muitos deles acabavam por se fixar e constituir famílias, outros procuravam acumular fortunas.

Imagem 41

Escultura de homem branco, vestido à europeia. Montado num garrano, tendo uma chibata na mão direita e uma carabina a tiracolo.



Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra

Imagem 42
Imagem de Missionário, de 1899



Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

O missionário, representado na imagem acima, era um dos estereótipos mais difundidos entre os indígenas. Esta figura masculina de madeira policromada apresenta uma atitude hirta e frontal, com os braços afastados do corpo e mãos sobre as ancas. Face pintada predominantemente de branco, com olhos e boca acentuados por um traço negro, prolongando-se os traços dos cantos da boca em volutas, sugerindo as pontas enroladas de um bigode. A cabeça é coberta por um solidéu preto e o corpo por uma sotaina verde.⁵³⁷

Os missionários eram os colonos que tinham a missão mais definida: expandir a fé católica, mas também ensinar a ler e escrever os indígenas. Este objetivo ficou muito aquém do esperado e, para além disso, havia constantemente queixas pelo comportamento abusivo destes homens. Além disso, a maior parte das vezes o discurso teológico era ininteligível para os indígenas. A figura apresentada tem um ar contemplativo, mas, ao mesmo tempo, a sua postura hirta dá-nos conta da sua rigidez e de pouca tolerância em relação às crenças dos indígenas.

⁵³⁷ Ficha de inventário da Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, com adaptações.

Como se depreende, as imagens acima representadas correspondem a protótipos de representações do homem branco pelos indígenas. Uma proposta de interpretação podia ser o colono degradado, o cientista-explorador, o comerciante do mato e o missionário.

Por outro lado, qual seria a visão do colono em relação ao negro, indígena? Haveria vários textos e descrições possíveis de enumerar, mas escolhemos esta, por estabelecer uma comparação entre o papel dos colonos e dos indígenas:

O nível de vida da raça indígena é de uma parcimónia inverosímil, pois que o sol é quase todo o seu conforto, quase todo o seu vestido e ao que parece grande parte do seu alimento. O colono branco, por modesto que seja, tem de abandonar o trabalho, para defender a qualidade de trabalho. Assim, à raça negra pertence o exclusivo da mão de obra; à raça branca cabe o predomínio nas funções de direção e ambas o desempenho das atividades intermediárias. É a mão de obra que ocupa a massa da população de todos os países, na organização económica Africana, ainda tão simples, as funções de direção cabem a uma percentagem ínfima de habitantes.⁵³⁸

Através destas comparações, podemos perceber que havia uma diferença abismal entre as duas culturas, o que obviamente provocou choques culturais e até combinações pouco convencionais. Mas, na verdade, no meio da selva, onde muitas vezes nunca tinha estado um ser humano, tudo podia acontecer.

Culturalmente, houve uma tentativa de exportar os símbolos coloniais levados pelos europeus, como o *Quadrado de Môngua*, Monumento evocativo à resistência portuguesa em agosto de 1915, durante a I Guerra Mundial, para defender a fronteira sul de Angola. Os soldados delinearam um quadrado para impedir os alemães de invadir Angola. Quase uma transposição de Aljubarrota para a história de Angola.⁵³⁹

⁵³⁸ Marques Mano, "O branco e o negro na visão económica de África", Boletim Geral das Colónias . XII - 133, [1ª Conferência Económica do Império Colonial Português], Agência Geral das Colónias, Vol. XII - 133, 1936, pág. 52.

⁵³⁹ *Cadernos Coloniais*, "Infantaria 17 em África", pág.19.

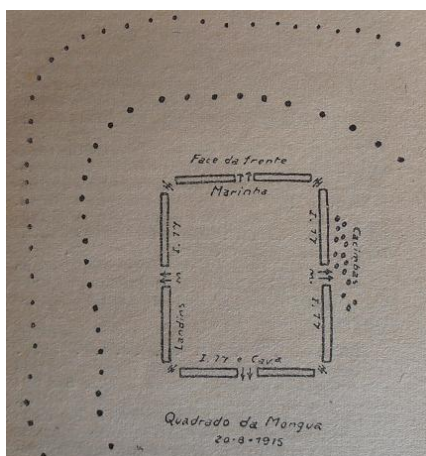
Imagem 43

Monumento evocativo à resistência portuguesa durante a I Guerra Mundial



Imagem 44

Estratégia Militar conhecida por Quadrado de Môngua



Fonte: *Cadernos Coloniais*, "Infantaria 17 em África", p.19.

Do ponto de vista dos costumes e das práticas culturais, como viviam as populações do interior do sul de Angola, nos anos sessenta? Subsistia a sua forma ancestral de vida, com os seus usos e costumes? Viviam de um modo simples e ligado à natureza, com as suas hierarquias e hábitos, continuando a não usar roupa e a enfeitar-se como gostavam.

Imagem 45
Mucubais (deserto do Namibe-anos 60)



Fonte: Arquivo particular.

Apesar de todos os esforços perpetrados pelos portugueses, numa tentativa de aculturação, o seu modo de vida ancestral subsistiu em muitas comunidades. Quando a assimilação acontecia, surgia a separação entre os dois mundos, como mostra a imagem da cidade de Cubatas dentro da cidade de Sá da Bandeira, em 1967.

Imagem 46
Cubatas dentro da cidade de Sá da Bandeira (1967)



Fonte: Arquivo particular.

Podemos caracterizar o sul de Angola como um local de natureza selvagem, onde a presença humana era difícil de manter, mas o homem foi persistente e, depois de várias tentativas, o progresso chegou através do caminho de ferro. Por outro lado, subsistiu a sua irreverência natural que resistiu às influências externas ou, simplesmente, as adaptou como lhe convinha.

Imagem 47
Deserto do Namibe (novembro de 1968)



Fonte: Arquivo Particular.

Imagem 48
Monte Caraculo, no sopé passava a linha de caminho de ferro de Mossâmedes.



Fonte: Arquivo Particular.

Esta última imagem representa a dicotomia progresso/tradição que caracterizou a dominação e as relações coloniais em Angola. Neste caso específico, Angola existe como uma construção europeia, nomeadamente portuguesa, mas procura agora libertar-se dessa influência para construir uma nova realidade. No

caso específico das comunidades em estudo, muitos não conseguiram suportar o clima e a cultura europeia e regressaram a Angola, transformando a sua identidade em algo multicultural.

A nível internacional, os estudos pós-coloniais têm avançado, tentando libertar-se desta omnipresença europeia e do peso asfixiante dos seus quadros de leitura, tentando evitar uma crítica radical dos padrões de conhecimento e identidades sociais que eram autorizados pelo colonialismo e pelo domínio ocidental. Porém, o colonialismo e seus legados começaram a ser questionados, assim como as narrativas que colocaram a Europa no centro. A crítica pós-colonial tentaria então desfazer o eurocentrismo, mantendo, porém, a consciência de que a pós-colonialidade não se desenvolve numa distância em relação à história: existe como um *a posteriori*, ou seja, depois de ter sido «trabalhada» pelo colonialismo. O espaço ocupado por esta enunciação de discursos de dominação não se localiza nem dentro nem fora da história da dominação europeia, mas antes numa relação tangencial com ela, levando a uma situação híbrida, uma situação de prática e negociação, ou aquilo a que Spivak chama *catarse*: reverter, deslocar e atacar o aparato de codificação de valores, inerente à longa era colonial e aos seus processos de dominação.⁵⁴⁰

A definição cultural do povo português baseia-se, em primeiro lugar na sua origem histórica, em segundo nas semelhanças físicas e na língua. Estes elementos reúnem-se e “ultrapassam muito as fronteiras dele: uma unidade de sentimento e de cultura (nas palavras de Gilberto Freyre) aproxima os descendentes portugueses de quatro continentes e ainda os nativos que eles chamaram ao convívio da civilização. Quando o povo português começou a expandir-se, os seus elementos característicos assentavam já numa estrutura tão forte que o contacto de outras terras e gentes não chegou para desagregá-los.”⁵⁴¹

Este luso-tropicalismo, defendido por Gilberto Freyre ou a “mística colonial” de Fernando Alves de Azevedo caem por terra, pois a fusão de culturas não passava de uma miragem. Este misticismo não passa afinal da consumação de uma

⁵⁴⁰ Sobre esta problemática ver a obra de Homi K. Bhabha, *The Location of Culture*, New York, Routledge, 1994 e Gayatri Spivak, *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*, Sarah Harasym (ed.), London, Routledge, 1990.

⁵⁴¹ *Breviário da Pátria para portugueses ausentes*, Lisboa, Edições SNI, 1946, pps. 5-7.

necessidade física e biológica de um indivíduo, longe das suas referências culturais. Os colonos, afastados da sua terra, acabam por se envolver no novo território, adaptando-se ao novo espaço e aos seus hábitos. Os “assimilados” podiam conviver com os brancos, mas desempenhavam sempre funções subalternas e viviam em locais separados por opção ou por obrigação.

É fácil cairmos na tentação destas teorias dos anos quarenta, comparando a colonização britânica com a portuguesa, como se estes tivessem uma necessidade natural para a miscigenação, mas a documentação e a própria iconografia mostra a separação que efetivamente existia entre várias categorias sociais.

No caso das comunidades marítimas, os colonos pioneiros eram humildes pescadores, mas quando se tornaram os donos das pescarias, o serviço sazonal era realizado pelo indígena, que vinha do deserto para trabalhar no mar, muitas vezes porque o seu sonho era comprar uma bicicleta e porque os colonos reservam o trabalho em terra para os negros.⁵⁴²

Podemos assim concluir que não podemos equacionar uma identidade no caso específico do sul de Angola, mas identidades que se entrecruzam num determinado espaço e tempo. No fundo, estes grupos constroem, no presente, uma recordação passada. Este grupo apresenta um laço de filiação, com base no seu passado coletivo, conferindo uma “ilusão de imutabilidade temporal e cristalizando os seus valores”.⁵⁴³

A memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço. Essa memória é indissociável da manutenção de um sentido de identidade.⁵⁴⁴ Muitas vezes, a verdade oficial é diferente da memória de pequenos grupos, isolados num tempo e num espaço, como o caso destas comunidades. Foucault designa esta construção coletiva de *contra-memória*, não existindo verdades ou realidades absolutas, mas sim

⁵⁴² Estas afirmações podem ser comprovadas pela análise das fotografias do anexo “Caderno Visual”.

⁵⁴³ Elsa Peralta, “Abordagens Teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica”, *Arquivos da Memória, Antropologia, Escala e Memória*, número 2 (nova série), Centro de estudos de Etnologia Portuguesa, 2007, pps. 5-7.

⁵⁴⁴ Elsa Peralta, *Ob. Cit.*, a autora cita a abordagem teórica de Halbwachs, pág. 6.

existências paralelas e grupos subalternos que fazem leituras diferentes daquela que é considerada a verdade absoluta ou de regime, no dizer de Foucault.⁵⁴⁵

A contra-memória das comunidades em estudo é evidente no que respeita ao discurso oficial, tendo em conta que cada um interpreta uma determinada realidade de uma forma pessoal. A ordem social estabelecida “pacificamente”, é feita, na realidade de tensões e conflitos, mas também de interajuda e familiaridade, criando uma teia de sentimentos e emoções à volta destas populações.

Eram pequenas-pátrias coloniais, reproduzindo à escala local, as linhas mestras de uma comunidade nacional ultramarina. Porém as especificidades geográficas, a distância do “centro colonial” afastam e recriam a vivência colonial destas comunidades de muitos traços típicos da identidade colonial instituída pelo regime. O seu domínio era mais difícil nestas localidades, embora fosse exercido através de visitas de Estado ou comemorações oficiais e simbólicas vindas da metrópole.

Da memória passamos à reconstrução das identidades, através de um passado comum que é lembrado e comemorado incessantemente pelos porto alexandrinos e mossâmedenses.

⁵⁴⁵

Michel Foucault, *The order of things*, London, Tavistock, 1970.

Conclusões

Conclusões

O Império Português teve quatro características que o diferenciaram de todos os outros impérios europeus: o pioneirismo temporal, a dispersão espacial, a pluralidade civilizacional e a universalidade cultural. Daqui resultou, uma mescla ímpar de experiências culturais através da intercomunicação entre os espaços do Império e a recriação espacial do próprio território, recortado entre vários continentes, povos e culturas. Este intercâmbio foi possibilitado pela vontade dos governos e administração colonial, mas dependeu diretamente do esforço individual daqueles que partiram.

No primeiro capítulo do trabalho, usámos fontes secundárias, como artigos de publicações periódicas, nomeadamente o *Boletim da Agência das Colónias* e os *Cadernos Coloniais*. Para esta análise foi precioso o site *Memórias de África e do Oriente*, que disponibiliza vários números das citadas revistas digitalizadas, o que é um auxílio precioso para o investigador. As fontes primárias não foram as principais que usamos porque não há um corpo de fontes tratadas só sobre o tema e sobre as comunidades em causa. Neste aspeto, complementámos o estudo com a consulta de vários processos do Arquivo Histórico Ultramarino, onde encontrámos alguma documentação relevante.

O estudo apresentado assumiu-se como uma construção do passado, invocando um diálogo constante entre três registos historiográficos: a História da Expansão Marítima, a História do colonialismo e da descolonização contemporânea, com apontamentos de política externa. A análise inclui também registos tradicionalmente não historiográficos e metodologias utilizadas normalmente pela Antropologia, sociologia e geografia cultural.

Podemos admitir que aqueles que há cento e cinquenta anos procuraram o sul de Angola movidos pela intenção de adquirir uma vida melhor edificaram aí novas comunidades, refletindo as práticas e os costumes de gerações passadas. Quando os seus descendentes voltaram, perpetuaram esta memória, tomando para si uma identidade etérea, porque não se materializa, ou mesmo binária, porque existe, em dois tempos.

Ao longo destas páginas, desenvolvemos dois eixos fundamentais de análise:

Um, ligado à construção da ideologia colonial africana como fundamento da continuidade do Império a partir da Regeneração (1851), passando pela República e acentuando-se com o Estado Novo.

Outro, ancorado no final do Império e no retorno destes nacionais a um país também ele em mudança, onde, na maior parte dos casos, nunca tinham estado.

A nossa perspetiva incide nas histórias de vida que tornaram possível a história da colonização, através da deslocação contínua das populações colonizadoras. Os fluxos populacionais são os grandes responsáveis pela construção de sociedades multiculturais e de fusão identitária.

Ao longo dos capítulos evidenciamos a evolução destas comunidades e a sua transformação através de metamorfoses culturais, tentando abordar a construção de uma identidade complexa e binária, entre Angola e a Metrópole.

O homem é um ser migrante por natureza. A sua história, evolução e individualidade assentam na mistura e recriação cíclica destas povoações, numa transformação constante dos seus hábitos, crenças e costumes, criando um *habitus*, cujo significado, estado do corpo ou algo externo, constituição, aparência, veste, se aplica a estas realidades históricas, pois promove a criação de uma prática frequente.

No caso específico de Portugal, o êxodo integra a história nacional, remetendo este povo de camponeses, marinheiros e pescadores a uma incessante busca de um paraíso perdido. O caminho livre era o Oceano. Por isso, a maritimidade está tão enraizada na literatura, arte, música. Na tradição oral popular esta ideia permanece nas histórias que envolvem a vida marítima e os seus protagonistas, os pescadores e as suas façanhas. Escolhemos uma narrativa que mostra esta mistura de herói pescador-marinheiro, intitulada *O Pescador que foi à Índia numa noite*⁵⁴⁶:

⁵⁴⁶ História narrada por um pescador da Nazaré e transcrita no livro de José Maria Trindade, *A Nazaré dos pescadores*, 2009, pág. 89.

Numa noite rigorosa de Inverno, andava um pescador a correr a costa. O mar estava um leão, e fazia muito vento. Como não apanhava nada, pôs-se a caminho de casa. Estava escuro como breu. Ao passar ali ao pé de uma taberna, ouve o som de instrumentos e vozes a cantar. Espreitou pela fechadura, e viu um grupo de bruxas a dançar de volta do diabo. Nisto, o diabo exclama: “Cheira-me aqui a carne humana!” Ao ouvir isto, o pescador foge cheio de medo para a praça Sousa Oliveira onde estavam os barcos e salta para dentro de uma barca; esconde-se debaixo de um paneiro. O diabo persegue-o, e acompanhado das bruxas, salta para dentro da barca. E sem saberem que o pescador estava lá escondido, foram pelo mar fora, e “por cada remada, eram sete léguas de andada”. Foram à Índia numa noite. No dia seguinte, o pescador contou na taberna o que se tinha passado. E como não queriam acreditar ele mostrou-lhes uma cana-da-índia como prova de que lá tinha estado.”

Como esta, muitas outras histórias estão enraizadas no imaginário das comunidades piscatórias, aparecendo sempre o mar como o caminho a percorrer. Foi com esta finalidade que se avolumou a ideia de conquista e apropriação de novos lugares e novas gentes. A criação de micro-pátrias, resultado da envolvimento dos colonos com o ambiente envolvente.



O ano de dois mil e dezasseis foi, por coincidência, o ano em que se comemoraram os quinhentos anos da primeira edição de *Utopia*, escrito por Tomás Morus, num contexto de luta moral e religiosa. Não deixa de ser um paradoxo que o homem que transmite a *utopia*, acabe por ser executado, num momento de intolerância religiosa. Por mero acaso ou não, o marinheiro, personagem principal da história e narrador da mesma é português e tinha estado nessa terra, a *Utopia*, que descreve deste modo:

A ilha da Utopia tem duzentas milhas, na sua maior largura, (...) com a forma de um semicírculo(...) em crescente. O mar enche toda essa imensa reentrância; as terras adjacentes que se desenvolvem em anfiteatro quebram o furor dos ventos, mantendo o mar sempre calmo e dando àquela grande massa de água a

aparência de um lago tranquilo. A parte côncava da ilha constitui como que um único e vasto porto acessível por todos os lados à navegação.

A entrada do golfo é perigosa por causa dos bancos de areia, de um lado, e dos rochedos, do outro. (...) Os utopianos construíram aí um forte defendido por adestrada guarnição.

Este conquistador teve génio bastante para humanizar uma população grosseira e selvagem e formar dela um povo que hoje ultrapassa em civilização todos os outros. Logo que pela vitória se tornou senhor do país, mandou cortar o istmo que o ligava ao continente, e a terra de Abraxa tornou-se a ilha da utopia.⁵⁴⁷

Se quisermos, podemos estabelecer um paralelo entre esta imagem de um mundo novo por descobrir, transformado na ideia de uma ilha imaginária, onde se concretizam todos os valores transversais à civilização: tolerância, igualdade, liberdade, justiça. Mais uma vez, por coincidência ou não, o Império colonial português foi muitas vezes referido como uma ilha, de influência delimitada, onde idealmente se vivia em comunhão, com a natureza, e as populações autóctones viviam num estado natural. Porém, esta ideia idílica nem sempre correspondeu à realidade.

A colonização criou uma série de afiliações ainda hoje visíveis na manutenção de relações privilegiadas com as ex-colónias. Essas relações são visíveis ao nível da cultura e têm repercussões na música, cinema, literatura ou religião.

A memória e identidades coloniais exprimem processos de colonização diferentes, ligados aos locais de origem, no caso particular do litoral a ligação com as povoações da Póvoa de Varzim e de Olhão. Comunidades de origem e de destino que entretecem ligações concretas e imaginárias que ajudam a compreender os dispositivos coloniais e as suas contingências sociais e humanas.

O facto desta epopeia se centrar nos mais humildes demonstra que havia uma esperança em construir uma vida melhor, do zero. Angola era assim uma terra de oportunidades, onde tudo estava por construir. Em 1906, a população europeia

⁵⁴⁷

Tomás Morus, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2009, pps. 71-72.

de Angola, rondava os doze mil habitantes, o Brasil era a grande atração devido ao investimento de grandes capitais e à necessidade de mão de obra no território. A expressão *novos brasis* aplicada às terras angolanas, demonstrava mais uma vontade governativa do que uma realidade.

O território inóspito, as doenças, o exotismo afastavam os colonos dos territórios angolanos, além da relação de forças que se manteve neste território, primeiro, ligado à escravidão e, depois, ao degredo. A história mostra que esta vontade de conviver e de conhecer novas paragens, rapidamente é substituída pela intenção de submeter e isso leva, inevitavelmente, a confrontos.

Não deve ser esquecido o papel das mulheres na colonização do sul de Angola. A sua fundadora mítica foi Maria do Céu Roldão. As comunidades piscatórias eram, na sua essência, matriarcais, pelo que as mulheres brancas tiveram igualmente, um papel central e consolidante no sucesso da colonização destes territórios.

O recrutamento dos colonos para os territórios ultramarinos era feito pelas empresas ou através da chamada de seus familiares e o discurso oficial exigia uma colonização de base agrícola ou piscatória. A colonização pode, de facto, responder a necessidades espontâneas da população, a exigências das autoridades que dirigem os fluxos de saída e ainda a motivos de fuga ou exílio.⁵⁴⁸

No caso do sul de Angola, os três tipos de colonização coexistiram, mas o que prevaleceu foi a colonização dirigida, devido à necessidade de afirmação da soberania nacional naquela parte do território da província.

Dentro do território ultramarino, foram criados paralelamente vários espaços que criaram microcosmos. A legislação era comum, mas depois sofria as metamorfoses necessárias à adaptação a determinadas realidades com suas individualidades e características próprias.

⁵⁴⁸ Patrick Von Zur Muhlen, *Caminhos de fuga Espanha-Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pág. 299.

A história de Angola, muito marcada pelo tráfico de escravos, levou ao desenvolvimento de estruturas demarcadas e controladas de uma forma autoritária, mas também recriou uma série de espaços de molde europeu, mais modernas, nos aspetos urbanísticos, pois estava longe do centro de controlo administrativo metropolitano. As cidades de Benguela, Luso ou Luanda são exemplos desse fôlego, criadas de raiz, segundo um plano de urbanização, o que também se vai prolongar à ocupação da costa.

O território ultramarino foi organizado segundo três aspetos principais: geográfico, administrativo e ideológico. No caso específico do sul de Angola, a distância acabou por isolar esses povoados, que se uniram para sobreviver aos rigores e à imensidão do deserto e do mar.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a definição de fronteiras teve uma ligação direta com o panorama e contexto internacionais, nomeadamente no que diz respeito ao Ultimato Inglês e, numa fase posterior, à I Guerra Mundial.

Administrativamente, Angola foi primeiro um entreposto comercial de escravos e uma fonte de mão de obra para os canaviais do Brasil. O primeiro fluxo em massa de populações⁵⁴⁹ foi exatamente o comércio negreiro, página sombria do imperialismo colonial europeu e fonte de riqueza de um capitalismo voraz, ancorado no comércio colonial e acobertado pelos poderes da época, religioso e político, por justificações nada convincentes de superioridade civilizacional ou moral.

Durante várias décadas, os portugueses, que primeiro capturavam diretamente os escravos na savana, passaram depois a negociá-los com os sobas em troca de armas, álcool ou quinquilharias e fizeram de África uma faixa litorânea, onde iam estabelecendo feitorias.

Em 1836, concretiza-se uma das medidas mais importantes e modernizadoras da política liberal, pelas mãos de Sá da Bandeira, que vai ser responsável pela abolição da escravatura. Há, porém, um défice temporal entre legislar e aplicar, uma diferença, por vezes abismal, entre os meios burocratas da

⁵⁴⁹ Cerca de três milhões e meio de negros foram deslocado intercontinentalmente. Cf. Francisco Bethencourt (dir.), *Ob. Cit.*, 2000.

metrópole e a sua concretização no terreno. O trabalho escravo vai sofrer uma série de mutações e da escravatura descarada passa-se a uma fase de escravatura dissimulada.

Quando, a partir das últimas décadas do século XIX, pós a Conferência de Berlim, os portugueses começam a efetivar a sua colonização para o interior do território em Angola, vão deparar-se com a hostilidade dos indígenas e aí terão lugar várias campanhas militares, com vitórias e derrotas, e que só irá acalmar no primeiro quartel do século XX, com a I Grande Guerra e a definição dos limites angolanos.

Ideologicamente, a crença inabalável na superioridade civilizacional do homem branco, dos seus usos e costumes e a ideia propagandeada de que a colonização era um bem que se doava a estes povos considerados primitivos e nunca uma imposição ou sujeição dos seus usos, crenças e cultura, foi algo que perdurou no imaginário europeu até aos dias de hoje e que deve ser, paulatinamente, desconstruída.



Hoje podemos perceber a dualidade identitária destas populações. Sentem-se portugueses de um espaço que já não existe. Ao longo da existência de uma comunidade, surgem marcos e referências que são lembrados por todos. Com o afastamento, estas populações só revêm estas referências quando se encontram e, por isso, esse momento é repetido, religiosamente. Agrega-se assim a análise histórica à análise simbólica num balanço identitário que procura os dois lados.

Será que a identidade pode ser histórica? Sendo uma identidade colonial é logo determinada historicamente, pois é limitada num determinado tempo e espaço. Só aquele grupo viveu aqueles momentos e conheceu aquela realidade naquele espaço.

A identidade não obedece a uma norma, mas uma realidade histórico-social pode alimentá-la durante um período de tempo indeterminado, implicando a sua autodefinição. A memória coletiva, por seu lado, é ativada em situações de eminente destruição, como é o caso colonial. Mas nessa realidade houve várias variantes que

contribuíram para o resultado final: a propaganda, primeiro através da criação de um mito civilizador e depois intensificada e manipulada pelo Estado Novo que garantia Portugal como o detentor de um vastíssimo Império. Como apregoava “Não o deve a nenhum outro povo, que antes dele houvesse descoberto ou conquistado as terras distantes. Todas as províncias portuguesas do Ultramar datam da época em que Portugal se abalançou a abrir o mundo aos homens. Mas a posse deste Império impõe deveres: a Nação colonizadora deve colonizar e civilizar.”⁵⁵⁰

Esta afirmação legitimava as pretensões do Estado. Mas o que levava, na verdade os indivíduos a partir? A resposta está nas razões económicas, nomeadamente o comércio e uma segunda hipótese numa vida marcada por infortúnios. Apesar dos mitos fundacionais que relatámos ao longo deste trabalho, a verdade é que Mossâmedes nasceu de um presídio, em que além da força militar e dos degredados, se foram criando feitorias comerciais. O problema maior a ultrapassar era a lonjura, pois os primeiros habitantes estavam perdidos no areal, a grande distância de Benguela e a muito mais de Luanda. Servidos por raros e morosos veleiros, voltaram-se também para a agricultura.⁵⁵¹

Foi depois aproveitada a vontade de portugueses, presentes no Brasil, que queriam partir e o fizeram para os areais de Mossâmedes, de modo a reedificar as suas vidas. É novamente do Estado que vem o impulso a esta vontade. O Governador-Geral Manuel Malheiro aproveitou a ida de Pedro Alexandrino da Cunha, comandante da corveta “Isabel Maria”, a explorar a costa ao sul de Benguela e enviou quinze casais de pretos, um adido, um moleque, todos libertos, apreendidos no contrabando de escravos em Luanda para o Estabelecimento. Havia persistência de formas de escravatura na região que se controlavam através do envio de elementos do Exército, porém os escravos vinham do norte de Angola, uma vez que os povos do sul não se deixavam escravizar, tendo os portugueses chegado a acordo com as autoridades (sobas) locais.⁵⁵²

⁵⁵⁰ Cadernos da Revolução Nacional, *O que eles fizeram...o que nós fizemos...*, Lisboa, Edições SNI, s.d., pág. 87.

⁵⁵¹ Raúl José Caldeias da Silva, *Subsídios para a história da colonização do distrito de Moçâmedes durante o século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, pág. 10.

⁵⁵² Raúl José Caldeias da Silva, *Ob. Cit.*, 1973, pág. 13.

Podemos concluir que a identidade se construiu em oposição ao outro – uma comunidade humana é unida pelos mesmos interesses *versus* os interesses dos outros. O que acabou por unir povos tão diferentes? O efeito sedutor dessa mesma diferença: o exótico presente na cultura, na língua, nos costumes ou na religião foi, na verdade, um motivo de atração e interação e de repulsa ou submissão. Neste caso, a união dava lugar à separação. Por isso era ténue esta linha de divisão.

O cruzamento das culturas levou a uma simbiose que foi o resultado positivo de toda esta saga, prova maior desta afirmação é o movimento de “eterno” retorno que se verificou na última década, pois muitos dos que saíram de Angola na primeira infância, tiveram sempre vontade de voltar.⁵⁵³

Numa perspetiva pós-colonial podemos afirmar que o estudo destas comunidades como micro-escalas do processo histórico colonizador comprovam a ambivalência identitária ainda hoje existente, uma vez que, em Angola, persiste a memória da colonização, embora recusada, ela não é esquecida e, em Portugal, estas comunidades representam um exemplo vivo da complexidade fenomenológica da colonização.

Nos nossos dias a diferença, a mobilidade cultural e a multiculturalidade tornaram-se a identidade da sociedade moderna. No século XIX, modelos como o evolucionismo conceptualizaram esses encontros como um processo de anulação da cultura das sociedades menos poderosas e a sua recriação de acordo com diretrizes ocidentais. Porém, os modelos dominantes acentuam a diferença, escondendo o processo de aculturação por meio do qual os grupos foram modificados e submetidos da troca intercultural e da socialização com outros grupos. A crítica pós-colonial elaborou uma antítese: o colonizador e o colonizado, o «eu» e o «outro», sendo o segundo dado a conhecer através de uma falsa representação – uma divisão dualista que ameaça reproduzir as categorias essencialistas, imóveis que, ao mesmo tempo, procura desfazer. Em Angola e nos grupos em estudo, especificamente,

⁵⁵³ Segundo os vistos emitidos pelos consulados angolanos de Lisboa e do Porto para portugueses em situação de emigração, a entrada de portugueses em Angola foi de 23 787, em 2009. Cf. Revista Visão, nº 1168, 23 a 29 de julho de 2015, pág. 50.

encontramos identidades divididas entre o passado colonial e o presente pós-colonial, tentando ambas refazer e reconstruir a *sua* identidade.

Em termos historiográficos a tese confirma e infirma as conclusões comuns da historiografia nos casos coloniais e pós-coloniais. Numa primeira fase, a propaganda colonial teve impacto nestas comunidades, tipológicas e estereotipadas de indivíduos oriundos da Metrópole, reproduzindo numa microescala o padrão colonial de vários regimes, ressaltando o Estado novo.

Numa segunda fase, no período pós-colonial, estas Micro-Pátrias foram construindo a sua especificidade, marcado no caso do sul de Angola pela Geografia, origem e natureza dos colonos.

Bibliografia

Bibliografia

Obras de referência

ABRANCHES, Pedro, *O Instituto de Higiene e Medicina Tropical, um século de História, 1902-2002*, Lisboa, CELOM, 2004.

ACCIAIUOLI, Margarida, *A Exposição de 1940. Ideias, Críticas e Vivências*, “Colóquio Artes”, nº 87 (2ª série), 32º ano, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*, s.l., Livros Horizonte, 1998.

ADAMOPOULUS, Sarah, *Memória do Colonialismo e da descolonização*, Lisboa, Planeta Manuscrito, 2012.

ALEXANDRE, Valentim, *O império português (1825-1890): ideologia e economia*, *Análise Social*, vol. XXXVIII (169), 2004, 959-979.

ALEXANDRE, Valentim, *Origens do colonialismo português moderno: 1822-1891*, Edição 1ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1979.

ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império*, Lisboa, Afrontamento, 1993.

ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill, “O império africano : 1825-1890”, *Nova história da expansão portuguesa*, vol. 10, Lisboa: Estampa, 1998.

AMORIM, Inês, “A organização do trabalho da pesca, em finais do séc. XIX, na Póvoa de Varzim”, *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AMORIM, Inês, “Homens da Terra ou Homens do Mar?”, *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 2008.

ANDERS, Armelle, *História da África Lusófona*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1997.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 2005.

ANDERSEN, Sophia de Mello Brayner, *Histórias da Terra e do Mar*, Porto, Figueirinhas, 2010.

ARENDT, Hannah, *As origens do totalitarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004.

Le Portugal et le Monde, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, volume L, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2005.

APPIAH, Kwame Anthony, *Cosmopolitismo, Ética num mundo de estranhos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2008.

AUGÉ, Marc, *Não-lugares*, 90 Graus Editora, Lisboa, 2005.

BHABHA Homi k., *The Location of culture*, London and New York, Routledge, 1994.

BACHELARD, Gaston, *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, P.U.F., 1958.

BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti, *História da expansão portuguesa*, dir. Lisboa, Temas e Debates, 1998-2000.

BETHENCOURT, Francisco, *Racismos, das Cruzadas ao século XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2015.

BOURGEOIS, Bernard, *Eternité et Historicité selon Hegel*, Société Française de Philosophie, 2008.

BOTELHO, Dina, "A escritora Maria Archer e o retrato da mulher do início do século XX", *A mulher na literatura portuguesa e outras artes*, Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, 2013.

BOXER, Charles, *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1969.

BOXER, Charles, *Portuguese Society in the tropics; the municipal councils of Goa, Macao, Bahia e Luanda, 1510-1800*, Madison, University of Wisconsin Press, 1965.

CARDINA, Miguel e CORDOVIL, Bruno (ORGS.), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*, Edições Unipop, s.l., 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara, *Folclore do Mar*, Separata da Revista de Etnografia, nº 13, Museu de Etnografia e história, Junta Distrital do Porto, s.d.

CAPELO, Hermenegildo e IVENS, Roberto, *De Angola à Contracosta*, Mem Martins, Publicações Europa América.

CASTELO, Cláudia, *Passagens para África, O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.

CATROGA, Fernando e CARVALHO, Paulo Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

CATROGA, Fernando, *Alexandre Herculano e o historicismo romântico*, “História da História em Portugal – séculos XIX e XX”, volume I, s.l., Temas e Debates, 1998.

CATROGA, Fernando, *Os passos do homem no restolho do tempo, Memória e História do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2011.

CATROGA, Fernando, *Geografia dos Afectos Pátrios*, Coimbra, Almedina, 2013.

CATROGA, Fernando, *Ritualizações da História*, História da História em Portugal, séculos XIX – XX, volume I, s.l., Temas e Debates, 1998.

CLARENCE-SMITH, W. G., *The third Portuguese Empire, 1825–1975: A study in economic imperialism*, Manchester, U.K., Manchester University Press, 1985.

CORREIA, Pezarat, *A descolonização de Angola*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1991.

COSTA, Alda, *Património Oriental em Moçambique*, IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, Macau, 1994.

COSTA, Fernando Carlos das Dores, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer (1899-1902): política externa e opinião pública*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

CURTO, Diogo Ramada, JERÓNIMO, Miguel Bandeira e DOMINGOS, Nuno, *Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral)*, “Tempo Social”, Revista de Sociologia da USP, vol. 24, nº 2.

CUSTÓDIO, Jorge e GARCIA, José Manuel (introdução), *Alexandre Herculano, Opúsculos*, Volumes. I, II e III, Porto, Editorial Presença, 1982.

CRESCO, Manuel, *Subsídios para uma Estratégia Naval*, “Anais do Club Militar Naval”, janeiro-março de 1955.

FABIÃO, Carlos, *O passado proto-histórico e Romano*, “História de Portugal”, s. I., Círculo de Leitores, 1992.

FENTRESS, James, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994.

FODDY, William, *Como Perguntar*, Oeiras, Celta Editora, 1986.

FONSECA, Ana Sofia, *Angola Terra Prometida*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

FOUCAULT, Michel, *The order of things*, London, Tavistock, 1970.

FREITAS, Nuno, *Comunidade piscatória poveira- mudanças sociais e emigração em 1896*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 2009.

GARRIDO, Álvaro (coord. de), *A Diáspora dos Ílhavos*, Câmara Municipal de Ílhavo e Museu Municipal de Ílhavo, Gráfica Maiadouro, 2007.

GARRIDO, Álvaro, “Assistência e Previdência no Mar Português. A Ação Social das Casas dos Pescadores (1933-1968)”, *Ler História*, 62, 2012.

GARRIDO, Álvaro, “As pescas portuguesas no século XX”, *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, vol. II, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004.

GARRIDO, Álvaro, COSTA, Leonor Freire, DUARTE, Luís Miguel *Economia, Instituições e Império, Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012.

GARRIDO, Álvaro, *Economia e política das pescas portuguesas : ciência, direito e diplomacia nas pescarias do bacalhau: (1945-1974)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

GARRIDO, Álvaro, *Henrique Tenreiro – Uma Biografia política*, Lisboa, Temas & Debates, 2009.

GARRIDO, Álvaro, “O Estado Novo e a recriação historicista de uma Tradição Marítima Nacional”, *Revista de História das Ideias*, volume 28, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, pps. 327-355.

GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a campanha do Bacalhau*, 2ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

GARRIDO, Álvaro, *Queremos uma economia nova!*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de leitores, 2016.

GUERRA, João Paulo, *Descolonização Portuguesa, O regresso das Caravelas*, Alfragide, Oficina do Livro, 2009.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Portugal - A Emergência de uma Nação*, Lisboa, Colibri.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008.

GONÇALVES, Albertino, *Métodos e Técnicas de Investigação Social I*, Universidade do Minho, 2004, (policopiado).

GRAVITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.

GUIMARÃES, Maria Ângela, *Uma corrente do colonialismo português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

HALL, Stuart, HELD, David, MCGREW, Anthony (eds), *Modernity and Its Futures*, Cambridge Polity Press, 1992.

HAMMOND, R. J., *Portugal and Africa, 1815–1910: A study of uneconomic imperialism*, Stanford, CA: Stanford University Press, 1966.

HENRIQUES, Isabel Castro, *Actas do colóquio*, Lisboa, Novo Imbondeiro, D.L. 2007.

HENRIQUES, Isabel de Castro, *África e a instalação do sistema colonial*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

HENRIQUES, Isabel Castro, *A sociedade colonial em África, Ideologias, Hierarquias, quotidianos*, “História da Expansão Portuguesa”, volume 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999.

HENRIQUES, Isabel de Castro e VIEIRA, Miguel Pais, “Cidades Coloniais: Trabalho, Território e Estado”, *O Império e a cidade*, Coimbra, Almedina, 2012.

HOBSBAWM, Eric, *La Invención de la Tradición*, Barcelona, Editorial Crítica, 2002.

JARDIM, Maria Estela, *A política oceanográfica e a coleção iconográfica do rei Dom Carlos I*, “revista Manguinhos”, volume 21, Número 3, julho-setembro de 2014.

KIRST, Hans Hellmut, *Sem Pátria*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1968.

KOSELLECK, Reinhart, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

HALBWACKS, Maurice, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1952, cuja primeira edição data de 1925.

LARANJEIRA, Pedro, *O Alentejano que descobriu a América*, Free Zone, 2008.

LAUTENSACH, Hermann, *A Geografia em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1982.

LEAL, João, “Usos da cultura popular”, in José Neves (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China, 2010.

LEAL, João, *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, transições*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

LÉONARD, Yves, *O Império Colonial Salazarista, “História da Expansão Portuguesa”*, volume 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999.

LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

LOURENÇO, Eduardo, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Gradiva, Lisboa, 1999.

LIRA, Sérgio, *Exposições Temporárias no Portugal do Estado Novo: alguns exemplos de usos políticos e ideológicos*, Colóquio APOM, 1999, (policopiado).

LUPI, João Eduardo Pinto Basto, *A Conceção de Etnologia em António Jorge Dias, Teoria e Método no Estudo Científico da Cultura*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia de Braga, 1984.

MACHADO, Carlos Roma, “O rio Cunene na fronteira sul de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, 18, 1926.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, DE VICTORINI MAGALHÃES GODINHO VITA, SCRIPTIS ET IN ADVERSIS ANIMI FORTITUDINE, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1988.

MANO, Fernando Sanchez, *Las Huellas del Futuro, Historiografía y Cultura Histórica en el siglo XX*, Barcelona Universidad de Barcelona, 2012.

MEDINA, João, *Portuguesismos*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, “A historiografia dos Descobrimentos”, *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

MATOS, Maria Izilda Santos de, *Portugueses, deslocamentos, experiências e cotidiano, São Paulo, séculos XIX e XX*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2013.

MATOS, Patrícia Carla Valente Ferraz de, *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade de Antropologia Social e Cultural, Universidade de Lisboa Instituto de Ciências Sociais, 2012.

MATOS, Pedro Fragoso de Matos, *Recordações do Passado, A Pesca em Angola*, Lisboa, comunicação apresentada no “Colóquio de Oceanografia e Pescas Marítimas da Costa Ocidental de África”, Lisboa, 1984.

MATTOSO, José, “Antecedentes Medievais da Expansão Portuguesa”, *História da Expansão Portuguesa*, volume 1, Navarra, Círculo de Leitores, 1998.

MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

- MELO, Filipa, *Os últimos Marinheiros*, Lisboa, Fundação Manuel dos Santos, 2015.
- MELO, Marta (coord.), *Os militares na revolução de Abril: o conselho da revolução e a transição para a democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006.
- MENESES, Avelino de Freitas de Meneses, *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, Lisboa, Tinta da China, 2013.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Nós, os Portugueses*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2008.
- MORUS, Tomás, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2009.
- MUHLEN, Patrick Von Zur, *Caminhos de fuga Espanha-Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012.
- NETO, Sérgio, “Cabo-verdianidade e luso-tropicalismo, Duas visões de Cabo Verde em tempos de Estado Novo”, *Estudos do Século XX*, nº 3, Coimbra, Quarteto, 2003.
- NETO, Sérgio, *Do Minho ao Mandovi: um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos*, (s.n.), Coimbra, 2013.
- NEVES, José, *Como se faz um Povo*, Lisboa, Tinta da china, 2010.
- NOBRE, Antero, *Opúsculos Históricos de Olhão*, Olhão, Município de Olhão, 2008.
- NORA, Pierre, *Memória Coletiva, “A Nova História”*, Coimbra, Almedina, 1990.
- NORRIE, Macqueen, *A community of illusions? Portugal, the CPLP and peacemaking in Guiné- Bissau*, Londres, International Peacekeeping, 2003.
- NOVAIS, Fernando, *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

NUNES, Francisco Oneto coord., *Culturas marítimas em Portugal*, 1ª ed. Lisboa, Âncora Editora, 2008.

Oração de sapiência proferida pelo prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães, notas económicas, separata da revista da faculdade de economia da Universidade de Coimbra, 16 de setembro de 2009.

OLIVEIRA, Ataíde de, Monografia do concelho de Olhão, Faro, Algarve em foco, Coleção Temas e estudos algarvios, 5, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Aires de, *A diplomacia do terceiro Império*, “O Império Colonial em Questão”, Edições 70, Lisboa, 2012.

PAULO, Heloísa, *Uma Obra Ideológico-social de um professor de Coimbra*, Coimbra, Revista de História das Ideias, Separata 12, 1990, pps. 395-413.

PÉLISSIER, René, História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941), Volume I, Estampa, Imprensa Universitária/ 50, Lisboa, 1986.

PASSETTI, Gabriel, *O Brasil no relato de viagens do comandante Robert Fitzroi do HMS Beagle, 1828-1839*, Manguinhos, volume 21, número 3, julho-setembro de 2014.

PERALTA, Elsa, “Abordagens Teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica”, *Arquivos da Memória, Antropologia, Escala e Memória*, número 2 (nova série), Centro de estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

PERALTA, Elsa, *A Memória do Mar*, Lisboa, ISCSP, 2008.

PERALTA, Elsa, “Portugal e o Mar: Significações Culturais e Discursos Identitários”. In Álvaro Garrido (coord.), *A Economia Marítima Existe*, Lisboa, Âncora Editora, 2006.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Hélade – Antologia da Cultura Clássica*, Lisboa, Guimarães Editora, 2009.

PIMENTA, Fernando, *Angola, os Brancos e a Independência*, Edições Afrontamento, Porto, 2008.

PIMENTA, Fernando, *Nacionalismo euro-africano, Angola Uma nova Lusitânia?*, in *Comunidades Imaginadas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

PIMENTA, Fernando, *Os nacionalismos no Império*, “O Império Colonial em Questão”, Edições 70, Lisboa, 2012.

PIMENTA, Fernando Tavares, “O processo de descolonização de Angola”, *O Adeus ao Império, 40 anos de descolonização portuguesa*, Lisboa, Nova Vega, 2015.

PIMENTEL, Irene Flunser e NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013.

PIRES, Rui Pena, *Migrações e Integração, Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras, 2003.

POARTER, Andrew, *O Imperialismo europeu (1860-1914)*, Lisboa, edições 70, 2011.

PORTO, Nuno (coord.), *Angola a preto e branco : fotografia e ciência no Museu do Dundo, 1940-1970*, Coimbra, Museu Antropológico, Universidade de Coimbra, 1999.

REIS, António (coord.), *Portugal, 20 anos de democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, pps 100-120.

REZOLA, Maria Inácia, *25 de Abril – mitos de uma Revolução*, Lisboa, a Esfera dos Livros, 2007.

RIBEIRO, Margarida Calafate, *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*, Vila Nova de Famalicão, Campo das Letras, 2003.

RIBEIRO, Margarida Calafate, SEMEDO Odete da Costa (org.), *Literaturas da Guiné-Bissau, Cantando os escritos da história*, Porto, Edições Afrontamento, 2011.

SANTOS, Paulo Borges, *A Segunda Separação, a política religiosa do Estado Novo, 1933-1974 – Estado, Leis, Governação e interesses religiosos*, Lisboa, Almedina, 2016.

SPIVAK, Gayatri, *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*, Sarah Harasym (ed.), London, Routledge, 1990.

OSÓRIO, Jerónimo de Castro e ROXO, Francisco de Assunção, “A estrutura das Casas dos Pescadores e a Representação Profissional”, Lisboa, I Colóquio Nacional da Organização Corporativa e da Previdência Social, Junta Central das Casas do Povo, 1961.

ROSAS, Fernando e GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012.

ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (coord.), *Dicionário do Estado Novo*, Tomo I e II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

ROSAS, Fernando (coord.), *O Adeus ao Império, 40 anos de descolonização portuguesa*, Lisboa, Vega, 2015.

SALVADOR, Paulo, *Era uma vez Angola*, Quimera Editores, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal*, Coimbra, CES-FEUC, 1990.

SEABRA, Jorge, *África Nossa, O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa, 1945-1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

SEN, Amartya, *Identidade e Violência*, Lisboa, Tinta da China, 2007.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da expansão portuguesa*, vol. 10, Lisboa, Estampa, 1998.

SILVA, Paulo e CASTRO, Orlando, *Guerra Colonial, A história na primeira pessoa*, vol. I e XII, Vila do Conde Quidnovi, 2011.

SILVA, Armando Malheiro da, *General Norton de Matos (1867-1955)*, Porto, Universidade do Porto, 2003.

SIMÕES, Jorge, *Heróis do Mar*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

SOUTO, Amélia Neves de, *Caetano e o ocaso do Império, Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.

SOUTO, Henrique, *Cascais: tradição e indústria nas pescas*, Cascais, Câmara Municipal, 2009.

SMITH, Adam, *Riqueza das Nações*, 2 volumes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

STRAUSS, A. & Corbin J., *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, London, Newbury Park, CA, Sage, 1990.

TAYLOR, Charles (et. al.), *Multiculturalismo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O poder e a Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Portugal e a Guerra", *Análise Social*, vol. XXXIII (Primavera), 1999.

TELO, António José, "Homens, doutrinas e organizações, 1824-1974", *História da Marinha Portuguesa*, Academia de Marinha, Lisboa, 1999.

THIESSE, Anne-Marie, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

TORGA, Miguel, *Antologia Poética*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

TORGAL, Luís Reis, *Estado Novo, Estados Novos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TORGAL, Luís Reis, *Marcello Caetano, Marcelismo e “Estado Social”, Uma interpretação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

TRINDADE, José Maria, *A Nazaré dos Pescadores, Identidade e transformação de uma comunidade marítima*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto Politécnico de Leiria, 2009.

VALENTE, Vasco Pulido, *Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Alêtheia, 2006.

VARANDA, Jorge, *A saúde e a Companhia de Diamantes de Angola, “Manguinhos”*, vol. 11, Rio de Janeiro, 2004.

VIEIRA, Patrícia, *O Império como fetiche no Estado Novo: Feitiço do Império e o Sortilégio colonial*, Portuguese Cultural Studies 3, Spring 2010.

Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa 1972-1992, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

XAVIER, Ângela Barreto, *Tendências na historiografia da Expansão portuguesa*, http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_22/22_10_AXavier.pdf
(pesquisado em 9 de janeiro de 2015).

Publicações Periódicas e fontes impressas

Actividade piscatória de Moçâmedes”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII - 388, 1957.

ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Monumenta Henricina*, 2 vol., Coimbra, [S.n.], 1960-1961.

“Aspetos da colonização portuguesa de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, vol. 47, angola, 1929.

A Exposição Histórica da Ocupação no século XIX e o I Congresso de História da

Expansão Portuguesa no Mundo-Lição destes acontecimentos, “Boletim Geral das Colónias”, vol. XIII - 150, [Número dedicado à Exposição Histórica da Ocupação e I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo], Agência Geral das Colónias, 1937.

Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola e visita do chefe de estado à União sul africana, Agência Geral das Colónias, vol II, 1940.

Anuário Estatístico de Angola, Luanda, Imprensa Nacional, 1933-1973.

Anuário Estatístico da Província de Angola, Governo Geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899.

ANDRADE, Anselmo de, *Evolução da Moeda*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923.

ARCHER, Maria, “Colónias piscatórias de Angola”, *Cadernos Coloniais*, nº 32, 1939.

“Aspectos da colonização portuguesa de Angola”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. V - 47, 1929.

AZEVEDO, F. Alves de, “Mística imperial”, *Cadernos Coloniais*, 17, 1939.

AZEVEDO, Ávila de, *Mossâmedes, Cidade do Deserto*, Agência Geral das Colónias, Vol. XXI - 246, 1945.

BARROS, Henrique da Gama, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885-1934.

Boletim Geral das Colónias, Vol I, número 2, 1924.

Boletim da Agência Geral das Colónias, Dezembro de 1925, Ano I nº 6, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

Boletim Geral das Colónias, [Número especial dedicado à viagem de S. Ex.^ª o Presidente da República a Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana (I)]. Agência Geral das Colónias, Vol. XV - 172, 1939.

Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940), Vol. XVII número 187, 1941.

Boletim Geral do Ultramar, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII - 387, 1957.

Boletim Geral do Ultramar, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 397, 1958.

Boletim da Junta de Emigração, 1955-1956, Ministério do Interior, Porto, 1958.

Boletim Oficial do Governo da Província de Angola, nº 78, Ministério da Marinha e Ultramar, 1860.

BRÁSIO, António, *Monumenta missionaria africana: África Ocidental*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.

Cadernos da Revolução Nacional, *O que eles fizeram...o que nós fizemos...*, Lisboa, Edições SNI, s.d.

CAETANO, Marcelo, "Colonização de Angola", *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. XX - 232, 1944.

CAPELO, Hermenegildo e IVENS, Roberto, *De Angola à Contracosta*, Mem Martins, Publicações Europa América.

CARVALHEIRA, Manuel Dias, "A Indústria da pesca em Angola", *Boletim Geral do Ultramar*, XXXIV – 392, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 392, 1958.

CASTRO, João de, *Roteiro de Lisboa a Goa*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1882.

CASTRO, Joaquim Basílio de Cerveira e Sousa d'Álbuquerque e, *Pautas Aduaneiras*, Boletim da Agência Geral das Colónias, Dezembro de 1925, Ano I nº 6, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro, *Os descobrimentos portugueses e os de Colombo*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1892.

CHAVES, Luiz, *Museu Etnográfico do Império Português, sua necessidade – um plano de organização*, Porto, Extracto das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, 1934.

“Centro de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXVII - 319, 1952.

Colecção da Legislação Novíssima do Ultramar, vol. XXI, 1893, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897.

Colonização de Angola, Jornal de Notícias, 30 de Março de 1921.

CORTESÃO, Jaime, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

CUNHA, Amadeu da, *Mousinho*, “Pelo Império”, 12, 1935.

CUNHA, Silvério da Rocha e, “A pesca de arrasto em Angola”, *Actividade Económica em Angola*, Governo Geral de Angola, nº 8, Ano II, Dezembro de 1937.

Diário do Governo, 1ª série, nº 83 de 11 de Abril de 1933.

Diário da viagem presidencial às províncias ultramarinas de S. Tomé e Angola Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

DIAS, Carlos Malheiro, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921.

DIAS, Gastão de Sousa, *A instrução Pública em Angola*, “Boletim Geral das Colónias”, III, nº 19, 1927.

DIAS, Gastão de Sousa, *A fronteira sul de Angola*, “Agência Geral das Colónias”, Vol. IV - 31, 1928.

FERREIRA, Vasco Carlos Ney e VEIGA, Vasco Soares da, *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, anotado e legislação complementar*, Lisboa, 1957.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, PESSÂNHA, José Maria da Silva, *Archivo Historico*

Portuguez, 1903.

GALVÃO, J. A. Lopes, *Angola*, Boletim da Agência Geral das Colónias, 1925.

GONÇALVES, Flávio, *Os pescadores poveiros em Angola e Moçambique*, Póvoa do Varzim, Separata do Boletim Cultural da Póvoa do Varzim, 1967.

Gravuras Portuguesas. 09ª Série, João Camacho Pereira, Cabral do Nascimento [Prefácio], 9, 1969.

GUIMARÃES, Acácio da Silva, *Primeiras lições de Corografia Portuguesa*, Livraria Ferreira Lda., Editora, Lisboa, 1915.

Índice Cronológico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos Portuguezes nos países ultramarinos desde os princípios do século XV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.

“Indústrias de Pesca”, *Boletim Geral do Ultramar*, vol. XXXIII-382, 1957.

IRIA, Alberto, *A odisseia da gente marítima do Algarve*, Conferência proferida em Benguela, 1964.

Jornal *A Pátria* de Lisboa, de 8 de novembro de 1920.

Jornal *Diário de Notícias*, de 1 de abril de 1975.

Jornal *O Namibe*, 4 de fevereiro de 1968.

Jornal *Sol* de 25-3-2015.

LAIDLEY, Fernando, *Roteiro Africano, Primeira volta a África em Automóvel*, Lisboa, Edições Tapete Mágico, 1958.

LAMPREIA, José, *Catálogo-inventário da Secção de Etnografia do Museu da Guiné Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

LAVRADIO, Marquez do, *Henrique Augusto Dias de Carvalho, “Pelo Império”*, 10, 1935.

- Legislação Novíssima do Ultramar*, vol. XXI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- LEROY-BEAULIEU, *De la Colonisation chez les peuples modernes*, Paris, 1874.
- MATOS, Norton de, *A Província de Angola*, Porto, Edições de Maranus, 1926.
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- MACQUEEN, Norrie, *A descolonização da África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998.
- MELO, José Brandão Pereira de, *Paiva Couceiro, "Pelo Império"*, 117, 1947.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Ministério da Marinha, 1971.
- METELO, António, *Crónica da Vida Colonial na Metrópole, "Agência Geral das Colónias"*, Vol. XXI - 246, 1945.
- MÚRIAS, Manuel, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1937-1940.
- Museu Regional da Huíla, "Boletim Geral do Ultramar"*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 397, 1958.
- NETTO, Maria Teresa de M. Lino, *A linguagem dos pescadores e lavradores de Vila do Conde*, Coimbra, Separata Portuguesa de Filologia, Casa do Castelo Editora, 1946.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, *Apontamentos de Museologia - Museus Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971.
- OLIVEIRA, José Osório de, *Da necessidade dos museus africanos*, volume III, Braga, "Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore", 1956.
- OLIVEIRA, João Braz, *Os navios de Vasco da Gama*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892.
- O livro do terceiro ano : ensino primário rural*, Governo Geral de Angola; desenhos de J. F. de Matos Gomes, Edições Lello, 1963.

O meu regresso de Dulce Maria Cardoso, integrado no *Especial, Adeus Angola*, revista Visão, nº 1168, 23 a 29 de julho de 2015.

“O Ultramar Português na Exposição Internacional de Bruxelas”, *Boletim Geral do Ultramar* . XXXIII – 388, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIII - 388, 1957.

PATO, Bulhão, *Documentos remetidos da Índia ou livros das Monções*, editado pela Academia das Ciências em 1880.

PERES, Damião, *A Conquista de Ceuta*, in Ensaios, Tomo I, Lisboa, Livraria Sá da costa, 1971.

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1983.

BRITO, Bernardo Gomes de, PERES, Damião (dir.), *História trágico-marítima*, Porto, Portucalense Editora, 1943.

PERES, Damião, *Portugal na História da Civilização*, Lisboa, S.N.I., 1946.

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal Dicionário histórico, chorográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*, Lisboa, João Romano Torre e Cª Editores, 1911.

Pesca e Corporativismo, Boletim Geral das Colónias, Agência Geral das Colónias, Vol. XXV - 293, 1949.

PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português, a Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização*, 1961-1975.

Portugal, Breviário da Pátria para Portugueses Ausentes, Lisboa, Edições SNI, 1946.

Portugal: Dicionário histórico, chorográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico, Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme, Lisboa, João Romano Torre e companhia Editores, 1911.

“*Portugal, Um Ano de Revolução*”, publicado no *Diário de Notícias*, 10-4-1975.

RÊGO, António da Silva, *Documentação para a história das Missões do Padroado Português do Oriente : Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias 1947-1958.

SANTARÉM, Visconde de, *Atlas Composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiiques depuis de VIe jusq'au VIIe siècle*, Paris, 1849.

SANTOS, António de Almeida, *Coimbra em África*, Depositária Coimbra Editora, Coimbra, 1952.

SÉRGIO, António, *Bosquejo da História de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

SILVA, Raúl José Caldeias da, *Subsídios para a história da colonização do distrito de Moçâmedes durante o século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, [África Ocidental e África Oriental], 2º volume, s.d., pps.234-238.

TEIXEIRA, António Pinto, "A colonização de Angola", *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. V - 47, 1929.

SARMENTO, Alexandre, "Aspectos demográficos de Angola", *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXIX - 346, 1954.

SARMENTO, Alexandre, "Bairros Indígenas de Luanda", *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 31, nº 356, Fevereiro de 1955.

SARMENTO, Alexandre, "Ocupação científica de Angola", *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. XVIII - 209, 1942.

SARMENTO, Alexandre, "O valor da pesca no povoamento e colonização de Angola", *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXII - 369, 1956.

Sessão inaugural do Colóquio de Oceanografia e Pescas, "Boletim Geral do Ultramar", XXXIV – 392, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXIV - 392, 1958.

SILVA, Henrique Correia da, *A obra de penetração levada a efeito por pioneiros e velhos colonos*, *Boletim Geral das Colónias*, vol. X - 109, [Número especial dedicado à Iª Exposição Colonial Portuguesa], Agência Geral das Colónias, 1934.

TORRES, Manuel Júlio de Mendonça, *A disseminação colonizadora no distrito de Moçâmedes e a formação dos seus aglomerados demográficos*, “Boletim Geral do Ultramar”, XXVII, 322, 1952.

Manuel Júlio de Mendonça Torres, *Porto Alexandre*, “Boletim Geral do Ultramar”, XXVIII, 329, 1952.

30 Anos de Estado Novo, 1926-1956, Lisboa, Organizações Império, 1957.

VALE, A. J. Malheiro do, *As Campanhas do Navio Oceanográfico Baldaque da Silva nos Mares de Angola*, Boletim do Instituto de Angola, nº 2, 1953.

Velhos Colonos do sul de Angola, Boletim Geral do Ultramar, Ano 34º, nº 398, Agosto de 1958.

VIDAGO, João, *Portugália monumenta Cartográfica: sinopse do conteúdo geográfico das estampas*, in Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 90, nº 10-12, 1972.

Documentação de arquivos e museus

Arquivo Científico Tropical, *Digital Repository*.

Arquivo Histórico Ultramarino, 1A MUDGC, Mç 1911-1915, Colonos, Ultramar.

AHU, 209 2G MUDGFFTO Cx. 1913_1919, *Comissão de Melhoramentos de Mossâmedes*.

AHU, 209 2G MU, *Organização da Comissão de Melhoramentos do Distrito de Mossâmedes, Estatutos*, 1 de janeiro de 1913 (folheto policopiado).

AHU, 1 AMU DGC.

AHU, DGFTO Cx 1913-1919

AHU, Mç 1911-1915

AHU, 2G MU DGC Cx, 1911-1914.

AHU, Mç Colonos

AHU, 1H MU DCFU, Cx 276, 1913-1916

AHU, 605 1F SEMU Mç 1836-1934 (MISCELÂNIA)

AHU-MU-DGE-RPAD000, Cx 096,103,111 e 001

AHU-ACL-MUDGOPC-DSUH-000

AHU-ACL-MU-DGOPC-DSUH-000 Cx 004

AHU-ACL-MU.DGOPC-DSUH-000, CX04

AHU, Relatório sobre a administração política, administrativa, económica e financeira de Angola, apresentado pelo Alto Comissário Norton de Matos.

Reserva etnográfica do Museu da Universidade de Coimbra.

Exposição Natureza Exótica. Viagens filosóficas de naturalistas. Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Exposição integrada na 17ª SEMANA CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA sob o título: UC 725 Anos: Tempo de encontro(s) “Encontros de história natural no século das luzes” / “Encontros do iluminismo”.

Fontes digitais

<http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2009/12/inf3-01.jpg>, consultado no dia 4 de agosto de 2015.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_coloniais_de_Angola, consultado no dia 10 de Setembro de 2013.

<http://www.hpip.org/Default/pt/AcercaDoHPIP/OProjeto/JoseMattoso>, consultado no dia 7 de janeiro de 2014.

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/84/128/p701>, consultado no dia 14 de julho de 2014.

Debates Parlamentares, disponível em

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/11/01/037/1974-03->

[07/742?q=reflex%25C3%25B5es%2B sobre%2Bo%2BUltramar&from=1974-03&to=1974-04&pPeriodo=r2](http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07), consultado a 23 de agosto de 2015.

Centro de Documentação do 25 de Abril, Lei 7/74 de 26 de julho, disponível in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>, consultado no dia 24 de agosto de 2015.

Centro de documentação do 25 de Abril, texto do acordo do Alvor, in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>, consultado a 27 de agosto de 2015.

Documentário *A Guerra*, de Joaquim Furtado, RTP, 2012.

Documentários: *The White Ship (A frota branca)*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aaXl6m85dOY>, consultado em 31 de agosto, às 11h30 e *Visita Guiada ao Museu Marítimo de Ílhavo (Pesca ao Bacalhau) - Portugal* <https://www.youtube.com/watch?v=QJTIQtkcYAk>, consultado a 31 de agosto.

<http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/guerracolonial/?id=70&t=2#list70>, consultado no dia 24 de agosto de 2015.

“O Ministério do Exército vai homenagear publicamente os militares que se distinguiram nas nossas províncias ultramarinas” publicada no Jornal “Diário de Lisboa”, de 1 de junho de 1963, disponível em http://ultramar.terraweb.biz/Celebracoesdo10JUN/Celebracoes_EncontrosNacionais_LX_1963Jun10.htm, consultado a 4 de agosto de 2015.

PELLISSIER, René, *Ninguém ganhou nada com a explosão de violência*, público on line, disponível em <http://www.publico.pt/temas/jornal/entrevista-rene-pelissierninguem-ganhou-nada--na-explosao-de-violencia-21547746>, consultado no dia 6 de agosto de 2015.

Programa do MFA, disponível no Centro de Documentação do 25 de Abril, através do site <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>, consultado no dia 24 de agosto de 2015.

<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/david-melgueiro-na-rota-da-lendaria-viagem-do-navegador-portugues-pelo-arctico-1631515>, consultado no dia 24 de outubro de 2015.

Retornados Uma história de sucesso por contar, Público on-line, disponível em, <http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>, consultado em 15 de julho de 2015.

<http://princesa-do-namibe.blogspot.pt/2009/03/o-jornal-o-namibe-de-jose-trindade-e.html>, visto em 9 de julho de 2015.

Sobre o significado dos massacres, conjunto de informações (classificadas) sobre as colónias portuguesas e os movimentos de subversão, divulgadas pela Casa de Angola, disponível em <https://ephemerajpp.files.wordpress.com/2009/12/copy-of-inf3.jpg>, consultado no dia 11 de agosto de 2015.

Memórias de África e do Oriente, *catálogo on-line*, Universidade de Aveiro

Fontes orais e Autobiografias:

Ana Maria Gama Caetano.

CAETANO, José Tomás, *Autobiografia*, Coimbra, Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, 2010.

Entrevistas realizadas aos membros das comunidades de Porto Alexandre e Mossâmedes:

Adélia Vaz

Ricardo Duarte

Maria Luísa Gomes dos Santos Fernandes

António Antunes da Silva

António Alfredo Gancho

Mário Brazão

Manuel Gancho Júnior

Adriano Sales Matias

José Rui Mendes da Silva

Ludovina Maria Paulo Sales Matias

Maria Luisa Gomes dos Santos Fernandes

Lidia Maria Marques Pacheco

Maria Antónia da Glória

Claudia Manuela Barreto Viegas

Maria do Rosário Gomes Faustino

Eduardo Gomes Faustino

Madalena Rodrigues Nora

Elizete Trocado Paulo Venâncio Delgado.

Lista de Imagens

Capa: Tronco da espécie *welwitschia Mirabilis*, também chamada “polvo do deserto”, que só existe no deserto do Namibe.

Imagem 1 e 2: Cartazes de propaganda;

Fonte: Henrique Galvão, *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, Porto, 1934.

Imagem 3: Título: Vista Geral da Exposição do mundo Português

Fonte: *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 185.

Imagem 4: Título: Pavilhão da Colonização.

Fonte: *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 191.

Imagem 5: Título: Sala da Organização do Estado Colonizador

Fonte: *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 193.

Imagem 6: Título: África Nostra.

Fonte: *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 196.

Imagem 7: Título: Política Administrativa.

Fonte: *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 203.

Imagem 8: Título: Política Indígena.

Fonte: *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 207.

Imagem 9: Título: Sala do Panorama Actual da Colonização.

Fonte: *Boletim Geral das Colónias (dedicado às comemorações centenárias da Fundação e Restauração Nacional, na Metrópole e no Império: 1140-1640-1940)*, Vol XVII número 187, 1941, pág. 217.

Imagem 10: Título: Grupo de alunos da Escola Central Masculina “Gregorio José Mendes” de Sá da Bandeira.

Fonte: Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola, "Boletim Geral das Colónias"*, III, nº 19, 1927, pág. 19.

Imagem 11: Título: Edifício das Escolas Masculinas e Femininas da Chibia.

Fonte: Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola, "Boletim Geral das Colónias"*, III, nº 19, 1927, pág. 17.

Imagem 12: Título: Edifício das Escolas Masculina e Feminina da Humpata frequentadas por portugueses e boers.

Fonte: Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola, "Boletim Geral das Colónias"*, III, nº 19, 1927, pág. 21.

Imagem 13: Título: "Grupo de alunos de uma escola particular no Lubango (Sá da Bandeira).

Fonte: Gastão de Sousa Dias, *A instrução Pública em Angola, "Boletim Geral das Colónias"*, III, nº 19, 1927, pág. 25.

Imagens 14, 15, 16 e 17: Título: Aspectos do Bairro Indígena que está sendo construído em Luanda.

Fonte: Boletim geral do ultramar, Ano 30º, nº 352 (Outubro de 1954), pps. 145-150.

Imagem 18: Título: Um aldeamento do Colonato de Cela.

Fonte: Fernando Laidley, *Roteiro Africano, primeira volta a África em automóvel*, Lisboa, Edições Tapete Mágico, 1958, pág. 97 e respetiva capa do livro.

Imagem 19: Título: Mossâmedes,: Fortaleza, Hospital, Igreja (A tríade do poder colonizador e suas instituições).

Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, sd.

Imagem 20: Título: Os pioneiros da colonização.

Fonte: *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola e visita do chefe de estado à União sul africana*, Agência Geral das Colónias, vol II, 1940, pág. 56.

Imagem 21: Título: Projeto ao monumento dos primeiros colonos, da autoria de Simões de Almeida.

Fonte: "Aspectos da colonização portuguesa de Angola", *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, Vol. V - 47, 1929, pág. 324.

Imagem 22: Título: Postais de Angola: Mossamedes [Namibe]: A fortaleza de São Fernando.

Fonte: Edição de Mário Pizarro, Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, s.d.

Imagem 23: Título: Postais de Angola: Mossamedes [Namibe]: A povoação do Sacco.

Fonte: Edição de Mário Pizarro, Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, s.d.

Imagem 24: Título: Postais de Angola: Mossamedes [Namibe]: Praça Leal.

Fonte: Edição de Mário Pizarro, Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, s.d.

Imagem 25: Título: Colégio dos Maristas, Luanda.

Fonte: arquivo particular.

Imagem 26, 27, 28 e 29: Título: Fotos no Colonato de cela 1962-1964.

Fonte: arquivo particular.

Imagem 30: Título: Aspeto da Vila do Luso, que demonstra o urbanismo de traço europeu na organização do território.

Fonte: arquivo particular.

Imagem 31: Título: Mossâmedes em 1850.

Fonte: *Colecção de Gravuras Portuguesas;* in Gravuras Portuguesas. 09ª Série, João Camacho Pereira; Cabral do Nascimento [Prefácio], 9, 1969.

Imagem 32: Título: Uma cidade Gentílica no Interior de África.

Fonte: *Colecção de Gravuras Portuguesas;* in Gravuras Portuguesas. 09ª Série, João Camacho Pereira; Cabral do Nascimento [Prefácio], 9, 1969.

Imagem 33: Título: Mossâmedes.

Fonte: *Colecção de Gravuras Portuguesas;* in Gravuras Portuguesas. 09ª Série, João Camacho Pereira; Cabral do Nascimento [Prefácio], 9, 1969.

Imagem 34: Título: Fábrica Africana (anos 20).

Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico. Ultramarino, sd.

Imagem 35: Título: Exposição Comercial e Industrial (1969).

Fonte: arquivo particular.

Imagem 36: Título: Cópia do Padrão dos Descobrimentos (anos 50).

Fonte: arquivo particular.

Imagem 37: Título: Trabalhos nas Pescarias; 1962 faina de pesca de arrasto.

Autor: saídas de campo realizadas no sul de Angola, João Crawford Cabral.

Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico. Ultramarino, sd.

Imagem 38: Título: Traineira recolhendo rede.

Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico. Ultramarino, sd.

Imagem 39: Título: Representação do homem branco, escultura datada de 1897

Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Imagem 40: Título: Escultura representando um homem branco, de pé, vestido à europeia (1902).

Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Imagem 41: Título: Escultura de homem branco, vestido à europeia. Montado num garrano, tendo uma chibata na mão direita e uma carabina a tiracolo.

Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Imagem 42: Título: Imagem de Missionário, de 1899.

Fonte: Reserva Etnográfica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra.

Imagem 43: Título: Monumento evocativo à resistência portuguesa durante a I Guerra Mundial.

Fonte: *Cadernos Coloniais*, “Infantaria 17 em África”, p.19.

Imagem 44: Título: Estratégia Militar conhecida por Quadrado de Môngua.

Fonte: *Cadernos Coloniais*, “Infantaria 17 em África”, p.19.

Imagem 45: Título: Mucubais (deserto do Namibe-anos 60).

Fonte: arquivo particular.

Imagem 46: Título: Cubatas dentro da cidade de Sá da Bandeira (1967).

Fonte: arquivo particular.

Imagem 47: Título: Deserto do Namibe (novembro de 1968)

Fonte: arquivo particular.

Imagem 48: Título: Monte Caraculo, no sopé passava a linha de caminho de ferro de Mossâmedes.

Lista de tabelas e gráficos:

Gráficos

Gráfico 1: Título: Distribuição da população de Angola pelos principais distritos, p. v. de 1870.

Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 10.

Gráfico 2: Título: Movimento de colonos desembarcados na província (1956-1973).

Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-Geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1973.

Gráfico 3: Título Valor da pesca desembarcada: Benguela, Moçâmedes e Luanda (1934-1939).

Fonte: *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1940.

Gráfico 4: Título: Evolução da população em Angola, em milhões de habitantes (1846 e 1970).

Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 8.

Gráfico 5: Título: Valor da pesca nas capitânicas dos portos e suas delegações (valores angolares 1933).

Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933.

Gráfico 6: Título: A população em Angola, em milhares de habitantes, em 1933.

Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933.

Gráfico 7: Título: A evolução da população da Colónia, em milhares de habitantes (1846 e 1934).

Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1934.

Gráfico 8: Título: Composição étnica e social da população (1934).

Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1934.

Gráfico 9: Título: Valor do pescado por capitánias (1940-1943).

Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1943.

Gráfico 10: Título: Movimento de colonos desembarcados na província de Angola.

Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1973.

Tabelas

Tabela 1: Título: A instrução pública em Angola (1927, Distrito de Huíla).

Fonte: Gastão de Sousa Dias, " A instrução Pública em Angola", *Boletim Geral das Colónias*, III, nº 19, 1927, pág. 18.

Tabela 2: Título: Crescimento do número de colonos de Angola entre as décadas de 40 e 60.

Fonte: Anuário Estatístico de Angola, Luanda, Imprensa Nacional, 1933-1973.

Tabela 3: Título: Emigrantes – Colonos enviados para o Cunene (1957).

Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1957, Ministério do Interior, Porto, 1958, pág. 87.

Tabela 4: Título: Colonos enviados para o colonato de Cela (1958).

Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1957, Ministério do Interior, Porto, 1958, pág. 90.

Tabela 5: Título: Colonos enviados para o colonato de Cunene (1960).

Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1957, Ministério do Interior, Porto, 1958, pág. 93.

Tabela 6: Título: Balanço geral dos colonos enviados, realizado em 1963.

Fonte: Fonte: *Boletim da Junta de Emigração*, 1963, Ministério do Interior, Porto, 1964, pág. 121.

Tabela 7: Título: Embarcações localizadas em Angola dependentes da Armada, em 1845.

Fonte: Telo, António José, “Homens, doutrinas e organizações, 1824-1974”, *História da Marinha Portuguesa*, Academia de Marinha, Lisboa, 1999, pág.120.

Tabela 8: Título: Dados relativos à saúde e assistência médica em Mossâmedes.

Fonte: Alexandre Sarmiento, “O valor da pesca no povoamento e colonização de Angola”, *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, Vol. XXXII - 369, 1956, pág. 89.

Tabela 9: Título: Divisão Marítima de Angola: Capitánias e suas delegações (1933).

Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 9.

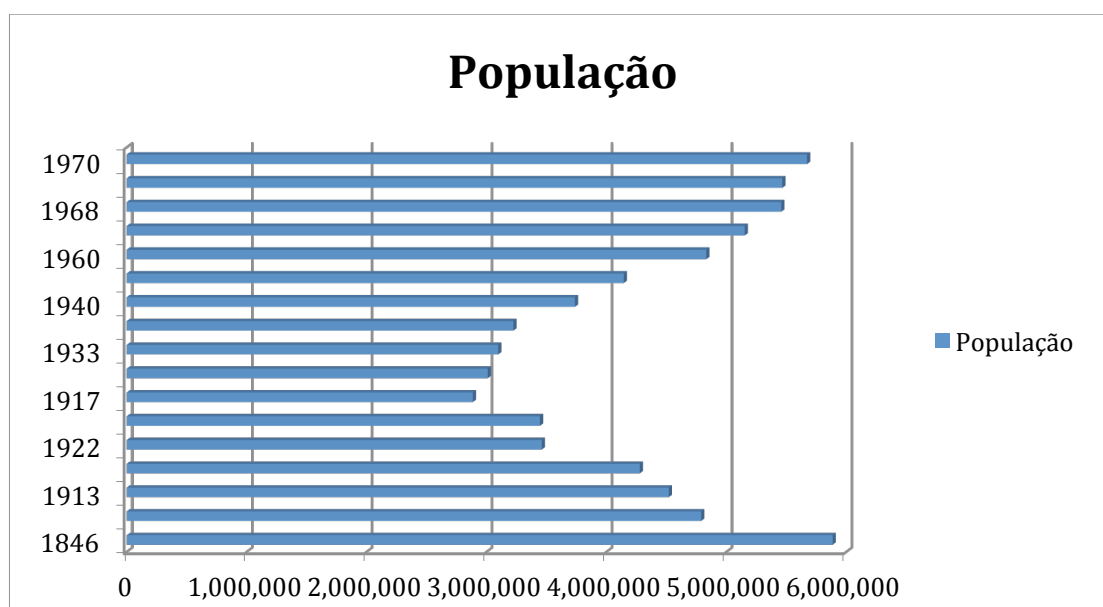
Tabela 10: Título: Divisão Marítima de Angola: Capitánias e locais de desembarque de pesca (1964).

Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899, pág. 9.

Anexos

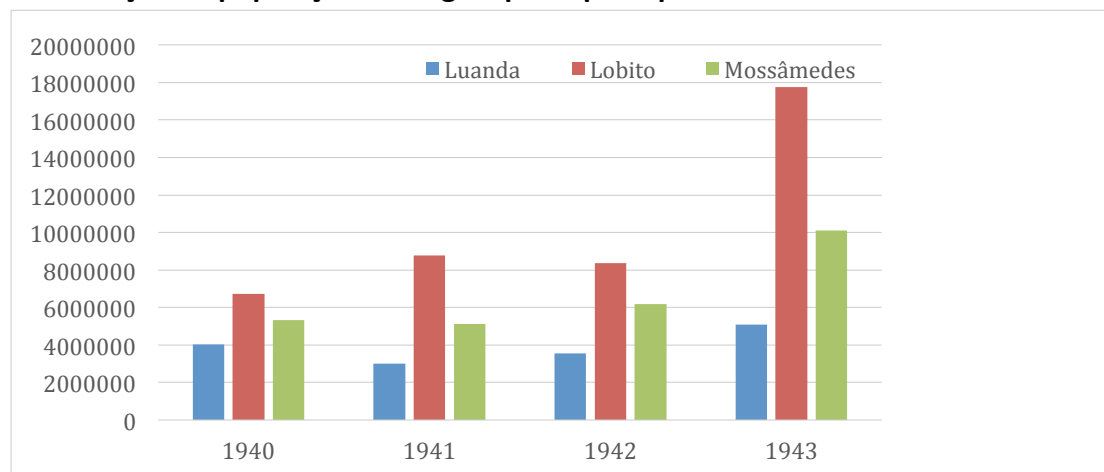
Anexo I - Números e factos -análise dos dados recolhidos no Anuário Estatístico de Angola

No ano de 1897 surge a primeira informação fidedigna que existe relativamente à população de Angola. A partir de 1933 é editado o primeiro Anuário de Estatística Geral elaborado e publicado em Angola. Os serviços de Estatística desta colónia foram criados em 3 de setembro de 1932 e a sua atividade teve início em princípios de junho desse mesmo ano. As suas tiragens, até 1935, contém lapsos, mas a informação contida nessa publicação permite fazer um levantamento da população desde 1846 até 1970. Para o trabalho apresentado realizámos um levantamento estatístico que convertemos em gráfico. Nem todos foram utilizados ao longo da investigação, por isso realizámos um compêndio com todos, pois é informação que poderá ajudar a complementar alguma afirmação ao longo do texto.⁵⁵⁴



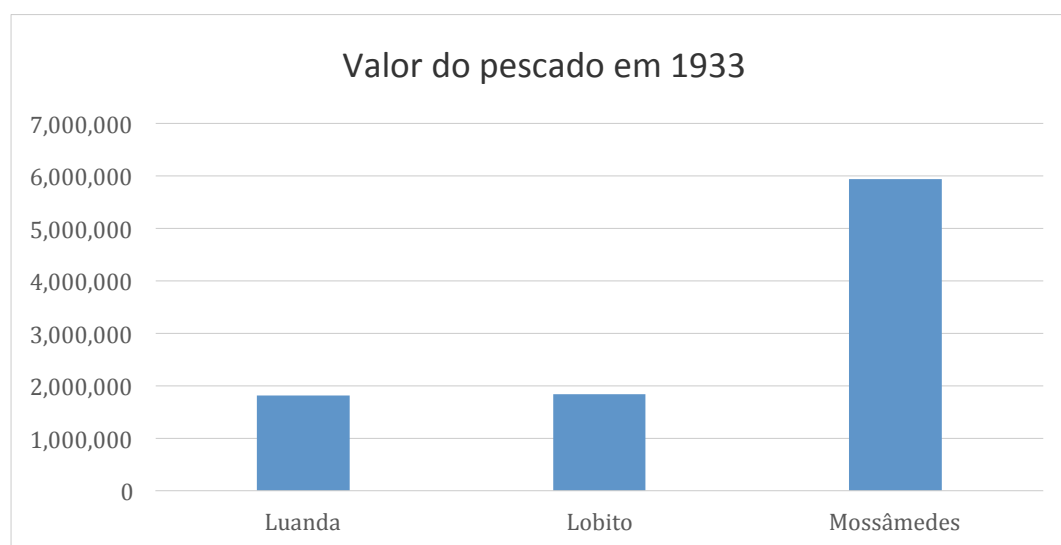
⁵⁵⁴ *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1897 e 1933-1970.

Distribuição da população de Angola pelos principais distritos.



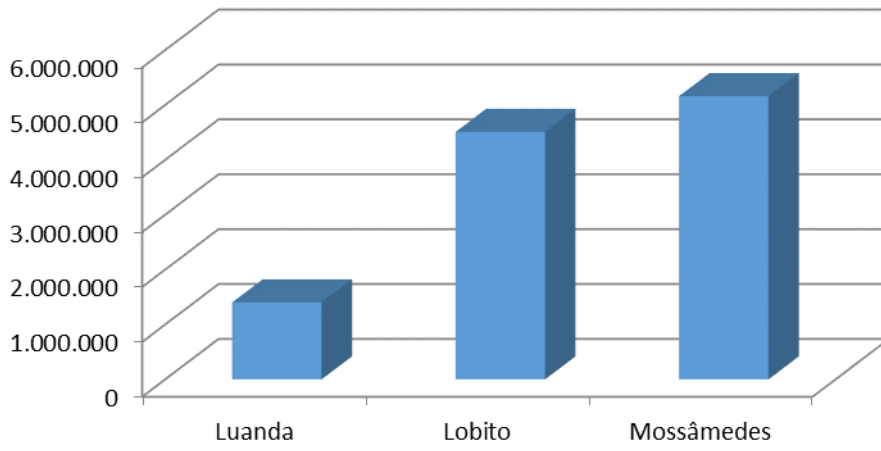
Fonte: *Anuário Estatístico da Província de Angola*, Governo-Geral da Província de Angola, Direção dos Serviços de Estatística, Luanda, Imprensa Nacional, 1899,pág. 10.

Valor da pesca nas capitânicas dos portos e suas delegações (valores angolares 1933)

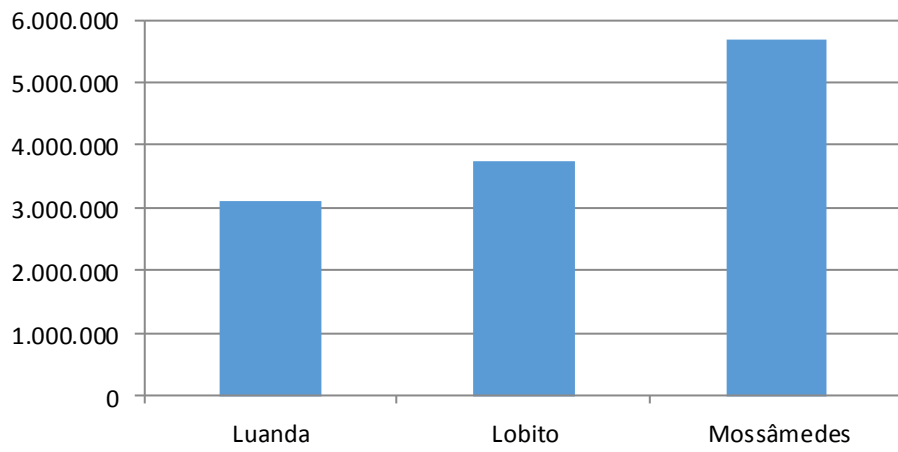


Nota: Da capitania de Mossâmedes era a delegação de Porto Alexandre aquela que continha o maior valor: 2.430.457.

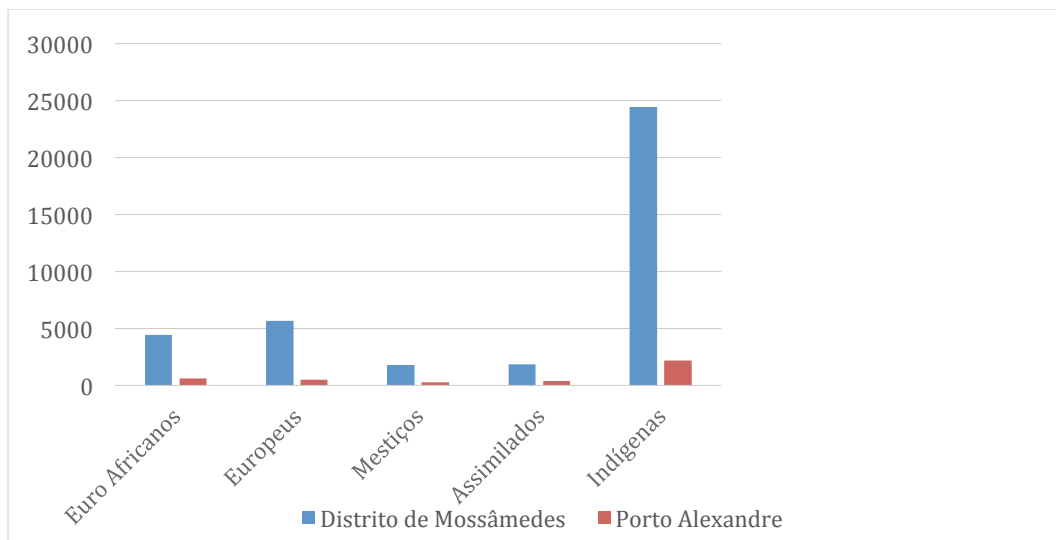
Valor do Pescado de 1934



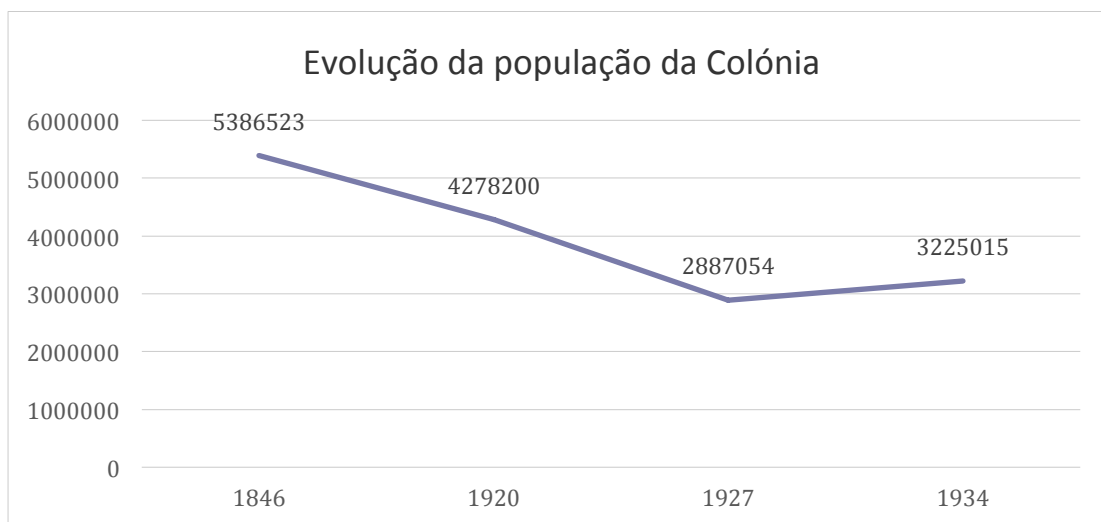
Valor do pescado 1935



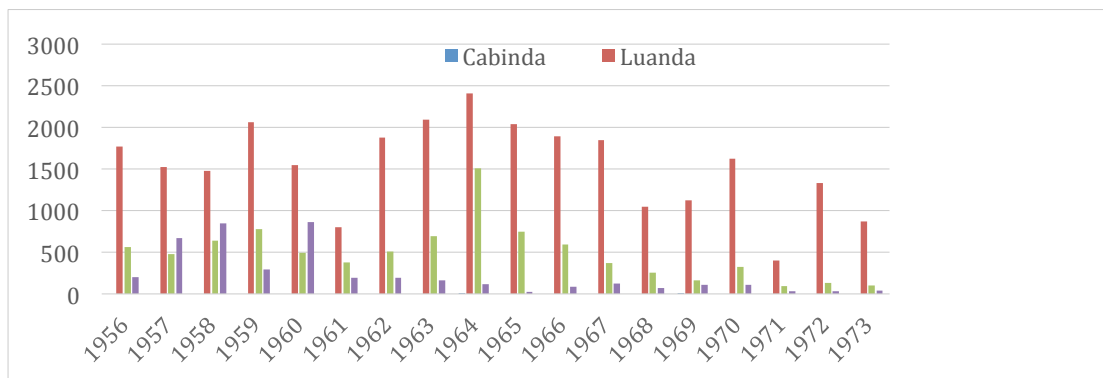
Censo da População 1933.



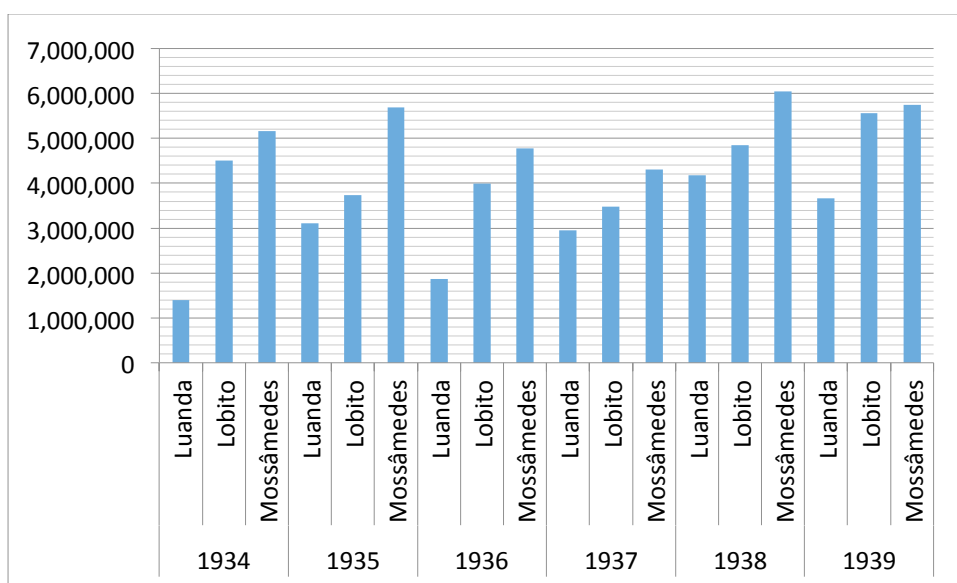
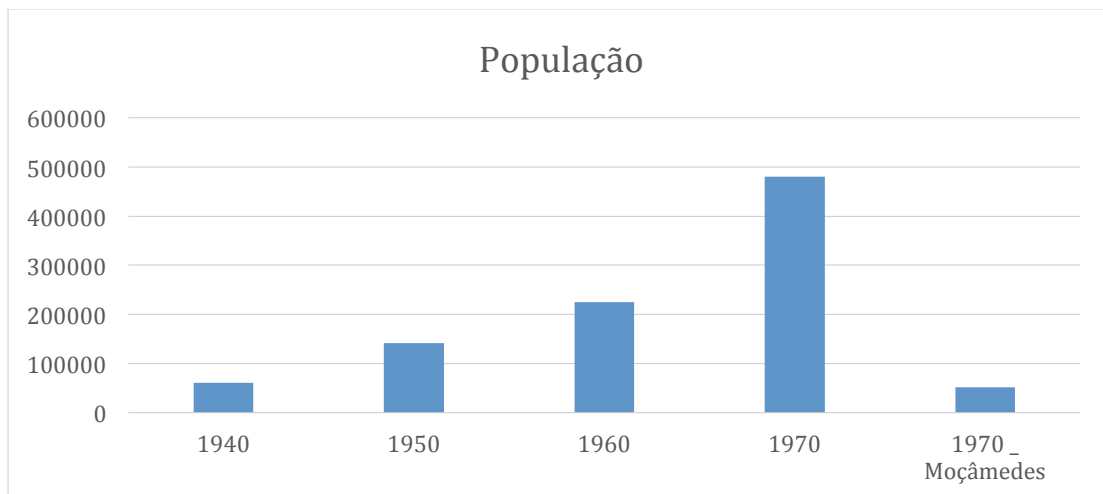
Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933.



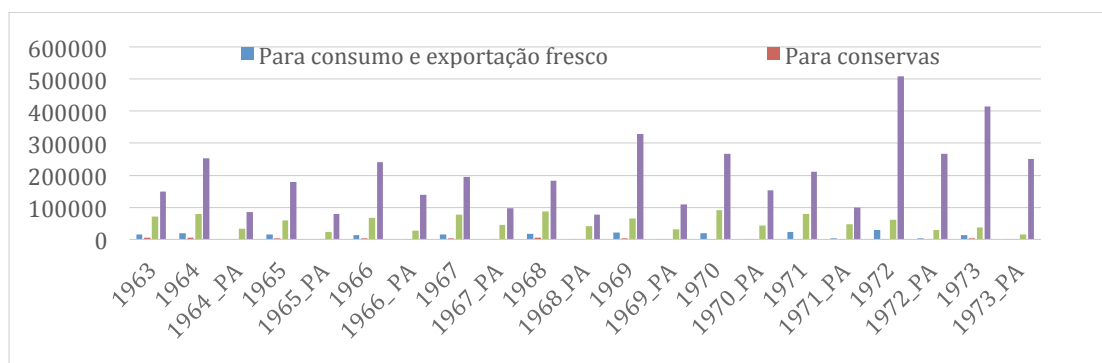
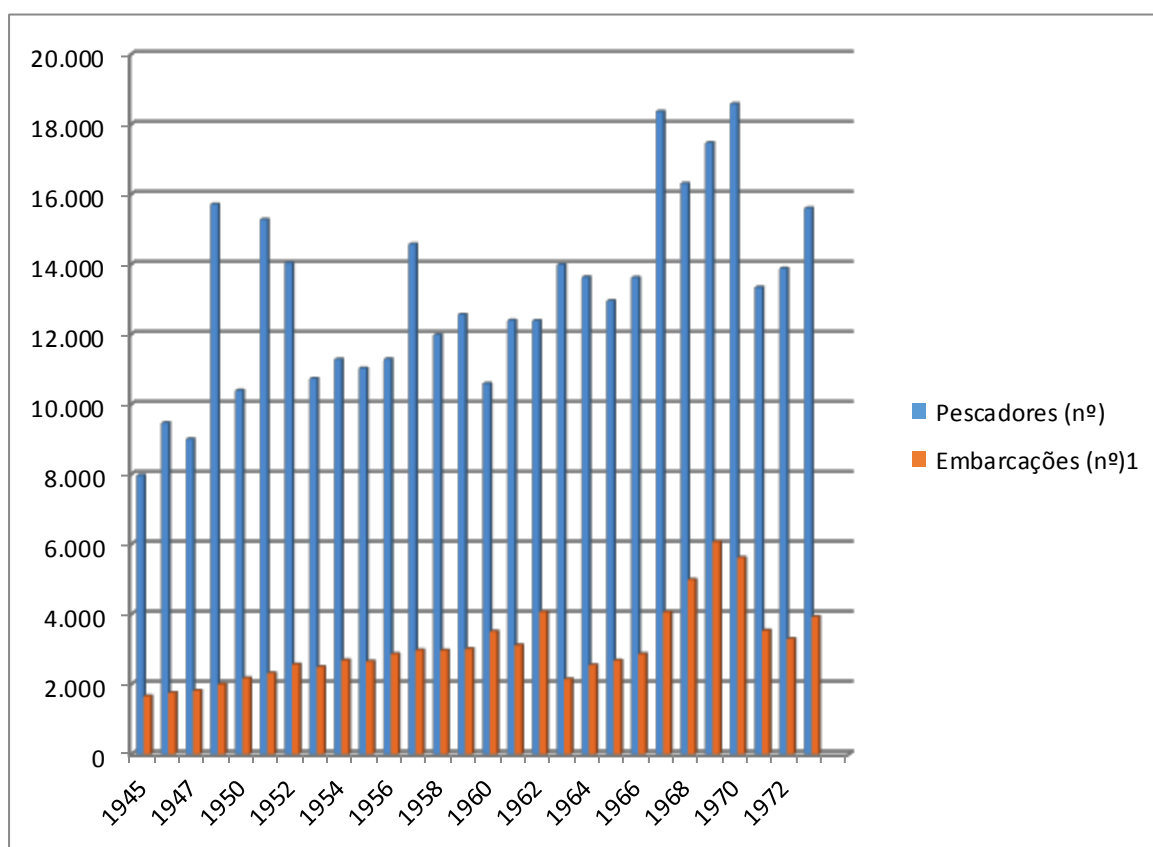
Censo da População-Anos 50.



Fonte: Introdução do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1934.



Evolução do número de pescadores e de embarcações 1945-1972



Toda a informação constante neste anexo foi retirada do *Anuário Estatístico de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1933-1973.

Anexo II - Caderno Visual

Imagens da primeira fábrica de conservas de peixe de Angola, a *Fábrica Africana*, de Figueiredo e Almeida Lda, cujo auge foi atingido na década de 20.

Fábrica Africana Figueiredo e Almeida Lda [Armazém de peixe seco]



Secção de preparo



Secção de enlatamento



Armazém de peixe seco



secadores naturais



Escalando peixes



Latoaria a vapor



Máquinas motrizes



Cozinhas a vapor



Secção de salga





Entrada principal

Vista geral⁵⁵⁵

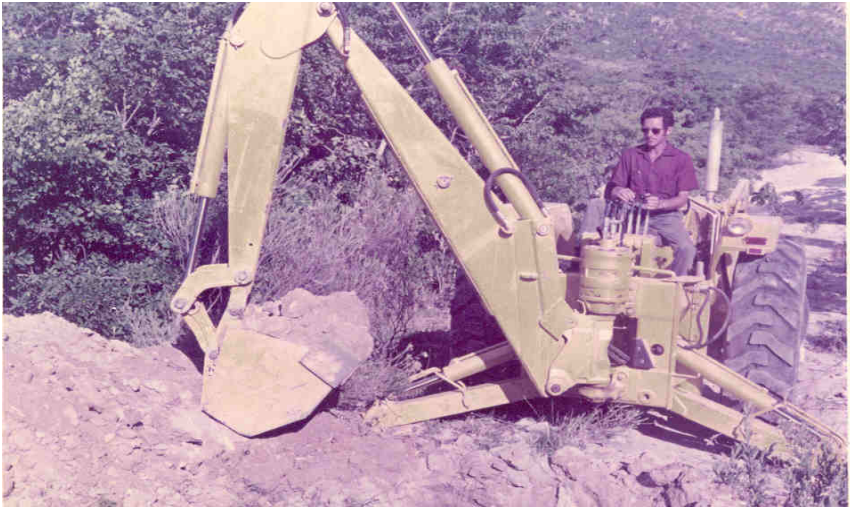
⁵⁵⁵ As fotos acima reproduzidas foram retiradas do acervo do Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, sd.

Pavilhões de Exposições Comerciais e Industriais e ações de formação da empresa Lusolander (1969)

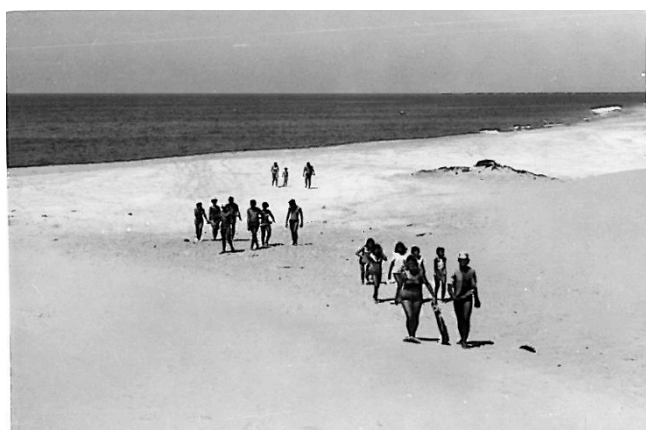


Imagens das ações de formação (arquivo particular):





Imagens do cotidiano (arquivo particular)









Fotos de Porto Alexandre, provenientes de espólios particulares.

Fotos de Porto Alexandre do acervo do Instituto de Investigação Científica Tropical IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, sd.





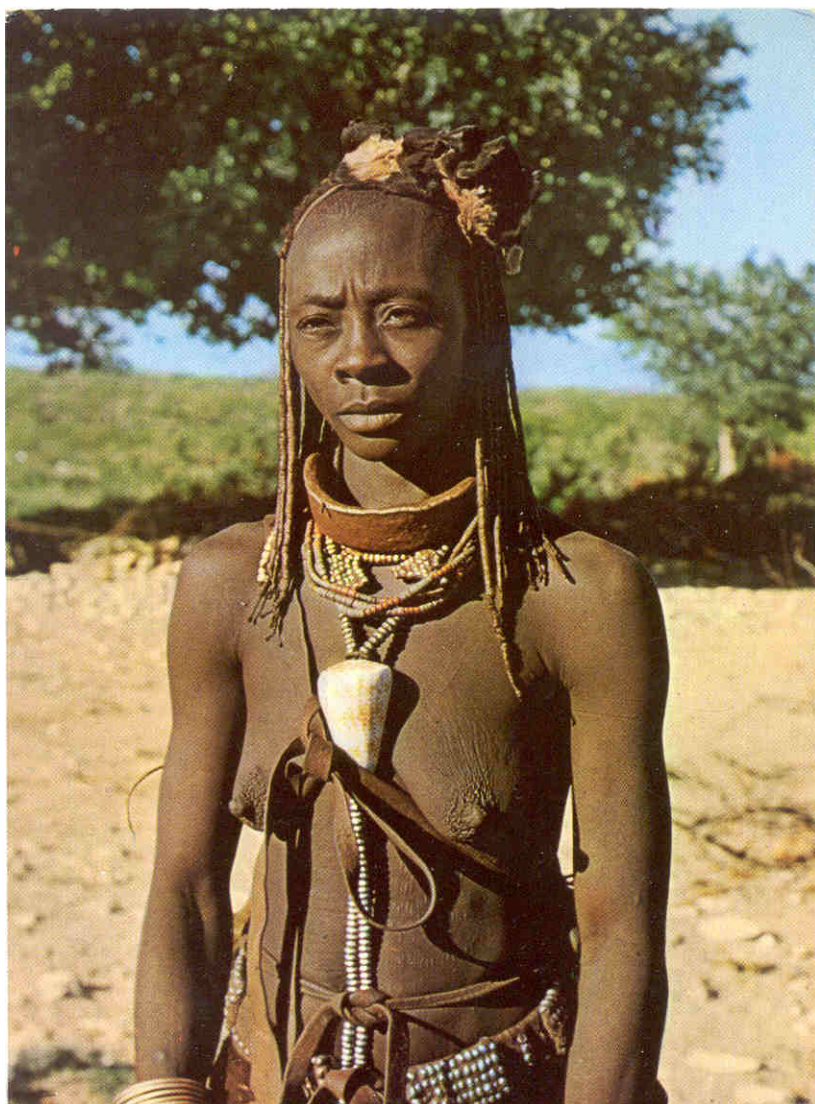
Vistas aéreas



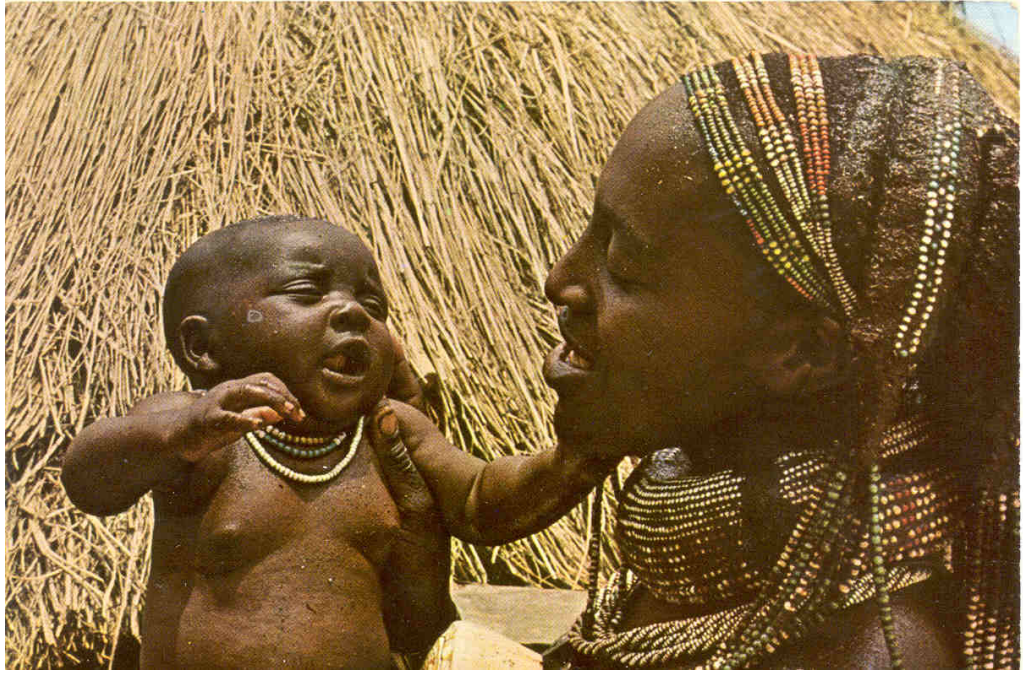
Etnias do sul de Angola (arquivo particular):



Mucubais (deserto do Namibe)



Mucuisse (sul de Angola)



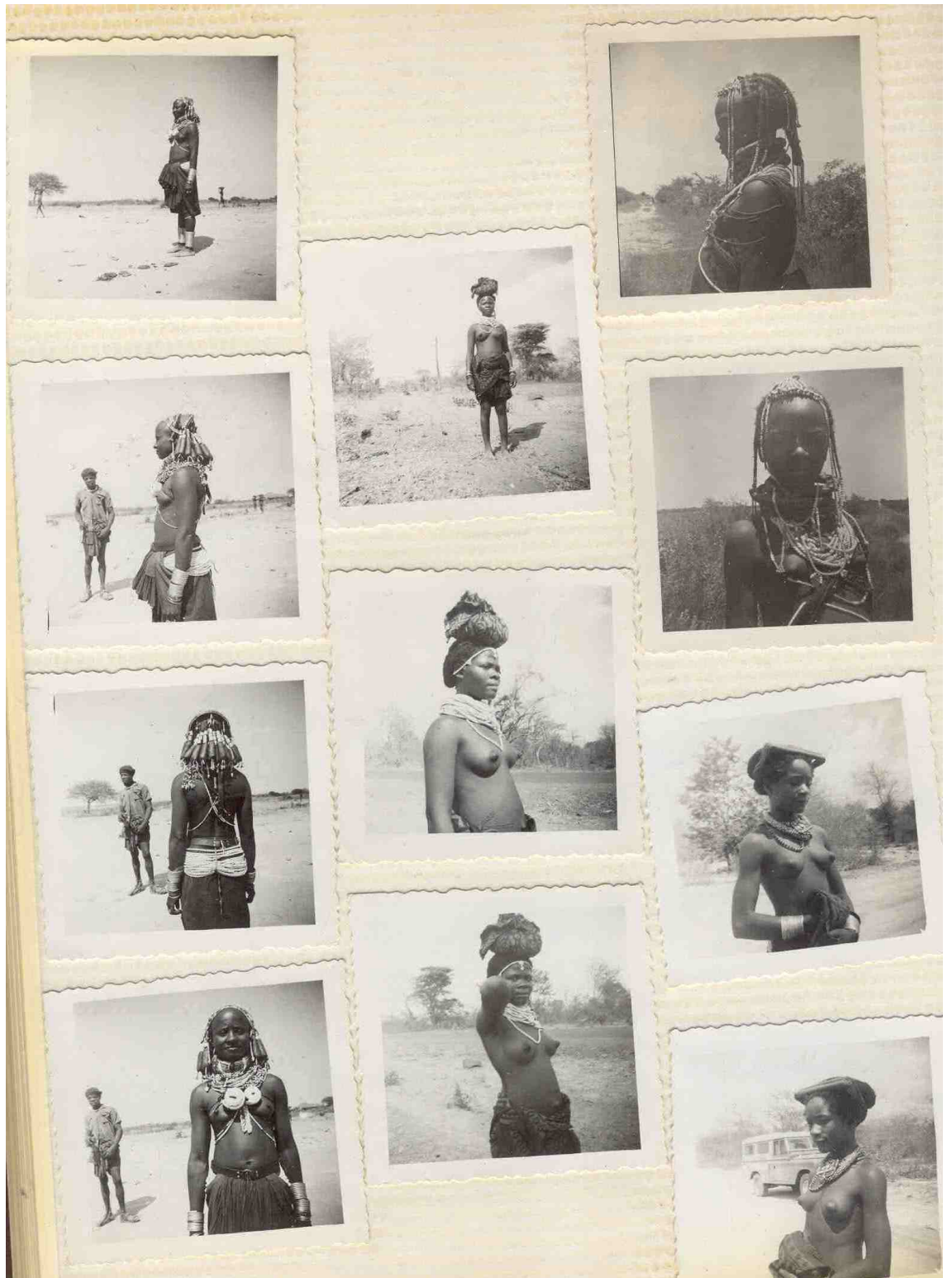
Muhuilas (Sá da Bandeira)



Mukankalas (Quando Cubango)



Muílas, Chibia, 1968



Múilas, Chibia, 1968.

Os lugares que nasceram com a descolonização

Quando, em 1975, aqueles que voltavam de Angola, não tinham família nem casa para ficar, viveram momentos muito dramáticos. O IARN, Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais, colocou alguns em pensões ou casas alugadas. Caso a caso, cidade a cidade, foram surgindo os bairros, onde se juntavam e partilhavam memórias.

No caso de Olhão, o chamado “bairro dos pescadores ou do Siroco”⁵⁵⁶ que, paradigmaticamente, alude aos Descobrimentos, como ilustram as seguintes fotos:



⁵⁵⁶

O vento Siroco é um vento quente e seco que sopra do Mediterrâneo, vindo do deserto do Saara. Cf. Simon Adams, Anita Ganeri, Ann Kay ; [ed.] Dorling Kindersley, *Enciclopédia geográfica*, 1º vol. Europa-África, Lisboa, Verbo, 1997.



Nos blocos de apartamentos, a denominação é feita pelos nomes das embarcações utilizadas pelo portugueses nos Descobrimentos “nau” ou “caravela”.

Um postal do bairro:



Um postal do hotel que depois deu o nome ao bairro:

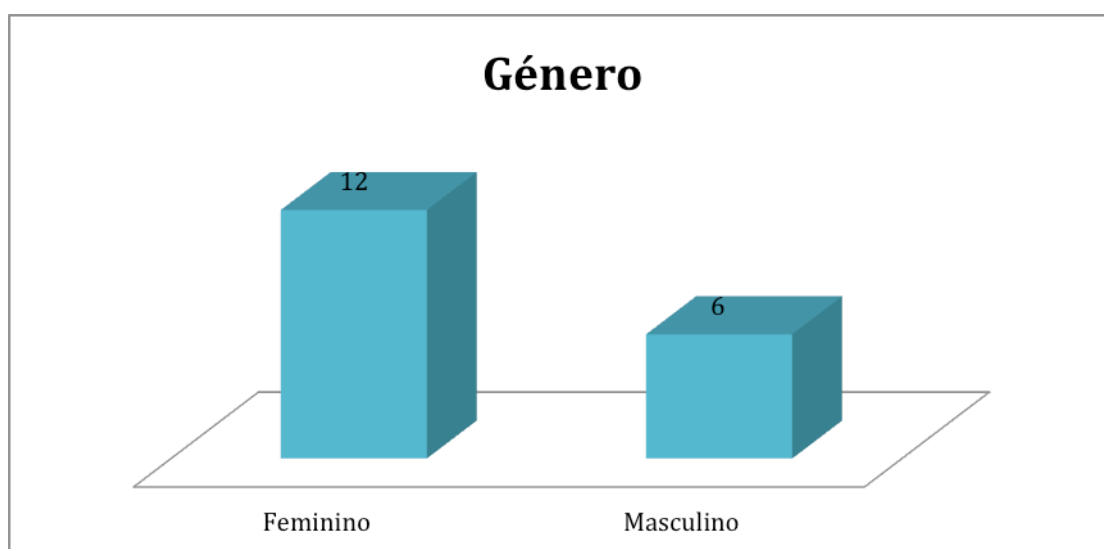
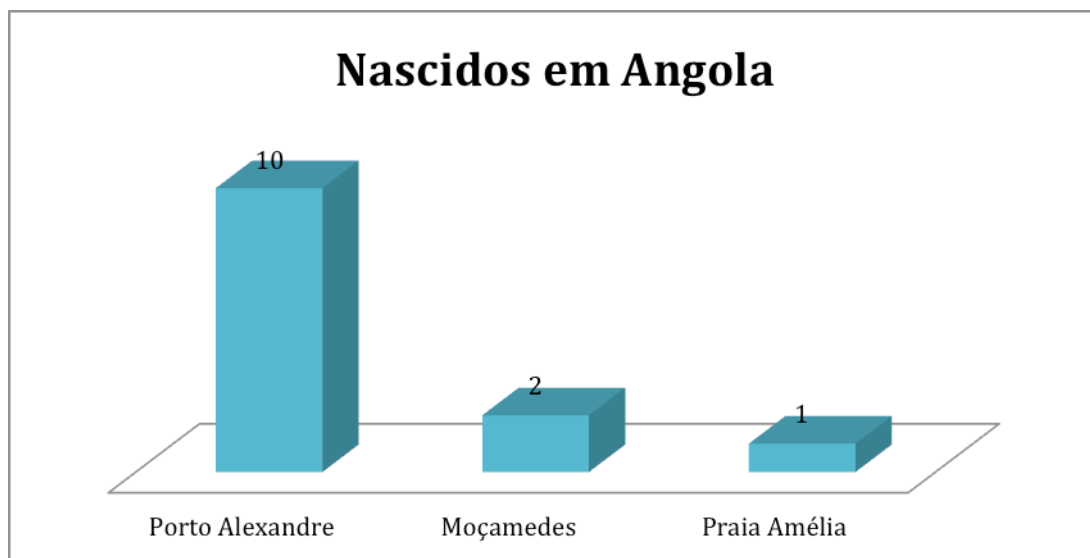


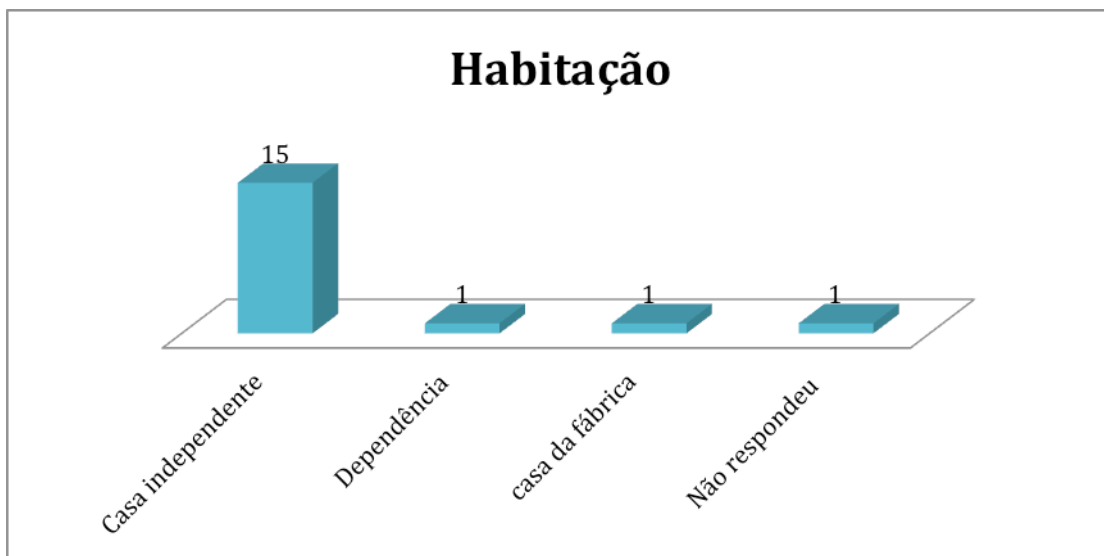
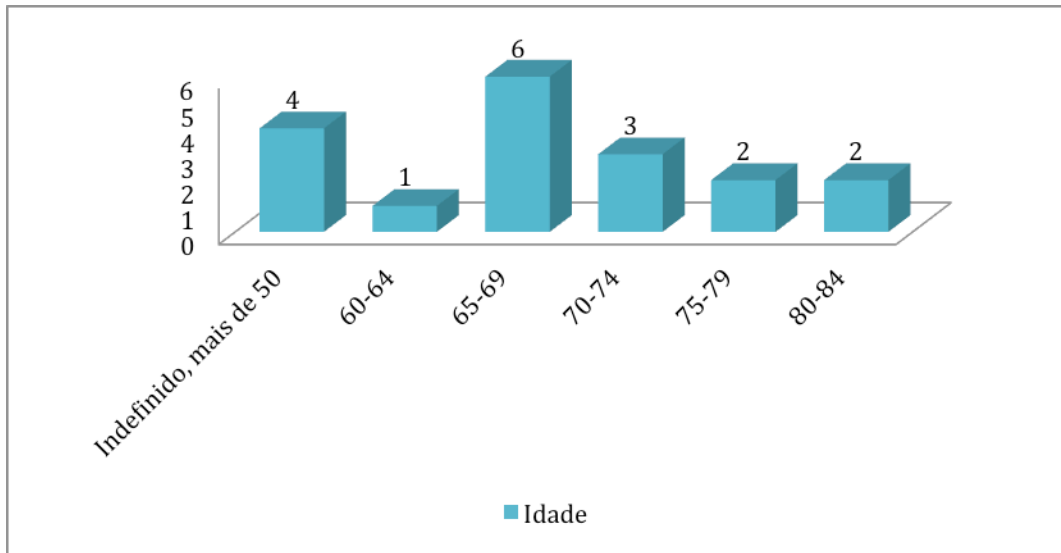
Uma imagem do “hotel” na atualidade:



Números e factos-análise dos dados recolhidos na atualidade

Dos dezoito inquiridos que tivemos oportunidade de entrevistar, resultaram alguns dados objetivos que transformámos em gráficos:

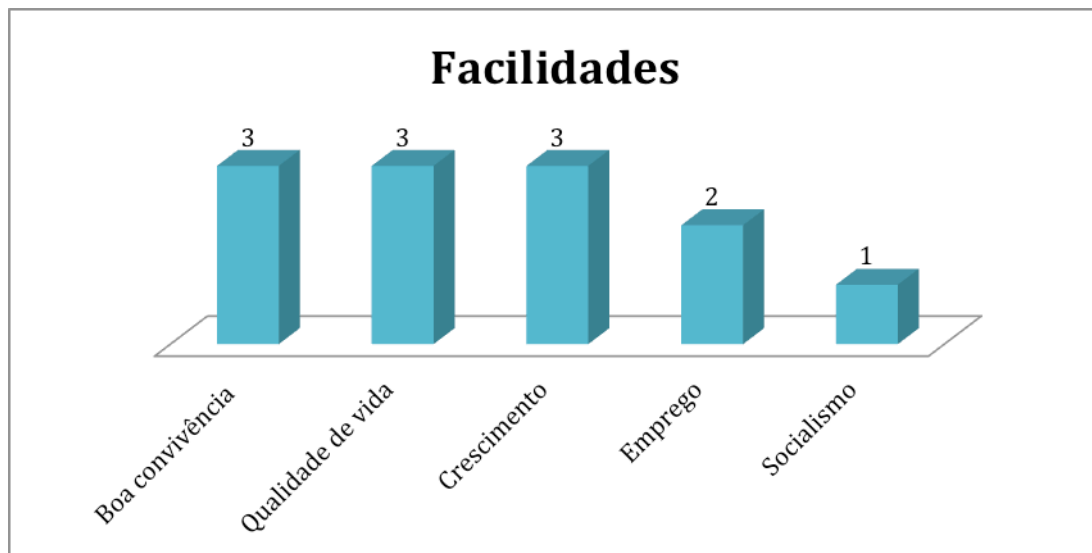




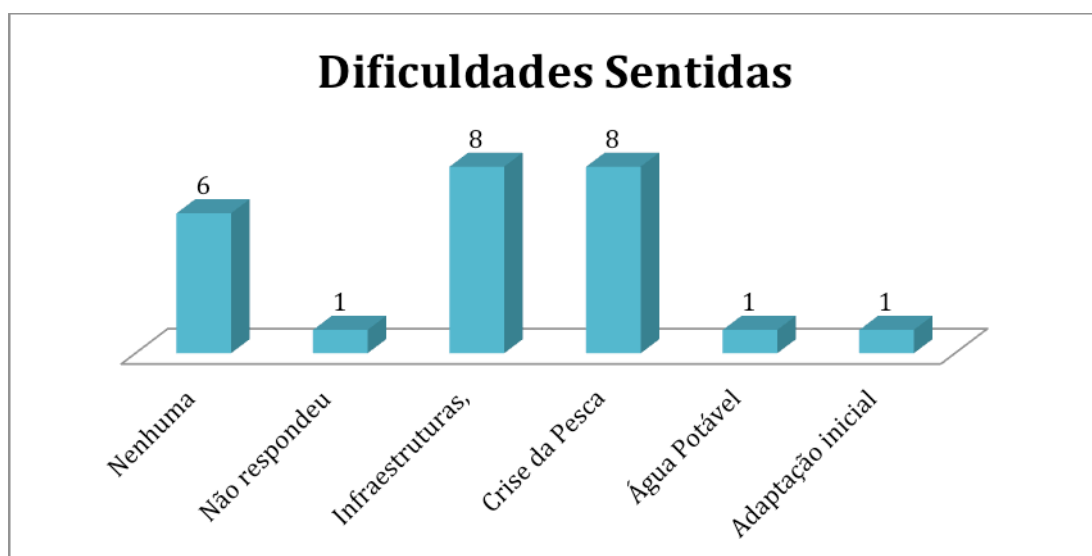
No que diz respeito à habitação, predominava a casa independente de rés-do-chão com um pequeno jardim, onde vivia a família alargada. Era também prática normal, os filhos construírem casa perto dos pais. Existiam também prédios de andares, construídos já nos anos 70.



Algumas imagens de Porto Alexandre (anos 70 – arquivo particular)



Como aspetos facilitadores de integração, era salientado, em primeiro lugar, a solidariedade e entajuda da comunidade, que funcionava como uma espécie de socialismo comunitário⁵⁵⁷. Seguidamente, aspetos como a qualidade de vida, com idas à praia e mergulhos com os golfinhos, assim como a presença muito forte de elementos naturais como o deserto e o mar.

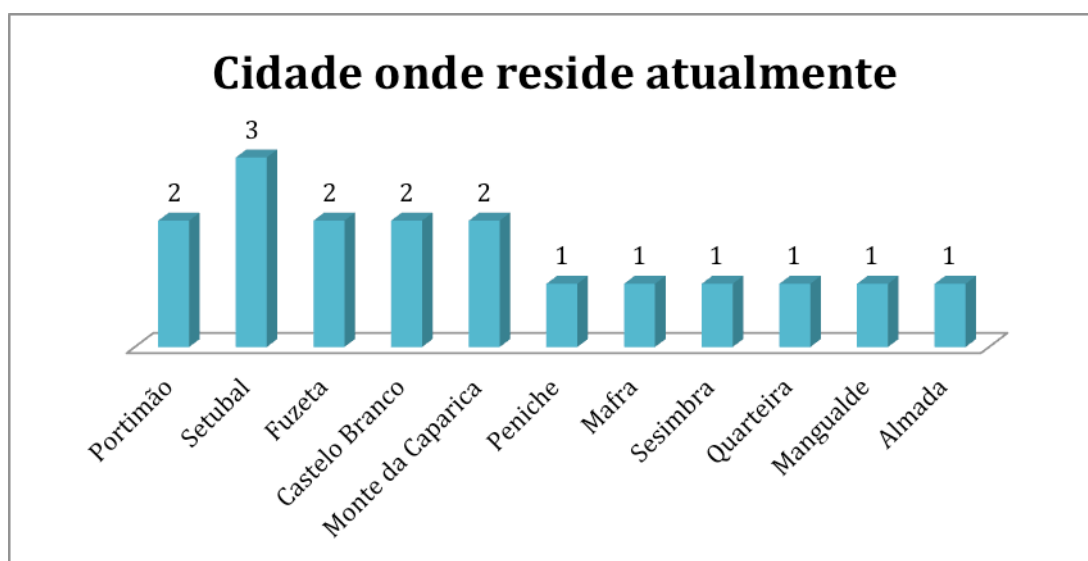


Muitos dos entrevistados não conseguiam evidenciar dificuldades, pois aquele tempo ficou marcado como a época da felicidade e bem-estar. Apesar dessa situação foram assinalados alguns fatores menos positivos, como a falta de infraestruturas e de meios de comunicação.

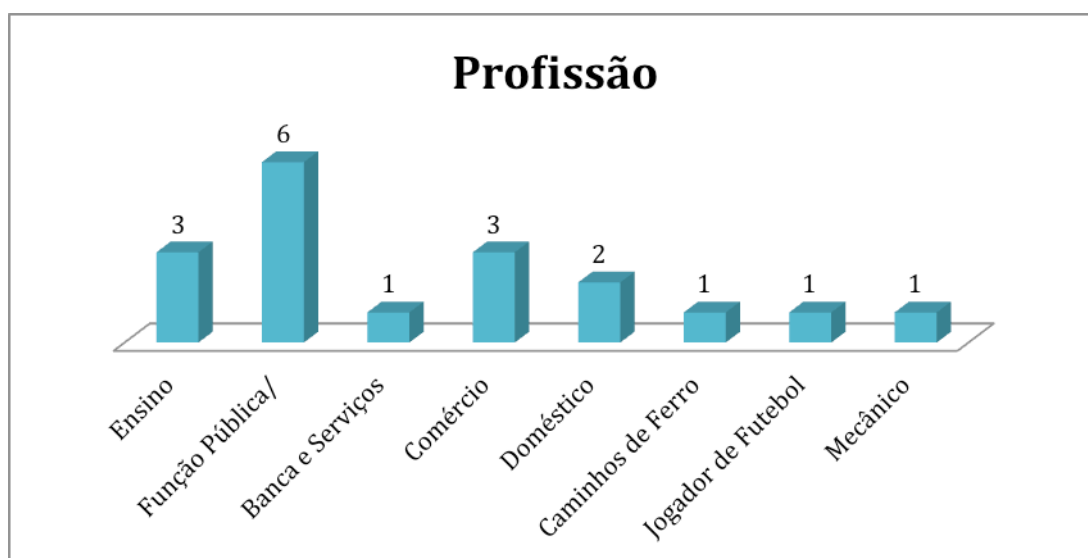
⁵⁵⁷

Expressão utilizada por Manuel Gancho Júnior, numa entrevista realizada em agosto de 2015.

Em 1968, era noticiada a construção de uma maternidade em Moçâmedes, projetada no quadro de beneficiamentos de Angola.⁵⁵⁸



As cidades escolhidas em Portugal continental seguem dois critérios: o principal era haver nessas localidades raízes familiares e, depois, o facto de se fixarem perto do mar.



As profissões aqui enunciadas estão relacionadas já com as gerações mais recentes de povoadores que foram aumentando o seu nível de escolaridade, que acompanhou o processo de desenvolvimento e respetiva burocratização da colónia.

⁵⁵⁸

Jornal *O Namibe*, 4 de fevereiro de 1968.